UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

José Alexandre Altahyde Hage

Bolívia, Brasil e a Guerra do Gás

Tese de Doutorado em Ciência Política apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Profº Drº Shiguenoli Miyamoto.

Este exemplar corresponde a versão final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 18/12/2006

Banca Examinadora:
Professor Dr. Marcelo Fernandes de Oliveira
Professora Dra. Cristina Soreanu Pecequilo
Professor Dr. Paulo César Manduca
Professor Dr. Andrei Koerner
Professor Dr. Shiguenoli Miyamoto

Suplentes:
Professor Dr. Armando Boito Junior
Professra Dra. Suzeley Kalil Mathias

Dezembro de 2006

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
CESAR LATTES
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO

Resumo: A razão que conduziu a criação do gasoduto Bolívia-Brasil, pelo Tratado de La Paz, de 1996, foi a crise energética no País que se apontou no início da década de 1990. A afirmação dessa grande obra foi uma forma de o Brasil procurar renovar sua matriz energética por causa do ápice da crise em 2001, o "apagão"; e, além desse ponto, ela foi a maneira de o Brasil se aproximar politicamente da Bolívia. Fato, em princípio, de grande importância para a diplomacia brasileira na América Latina, reconhecendo o papel que a República andina poderia ter no processo integrativo sob liderança do Brasil. Em nossa investigação, foi necessário averiguar que o impulso dessa integração física, pelo gás natural, pôde provocar problemas de segurança entre La Paz e Brasília, em virtude da instabilidade política por que passa a Bolívia em seu cotidiano histórico, por exemplo, a possível existência de grupos contestadores pela violência e de narcotráfico naquele país. Problema que põe em crise, além do relacionamento diplomático entre os dois Estados, o próprio projeto de renovação da matriz energética nacional. Averiguar os motivos que levaram o Brasil a estimar o gasoduto Bolívia-Brasil e os resultados que essa empreitada teve é o objetivo deste trabalho.

Resumen: La razón que conduzeo a la concepción del gasoducto Bolivia-Brasil, por el Tratado de La Paz, en 1996, fue la crisis energética de Brasil que ha ocurrido desde el comienzo de los años de 1990. La afirmación de ese gran trabajo fue una forma de Brasil reconstituir su matriz energética en razón del momento mayor de la crisis de 2001, el "apagão". Además, fue una forma de Brasil aproximarse políticamente de Bolivia. Porque es de gran importancia para la diplomacia brasileña, en la América del Sur, a reconocer la representación que la República boliviana puede tener en el proceso de integración bajo la posible conducción de Brasil. Para nosotros fue necesario observar que el impulso de esa integración vía gas natural fomento cuestiones de seguridad nacional entre La Paz e Brasilia en virtud de la instabilidad política existente en Bolivia en su contexto histórico, por ejemplo, la permanencia de grupos contestadores por la violencia y de narcotráfico en Bolivia. Cuestiones que pueden poner en crisis las relaciones diplomáticas entre los dos Estados y el propio proyecto de renovación de la matriz energética brasileña. Así, pensamos en este trabajo cuales fueran las razones del Brasil dar atención al gasoducto en cuestión e sus implicaciones.

300541332

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
CESAR LATTES
DESENVOLVIMENTO DE COLE

Abstract: In the 1990s, the Brazilian energy system went into collapse because of the political and economic problems of the previous decade. The crisis reached its peak in 2001 – the "apagão", blackout. Hence the agreement between Bolivia and Brazil by a gas duct construction was a way to resolve the Brazilian crisis in energy, in 1996. Under this agreement, the Bolivian natural gas was brought to Brazil and it would help the core of the national energetic economy. Beyond this fact, the diplomatic contact by energetic interchange was also important to Brazil because this policy could promote a better approximation regional integration under Brazilian leadership with Bolivia and Mercosul. But the question is not the simple. In the Bolivian state there are many political groups that do not agree with the idea. Thus the political and institutional crisis in Bolivia, with ethnical differences etc. can do the gas duct a national security problem to Brazil. The Brazilian vulnerability position in the state situation can be a serious case to its energetic national policy, it is, a national security issues. To study these questions is own target in this paper.

Agradecimentos

Nenhum trabalho de envergadura acadêmica é feito sem o apoio e a ajuda de pessoas importantes e queridas em nossas vidas. Ainda que isto seja considerado senso-comum penso que é importante sublinhar, justamente para que não esqueçamos de algo simples e verdadeiro. Agradeço meu orientador, professor Shiguenoli Miyamoto, UNICAMP, que mais uma vez me ofereceu sua orientação para que eu pudesse dar mais este passo na vida. Continuando com o pessoal de Campinas, demonstro minha gratidão à mão amiga do professor Armando Boito Júnior e do DCP Gostaria de agradecer também meus colegas de universidade que, atentos ao meu tema, brindaram-me com debates e textos que me foram presenteados. Cristina Pecequilo, Corival Carmo, Marcelo F. de Oliveira, Rodrigo Cintra e Adilson Francheschini.

Professores Oliveiros Ferreira, da Ciência Política e Célio Bermann, da Politécnica, ambos da USP, ajudaram-me na precisão dos assuntos relacionados à política, bem como na precisão dos termos da energia e dos hidrocarbonetos, sou grato a eles. Ao professor Paulo Resende, PUC-SP, cuja sensibilidade cristã me brindou. A eles meus agradecimentos. Não posso deixar de citar o embaixador Amaury Porto de Oliveira, que me fez conhecer os temas da política energética. Por fim, agradeço igualmente o senhor Farid Curi por ter me ajudado nesta jornada.

Sumário

Apresentação 1

Glossário 3

Introdução Geral
01.Apresentação do Problema 7
02.A Possível Resolução do Problema 12
03.O Desdobramento do Problema 17
04.Plano deste Trabalho 22
Notas das Considerações Finais 28

Capítulo 1 – O Planejamento Estratégico e a Energia
1.1.O Conceito de Estratégia 29
1.2.O Planejamento Estratégico e o Estado 39
1.3.A Geopolítica Energética 48
1.4.Segurança Nacional e Energia 57
Notas do Capítulo 1 67

Capítulo 2 – A Energia como Fator de Conflito Internacional
2.1.Conflitos no Âmbito Global 69
2.2.A Crise da OPEP e suas Conseqüências 78
2.3.A Relação da Crise com a América Latina 88
2.4.Mudanças da Política Energética Latino-Americana 97
Notas do Capítulo 2 107

Capítulo 3 – Política Externa Brasileira para Bolívia e Energia
3.1.Antecedentes Históricos 109
3.2.A Bolívia na Estratégia e os Conflitos 119
3.3.Política Externa Brasileira e Integração Regional 128
3.4.Integração Regional e Gás Natural no Brasil 137
Notas do Capítulo 3 147

Capítulo 4 – Bolívia, Integração Energética e Crise Política
4.1.O Histórico da Crise Política Boliviana 149
4.2.A Reedição da Crise Política Boliviana 158
4.3.Os Efeitos da Questão Boliviana no Brasil 168
4.4.A Crise Boliviana na Integração Regional 178
Notas do Capítulo 4 188

Considerações Finais

Comentários sobre a Estratégia e o Estado 191
A Vulnerabilidade Internacional da Energia 195
Ainda a Bolívia para o Brasil 200
Bolívia Merece mais Atenção 204

Anexos

Tabelas

01-Dados Comparativos de Bolívia e Brasil 207
02-Maiores Produtores de Gás Natural do Mundo 208
03-Maiores Consumidores de Gás Natural do Mundo 208
04-Importação de Gás Natural ao Brasil 209
05-Indicadores Mundiais do Setor Petrolífero 209
06-Indicadores do Setor no Brasil 210
07-Reservas Provadas no Brasil 210
08-Uso da Malha Dutoviária no Brasil 210
09-Comércio Brasileiro de Petróleo 211
10-Reservas Provadas e Prováveis de Gás Natural na Bolívia 211
11-Participação Acionária no Gasoduto Bolívia-Brasil 211
12-Maiores Exportações Bolivianas 212
13-Maiores Importadores da Bolívia 212
14-Projeção de Consumo de Gás Natural na América do Sul 212
15-Ranking das Empresas de Petróleo entre outros Setores 213
16-Reservas Provadas de GN 213
17-Composição da Matriz Energética Brasileira 214
18-Composição da Geração Elétrica Brasileira 214
19-Composição da Matriz Energética Brasileira 214
20-Integração Energética com a América do Sul 215

Notas dos Anexos 216

Ilustrações

1-Gasoduto Bolívia-Brasil 217
2-Integração Energética 218
3-Corredor Transcontinental 219

Cronologia de Brasil e Bolívia 220

Relações Bibliográficas 225

Em nosso tempo, o destino do homem encontra seu significado em termos políticos.

Thomas Mann

Apresentação

A década de 1990 assistiu a muitas supostas novidades nas relações internacionais. Tais novidades surgiram por meio de acontecimentos históricos que já são lugar comum no âmbito da pesquisa da política internacional, por exemplo, a reunificação da Alemanha, no simbólico *Novembro de 1990*, o fim da União Soviética e a crise conceitual do Terceiro Mundo. Por conseguinte, um reforço na ascensão dos blocos regionais, como a União Européia, permitiu-se a opinião de que a denominada política de poder dos Estados nacionais entraria em uma era de decadência por causa da volumosa tecnologia, que poderia estar a serviço de todos os países e corporações, independentemente de sua configuração de poder e riqueza. Como se fosse uma nova era de boas novas, imbuída de otimismo, dava-se a entender que a difusão da riqueza era quase certa, dependendo apenas de alguns acertos.

O que muito se comentou, à época, foi o fato de que grupos de matérias-primas, *commodities*, aliás, um dos poucos meios de intercâmbio que os Estados periféricos têm para marcar presença no sistema econômico internacional, estariam largamente em desuso em razão de novas tecnologias que iriam substituí-los por produtos sintéticos e com valor agregado, o que provocaria uma desgraça na vida econômica em boa parte do Terceiro Mundo. Para sair dessa senda de infortúnios caberia aos Estados periféricos adotar medidas urgentes: referendar a defesa da propriedade intelectual. Tal urgência merece reflexão porque não é desprovida de interesses.

Por sua vez, os insumos energéticos, os hidrocarbonetos, ou carburantes como petróleo, carvão mineral e gás natural, também fazem parte dessa *nova versão* política e intelectual do que é relevante ou não na suposta livre economia internacional, sem levar em conta suas implicações políticas e não somente comerciais. Isto porque, atualmente, tal posição de livre mercado não se sustenta com facilidade. Tratar todas as matérias-primas da mesma forma só pode ser fruto de duas ações: desconhecimento da matéria ou uso dissimulado do assunto. Petróleo e gás natural ainda são minerais estratégicos no mais alto nível, sem os quais os Estados nacionais podem entrar em intensa crise, até mesmo as

grandes potências. Por isso, é que estas últimas fazem a articulação entre suprimento energético e poder.

Se a garantia de suprimento energético por carburantes é de suma importância para os países industrializados, certamente deve ser para o Brasil e para todos outros em via de desenvolvimento econômico - caso que vem a combinar com esforços nacionais de auto-suficiência petrolífera e energética de modo geral. Por isso o Brasil instituiu tratado de importação de gás natural do planalto boliviano, em 1996, para ajudar na consecução de uma política energética brasileira. No entanto, o passo de Brasília em direção a La Paz, para a aquisição do hidrocarboneto, pode ser permeado de dificuldades e conflitos de grande envergadura.

A cronologia de instabilidade boliviana em virtude de sua crise político-econômica, bem como pela manifestação de grupos contestadores dos tratados daqueles governos nacionalistas são elementos férteis para possível discórdia no aspecto internacional e da segurança que toca o Brasil, já que ele passa a ser importador do energético andino. Em outro aspecto, a falta de compacta orientação estratégica, em toda a década de 1990, fez com que o País não tivesse, de fato, uma política energética coerente com sua importância, o que lhe possibilita fazer parte de problemas regionais delicados em razão da politização do gás boliviano.

José Alexandre Altahyde Hage.
Campinas, 2006.

Glossário

ABC – Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema – a Grande São Paulo.

AIE – Agência Internacional de Energia. (em inglês IEA).

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração.

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

ALBA – Alternativa Bolivariana.

ALCA – Área de Livre Comercio das Américas.

ALCSA – Área de Livre Comércio da América do Sul.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. No Brasil.

ANP – Agência Nacional do Petróleo. No Brasil.

BACEN – Banco Central do Brasil.

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. No Brasil.

CASA – Comunidade Sul-Americana de Nações.

COB – Central Operária de Bolívia.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.

CESP – Companhia Energética do Estado de São Paulo.

COMGAS – Companhia Energética do Estado de São Paulo.

CAN – Comunidade Andina de Nações.

CAB – Country Análysis Briefs. (**In** Energy Information Administration).

CNE – Conselho Nacional de Energia. No Chile.

CNP – Conselho Nacional do Petróleo. No Brasil.

CNS – Conselho Nacional de Segurança. No Brasil.

DWSR – Em português, Regime do Dólar Wall Street.

ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

ESG – Escola Superior de Guerra. Brasil.

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. No Brasil.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

GASBOL – Gasoduto Bolívia-Brasil.

GASOCIDENTE – Gasoduto médio que corre paralelo ao GASBOL.

GASIN – Gasoduto da Integração.

GN – Gás Natural.

GNL – Gás Natural Liquefeito.

GNV – Gás Natural Veicular.

GTB – Parte Boliviana do GASBOL.

GW – Gigawatts.

ITA – Instituto de Tecnologia Aeroespacial. No Brasil

ITAMARATY. Palácio do Ministério Brasileiro das Relações Exteriores.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INE – Instituto Nacional de Estatística. Na Bolívia.

KW – Kilowatts.

MAS – Movimento ao Socialismo. Na Bolívia.

MME – Ministério Brasileiro das Minas e Energia.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

MIP – Movimento Indígena Pachacuti. Na Bolívia.

MNR – Movimento Nacional Revolucionário. Na Bolívia.

NAFTA – Tratada de Livre Comércio da América do Norte.

OEA – Organização dos Estados Americanos.

OESP – Jornal O Estado de S. Paulo

OMC – Organização Mundial do Comércio.

ONU – Organização das Nações Unidas.

OPA – Operação Pan-Americana. Iniciativa do Brasil.

OPEP – Organização dos Produtores e Exportadores de Petróleo.

OTAN – Organização do Atlântico Norte.

PEMEX – Petróleo de México.

PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S.A.

PDVSA – Petróleos de Venezuela.

PNGN – Plano Nacional do Gás Natural. No Brasil.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PROALCOOL – Programa Nacional do Álcool. No Brasil.

PPE - Programa Prioritário de Termoelétricas. Brasil.

QUEMADO, Palácio - Sede do Governo Boliviano.

SAN MARTIN, Palácio de – Sede da Chancelaria Argentina.

TEP – Tonelada Equivalente de Petróleo.

TSB – Transportadora Sulbrasileira de Gás (gasoduto).

UnB - Universidade de Brasília.

UNE – União Nacional dos Estudantes. No Brasil.

USP – Universidade de São Paulo.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

YPF – Yacimietos Petróleos Fiscales. Na Argentina.

YPFB – Yacimietos Petróleos Fiscales de Bolívia.

Introdução Geral

Nesta parte introdutória discorremos sobre o plano pelo qual se constrói este trabalho, sua justificativa ao versar a presença do gás natural na matriz energética brasileira, transportado pelo gasoduto Bolívia-Brasil, e o papel dessa matéria-prima na matriz energética nacional em meio a uma iminente crise na energia elétrica. Procuramos examinar esta proposta, considerando nossa escolha metodológica com a política tradicional, que não ignora as vicissitudes do sistema internacional, sempre em volta a meio a conflitos de grande envergadura em razão da concentração geográfica dos combustíveis fósseis, os hidrocarbonetos, portanto não desprezando a pertinência de se averiguar a segurança nacional. Por fim, nosso intuito será explicar a formação e o conteúdo dos capítulos que formam esta investigação.

0.1. Apresentação do Problema

Este estudo tenciona retomar assunto que fora comentado em trabalho anterior (Cf. Hage, 2004) feito para analisar, em primeiro plano, as relações diplomáticas entre as Repúblicas da Argentina e do Brasil no âmbito do MERCOSUL; a maneira pela qual os dois Estados concebiam a evolução do Tratado de Assunção, gênese do mencionado bloco regional. Comentávamos suas diversas crises políticas e econômicas com suficiente poder de onerar a experiência de integração do Cone Sul, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Depois, a pesquisa versava o possível papel que a República boliviana poderia representar no arranjo de um plano de integração latino-americano, com a junção do MERCOSUL com a CAN. Ao considerar a superação das mencionadas crises, haveria de se levar em conta, se não fossem os contratempos, a ascensão de assuntos energéticos, o gás natural, como item essencial à segurança e integração regionais, algo que toca especificamente o Brasil, que passa a necessitar de grandes suportes de energia elétrica, até importada.

Agora, as peças se movem novamente no tabuleiro da política regional sul-americana. Os assuntos relacionados ao intercâmbio energético se confirmam na condição de estratégicos tanto na vida política do Brasil, quanto da Bolívia, por causa das implicações que esses elementos provocam no cotidiano dos países. O motivo é que os

recursos naturais energéticos, o grupo dos carburantes, carvão, petróleo, xisto betuminoso e gás natural ainda são fundamentais na política dos Estados que os comercializam: importando ou exportando-os; e esse tópico já deve ser tratado com destaque em uma investigação acadêmica, visto que o tema se amadurece. Ao se tratar da Bolívia, há de se perceber, de acordo com a tabela 12 dos anexos, o quanto a exportação do gás natural é sensível à sua economia

Se a criação do MERCOSUL, a partir dos encontros de cooperação e entendimento, de 1985 (2) a 1988, teve em princípio condições de superar os problemas decorrentes da disputa pela balança do poder regional, encontrados na década de 1970, entre Argentina e Brasil, isso significa que, neste momento, uma nova jogada está sendo feita no tabuleiro geopolítico e da integração física. E a nova jogada indica que a Chancelaria nacional move peças em vistas a atrair a República boliviana para o raio de ação do Brasil, já que as relações com Buenos Aires estão "tranqüilas" em face de sua crise de meios de poder nacional. Por isso, esforços de atração da Bolívia, meios de se alcançar a costa do Pacífico ou de se adquirir insumos da Venezuela são temas ainda presentes no Brasil. (Cf. Hage, 2004: 129).

Uma explicação. Ainda que este trabalho tencione compreender o emprego do gás natural nas relações diplomáticas entre Bolívia e Brasil (ver tabela 17) é lícito dizer que a matéria-prima apresenta crescente importância que tende a ser semelhante aos combustíveis líquidos, sendo estes mais tradicionais e de maior presença na matriz energética internacional desde a segunda metade do século XIX, em que eles passaram a ser empregados largamente em várias áreas, desde a produção de aquecimento doméstico até motores a combustão.

O grupo de minérios denominado hidrocarbonetos é estratégico, independente de sua constituição química, ao equilíbrio e ao cotidiano socioeconômico da sociedade industrializada, praticamente constituída sob a "abundância de energia barata": líquido em óleo combustível, *fuel-oil*, sólido em carvão mineral ou gasoso em forma de gás natural; apesar da urgência que os países têm em empregar avançadas tecnologias em energia substitutiva, visto que a era do petróleo, com respeito à natureza, é finita. Em conjunto, os carburantes cadenciam a atividade econômica mundial, de acordo com Edmilson Santos. (Cf. Santos, 2003: 95).

A atribuição de teor estratégico se dá por causa da dimensão que os hidrocarbonetos ocupam na política e na economia dos países pobres ou ricos, indicando a penetração que os energéticos têm em uma grande envergadura da atividade econômica, na geração de eletricidade de uso industrial, agrícola ou doméstico, sem os quais a atividade nacional, o equilíbrio do Estado, passa a sofrer enormes danos pela falta de "segurança energética". De outra forma, esta complexidade aguda da política internacional não ocorre apenas pelo fato de os carburantes serem bens finitos, mas também pelo fato deles serem geograficamente concentrados.

A procura de se assegurar o abastecimento de petróleo por parte das grandes potências industrializadas, as manobras dos Estados Unidos no Oriente Médio e na Ásia Menor, são sinais da suma importância que os primordiais produtos energéticos guardam no cotidiano internacional, ainda mais para o Hemisfério Norte que necessita dos carburantes para conservar seu teor de poder industrial, econômico e militar. (Cf. Santos, 2003: 96). Todavia, isto não significa que os Estados não passem por crises, mas a controlam.

Não há como desconhecer a crise econômica internacional que demora na América Latina desde a década de 1980, mais precisamente com a dificuldade advinda da dívida externa que contribui enormemente para desestruturar os poderes clássicos do Estado na região, como a consecução de uma estratégia na política energética. Tratou-se de diminuir o poder de controle na segurança e na coordenação em alto grau da vida social dos países em desenvolvimento, mormente, os latino-americanos porque os governos em questão não teriam mais condições de arcar com grandes custos operacionais, exigidos pela nova situação, o apelo do mercado, segundo a visão de Eric Hobsbawn em *Era dos Extremos*. (Cf. Hobsbawn, 1994: 20).

Industrializados ou não, a tendência dos Estados nacionais é a utilização de esforços de autoconservação no desigual sistema internacional. A autoconservação é a função primeira das unidades políticas (3) que utilizam ferramentas econômicas, culturais e políticas para marcar suas peculiaridades perante outros Estados que fazem a mesma coisa para se equivalerem. Utilizando políticas de poder ou de cooperação, os países se esforçam para se preservar. E é bom recordar que nem sempre atividades de cooperação e de poder político se estranham.

Mas, faz-se necessário frisar que a referência à coordenação pública dos setores mais sensíveis da atividade político-econômica nacional não significa ser, forçosamente, o emprego da empresa estatal na direção de determinados assuntos, como na energia. Para os nossos propósitos coordenação quer dizer um comando de ação fruto de uma autoridade do poder público, para imprimir um plano que não desoriente o sentido do direito coletivo, nem do planejamento estratégico. Algo contrário do que passou a haver com a desregulamentação na América Latina, sob a cadência dos interesses setoriais e particulares.

É nesta medida que Amado Luiz Cervo utiliza o termo "Estado Logístico" para deixar claro que pode haver autoridade do poder público nacional, sem que haja necessidade de sua presença física, direta, em meio à sociedade, sendo esta última portadora de autoridade reconhecida. O Estado Logístico é o contraponto do "Estado Normal", que vê a desarticulação do comando político em benefício da liberdade de investimento e do capital privado, a contar com a participação dos novos *policy makers*. Na perspectiva do professor da UnB, isso tem sido comum em boa parte da América meridional. (Cf. Cervo, 2002: 7, 8).

Cervo imputa o termo Estado Logístico a países como Estados Unidos e Chile, o segundo após 1996, em que preferiu fortalecer suas instituições reguladoras estatais em atividades consideradas grande suscetibilidade política. No segundo grupo, "Estado Normal", encontram-se aqueles países que abriram mão do modelo nacional de desenvolvimento, outrora forte na esfera econômica. Mas eles não constituíram coordenações públicas efetivas, fortalecendo o setor privatizado, caso da Argentina com Carlos Menem e, em parte, do Brasil, após 1990. Em parte porque, para Cervo, o Brasil não se encaixa em um só termo.

Assim, uma das maneiras com as quais alguns governos latino-americanos, argentino, modelarmente, brasileiro e boliviano, adotaram para superar a crise econômica, com o Estado Normal, não logrou resultados positivos até agora. A diminuição do poder governamental, em denominadas esferas públicas, foi esperada para diminuir os gastos do Erário em áreas consideradas ineficientes ao cidadão. Contudo, o afastamento governamental, de áreas delicadas ao Estado, resultou em uma vulnerabilidade que o compromete.

Outra maneira que Estados da América do Sul fizeram para neutralizar a crise econômica e institucional, algumas delas alimentadas com as instabilidades socioeconômicas do Oriente, a partir de 1995, foi com a admissão de tratados regionais de cooperação ou de integração. Havia o intento de que a possível união de esforços internacionais poderia ajudar os países da região a angariar resistência à instabilidade externa. Neste caso, haveria a necessidade de saber quais os elementos seriam adotados para o objetivo.

Alguns componentes, como a energia, podem ser utilizados para o impulso de integração regional, de composição física, além dos tradicionais meios provenientes da economia e do comércio, amplamente averiguados nos tratados de integração regional da Europa Ocidental e da América Latina. É claro, esperando que o processo de integração não seja paralisado por obstáculos dos Estados-membros mais fortes política e economicamente.

Ou seja, a utilização de gasodutos, redes ferroviárias, rodovias, portos e rios internacionais são elementos que podem trazer duplo aspecto. Eles tanto servem para contribuir na integração regional, quanto para suscitar sérias questões de segurança, à medida que comprometem projetos nacionais que dependam de estabilidade política internacional. A regularidade do intercâmbio energético serve como exemplo a esta assertiva.

Em princípio, os Estados nacionais podem unir iniciativas, cooperações, com o intento de diminuir o peso das circunstâncias internacionais negativas com o estabelecimento de blocos regionais. No entanto, as unidades políticas, em situações regulares, não admitem constituir arranjos políticos sob os quais tenham de aceitar perdas que afetem sua manutenção de poder e de segurança, sobretudo se os Estados estão na condição de grandes potências. A não ser que tais Estados sejam passíveis a sugestões ideologizadas.

Sugestões ideologizadas, em Karl Mannhein, ocorrem à medida que os valores morais e pregações programáticas, com coloração científica e aparentes objetivos claros, dizem mais respeito a grupos sociais, às grandes potências do sistema econômico internacional, do aqueles possuidores de beneficência que pudesse ser, de fato, universalizada a todas sociedades e países. Em conseqüência disso, há um aspecto da

globalização, no enforque de Rubens Ricupero, que vem a engendrar posturas ideologizadas sobre a América Latina, com o fito de serem mais vantajosas para os Estados industrializados do que aos periféricos do Terceiro Mundo em geral. (Cf. Ricupero, 2001: 29).

Todavia, antes de tudo é necessário frisar, no enfoque de Shiguenoli Miyamoto, que o conceito de segurança regional deve ser compreendido em uma outra realidade política da América Latina, que não seja mais apenas aquele tópico dos conflitos militares de grande envergadura e com fortes embates ideológicos, como chegaram a existir com os governos militares conflituosos a partir da década de 1960, sob o signo da Guerra Fria, cujo roteiro de organização político-social, para aqueles governos, era concebido pelo projeto de segurança nacional.

Além desse ponto, a segurança regional deve ser pensada como instrumento que venha a garantir, na maneira do possível, a permanência de iniciativas em cooperação internacional, ajudando a manter planos de renovação da matriz energética brasileira e da conservação do meio ambiente, importante fator na região amazônica e no pantanal que muito diz respeito ao Brasil. Assim, problemas relacionados à ecologia são também pertinentes à idéia de segurança, pois se trata da alteração de recursos naturais de grande valor. (Cf. Miyamoto, 2000: 456).

0.2.A Possível Resolução do Problema

O assunto mencionado nesta investigação é referente ao aumento da importância política e econômica que poderá expressar o GASBOL, cuja construção se iniciou em 1996, pelo Tratado de La Paz, com o intuito de trazer o insumo energético da região boliviana, de Santa Cruz de la Sierra, às unidades federativas brasileiras de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. São as unidades federadas economicamente mais dinâmicas do Brasil que necessitam, cada vez mais, de novas reservas e matérias energéticas, ainda mais se houver o desejoso período de crescimento econômico. (Cf. Hage, 2004: 24).

É bem verdade que o interesse pelo gás natural boliviano não se inicia com assinatura do mencionado documento. Desde o governo Ernesto Geisel, em 1974, passando

por José Sarney, em 1985 e por Collor de Mello, em 1992, o carburante dos Andes tem despertado atenção do Brasil e outros. Mas o passo final, com a construção do gasoduto, o meio primordial pelo qual o produto passa a ser consumido, de fato, é obra do governo Cardoso.

No trabalho mencionado (Hage 2004) foi observada a possibilidade de o GASBOL vir a ser ponto de transformação de modo positivo no relacionamento entre a República da Bolívia e o Brasil, sob a perspectiva da cooperação com segurança regional, se os contratempos fossem superados. Isto ao considerar a imagem de fator estratégico que o gás natural boliviano passaria a imprimir, neste começo de século, para os dois países que poderiam percorrer caminho de interdependência em virtude da troca deste relevante produto.

Neste trabalho acreditamos que tal princípio poderia, em hipótese, ser concretizado se houvesse nova definição da matriz energética no Brasil, assunto que poderia ganhar grandes dimensões na política internacional entre La Paz e Brasília, se o gás natural fosse incluído em grande escala na geração de energia que, neste momento, é feita principalmente pelas usinas hidrelétricas e pelo uso do óleo combustível: gasolina, diesel e querosene – o GN ocupa perto dos 10%. E se houvesse claramente uma política para evitar os transtornos existentes.

A energia hidrelétrica é a grande responsável pelo abastecimento residencial e industrial do Brasil, vindo logo em seguida pelos combustíveis líquidos usados na frota de automóveis, leves e pesados, e nas centrais termelétricas conjunto que, atualmente, guarda grande dependência dos elementos à combustão fóssil, importados em grande quantidade, como o diesel. Fato que se torna um contratempo financeiro por causa das oscilações da cotação da moeda utilizada, a começar em 1999, assim aconteceu com o dólar norte-americano, como se vê na crítica do professor José Goldemberg. (Cf. Goldemberg, 23.03.1999: A2).

Nesse caso, conforme sugestão dos físicos Ennio Candotti, Luiz Pinguelli Rosa **et alii**, seria imperiosa a reformulação da matriz energética nacional que viesse a levar em consideração o agrupamento de vários combustíveis, de modo que houvesse complementaridade na utilização do diesel, do álcool, da energia hidrelétrica, da biomassa e do gás natural e, em outro plano, a nuclear. Esse agrupamento se daria justamente para que

se evitasse sobrecarregar um dos insumos, bem como a falta de planejamento que dificultaria a criação de uma política energética efetiva. (Cf. Candotti, Rosa **et alii**. 06.11.1990: 3).

São utilizados apenas 3,5% de gás natural (50 milhões de m3 por dia) no Brasil. E, por outro lado, há planos governamentais, independente dos partidos no Planalto, para fazer com que haja substancial aumento desse combustível, procurando estender seu uso para 90 milhões de m3 por dia, ao converter seguimentos industriais, como indústrias de alimentos, para o uso do gás natural, visto por mais econômico e menos poluente. Esse passo é de grande importância, posto que Argentina, Bolívia e Brasil teriam de se empenhar, politicamente na construção de outro gasoduto, denominado GASIN, junto ao GASBOL. (OESP, 26.07.2005: A3).

No prisma da matéria comentada, seria dessa forma que o Brasil mudaria sua matriz energética, diversificando as fontes de importação e de consumo do gás natural, com a passagem de outro gasoduto pela Argentina e subindo pelo Rio Grande do Sul até São Paulo, que possibilitaria imprimir maior teor de compromisso no processo de integração latino-americano. E, de outra mão, não sofreria pelo alto custo operacional do gasoduto Bolívia-Brasil.

As novas aquisições para geração de energia elétrica contariam, além do mais, com a reformulação de projetos já conhecidos pela comunidade científica brasileira, a produção de álcool, do metanol e do emprego dado ao bagaço da cana-de-açúcar que poderiam ser largamente utilizados na geração eletricidade por meio de termelétricas, ainda mais em regiões compostas de médios e pequenos centros urbanos. (Cf. Bristoti, 1990: 232). Elas seriam boas aquisições para empregabilidade junto com o gás natural, de forma a ser complementar.

Retomando o ponto de início, as primeiras idéias de se constituir na América do Sul um bloco de integração regional, o que acabou se substanciando, em parte, na criação do MERCOSUL, concebido pelo Tratado de Assunção de 1991, tencionou-se pensar no papel que poderia ocupar as políticas energéticas regionais, logradas pelos Estados nacionais participantes do processo integrativo, como algo inerente aos intercâmbios econômicos e comerciais.

Sob esse critério, para Amaury Porto de Oliveira, as características técnicas e econômicas ligadas à energia e à necessidade de se formular políticas apropriadas a essa esfera de infra-estrutura, poderiam emergir entre alguns Estados latino-americanos, que teriam o fito de não "politizar", em excesso, nas questões energéticas existentes como haviam feito Argentina, Brasil e Paraguai, no passado recente, em virtude do aproveitamento dos fluxos energéticos das bacias dos rios Paraná e Prata. Contudo, há a entender que os assuntos ligados ao gás natural do planalto boliviano podem não ter sorte melhor.

Quer dizer, em projetos de infra-estrutura que no lugar de aproximarem distanciavam ainda mais os governos interessados. Citemos, para este fim, a usina hidrelétrica de Itaipu, cuja construção, em conjunto com a República do Paraguai, provocou grande conflito diplomático entre Argentina e Brasil: a Questão de Corpus, em quase toda a década de 1970, em razão do papel que o Brasil desempenhava para confirmar sua preeminência regional e provocando mudança na balança de poder, outrora favorável a Buenos Aires.

Não que as atuais relações internacionais venham a alimentar conflitos políticos de grande envergadura, como ocorrera no subcontinente, com os Acordos de Roboré, (4)mas que esses mesmos aspectos serão de outro tipo, outra codificação. Eles serão típicos de um novo padrão de relacionamento internacional com outros vetores, como a energia que necessita de nova resolução para utilização em conjunto, assim prefere Oliveira. (Cf. Oliveira, 1988: 15). Esta assertiva merece ser mais bem examinada no contexto da política regional e de segurança.

As profundas crises econômicas e políticas por que passa a República andina, quando grupos organizados protestaram contra o governo, merecem análise acurada sobre os problemas existentes no vizinho. A crise política daquele Estado, simbolizada na renúncia do presidente Sanchez de Lozada na segunda metade de 2003, não é separada do prisma que os grupos contestadores bolivianos têm com relação ao gás natural. (OESP, 20.10. 2003: A3).

Por outro lado, a configuração de novas redes de transportes e operação de insumos básicos que atualmente são transferidos da Bolívia para o Brasil, pelo GASBOL, poderia ser a tônica para novo relacionamento entre os dois países no que tangesse aproximação entre

La Paz e Brasília, em prol de se industriar relevante projeto de integração física. Seria salutar igualmente para angariar apoio ao brasileiro de integração regional, esforçando-a numa possível soldadura do vizinho com o MERCOSUL, com o Tratado de Assunção à Carta de Cartagena.

Isto porque, para Leonel Mello, a configuração política latino-americana das décadas de 1960 e 1970, concebida sob o espírito da rivalidade geopolítica e de disputa regional, em primeiro grau, entre a Argentina e o Brasil, não exerce mais pressão sobre terceiros países, pelo menos a ponto de se tornar uma grande crise, no momento de se constituírem tratados e arranjos bilaterais, como ocorrera no passado recente. (Mello, 1996: 92).

São tratados que poderiam dar novo impulso ao processo de integração regional, pensa Shiguenoli Miyamoto, ora paralisado em virtude das diferenças entre projeções de políticas nacionais dos dois maiores membros do MERCOSUL, lograriam novo alento político não somente ao espírito de integração, mas igualmente ao debate sobre segurança regional em outro parâmetro, que passaria pela nova configuração da política energética no subcontinente.

Em outra instância, pode-se versar a aproximação entre Brasil e Bolívia, no campo energético, com o intuito de se tentar adquirir resultado político, mais bem assentado, sem o qual alguns tratados são malogrados de imediato. Citemos, para exemplificar esta afirmação, o Tratado de Cooperação Amazônica, de 1978, visto na qualidade de inoperante pelos governos dos Estados signatários por não ter tido o poder de aumentar as trocas comerciais prejudicadas pelo Pacto Andino de 1969 – é tratado contra tratado. (Cf. Miyamoto, 2000: 451).

Há o pensamento pragmático de que o Brasil poderia aproveitar o superávit de minérios energéticos, de gás natural, existente tanto no planalto boliviano, quanto na Argentina para direcioná-lo ao parque industrial das regiões Sul e Sudeste, dependente de energia elétrica proveniente do regime dos rios e barragens. Ou seja, as regiões industrializadas do País teriam de ter outras fontes de abastecimento energético por causa da crise que se faz presente na geração e distribuição hidrelétricas. Crise operacional que sublinha o contra-senso do modelo, dispendioso em uma situação difícil e prejudicial ao meio ambiente.

Ao observar o gasoduto Bolívia-Brasil, percebe que se trata da construção de obra de grande relevância, em vários aspectos, resultante de tratado entre dois Estados latino-americanos que tiveram de esperar mais de trinta anos para lográ-lo. Os dois Estados fomentaram enorme mobilização de recursos nacionais e externos e, por vez, contando com emprego de sofisticadas técnicas voltadas ao incremento do meio de escoamento direto considerado de difícil implemento em vários pontos. Entre esses pontos o da natureza tecnológica da obra.

A via para transportar gás natural vindo das jazidas do planalto, o GASBOL, é calculada à distância de 3150 km dos quais 2593 km estão em território brasileiro (ver ilustração 1) e, com relação a custos foram investidos, em média, dois bilhões de dólares provenientes, na maior parte, do BIRD e do consórcio que trabalha na execução da obra (ver tabela 11). No consórcio, em pauta, integram-se alguns governos estaduais e empresas privadas, como o governo paulista, sua ex-estatal COMGÁS e a PETROBRAS. (Cf. OESP, 26.07.1997: A3).

Com efeito, a infra-estrutura voltada para a construção do GASBOL tem de oferecer tecnologia superior àquelas existentes nos grandes campos produtores de gás natural, como Noruega e Rússia, considerados de média distância entre as fontes produtoras e os centros de consumo no continente europeu. Em outras palavras, o similar latino-americano apresenta maior grau de complexidade em comparação ao projeto europeu para transportar insumos.

0.3.O Desdobramento do Problema

De modo mais específico, seria pertinente considerar o grau de admissão e importância que podem vir a ter novos planos de suprimento energético, por exemplo, a emergência do gás natural, do elemento hidrocarboneto, na agenda governamental das unidades políticas que compõem o Mercado Comum do Sul, a saber, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; e em outro nível, Chile e Bolívia, sendo que estes dois estão a participar na condição de membros associados no citado tratado de integração do Cone Sul, desde 1997.

Em hipótese, esse fato ganha mais relevância porque o arranjo institucional permite fazer com que assuntos de caráter internacional na região venham a ser debatidos não somente por intermédio de órgãos especializados, da esfera governamental, mas também por meios mais abertos à opinião pública, que tornam os debates menos conduzidos por elites políticas e econômicas e procurando demonstrar mais interesse de sindicatos, partidos políticos, imprensa, universidades e organizações não-governamentais dos países do MERCOSUL e região da Comunidade Andina: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

O projeto de intercâmbio econômico e energético seria ligação entre o bloco sulista à CAN, mormente Bolívia, sem desconsiderar, as dificuldades de manutenção por que passa o processo integrativo logrado pelo Tratado de Assunção, em virtude das suscetibilidades provenientes das políticas domésticas da Argentina e do Brasil que perduram por longo tempo. No caso da Bolívia, seu **status** poderia se alterar por causa do gasoduto e o insumo energético comprado pelo Brasil, na ótica de Carlos Moreira Garcia. (Cf. Garcia, 2000: 104).

A presença cada vez mais constante do debate sobre problemas energéticos no desenvolvimento político, econômico e social dos Estados latino-americanos, principalmente o Brasil, torna-se fundamental para avaliar seu necessário crescimento industrial em termos avançados. O País necessita cada vez mais de reservas energéticas para que elas não só deixem de comprometer o crescimento industrial, em virtude do problema de carência de energia hidrelétrica. Vai além disso, em conseqüência do seu perfil econômico, a energia ajudaria a representação de liderança que o Brasil teria no âmbito regional, ainda mais frente à ALCA, conforme opinião de Oliveiros Ferreira. (Cf. Ferreira, 1996: A2).

Eis um complexo assunto relacionado não somente ao GASBOL, mas igualmente ao fornecimento de energia vindo deste meio, que procura ser assegurado por tratados e acordos de cooperação internacional, já que o Estado brasileiro passaria a afirmar sua necessidade de se abastecer com matéria-prima importada, dos campos gaseíferos da República andina. Portanto, passaria a ver o vizinho na condição de parceiro de grande importância estratégica para a formação de novo sistema de integração e segurança regionais.

É o que leva a crer o artigo de Amâncio Oliveira e Janina Onuki sobre o MERCOSUL e o processo de segurança regional. Ainda que o Tratado de Assunção não tivesse sido criado para resolver questões de segurança pode-se afirmar que o plano conseguiu, a contento, dar resolução a esses problemas quando ele propiciou clima favorável às iniciativas, vejamos o *defense reluted-issues*, de 28.03 de 1998, entre Brasil, Paraguai e Uruguai.

Efetivamente a idéia, para esse fim, seria justamente a admissão de ações diplomáticas que tivessem o poder de atração sobre os vizinhos considerados mais instáveis politicamente, de certa forma é o que havia sido expressado pela Comunidade Andina de Nações, herdeira do Pacto Andino. E isso ocorreria justamente por intermédio de projetos econômicos integracionistas que pudessem acarretar certa interdependência pela elevação de intereâmbios dos próprios Estados, fornecedor e comprador de energia. (Cf. Oliveira **et** Onuki, 2000: 109).

Mas, por outra mão, como bem observa Oliveiros Ferreira (1997: A2), o governo brasileiro deveria conceber estratégias políticas e diplomáticas para que não houvesse susceptibilidade entre Brasília e La Paz, da mesma forma que corre o risco de haver entre o Brasil e o Paraguai por causa da sociedade dual na construção da usina de Itaipu. Isto é, para o cientista político da USP, haveria necessidade de o País formar arranjos políticos para evitar que a Bolívia utilize a produção de gás natural como elemento de pressão sobre o Brasil.

Devemos ver que a construção de grandes empreendimentos, de integração física, feitos por Estados, pode suscitar crises de grande impacto político e econômico. Neste ponto, na avaliação de Christian Caubet, a diplomacia pendular do Paraguai faz com que não seja evidente o fato de a República guarani gozar de superávit em energia hidrelétrica, fruto de sua sociedade na usina binacional de Itaipu. Desta forma, o Paraguai passaria a imprimir idéia de ser uma espécie de "emirado hidrelétrico", em analogia aos países produtores de petróleo, a contar com importante reserva de energia hidrelétrica. (Cf. Caubet, 1991: 140).

De fato, não se trata de super-estimar os componentes divergentes que podem emergir no atual governo boliviano com críticas ao gasoduto: isto é, partidos e grupos nacionalistas que não aceitam a forma pela qual a República andina aceita vender seu

insumo energético ao Brasil e a outros importadores, alimentando a tradicional crítica sul-americana de que Brasília alimenta projeto de interesse próprio em detrimento dos vizinhos.

Mas sim de considerar, com Maria Viotti, que não há apenas grupos que agem politicamente contrários ao gasoduto, há igualmente outros setores que podem ameaçar a produção e o envio desse bem ao Brasil, por exemplo, o narcotráfico. (Cf. Viotti, 1997: 2000: 197). Assim, há como opinar se a construção do GASBOL não pode se tornar vulnerável em virtude desses mesmos grupos, alguns étnicos, provocando problemas de segurança entre La Paz e Brasília. Ou mais, se os próprios grupos contestadores não poderiam estar a serviço, ou sofrer influência, do sempre efervescente nacionalismo boliviano.

Matéria-prima considerada crescente no uso mundial, o gás natural é ainda visto como elemento de complexo entendimento técnico, ao contrário do petróleo, cuja importância e relevância são datadas desde o final do XIX. Além disso, o óleo é o meio responsável por boa parte da dramatização política vista no campo internacional, citemos os engajamentos antiamericano e antiisraelense, em 1973, pelos países membros da OPEP, de acordo com a percepção de José Goldemberg. (Cf. Goldemberg, 02.10.1999: A2). É necessário frisar que nem todos os países exportadores de petróleo são filiados à organização em debate. México, Rússia e muitos outros não são membros. Todavia, os que lideram a produção do insumo são, como Arábia Saudita e Kuwait; na América Latina temos a Venezuela

Tendo alguns Estados nacionais posicionamento bastante firme para com esse hidrocarboneto o petróleo é, sem dúvida alguma, mais um animador de crises do que de cooperação na política internacional, sobretudo no que tange ao conceito de grandes potências e sua evolução econômica feita pela primeira e pela segunda Revolução Industrial no fim do século XIX, cujo ponto geográfico foi, para começar, a Europa Ocidental com o uso dos motores a combustão e da eletricidade à base de carvão mineral. Depois, os Estados Unidos com sua industrialização.

Já o gás natural, proveniente tanto do metano quanto das fontes primárias de hidrocarbonetos, é visto atualmente na condição de insumo essencial para uma nova configuração econômica e tecnológica que se desenha desde a década de 1980, a saber, o

surgimento da terceira "revolução tecnológica" que procura superar a representação pautada pela economia industrial, feita sob os auspícios da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. (Cf. Oliveria, 1988: 45)

É citada a escalada de novos processos econômicos no qual o **lócus** é encontrado não mais exclusivamente no bloco dos países industrializados do Hemisfério Norte, (5) em que o imperativo da tecnologia avançada e da pesquisa com uso do gás natural, neste começo de século, tende a ser global. Esta afirmação dá se, sobretudo ao se considerar a formulação de políticas energéticas na Noruega, na França, no Reino Unido, em Cingapura, na Coréia do Sul e outros Estados com interesse na mencionada matéria-prima. (Cf. Oliveira, 1988: 47).

Elemento considerado ecologicamente correto, de energia tendente à limpa no seu uso, já que teor de poluição liberada é baixo, o gás natural poderia ser utilizado não só na geração de eletricidade para o parque industrial brasileiro, que carece de grandes volumes, mas também no uso residencial e nos transportes, sem causar grandes problemas ambientais. O uso seria um avanço quando se verifica o fato de o GN ser quase totalmente "queimado na boca da prospecção" em boa parte dos países produtores do Terceiro Mundo, em virtude da falta de tecnologia para melhor aproveitamento desse bem energético. (Oliveira, 1988).

Contudo, abre-se duas questões. Isto significa que se os países produtores de petróleo, sem tecnologia, queimam o gás associado, sendo este o subproduto do próprio carburante líquido, certamente eles não teriam condições de aproveitar as reservas predominantemente de GN, em quantidade muito superior. O outro passo favorável é que o gás cria menos impacto ambiental . Evidentemente, se ele for comparado à queima de óleo combustível e de carvão mineral a resposta é sim. Mas o gás natural pode criar danos ao meio ambiente se ele for usado largamente, por exemplo, com a emissão de dióxido de nitrogênio – N02.

A concepção e construção do GASBOL são feitas a partir de tecnologia de alto nível contando com instituições de pesquisa, empresas variadas e universidades brasileiras possibilitando, ao contrário de outros Estados *petroleiros*, na utilização da matéria-prima. Esse fato aumenta, sobremodo, a importância do empreendimento ao País por se tratar de

grandes custos financeiros e de empenho tecnológico de um Estado considerado potência regional.

De outra parte, há comentários de que o gás natural boliviano, calculado na faixa dos 120 bilhões de metros cúbicos no total, estimativa menor do que à da Venezuela, não guarda tanta quantidade assim para garantir o proveito industrial do Brasil, da região sudeste – mais necessitada de energia em grande quantidade e de outros compradores. Então, quais seriam as razões que levaram à *reedição* de um acordo entre vizinhos, se considerarmos os ensaios malogrados dos Acordos de Roboré, para que um Estado venha tirar proveito dos recursos naturais, matérias a serem disponíveis, de outro em condições não tão vantajosas assim?

As reservas energéticas da Bolívia, há mais de cinqüenta anos, chamam atenção do Estado brasileiro que procurava assegurar o abastecimento de petróleo. Havia a preocupação de indicar os combustíveis líquidos como essenciais para impulsionar um plano de desenvolvimento nacional ao País. Desta forma, em 1958 houve o interesse pelo petróleo do vizinho andino com o propósito de assegurar um quadro estável de abastecimento ao poder nacional, estrutura militar, indústria de base em progresso etc. (Cf. Ferreira, 2001: 28).

Em 1997, houve a emergência do gás natural do oriente boliviano nos assuntos nacionais e alimentando seu emprego na matriz energética do Brasil, cuja falta de energia compromete seu crescimento econômico e, portanto, sua estabilidade social e política. Tanto em uma data, quanto em outra há a representação estratégica do insumo energético, sem o qual o fundamento de "interesse nacional" como será analisado mais adiante, deve falhar - porque há de saber o quão fluído é o conceito de interesse nacional. (Cf. Bull, 2002).

0.4.Plano deste trabalho

A opção metodológica desta tese é tentar compreender as implicações políticas da energia na situação internacional, sob o signo da denominada política tradicional que não estranha o poder nem o conflito. Entendemos política tradicional aquela de feição clássica que tem seu significado quando examinada com a preeminência do Estado e do poder

político, tendo este na qualidade de ator primordial das relações internacionais, bem como partidário da centralização do poder quando se refere à esfera doméstica. Centralização que ganha forte oposição de setores intelectuais, políticos e econômicos defensores de uma atuação *cosmopolita* ao livre mercado.(6)

Mesmo que o regime político do Estado em questão seja pautado pela democracia (no sentido lato) a centralização do poder não é, necessariamente, um contratempo ao exercício de um regime aberto em que se acata direitos individuais. (Cf. Offe, 1984). Desta forma, procuramos compreender quais são os vetores consoantes à política tradicional em meio a um sistema internacional desigual e complexo aos países em desenvolvimento, como é o Brasil.

No aspecto teórico e metodológico, há duas situações que merecem explicação. No campo dos estudos de relações internacionais este trabalho se enquadra naquele termo denominado Realismo, já que ele aceita a preeminência do Estado nas relações internacionais. Quando nos dirigimos ao conceito de política tradicional, ou clássica, na verdade estamos nos filiando ao Realismo, a política da realidade, pois essas expressões são similares, como prefere Edward Carr em seu livro *Vinte Anos de Crise*. (Cf. Carr, 1981: 100).

Na segunda situação é mister frisar a opinião de Raymond Aron sobre o conceito de Realismo. Em um texto bastante difundido, integrado aos *Estudos Políticos*, o autor não compartilha a idéia de que há uma teoria das relações internacionais de fundamento realista que funcionaria na qualidade de guia para as ações do homem de Estado, do responsável por decisões, o governante. Há sim, para o pensador francês, o exercício da política com suas características "nuas e cruas" que forçam o estadista a adotar não uma teoria, mas uma postura congruente com a situação de complexidade que exige soluções por parte do governo. Por se tratar de parecer não muito comum no debate acadêmico sobre o assunto seguimos abaixo com Aron:

> "Neste caso, ela (a teoria) só se opõe não só à pratica, à ação, mas também ao conhecimento que anima a vontade política de 'saber para prever e poder'. Quanto menos prático for um conhecimento, quanto menos surgira ou permita a manipulação do seu objeto, mais será considerado teórico". (Aron, 1980: 318).

Por conseguinte, esta perspectiva de Aron não se diferencia, em essência, daquela apresentada por Henry Kissinger, em *Diplomacia*, sobre as reais obrigações do estadista

sob o apelo das grandes decisões, a prova de fogo do jogo da política internacional: "A prova de um estadista é ser capaz de discernir no turbilhão de decisões táticas os verdadeiros interesses de longo prazo do seu país e montar estratégias para assegurá-los". (Kissinger, 2001: 116).

Assim, relacionar-se sob a égide da política tradicional e do Realismo é não negligenciar aqueles fatores clássicos que são pertinentes à manutenção do Estado nacional em meio a um ambiente de conflito, mesmo o de coloração violenta por meio das armas e grupos organizados: ato considerado normal em um sistema de Estados, cuja cadência é vertical. Assim, o planejamento estratégico, a geopolítica e a segurança nacional são os fatores essenciais para compreender a situação do país, grande potência ou não, em um nível em que a energia se qualifica como elemento relevante à consecução do poder do Estado.

Utilizaremos, para este fim, autores de filiação tradicional que não rejeitam o fato de as relações internacionais serem permeadas de conflitos entre Estados. São observadores que entendem ser os insumos energéticos elementos de importância estratégica, sem os quais os países se ressentem em sua economia e política. Golbery do Couto e Silva, em *Planejamento Estratégico* (1981-A), será a base sobre a qual se verificará a pertinência da estratégia na condição de ferramenta do Estado nacional. Hans Morgenthau e Aron são os autores que demonstram a realidade da política internacional com sua natureza conflitante e permeada de diferenças de difícil superação.

Encontram-se autores, clássicos e contemporâneos de Ciência Política que contemplam a necessidade de haver debates sobre centralização política, no que tange a conformação de uma atuação bem fundamentada nas ações do poder. E o ponto é ainda mais premente quando o assunto se relaciona à energia ou a um bem natural considerado finito, com implicações geopolíticas pesadíssimas na vida dos Estados nacionais. Max Weber, Carl Schmitt e outros podem contribuir para a ótica da representação estatal na economia e na energia.

Em outra instância, utilizaremos também autores mais "técnicos", pertencentes à área da pesquisa energética e dos carburantes. Entre eles, o geólogo norte-americano Jeremy Rifkin, cuja proposta é verificar até que ponto as denominadas matérias-primas energéticas são desvencilhadas de interesses nacionais das grandes potências, de forma

revelada e direta. E para dar-nos breve suporte histórico temos o *técnico* Daniel Yergin com seu importantíssimo livro. *O Petróleo*, à avaliação de crises iniciadas pela política energética dos Estados. Após esta explicação segue a ordem dos capítulos que compõem este texto.

Por fim, contamos com variados artigos e matérias publicados pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, principalmente, visto que se trata de importante diário brasileiro que dedica opinião e espaço aos assuntos internacionais. E muitas vezes as questões externas são primeiramente analisadas pela grande impressa, para depois serem estudadas academicamente pelos especialistas para adquirir o ponto necessários. Os problemas da energia latino-americana são modelares. No mesmo pé daremos prioridade na leitura de textos escritos por analistas bolivianos publicados em revistas especializadas nos assuntos de política internacional.

No primeiro capítulo, **O Planejamento Estratégico e a Energia**, discorremos sobre o fundamento da estratégia e sua locomoção no campo do Estado, do poder político. Aqui tencionamos demonstrar que o planejamento estratégico é uma valiosa ferramenta do poder nacional, contrariando a versão político-intelectual formada pela opinião de que a ordem de mercado se torna necessária e suficiente para angariar posição de destaque aos países que se encontram no sistema internacional.

Ainda neste capítulo procuraremos demonstrar que outros elementos se complementam ao fundamento do planejamento estratégico do Estado, a geopolítica e segurança nacional formam bloco que, se for bem articulado, possibilita melhores condições de saber como o Estado pode se comportar perante um item de grande relevância à atividade pública, a política energética simbolizada pela preeminência dos hidrocarbonetos.

No segundo capítulo, **A Energia como Fator de Conflito Internacional**, procuramos demonstrar que a energia, petróleo, gás natural, rios internacionais ainda realizam crises de coloração clássica. Ou seja, os combustíveis fósseis continuam sendo itens com poder de fazer com que os Estados nacionais utilizem seus instrumentos de força e de poder político para tratar de matérias-primas responsáveis pela consecução de seu poder nacional.

Continuando neste capítulo, demonstramos que a politização dos hidrocarbonetos não é algo que se enquadra somente às grandes áreas de exploração do Oriente Médio, nem se limita ao ano de 1974, com a crise da OPEP. A politização do petróleo é constante nas relações internacionais em todo o mundo, inclusive na América Latina. A crise daquela organização não foi a primeira vez em que os carburantes foram usados para pressionar, nem a última. O uso político do gás natural pela Bolívia é mais uma etapa que começara há muito tempo.

Analisar o modo pelo qual se expressa a diplomacia boliviana a partir da década de 1950, com os Acordos de Roboré, é o objetivo do terceiro capítulo, **Política Externa Brasileira, Bolívia e Energia.** Além disso, o intuito desta parte do trabalho é compreender as implicações que a política externa do vizinho andino provoca nos assuntos políticos e sociais locais, com o petróleo, em passado recente, e com o gás natural atualmente. O propósito vai ao encontro de saber se a diplomacia energética da Bolívia é consoante com a do Brasil.

Após isso, faz-se congruente analisarmos os últimos acontecimentos políticos e econômicos da República da Bolívia e os possíveis efeitos na constituição da sua política externa, a saber se sua crise e sua concepção ainda têm condições de imprimir projetos de cooperação equilibrado sob um insumo estratégico com o Estado brasileiro, desejoso de instituir arranjos políticos mais largos, mas com contratempos para montar sua liderança regional.

O quarto e último capítulo, **Bolívia, Integração Energética e Crise Política**, demonstramos quais são os vetores que impulsionam as crises políticas bolivianas. Faremos breve estudo dos acontecimentos capitais da história política da Bolívia, como a Revolução Popular de 1952 e sua influência nos Acordos de Roboré. Sob a mesma ótica tencionaremos dizer que os acontecimentos do passado retornam ao presente, com roupas novas.

Por fim, fecharemos nosso texto ao considerar as formas com as quais se expressa o nacionalismo boliviano e sua possível relação com os movimentos sociais e étnicos que, em grande parte, foram as bases de apoio sobre as qual se deu a eleição de Evo Morales, em dezembro de 2005. Eleição que não tem sido congruente com a visão brasileira de

segurança energética e de estratégia para sua liderança regional, como imaginara o Itamaraty.

Por causa de incompatibilidade entre as medidas de redatores de texto, originalmente este documento fora escrito em papel "A4", mas tivemos de passá-lo para o padrão "carta" adotado na UNICAMP. Por isto, preferimos por as notas de roda-pé no final de cada capítulo correspondente para que elas não tenham de ser lidas em desalinho com as páginas.

Notas das Considerações Preliminares

(1) Sem esgotar o assunto, é nossa intenção tratar a energia conceitualmente, procurando integrar os combustíveis fósseis e a hidroeletricidade como partes integrantes da crise energética brasileira. Também tencionamos isto porque tais gêneros interessam ao MME do Brasil, conforme sugestão de Joaquim de Carvalho. (Cf. Carvalho, 2002: 102). Aqui consideramos o gás natural escoado tanto por dutos quanto o liquefeito, transportado por veículos ou navios de criogênio.

(2) É certo que a criação do MERCOSUL se deu em 1991, com a inclusão do Paraguai e do Uruguai aos traços feitos por Argentina e Brasil anos antes, mas consideramos a atmosfera benéfica que o antecedeu, como a Ata de Iguaçu, de 1985, que procurou arrefecer os conflitos políticos dos anos 1970, como Copus Itaipu, e o Tratado de Buenos Aires, de 1988, que incentivou os intercâmbios econômicos à caminho da cooperação.

(3) O termo unidade política, para Raymond Aron, é sinônimo de Estados nacionais, potências munidas de autoridade centralizada e espaço territorial com o qual se constrói relações culturais. Desde a Antiguidade clássica, passando pela Idade Média, até a atualidade, as unidades políticas são atores com emprego de soberania, mesma visão de mundo internamente e poder sobre determinado território que procura manter sua independência por meio de guerras e tratados. (Cf. Aron, 1986: 151). Na medida conceitual podemos dizer que as unidades políticas não aceitam ingerências de atores internacionais, Estados e organizações, em suas decisões mais sensíveis.

(4) Procurando não perder o foco desta investigação, tencionamos dizer que a busca brasileira pelos hidrocarbonetos bolivianos se iniciou nos anos de 1938 e 1958. Em 1958 tivemos os malogrados Acordos de Roboré, comentados neste texto, com o fito de dar vida operacional ao intercambio energético entre os dois Estados. Em essência, o Tratado de 1996, La Paz, é semelhante aos anteriores, visto que ele procura importar elementos estratégicos, passíveis de conflitos. Contudo, os instrumentos conceituais da diplomacia tiveram alterações.

(5) Apesar de o termo não ter precisão conceitual, pensamos na utilização dele como substantivo a Estados industrializados e Estados em desenvolvimento. Até porque não seria tão estranho assim o uso dos termos Norte e Sul se levarmos em conta que a realidade do sistema internacional não é harmônica entre as unidades políticas ricas e pobres.

(6) Por cosmopolita entendemos algo que seja consoante à noção de que o mercado desregulamentado permite melhor extração das virtudes da economia liberal-individualista, aproveitando fluxos de investimentos internacionais que não seriam mais bem aproveitados por causa da centralização do Estado e dos nacionalismos; e daí a influência que isso criaria nos governos. Esta noção de Edward Carr é encontrada, substantivamente, nas palavras "liberal" e "utópico" para designar posturas mais voltadas à liberdade de comércio e todas as suas franquias. Em contraponto aos primeiros há as políticas do "realismo" e da "tradição" voltadas ao poder do Estado

Capítulo 1

O Planejamento Estratégico e a Energia

Algumas matérias-primas são relevantes ao desenvolvimento econômico e social dos Estados nacionais, dependendo do período histórico em que eles estão. Esta afirmativa é ainda mais verdadeira, para a atualidade, quando nos referimos aos insumos energéticos, os hidrocarbonetos. Os Estados que apresentam importância no sistema internacional entendem ser os energéticos parte dos fatores estratégicos na consecução do seu poder na dimensão internacional. Este capítulo procura analisar o significado do conceito de estratégia e as implicações de sua crise no plano do poder estatal, desfigurado por fortes correntes intelectuais e econômicos simbolizadas pela globalização. E, em seguida, tenciona compreender o conceito de geopolítica e de segurança concernente aos fluxos energéticos.

1.1.O Conceito de Estratégia

Em princípio, é necessária uma breve explicação sobre a correspondência entre os conceitos, ou modalidades, de estratégia e sistema internacional que não deixam de ser presentes em uma análise de ciência política e de relações internacionais. Em um breve escrito analítico sobre teoria de relações internacionais, Andrew Hurrel discorre a respeito de possíveis implicações que podem haver entre diversos conceitos e modelos, vistos por contraditórios, mas existentes no intercâmbio dos Estados nacionais. (1) Isto significa que as tipologias se cruzam e negam o anglo de que, na realidade, elas seriam tipos ideais ou puros.

São modelos antípodas teoricamente, mas que podem coexistir no mesmo cotidiano de aplicabilidade, **verbi gratia**, *hegemonia e regionalismo* ou *neo-realismo e livre mercado*, sendo que os primeiros de cada dicotomia são negativos, e os segundos são positivos. Quer dizer, são positivos na medida que apontam para a paz e cooperação, e negativos em razão deles alimentarem um ambiente afligido por conflitos gerais e disputas. Conceitos que eram considerados estáticos, em um passado recente podem expressar, e contrariar, novas interpretações em virtude do relacionamento interestatal conturbado no aspecto político.

Com o fim da denominada Guerra Fria, da clivagem entre Estados Unidos e União Soviética, houve grande intenção reformista com teor positivo de se enxergar uma ordem em que deixaria de haver somente interesses vinculados às grandes potências, em detrimentos dos países mais pobres, a maioria das unidades políticas. Aqui, dava-se a entender que o sistema internacional havia se transformado para o bem e para o progresso da *communidade* de Estados nacionais, movidos pelos mesmos interesses de paz e justiça internacionais.

Após o breve período de otimismo o sistema internacional, que havia se alterado politicamente por causa do fim da Guerra Fria, não perdeu sua tradicional essência, o de ser pautado pelas grandes potências, quando estas ultimas vêm sua preeminência em jogo. É certo que não há como ignorar a junção e a arte de engenharia política por que passou a União Européia, nem o papel salutar encontrado na procura de imparcialidade da OMC, embora tais instituições não possam ser imunes aos fortes embates internacionais às quais elas participam.

Vale observar que o atual sistema internacional, e assim tem sido, é pautado pelas grandes potências do ponto de vista econômico e político, dependendo ele da conjugação de poder entre essas, bem como do jogo de rearranjo diplomático em utilização. (Cf. Hurrel, 1995: 46). Blocos regionais, ensaios de liberação comercial no âmbito mundial, desarmamento etc, não deixam de anular o padrão *oligopolístico* que o sistema internacional apresenta.

Se o sistema de Estados nacionais, interestatal que é mais pertinente a esta análise, de acordo com a percepção de Raymond Aron, continua sendo desigual, então, ainda é conveniente o uso de conceitos e instrumentos vinculados a uma das teorias de relações internacionais, a do Realismo. As noções de estratégia e de segurança internacional, são passíveis de utilização em um mundo que não desconhece grandes conflitos, sobretudo se as noções são ligadas a insumos energéticos, portanto estratégicos para os Estados. (Cf. Aron, 1986).

Antes de discorrermos sobre a estratégia é necessário explicar nosso entendimento sobre o conceito proposto, visto que ele é intensamente utilizado em várias áreas do debate político-econômico para apontar quais meios devem ser usados por agentes empresariais privados, e seus consultores, à procura de angariar lucros e maximizar ganhos em uma

ordem considerada reformada e sem restrições ao franco empreendimento internacional. Essa utilização passa a se dar a partir da ascensão do debate intelectual e político de coloração cosmopolita, nos últimos quinze anos, e o suporte que essas idéias atribuem à denominada necessidade de renovação do Estado e a superação de sua crise econômica, conforme avalia Paulo Batista Júnior. A saber, *estratégia* do mercado contra a crise da organização pública.

As reformas estruturais propostas foram a abertura dos mercados nacionais e a privatização de empresas publicas consideradas essenciais à industrialização do pós-Segunda Guerra Mundial. Desregulamentação e auto-retirada de assuntos vistos por primordiais à estabilidade estatal no Capitalismo, como o planejamento, foram aplicações de governos partidários da reforma institucional em boa parte dos Estados latino-americanos com o objetivo deles serem atrativos ao investimento internacional. (Cf. Batista Júnior, 1997: 21).

Assim, em outro nível, no clássico, a estratégia é a ferramenta do planejamento de poder do Estado, sendo este *poder* a capacidade de fazer valer a vontade da unidade política mais bem preparada, em face de seus pares que disputam os mesmos objetivos e desejam as mesmas vantagens escassas, portanto com possibilidades de conflito. Esta assertiva é válida tanto para a esfera da política doméstica, quanto à internacional. Mais do que isso, a estratégia não se limite a estar somente no teatro de guerra. Sob o olhar de Couto e Silva se vê a seguir:

> "O Conceito Estratégico Nacional é a diretriz fundamental que, em dado período, deve nortear toda a estratégia da Nação, com vistas à consecução ou salvaguarda dos Objetivos Nacionais a despeito de antagonismos que se manifestam ou que possam a vir a manifestar-se tanto no campo internacional, como até mesmo no âmbito interno do país". (Silva, 1981-A: 59).

Apesar de o nosso termo ser amplamente vinculado à arte da guerra, não há por que concentrar a estratégia nos assuntos relacionados aos enfrentamentos bélicos, pois ela é uma ferramenta do Estado em períodos de estabilidade internacional ou não. Não se limitando a ser exclusividade dos Estados-Maiores a estratégia pode ser interpretada como a capacidade de tirar proveitos dos conhecimentos humanos, culturais e materiais de um determinado Estado nacional, de acordo com o prisma de Anatole Rapoport. (**In** Clausewitz, 1979: 20).

Na guerra ou na paz a estratégia é a racionalidade das unidades políticas viventes em um ambiente internacional conflituoso e não democrático, por isso o excesso de prudência. Mais do que isso, a estratégia pode ser a feliz ligação entre os recursos naturais e matérias com a conduta política de alto nível. Nas palavras de Carl von Clausewitz ela é um arcabouço teórico e moral que anima o Estado a constituir seu próprio projeto de consecução e de poder na escala mundial - uma vontade política para o bem do Estado. (Cf. Clausewitz, 1979: 200).

Sabemos que Max Weber é autor da muito comentada passagem conceitual que explica o Estado, sua corporação, como sendo o primeiro, o principal corpo político, a utilizar a violência de forma franca e sistemática, sem a qual todas as suas aplicações e projetos de consecução seriam deformadas em virtude de forças desestabilizadoras. Portanto, poder é o instrumento que o ente político tem para influenciar e dobrar a vontade de outros atores (Cf. Weber, 1974: 98). Em outro aspecto, mas sem mudar a essência, esta concepção de poder não contraria a apresentada por Clausewitz, em *Da Guerra*, de quem o instrumento inicial é a guerra, e a estratégia, para superar contrariedades. (Cf. Clausewitz, 1979: 80).

Não há passagem encontrada em no livro *Ciência e Política* nos autorizando a pensar que seu autor reflete os princípios de estratégia por meio da organização do poder e do planejamento do Estado para sua consecução de poder. Mesmo assim, há possibilidade de opinarmos sobre tal fórmula, considerando que a preeminência do Estado, como gestor na organização racional de seus recursos, é a maneira de se formar instrumentos de estratégia. Para haver estratégia têm de existir, de início, instrumentos de ação política, do poder. Mais, para que haja a existência, estável, do poder político é necessário a centralização e a eficiência das ações burocráticas em prol da existência da unidade política. (Cf. Weber, 1974: 116).

A função da estratégia é a projeção do planejamento do Estado, antes de tudo, que recebe a participação de outros elementos integrados ao campo da atividade estatal, conforme a posição de Luigi Bonanate. O poder nacional e a geopolítica são termos pares e inseparáveis para melhor posição da unidade política no sistema internacional, considerado altamente conflituoso, independente de sua configuração que se evidencia. (Cf. Bonanate, 1997: 432).

Por outro lado, há como verificar que a década de 1990 sublinhou largo uso do conceito de estratégia em vários campos da economia e da administração de empresas. O tipo de relacionamento da economia brasileira na esfera internacional contribuiu para que o termo fosse aceito como forma de fazer com que determinadas corporações privadas venham a adquirir vantagens competitivas, em face de disputas por mercados compensadores. Paradoxalmente, à medida que as economias nacionais se integram ao processo de globalização mais se dá o emprego da palavra estratégia para designar ganhos empresariais.

Não há como vislumbrarmos toda as dimensões do processo de globalização, seus desdobramentos políticos, sociais, econômicos e culturais necessitam de análise mais acurada. Todavia, podemos verificar que ela não é fenômeno apenas ascendente na década de 1990, por meio da rapidez inerente a pesquisas tecnológicas de informática e telecomunicações. Concentrando-se na esfera político-econômico há como imaginarmos que a globalização ganhara corpo a partir da crise por que passou a sofrer o modelo de substituição de importações e sua matriz intelectual, o keynesianismo. (Cf. Batista Júnior, 1997: 12).

Ao comandar tarefas sob sua articulação as instituições estatais haviam se responsabilizado pela evolução de vários setores que não conseguiam apoio do meio empresarial privado nacional, por causa dos custos; ou por se tratarem de assuntos relacionados à segurança, os energéticos cuja crise poderia afetar a estabilidade brasileira. Nas palavras de Bautista Vidal essa foi a realidade do setor energético no ano de 1974, antes do "novo modelo". À primeira vista, aquela missão ficara mesmo sob a iniciativa pública.

A respeito da criação do novo projeto de combustível, o PROALCOOL, Vidal diz que se tratava de tarefa eminentemente governamental, para o Estado, não somente em virtude dos fatores de segurança, mas também por causa do descrédito que as pesquisas sobre o combustível renovável tinham perante os grandes grupos automobilísticos do ABC paulista. Os Centros de pesquisas nacionais, vide ITA, não poderiam se furtar de fazer pesquisas sobre o etanol, até porque o tema era parte da aquisição de avanço tecnológico. (Cf. Vidal, 1998: 251).

Já na década de 1980, houve focos em que os germes da globalização apareceram, tomando corpo na vertente antiestatal. Problemas relacionados à inflação, déficit público, queda nos preços internacionais das comodities, desgaste no arregimento de políticas públicas, criminalidade etc, são fatores considerados frutos da permanência estatal nos negócios produtivos, encarados na condição de **lócus** primordial da atividade empresarial privada, sobretudo nos países latino-americanos, cujo desenvolvimento não prescindiu do Estado. Na verdade a globalização se desenvolve sobre os contratempos que o planejamento público passou a ter.

Portanto, a resolução dos problemas apontados acima deveria ser encontrada na reforma, na desregulamentação, na maior participação no mercado externo, tido por positivo. A rapidez que as movimentações financeiras internacionais, por causa da comunicação instantânea e da informática; o forte incremento das corporações internacionais de indústria, comércio e serviços é considerada resultado salutar da globalização que em sua programação tem, além do mais, a desregulamentação do setor energético.

Estas explicações conceituais têm sua razão de ser. Em um trabalho desta natureza, que procura versar as implicações dos recursos energéticos na estabilidade dos Estados nacionais, não há como utilizarmos a estratégia sem precisá-la de maneira pertinente aos estudos políticos e relações internacionais, ainda mais no campo da globalização. Acreditamos que a estratégia, o planejamento estratégico, seja algo inerente às manifestações do poder nacional, dos Estados que instituem maneiras de assegurar sua existência e seus objetivos permanentes em um sistema internacional tradicionalmente desigual.

Desenvolvidas ou periféricas as unidades políticas que apresentam relevância diplomática possuem poder nacional, mas este não expressa, obrigatoriamente, intenção bélica. Esse aspecto de poder é o agrupamento de fatores tradicionais que estruturam o Estado. Fatores como desenvolvimento econômico-industrial, boas condições educacionais, avanço científico-tecnológico e outros, concorrem para constituir o poder nacional, conforme se encontra no pensamento de Oliveiros Ferreira. (Cf. Ferreira, 2001: 41). Por intermédio dessa orquestração o Estado procura se compor ativamente no sistema internacional.

Mais do que isso. Democráticos ou autoritários os Estados necessitam de planos organizados para seus cuidados. O planejamento estratégico não se resume aos países autoritários, ou regimes de características ditatoriais, pelo motivo dele ser assunto capital do poder político, algo que contribui para o nem sempre fácil diálogo entre os direitos individuais e seu resguardo perante a escalada de poder das instituições públicas. Nas democracias avançadas do Ocidente esse debate ganha vulto, o que vem a convocar a penetrante análise de Claus Offe sobre o tema. Mesmo os países com histórico respeito à democracia não deixam de ter planejamento estratégico: eles estreitam relação entre o poder e as organizações sociais e econômicas, públicas ou privadas, para o bom andamento do Estado.

Continuando neste ponto, é pertinente perceber o estudo sobre os problemas estruturais do Estado, não procurando qualificá-lo como algo passivo às investidas das classes sociais dominantes e afins. O Estado não se reduz a um comitê exclusivo de quem o papel é garantir proeminência às classes sociais mais bem preparadas social e economicamente, mesmo em um ambiente de coloração individualista. Não há como desperceber os fatores sociais de uma sociedade capitalista, mas o Estado desempenha determinadas funções, inclusive de coerção, cujo objetivo pode ser a procura da autonomia frente aos conflitos e não, necessariamente, atribuir vantagens a grupos econômicos privados. (Cf. Offe, 1986: 12).

Nesse propósito, emergem *funções estruturais* do Estado que não são desvencilhadas do planejamento estratégico, em outras palavras, do poder político. Elas não são uma noção estreita que resume somente o campo da atividade militar, embora este seja sua gênese: mas é uma percepção de estratégia que se articula com outros pontos que tocam a unidade política, por exemplo, o fomento científico-tecnológico, o empresarial, o educacional - e por vez, o ente político que tenha a capacidade de expressar um programa geral de políticas que possam ser universalizadas em nome do Estado. (Cf. Offe, 1986: 127).

É mister compreender a qualificação do poder político. Embora nos regimes democráticos haja a tendência para negar as chamadas "razão de Estado" eles não abrem mão de assegurar princípios e programas que são úteis para a conservação de sua manifestações - não à primeira vista, contra conflitos internos, mas em face da crise

internacional. Aliás, na ótica de Mario César Flores, é falsa a polêmica sobre a discordância entre democracia e planejamento estratégico, sobretudo na área da segurança, ponto de grande sensibilidade na vida das unidades políticas. (Cf. Flores, 2002: 23). Isto porque o assunto é muito ligado ao debate de difícil resolução à primeira vista, do qual o princípio é saber se o poder concentrado no público, na segurança nacional e no planejamento estratégico não diminui a esfera do privado, conforme a reflexão de Bobbio. (Cf. Bobbio, 1990: 14).

Estruturalmente desigual na sua composição histórica, ao se considerar esta interpretação do conceito de sistema internacional de Estados, percebemos que a discrepância na conformação das unidades políticas não é algo aparentemente natural, mas ela é construída para fazer valer aquilo que é esperado pelas grandes potências econômico-militares, à conservação do **status quo** aos países mais bem preparados na política do poder mundial, tanto unitária, quanto conjuntamente em sua versão simbólica, conforme avalia Aron.(2) O eixo pelo qual gira o sistema é a existência de Estados soberanos, possuidores de interesses, que se reconhecem e se relacionam a partir de regras e normas que unidades políticas mais poderosas fomentam como segue: "sistema no qual se integram os Estados, cada qual vigiando os outros para garantir a sua segurança: estatal porquanto a guerra constitui não uma relação entre indivíduos, mas sim uma relação entre Estados". (Aron, 1987: 19).

É fato que a conformação internacional não se limita apenas aos intercâmbios entre unidades políticas que se reconhecem na condição de membros participantes das mesmas convenções, cujos códigos de identificação valem para todas. Certamente, na arena de atuação externa há inúmeros autores não vinculados às burocracias públicas especializadas que não são, por certo, Estados nacionais portadores de credenciais da diplomacia. Um rol enorme de entidades qualificadas como organismos multilaterais marcam presença, outrossim, nos variados núcleos multilaterais que marcam conflitos e cooperações internacionais.

Não desconhecemos as complexas manifestações imprimidas pelas organizações em pauta, pois as evidências de suas representações são registradas no cotidiano político-diplomático. Entretanto, o que procuramos sublinhar é a noção de que o sistema internacional é organizado, em primeiro plano, pelas unidades políticas, portadoras da

responsabilidade de se conservarem na arena da política internacional como são. A utilização do planejamento estratégico é um dos elementos presentes para o objetivo. Ao se tratar das grandes potências industrializadas, o objetivo é o equilíbrio internacional do sistema e não angariar a paz à primeira vista, conforme ajuíza Hedley Bull. (Cf. Bull, 2002: 214).

Assim, a estratégia é tradicionalmente encontrada nos assuntos referentes aos estudos militares e suas operações, no teatro de guerra, para alcançar os objetivos propostos pelos núcleos planejadores dos métodos mais adequados ou possíveis. Mas esse uso do mencionado conceito não contraria, em absoluto, o que tencionamos empregar nesta investigação Na verdade, falar que a estratégia é um plano de ação do Estado leva-nos a beirar a redundância. Embora tenha uso vinculado a assuntos militares, a estratégia é instrumento de consecução de poder do Estado nacional, ainda que não exista o conflito de teor bélico.

Em um país das peculiaridades de Brasil, Rússia ou Índia, ou China potências regionais ou emergentes, não há como deixarmos de refletir o termo estratégia. Com este propósito Ronaldo Sardenberg apresenta alguns fatores clássicos, de poder nacional que contribuem para a constituição de um conceito estratégico. Fatores alinhados à posição geográfica, grande massa demográfica e territorial, costas marítimas, matérias disponíveis, energéticos e a qualidade da inserção internacional dão a importância do planejamento estratégico.

Portanto, um relacionamento de paz com a vizinhança, saídas e contatos exteriores diversificados são pontos primordiais a Estados das dimensões brasileiras, chinesas ou russas. Saída alternativa via oceano Pacífico (ver ilustração 3), garantia de suprimento energético e estabilidade político-econômica doméstica são fundamentais no caso brasileiro. Claro, tudo isso se for levando em conta a participação dos grandes Estados nas mudanças do sistema internacional. Para isso não se abre mão de fatores de poder nacional, que já são iniciativas que implicam conflito na política internacional. (Cf. Sardenberg, 1995: 19).

Para conservar o sistema internacional de modo desigual e hermético às reivindicações dos Estados nacionais com menos poder, o que fazem as grandes potências. Ou contrariando-as, fazendo com que as unidades políticas contestadoras tenham

possibilidades de forçar mudanças no sistema interestatal, a compreensão de estratégia pode, outrossim, ser descrita da seguinte forma, pelo autor de *Paz e Guerra entre as Nações:*

"Chamemos de estratégia o comportamento relacionado com o conjunto das operações militares, e de diplomacia a condução do intercâmbio com outras unidades políticas. Tanto a estratégia quanto a diplomacia estarão subordinadas à política, isto é, a concepção de que a coletividade, ou aqueles que assumem responsabilidades pela vida coletiva, fazem do interesse nacional". (Aron, 1986: 72).

Os Estados nacionais, no significado do poder político, não abrem mão de possuir um plano de ação, um roteiro de medidas com o propósito de lhes assegurar existência e estabilidade político-econômica em um sistema internacional visto como injusto e hermético para os homônimos periféricos. Se eles são grandes potências industrializadas, a estratégia é direcionada para fazer com que a situação de preeminência desses países não deixe de existir.

Em outro diapasão, se forem Estados em desenvolvimentos a estratégia se torna ferramenta útil para que eles possam ter a capacidade de diminuir o grau de constrangimento que, eventualmente, podem sofrem no relacionamento com outras potências ou organismos internacionais. Por isso, na assertiva de Kenneth Waltz, o papel do poder estatal não se faz ausente nas unidades políticas de quem o intento é tão somente não esperar que a busca de poder necessário, para elas, seja transferido em prol de terceiros atores.

A dependência a outras potências, independente da conformação de poder delas, e a organismos internacionais que possam ser influenciados pelos primeiras não reside na aquisição de equilíbrio e estabilidade das unidades políticas. Mesmo que tais arranjos de dependência sejam vinculados a esforços institucionais de eqüidade, denominada integração regional, os países o aceitam levando em conta apenas a conveniência desses institutos. As suscetibilidades existentes no nível da integração podem ser observadas no petróleo, considerado problema de grande monta na dependência interestatal. (Cf. Waltz, 2002: 215).

1.2.O Planejamento Estratégico e o Estado

Mesmo correndo risco de redundância, nosso uso da palavra política, e de poder político, corresponde ao âmbito do Estado e sua centralidade, sendo este o núcleo primordial em que grupos ou partidos políticos se movimentam ora em disputas, ora cooperando em assuntos do qual o objeto material ou não, a ser perseguido, é finito e passível de conflitos, conforme lê Julien Freund. (Cf. Freund, 2004: 382). No aspecto da política doméstica significam agrupamentos, ou similares, que advogam interesses específicos ou que servem à divulgação de determinadas opiniões que possam lhes trazer vantagens. Para isso, esses atores compõem projetos e se responsabilizam pelos resultados obtidos.

Para exemplificar esse conteúdo citemos o grupo organizado similarmente a partidos políticos que se expressa, em Oliveiros Ferreira, com o nome de *partido fardado*. Agrupamento presente nas Forças Armadas nacionais que pode exercer funções consideradas pertencentes, em princípio, à esfera civil, inclusive em combinação programática com esta última. Embora esses grupos sejam "partidos militares" não há a necessidade de haver homogeneidade e confluência entre eles em virtude de seus objetivos e visões de mundo. (Cf. Ferreira, 2000: 43). Divergentes ou não, no ponto de largada, essas agremiações fardadas não abriram mão da centralidade do poder político, ao menos no Brasil. (3)

O intuito é deixarmos evidente que se trata da política tradicional, de autonomia, que só tem propósito no Estado, que não ignora lutas e conflitos travados para adentrar ao seu núcleo de controle, ou para que a unidade política seja reconhecida sob o manto do prestígio internacional perante seus homônimos. Mas sem haver desconhecimento de que isso, outrossim, implica conflito nos embates domésticos e internacionais; não como elemento de frivolidade da contestação, mas sim instrumento de mudança de sistemas contaminados por conveniências políticas, de acordo com Carl Schmitt. (Cf. Schmitt, 1992: 43).

Em primeiro plano, se trata de entender que a política, a ação do poder estatal, não se limita a ser inferior às manifestações e interesses da economia de mercado, dos agentes empresariais que se organizam sob um espírito de intercâmbios para limitar o papel do

poder público. A política seria o ponto independente de toda a atividade nacional, ela não é subordinada à vida privada, da moral, da religião ou de padrões éticos setoriais e corporativos. Ela é sim dona de categorias específicas próprias da sociedade. (Cf. Schmitt, 1992: 51).

Por isso que a categoria *Estado total*, para Schmitt, faz-se presente no cotidiano político, social e econômico em boa parte das unidades políticas, visto que a ação de intervenção da atividade pública é o resultado da admissão de tarefas que o poder do Estado assume, ou é levado a assumir em áreas de difícil resolução sem a anuência do político. A confecção de planos de desenvolvimento, de educação e saúde universais são amostras de que o poder público desempenha papel primordial de equilíbrio. É sob essa ordem é que disputam visões e perspectivas sobre os destinos do Estado. Mas há projetos opostos também.

Em um dos projetos opostos reside a procura de se contornar o Estado, de se despolitizar as atividades econômicas e financeiras dele para deixá-las a uma espécie de auto-regulação apolítica, como se elas prescindissem de uma linha de intervenção. Com efeito, essa tem sido a tônica na "dialética" entre o público e o privado nos países em que ainda não se cansaram das lutas travadas entre a construção e a relativa paralisia dos projetos públicos, sobretudo em um ambiente em que as reformas institucionais agregam algo de liberalismo:

> "Todas essas reduções visam, com grande segurança, a submeter Estado e política em parte a uma moral individualista e portanto de direito privado, em parte a categorias econômicas, e privá-los de seu sentido específico. É muito notável com que a naturalidade o liberalismo não apenas reconhece fora do político a autonomia das diferentes regiões da vida humana, mas as exagera em especializações e até mesmo numa completa isolação". (Schmitt, 1992: 99).

Em um ambiente considerado regular na sucessão dos partidos políticos à alçada dos poderes executivos, respaldado por normas legítimas e com participação de todos aqueles que se interessam, e tomam parte em seus assuntos, é normal a existência de disputas entre correntes variadas de interesses políticos que se conflitam à procura de influenciar os negócios públicos, para que possam imprimir seus programas nessa arena de atuação política. Bobbio observa que a disputa entre partidos ou grupos organizados é simbolizada pela dicotomia do *direito público* e do *direito privado* que tenciona aumentar a representação do poder público, ou ao contrário, na esfera socioeconômica do país.

dependendo da origem e programas políticos dessas agremiações e grupos em busca do poder político.

Dicotomia, cuja vantagem de um lado da relação, representa a queda do outro em uma sucessão de perdas e ganhos a grupos e quadros que tomam parte na democracia representativa nos últimos cem anos. Partidos que, uma vez eleitos, admitem a feição de que a consecução de projeto de Estado é inerente à centralização do poder e da responsabilidade para substanciar a esfera do poder político ou para sua limitação. (Cf. Bobbio, 1990: 27). É evidente, levando-se em conta que, por certo, as regras do jogo da democracia representativa são constantes na vida dos países em quase todo o sistema internacional. E sabe-se o quanto é polêmica a idéia de ser a democracia um valor universal.

O resultado dessa disputa entre o direito público e o direito privado, entre o interesse coletivo e o empresarial-corporativo, não está à parte dos problemas encontrados no sistema internacional, em que o Estado ainda é o principal ator. Ao depender da situação doméstica e dos quadros governamentais que estão na esfera da administração pública, com suas atuações e plataformas políticas, o Estado pode sofrer mais ou menos constrangimentos, ter diminuída ou dilatada sua ação perante uma realidade de difícil articulação para as unidades políticas com menos arcabouço de poder político ou econômico.

Portanto, a maneira como se imprime a organização político-econômica do Estado nacional pode afetar a criação estratégica, e essa desarticulação não se ajusta em um ambiente de conflitos por bens com tendência à escassez. Na leitura de Jeremy Rifkin, o descompasso afetar a forma sob a qual se averiguam os fundamentos da energia, desconsiderando seu papel primordial pelo qual se elevam partes do desenvolvimento nacional visto que, historicamente, o progresso dos países nunca foi separado de algum tipo de energia, independente da origem cultural e geográfica das unidades políticas. (Cf. Rifkin, 2003: 38).

Isto significa que ao depender dos grupos disputantes que adentram ao poder, e à administração pública, alguns insumos naturais ou bens, considerados de suma importância ao equilíbrio econômico e ao bem estar do Estado, podem ser vistos na condição de simples commodities cuja regulação de preço e fornecimento ficam apenas ao cargo das regras do

mercado aberto. Sob o desejo de mercado aberto, e auto-regulado, os agentes partidários de regimes econômicos, de característica livre-cambista, acreditam que o balanço natural entre a oferta e a procura é suficiente para abastecer locais e assegurar o fornecimento de desses bens urgentes, pois a regularidade desses minérios faria parte da racionalidade econômica como qualquer outro produto.

Se há instabilidades e crises entre agentes produtores e consumidores, as matérias energéticas se enquadram nesse raciocínio, é porque há forte politização dos assuntos econômicos na esfera internacional da mesma forma que houve no fomento de guerras, acreditam os reformadores ligados a uma compreensão do pensamento liberal. A ascensão de grupos inerentes à burocracia estatal, alojados em núcleos planejadores econômicos ou diplomáticos, contribui para atribuir alto teor político a problemas que seriam muito bem resolvidos por agentes privados, idéia que pode resultar em *fraude*, assim opina J. K. Galbraith. (Cf. Galbraith, 2004: 41).

É desta forma que Friedrich Hayek se expressa para militar a favor de retirar os Estados do gerenciamento do mercado internacional, portanto da política. A opinião daquele economista é a de que a política internacional acarreta guerras em virtude de valores e fatores éticos presentes no meio burocrático governamental. Planejamento, para o autor de *Os Caminhos da Servidão* é sinônimo de abre alas da guerra, da mesma forma que esse instrumento fora para os governos autoritários europeus dos anos 1930. (Cf. Hayek, 1984: 198).

O termo reforma institucional, em princípio, parece não combinar com as propostas "liberalizantes" dos partidários do direito privado e do cosmopolitismo. Isto porque a tradição da idéia de reforma remonta aos social-democratas ou trabalhistas do início do século XX, na Europa Ocidental, com suas tentativas de superar crises sociais e econômicas inerentes ao sistema capitalista. Mas há coerência no uso da palavra reforma se repararmos, como faz John Gray, ao dizer que os ajustes pró-mercado significam a maximização da atividade parlamentar e jurídica, de poder mesmo, para desmontar por leis algo que seria entendido como fruto da natural evolução do Estado nacional: o planejamento do Estado (Cf. Gray, 1999: 14).

Em correspondência aos problemas energéticos globais se procurou aliar, outrossim, a noção de que a reforma estrutural sugeria aos Estados seria salutar para promover melhor

posicionamento das atividades comerciais. Isso permitiria que as forças do mercado mundial alocarem melhor seus investimentos em locais convenientes à aplicação de recursos econômicos em um período promissor de crescimento e de forte intercâmbio internacional pela globalização. Essa posição ganharia azo mesmo que a mercadoria fosse o insumo energético, cujo apelo geopolítico ganha intensidade a partir dos conflitos nas áreas produtoras.

Neste aspecto é falsa, no prisma do planejamento estratégico, a idéia de que as regras do sistema de mercado(4), ou economia de mercado, consigam promover o fornecimento ótimo de combustíveis sem sofrer implicações políticas externas de um sistema internacional conformado pela desigualdade entre seus pares. Petróleo, carvão e gás natural não são simples commodities, cuja regulação e fornecimento podem existir sob o livres trocas. Filiar-se diretamente a tal assertiva é desconhecer os fatores de poder que existem nas relações entre os Estados e seus interesses nos carburantes. (Cf. Vidal, 1998: 252).

Pelo motivo de ser um sistema interestatal, pautado em grande parte por conflitos e disputas por bens limitados ou escassos, recursos naturais ou econômicos, as unidades políticas não abrem mão, conceitualmente, de arranjos de poder em assuntos no qual o mote é a conservação de seus interesses em seu significado mais largo, o interesse nacional com o propósito de representar a maioria dos setores sociais de um determinado país. Nesse caso, na percepção de Bull, o Estado elege quais sãos os pontos pertinentes a serem integrados em projetos formados por itens de segurança, bem estar, estabilidade política ou econômica.

É nesse aspecto que se retrata o termo interesse nacional para sua representação na esfera internacional, tendo nas chancelarias o instrumento para fazer valer a defesa daquilo que o Estado qualificou como nacional, a partir de instâncias específicas do poder e da coordenação política. A versão de "realismo inglês" de Bull vem a combinar com nossos propósitos de ação de Estado a partir do instante que não vislumbramos a pulverização de interesses a partir de pressões em uma sociedade aberta como determinadas. (Cf. Bull, 2002: 80).

A regular política de direção e planejamento estratégico do Estado pode desprezar algo que seja passível de descentralização de interesses ou pulverização de decisões.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
CÉSAR LATTES
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO

diminuindo o poder coordenador que o meio político teria para industriar os objetivos escolhidos. Sobre esse ponto fica patente que modelos econômicos vinculados ao sistema de mercado, de forma antípoda ao planejamento e a coordenação, contraria em grande parte a linha do Estado, já que o pensamento mais cosmopolita economicamente se filia a ganhos e vantagens das corporações e agentes privados, nem sempre em concordância com o objetivo político.

Apesar destas passagens relacionadas acima terem coloração teórica elas não se distanciam tanto do histórico político e econômico por que passam os Estados nacionais latino-americanos. Citemos Argentina e Brasil e México, os principais países da região que haviam apresentado substancial crescimento econômico, após a Segunda Guerra Mundial, justamente por meio de planejamentos e construções de bases estruturais que permitiram que esses Estados apresentassem importante parque industrial sob os auspícios da CEPAL.(Cf. Fiori, 2003: 527).

Visto que tais países não tinham mais condições de valorizar suas participações no mercado internacional em virtude de problemas relacionados à forte escalada de juros da dívida externa, da queda de preços das matérias-primas exportáveis, da estagnação econômica, alta inflacionaria e crise do Estado, Argentina, Brasil e outros passaram a ser atraídos intelectualmente pelos defensores do direito privado que desenharam-lhes mudanças conceituais na agenda da política externa ao adotar temas como desregulamentação, abertura de mercado, resolução da dívida externa em bons termos, desarmamento e o fim dos planos nacionais de desenvolvimento e autonomia. (Cf. Arbilla: 2000: 352).

Impulsos e concordâncias internas e externas à adoção de reformas institucionais não estão separados da versão dos direitos individuais e emergência do antiplanejamento. Eles não desconhecem as correntes intelectuais dos grandes centros mundiais, debates que fornecem idéias que contemplam a proposta do mercado franco. Um desses argumentos, como conceito, é encontrado nas sugestões reformistas do Banco Mundial junto aos Estados meridionais e do mundo em desenvolvimento em geral. (Cf. Batista Júnior, 1997: 42).

No aspecto da energia elétrica aquela agência financeira multilateral reforçava o ponto de que as privatizações no Brasil, e o relativo afastamento do poder público do

campo energético, seriam salutares para garantir crescimento do setor em face da necessidade de se superar a crise econômica persistente das décadas de 1980 e 1990, em todos os países latino-americanos, bem como para atrair necessários investimentos de agentes externos em uma área que sofre de paralisia em seu poder de investimento em novas obras.

O BIRD, para isso, tinha propostas com interessante teor democrático, pois evocava o passado autoritário desses Estados e a dissonância que alguns "hábitos" provocavam em um ambiente em via de se democratizar em sentido amplo. E democratizar subentendia abrir a economia de energia para observações da sociedade civil (5), o ponto central da questão porque não pode ser descurada. Isto é, os consumidores é que são os verdadeiros interessados em uma barata e boa qualidade nos serviços públicos, e não as instâncias burocráticas e políticas que desconhecem a boa ordem, como sugeria aquela organização. (Cf. Banco Mundial 1993: 33).

O *World Bank* havia indicado que o setor energético não havia deixado de ser ponto de fissão dos governos autoritários latino-americanos com a sociedade em passado recente. De fato, o Banco Mundial demonstrava ter boa percepção social da realidade dos citados países, porque os assuntos energéticos não eram desvencilhados no núcleo sensível da política de poder, sobretudo no Brasil em que a ação era exagerada sob o comando militar. Os setores hidrelétrico e petrolífero, na mão do Estado, eram assuntos castrenses, já que envolviam consecução de projetos de crescimento e de segurança nacional. (Cf. Bermann, 1991: 201).

Ainda sob o olhar do BIRD, citamos a crise financeira que se instalara na CESP, em 1994. Havia a opinião de que a privatização do sistema paulista seria salutar para organizar as contas da empresa e para atrair o desejoso investimento internacional. No entendimento do ex-presidente da companhia paulista, Antonio Carlos Bonini, houve negligência na avaliação do potencial financeiro da cia. energética, pois a empresa poderia ser lucrativa sob a coordenação pública. A falta de investimentos em novas obras não seria somente fruto de obstáculos financeiros, mas também de orientações políticas equivocadas que passaram a habitar a agenda do setor energético nacional. (Cf. Bonini **apud** Solnik, 2001: 68).

De maneira geral, o físico Luis Rosa, da UFRJ, realiza estudo que corrobora as reclamações de Bonini sobre a diminuição, pelos governos da ocasião, de investimentos importantes para as geradoras. De acordo com o físico os investimentos foram na faixa de 14 bilhões de dólares, em 1980, e foram para 11 bilhões em 1989. Na década de 1990, anos questão, os números desceram de 7,1 bilhões em 1993, para 4,5 bilhões em 1995. (Rosa, 2002: 87).

A defesa do partido do direito privado pode ser encontrada, com firme propósito, na assertiva do ex-ministro Mailson da Nóbrega sobre o novo papel que deveria exercer instituições da qualidade do BNDES, em consonância com as sugestões antiestatais encontradas na palavra do Banco Mundial. Apesar de ter havido grande poupança proveniente do FAT, o banco de desenvolvimento não deveria direcionar esforços financeiros para ajudar o setor energético nacional, assim pensa Nóbrega, para não avolumasse o déficit público brasileiro. No entanto, na avaliação do ex-ministro da fazenda do governo Sarney, não haveria nenhum dilema se o BNDES usasse o mesmo recurso econômico para financiar privatizações em prol dos investidores privados. (Cf. Nóbrega **apud** Solnik, 2001: 106).

Ninguém sabe se há políticas apropriadas dos organismos internacionais que estejam declaradamente a serviço das grandes potências, em detrimento dos países pobres ou daqueles que ainda têm projeto nacional de desenvolvimento a ser abortado: isto para que a cadência do sistema desigual não escape do Hemisfério Norte, não obstante haja controvérsia, como as de Peter Gowan. (Cf. Gowan, 2003) O próprio GASBOL recebe apoio financeiro do BIRD junto ao Brasil esperando, inclusive, a participação do capital externo ou nacional o que significa, para a agência, sinais positivos da globalização energética para os integrantes.

Por isso, não há dúvida de que a leitura do BIRD sobre as feições autoritárias, após 1990, do setor energético não seja passível de concordância, pois a democratização brasileira, exemplar no campo eleitoral, não havia se instalado nesse grande setor como se esperava. Ainda havia resquícios de que os assuntos energéticos não deveriam receber observações mais contundentes de meios vistos com desconfiança. (Cf. Bermann, 1991: 211). Embora as sugestões do organismo fossem pertinentes ao apontar o não salutar comportamento das empresas energéticas, apontando a necessidade de tirá-las do olhar

estatal, o resultado dessa alternativa pode ser prejudicial a um ordenamento político no longo prazo.

A orientação do Banco Mundial aos governos dos países em desenvolvimento desconhece alguns relevantes fatores históricos e sociais dessas unidades políticas, os Estados periféricos que tiveram outro modelo de atuação do crescimento econômico, por intermédio dos planejamentos governamentais. A penetração das políticas públicas no setor energético não se deu por preconceito ideológico ou por falta de imaginação da burocracia pública brasileira, em face do sistema de mercado que poderia desempenhar papel ótimo na infra-estrutura, mas sim pelo fato de não ter havido quem capitaneasse a questão no empreendimento privado.

Em conseqüência, a posição retraída se deu em virtude da falta de interesses, ou de condições econômicas de empresários nacionais e estrangeiros. Até as entidades que operavam no Brasil, caso da canadense *Light and Power*, não aplicavam seu investimento no setor conforme o esperado. Entre outras razões, as negativas empresariais se davam pela complexidade social das regiões, carentes que são algumas ainda – comentário que faz Octávio Ferraz quando da construção da primeira grande hidrelétrica nacional, a de Paulo Afonso, em 1955. (Cf. Ferraz, 1981: 150).

No Brasil, os assuntos energéticos foram mesmo capitaneados, em grande parte, pelos militares durantes as décadas de 1960 a 1980, mas isso não quer dizer que o assunto já não houvesse sido contemplando na forma de "questão de Estado", estratégico, na década de 1950, no governo Vargas quando os estudos brasileiros apontavam para a carência do País em hidrocarbonetos e a necessidade dos intercâmbios internacionais que o Brasil deveria fazer para não comprometer o plano de desenvolvimento industrial concebido naquele tempo. Claro, desde que o intercâmbio não criasse vulnerabilidades. (Cf. Ferreira, 2001: 44).

Sem perder o fito, na década de 1990, vimos a adoção de medidas cosmopolitas passara integrar programas políticos de partidos, cujo ideário era justamente procurar desmontar os instrumentos de intervenção e planejamento do Estado - instrumentos tidos por responsáveis pela emergência de crises financeiras que marcaram o cotidiano dos países pobres da região. O desmonte de instituições estatais dava a entender que atores privados e empreendedores poderiam superar crises por meio de sugestões de núcleos internacionais

que vão da abertura do mercado doméstico, a privatizações e à diminuição de verbas à segurança nacional, em um esforço de atrair fluxos de investimentos internacionais. (Cf. Proença Júnior **et** Diniz, 2001: 344).

1.3.A Geopolítica Energética

O intuito de analisarmos o conceito de geopolítica à energia não é desvencilhado da intenção de pensarmos esta categoria no mesmo plano da estratégia e da representação que o poder de Estado imprime na esfera econômica e na coordenação de atividades que promovem a consecução da unidade política. Ou seja, na condição de este ser o ator com possibilidade de centralizar a atividade política em áreas sensíveis a abalos e a fortes crises que podem haver no sistema internacional.

Conceitualmente, geopolítica é a relação que o ente político, o Estado, tem com recursos naturais e econômicos para promover o desenvolvimento de sua coletividade, não desconhecendo que a preeminência dos estoques estratégicos não é negligenciada por outros Estados que os vislumbram como elementos de disputas externas. Essa tem sido a lógica das relações internacionais em todo o século XX, a de que a escassez de determinados insumos fomenta guerras e crises de grande envergadura. Ignorar essa assertiva tem sido um cinismo em prol de modelos econômicos sem apego à realidade. (Cf. Aron 1986: 326).

Por sua vez, Hans Morgenthau não enxerga a política internacional, em todo o século XX, separada do petróleo e a dependência que os Estados industrializados passaram a ter em relação à essa matéria-prima. (Cf. Morgenthau, 1985: 133). Os hidrocarbonetos têm sido assunto constante nas movimentações diplomáticas, visto que sua quantidade ou ausência traduz a escala de fatores do poder nacional. Sem desprezar a tecnologia empregada para dar utilidade a esse bem, o petróleo não é tido por matéria-prima "normal", cuja falta pode ser amplamente substituída por outro insumo de teor energético, não imediatamente.

A questão não se demora apenas à figura dos combustíveis fósseis que tradicionalmente observamos, desde o momento em que as grandes potências fincaram pé no Oriente Médio e grande parte da Ásia. A observação sobre rios internacionais, sua

representação à economia regional ganha destaque, outrossim, nos assuntos energéticos que tangem à geopolítica. Na cronologia política latino-americana não deixa de haver referência dos tópicos sobre o aproveitamento das águas extraterritoriais, caso do Rio Paraná e a Bacia do Prata..

É verdade que, obrigatoriamente, o acúmulo de combustíveis fósseis garante prosperidade aos Estados fornecedores, Oriente Médio e outros que, em teoria, transformariam a renda obtida pelas exportações em apoio ao bem-estar social, na industrialização e na tecnologia. Mas isso não quer dizer inexistir a possibilidade de sua irregularidade ser traduzida em elemento de poder político, em situações em que seus fornecedores não têm outra arma de pressão. (6) Desse modo, afirma o antigo professor de Chicago, é justamente o petróleo que atribui alguma importância aos países produtores. (Cf. Morgenthau, 1985: 134).

Entretanto, o planejamento estratégico e a segurança nacional só tem propósito de serventia à inserção internacional mais afirmativa naquelas unidades que procuram não abrir mão de suas prerrogativas que se espera haver no aspecto do poder. A saber, que não tenham sua dimensão política desarticulada em virtude de cosmopolitismos intelectuais estranhos à realidade de seus povos, sobretudos nos pertencentes ao Terceiro Mundo, cuja construção do Estado, propriamente dito, ainda está em via de conclusão. (Cf. Ayoob, 2002: 28). E no campo da energia, de fato, há pouquíssimo apego às virtudes do cosmopolitismo.

Se há um setor da economia nacional que não se vincula facilmente à globalização (como expressão do cosmopolitismo) é o energético, dos hidrocarbonetos. Embora o apelo tenha sido substancial para que os Estados, ricos em combustíveis fósseis, viessem a adotar a internacionalização do setor, as resistências locais contra a ingerência das grandes corporações externas têm ganhado fôlego. A forte crise econômica dos países latino-americanos e a desestruturação do poder político deles contribuíram para que houvesse o propósito de se fundir a indústria petrolífera ao grande suporte financeiro das grandes empresas, já que o poder público não teria condições de investimento necessário. (Cf. Santos **et alii**, 2002: 22).

Todavia, nos Estados da América Latina há possibilidade de ver a reestruturação política da indústria petrolífera que, em passado recente, havia sido privatizada, caso que

pode ser verificado na Bolívia com seu gás natural. Por causa de pressões políticas domésticas, das fortes oscilações que os hidrocarbonetos têm passado no mercado internacional ou em virtude da emblemática crise da política internacional no Oriente Médio, alguns Estados produtores passaram a negar a via da internacionalização do setor. Assim, é interessante reparar o que pode representar a importação brasileira do gás natural boliviano, a seguir:

"Dado o seu peso econômico, o Brasil é visto por segmentos da sociedade boliviana como uma potência dominadora. É, de certa forma, a imagem que parcelas da esquerda brasileira fazem dos Estados Unidos". (Cf. OESP, 02.11.2004: B1).

Não obstante, possa ser atividade mais avançada nos Estados da Europa Ocidental, mas não menos politizada em virtude das questões que o exercício político suscita aos membros mais pobres para defenderem o que importa na autonomia, a integração, a relativa superação de fronteiras, a transferência de algumas tarefas a sedes supranacionais etc. não são fenômenos universais. Por conseguinte, é lícito integrar à geopolítica na órbita do país levando-se em conta que algumas particularidades dos estoques primários são prementes ainda no cotidiano das unidades políticas.Com efeito, os hidrocarbonetos emergem nesta condição essencial.

É certo que se trata da geopolítica tendo como eixo a relação entre a atividade político-econômica do Estado com as matérias disponíveis e o legado do meio ambiente. O desenvolvimento do Estado é feito a partir do aproveitamento dos minérios fósseis, estratégicos. No caso brasileiro, entende-se a regularidade de energia, da produção de combustíveis líquidos, aumentando a produção nacional ou assegurando a estabilidade do fornecimento externo, sem o qual se compromete a evolução regular do Estado por meio de insegurança, que não tem teor de agressão militar, mas de prejuízos análogos ao País. (Cf. Silva, 1981-A:438).

Em princípio, todos os Estados nacionais guardam interesses geopolíticos, independente da configuração do sistema internacional ou do período histórico em que os atores fazem parte. A localização geográfica, a dimensão territorial da unidade política, a grande escala demográfica, a infra-estrutura e recursos naturais são categorias clássicas da política internacional, e da geopolítica, que ainda têm o poder de impulsionar conflitos entre as unidades políticas. Não há, atualmente, nenhum Estado de alguma relevância

política e econômica que não se ressinta de possíveis crises em algumas destas categorias. E, certamente, os insumos energéticos devem ser os mais importantes nesta escala de recursos.

Não nos vinculamos as determinismo geográfico que reduz o progresso e o desenvolvimento econômico dos Estados aos ditames dos carburantes, pois não devemos ignorar os países que são pobres nesses suprimentos, como o Japão, com grande avanço tecnológico. Os avanços em pesquisa científica e tecnológica, forte direcionamento de esforços em educação pública, a boa qualidade das relações internacionais no que tange ao comércio etc. são ferramentas que promovem a estabilidade dos países, bem como sua maximização do poder nacional. Em Karl Deutsch, os são fatores de poder que revelam outros instrumentos que vão alem do simples aspecto militar (Cf. Deutsch, 1978: 49). Mas não há dúvidas, a ausência de energéticos ainda acarreta dificuldades sem pares, mesmo nos ricos.

A situação em que se encontra a realidade internacional, suas fissuras e distanciamentos de todo tipo entre Estados nacionais ricos e pobres, fortes e fracos, não permite que haja o engrossamento de opiniões que diminuam o valor e a representação relevante que algumas matérias-primas exercem desde a segunda parte do século XIX, por exemplo, hidrocarbonetos, cuja existência é finita e geograficamente irregular. Esforços para se retirar a pauta econômica, portando a energia, da competência estatal foram feitos à larga durante toda a década de 1990, durante a denominada reforma institucional de grande monta na América Latina.

Renomados estudiosos do livre comércio internacional são vozes que contribuem para aumentar a opinião de que as matérias-primas, independente de suas características de uso, teriam tendência descendente em seus preços nas grandes praças mundiais de negociação. (Cf. Drucker, 1992/93: 18). Esta idéia pode ser interpretada de várias maneiras, visto que ela acelera o arrefecimento de crises mais elásticas entre países industrializados ou não, já que o fenômeno abarca todo o mundo. Não há como negar que a queda volumosa dos preços das commodities, a partir da década de 1980, tenha prejudicado as combalidas economias do Terceiro Mundo. Mas usar a constatação em um grupo de bens, como minério de ferro, para montar um raciocínio mais amplo não deixa de ser argumento

ideológico à medida que tal construção intelectual deve servir a certos interesses corporativos ou privados. (7)

É certo que a palavra geopolítica não goza de ampla aceitação entre estudiosos ou militantes das relações internacionais e da diplomacia. Em parte, a resistência a ela é resultado do período em que os estudos geopolíticos foram manipulados, intelectualmente, pelas atividades nazistas, na década de 1930, com intuito de alargar o poder nacional alemão por intermédio do expansionismo militar e territorial às custas de vizinhos menos poderosos. Expansionismo que agregasse minorias germânicas, caso da Polônia e da Tchecoslováquia.

Outrossim, porque a imagem da geopolítica, na condição de instrumento racional do Estado, foi amplamente associada ao período em que os governos do movimento político-militar de 1964, no Brasil, estiveram no poder e formularam ações externas. A construção de infra-estruturas, a localização de projetos e obras nacionais, situação da usina binacional de Itaipu, foi interpretada como forma de fazer com que houvesse preeminência brasileira na América do Sul, para tirar partido das matérias disponíveis dos vizinhos até. Paraguai e Bolívia seriam as peças sob o qual se imprimiria o poder brasileiro, fruto de coerente articulação entre as concepções políticas das Forças Armadas e do Itamaraty.(Cf. Schilling, 1981: 122).

Sem demora, para não perder o foco da investigação proposta, é conveniente uma breve explicação sobre visões críticas da geopolítica. Nelson Werneck Sodré, importante voz do pensamento progressista social brasileiro, filia-se à corrente crítica, bastante severa à geopolítica, concebendo-a como uma espécie de arcabouço intelectual e pseudocientífico da ideologia nazista ou totalitária contra a criação do humanismo. No juízo do general a manifestação programática da geopolítica só teria propósito em governos desse viés que só ganhariam em detrimento de povos e unidades políticas mais fracas. Portanto, nada mais contrários a uma ordem democrática, e de direito, do que a utilização da geopolítica. (Cf. Sodré, 1989: 54).

Até o realista Morgenthau não faz estudo mais pormenorizado da geopolítica, sendo esta uma "subciência" que se reduz às atividades intelectuais de Mackinder e Haushofer em busca do "espaço vital", de tanta importância ao expansionismo germânico do *heartland*. Não que o autor desacreditasse nos efeitos da política territorial; na verdade, Morgenthau

faz uma espécie de substituição da geopolítica pelas atividades do poder nacional que concentram, coerentemente, seus interesses nos assuntos energéticos. (Cf. Morgenthau, 1985: 179).

Apesar de ter apresentado valor intelectual e honestidade a análise feita por Sodré sobre a geopolítica não é unânime entre os pesquisadores do assunto e da diplomacia brasileira. A respeito desta divergência há dois pontos a discorrer. Primeiro, a geopolítica não é, obrigatoriamente, mesclada a programas expansionistas dos movimentos militares ou nazistas, embora possa haver nela "germes" teóricos do século XIX, do "cientificismo" convocados para justificar as ações da década de 1930, o denominado *espaço vital* da geopolítica alemã. No prisma de Yves Lacoste, a geopolítica não é instrumento dos totalitarismos, conforme apregoa Sodré, mas sim da própria ciência geográfica. A geopolítica nada mais é que a geografia posta à prática, nas investigações naturais e econômicas. (Cf. Lacoste, 1989: 127).

Como prefere o mencionado geógrafo francês de *Herodote* o trauma encontrado na investigação da geopolítica não é peculiar ao ensinamento dela, mas é um dilema da própria geografia e seus problemas. Não existe a separação científica entre geopolítica e geografia, uma sendo militarista e a outra pacifista, conforme a coloração ideológica do analista a ser estudado. O que existe é a geografia propriamente dita e sua utilização para fins particulares em prol da acumulação do capital, conveniente a grandes corporações privadas aliadas aos Estados-Maiores - ou a utilização da geografia para fins sociais, para o projeto de desenvolvimento econômico do Estado sem ter de haver, necessariamente, a guerra e a usurpação.

Sob análise clássica, vemos que o intercâmbio entre poder, população e recursos naturais forma um círculo que desemboca no chamado crescimento espacial dos Estados nacionais. O organizador do pensamento geográfico, da geografia política, Friedrich Ratzel entendia que o desenvolvimento da unidade política não poderia existir corretamente sem os recursos naturais. De acordo com a introdução de Robert Moraes, aos escritos de Ratzel, não seria incongruente relatar que o geógrafo alemão compreendia o desenvolvimento da sociedade e do Estado em virtude das condições materiais do pensamento marxista. (**In** Ratzel, 1990: 11). Apesar dele ser lido de forma rígida por alguns críticos (Cf. Sodré, 1989)

o alemão merece leitura mais atenta, visto que seu pensamento é bastante complexo a reducionismos.

As matérias-primas em si não seriam suficientes para a empresa de progresso material, o arcabouço cultural e cilivizador, as tecnologias seriam, outrossim, ferramentas de grande valor ao desenvolvimento do Estado, sem as quais os estoques primários não seriam úteis ao plano estabelecido pelo poder político. Escreve o geopolítico: "A expansão dos horizontes geográficos, produto dos esforços físicos e intelectuais de inúmeras gerações, apresenta continuamente novas áreas para a expansão espacial das populações". (Ratzel, 1990: 177). Já Aron observa esse conjunto da seguinte forma: "Meio, recursos, ação coletiva: tais são evidentemente – em qualquer época e qualquer que sejam as modalidades de competição entre as unidades políticas – os fatores da potência". (Aron, 1986: 107).

A concepção de expansão territorial não é somente temporal à obra de Ratzel. Por isso, não podemos imaginar que inexistam lampejos daquela realidade "orgânica" da geopolítica, vide a ocupação do antigo território boliviano, do Acre de 1902, por seringueiros que levou a transferência daquela área para o Brasil, ou os *brasiguaios* atualmente que, de acordo com a evolução dessa população, pode desencadear problemas considerados geopolítico, demográficos ou políticos junto ao Paraguai. (Cf. Mello, 1987: 218).

De forma menos complexa, a geopolítica é um ramo da ciência política de quem o propósito é compreender a relação entre o Estado nacional com os recursos naturais e econômicos, e como eles podem contribuir ou atrapalhar a consecução de poder e de segurança dos países em um ambiente de crises e disputas internacionais com atores diversos. Se houver junção das explicações de Lacoste com as de Mello chegaremos à conclusão de que a geopolítica é uma constante, praticamente um uso cotidiano do Estado. (Cf. Mello, 1999: 74).

Há um ponto, comentado por Miyamoto, cuja opinião é a de que em determinados Estados nacionais, donos de relevantes dimensões naturais, econômicas e demográficas, não haveria condições desses atores se furtarem de integrar todos seus fatores em prol de seu próprio desenvolvimento. O Brasil agrega variáveis quantidades de termos relevantes para a geopolítica, inclusive os internos, para a confecção de planos de consecução de sua

política externa: articulação que historicamente sempre foi acompanhada do poder nacional em várias situações. (Cf. Miyamoto, 2002: 13). Fatores ligados à infra-estrutura, a posição portuária, a existência de estradas de ferro, de plantas agroindustriais no interior do País e situação econômica são pontos que alimentam a posição geopolítica brasileira na América Latina.

Esta assertiva não denota, de imediato, que Estados nacionais semelhantes ao Brasil venham a ter algum projeto geopolítico em detrimento dos vizinhos com menos projeções de poder, ainda que seja grande a propensão de setores intelectuais e militares latino-americanos em vislumbrar uma espécie de natureza expansionista brasileira. A questão é que nas ocasiões em que o Brasil usou suas matérias disponíveis, econômicas, e sua posição geográfica regional para realizar o desenvolvimento emergiu, em parte, o superdimensionamento nacional em via de se tornar potência relevante. (Cf. Miyamoto, 2002: 14).

De outra forma, a composição da geopolítica nacional, articulada tradicionalmente com a política externa apresenta possibilidade de ser pólo de atração aos Estados nacionais meridionais, menos desenvolvidos economicamente, mas interessados na pujança do Brasil. Embora essa atração brasileira não deixe de ser polêmica, considerando as disparidades de poder na região, fato que pode provocar receios nos vizinhos, o Brasil utiliza seus bens domésticos para fazer valer seu projeto de prestígio político e desenvolvimento. Em outro diapasão, dá-se a criação do GASBOL. O gasoduto Bolívia-Brasil ocupa de início, papel político fundamental no rol das grandes engenharias. No olhar de Edmilson Santos e outros, segue:

> "O Gasbol, em particular, foi um projeto de dois governos, cuja fundamentação econômica ainda não estava completamente justificada no momento de sua construção, devendo, portanto, ser interpretado como um projeto 'geopolítico' do Brasil á Bolívia". (Santos **et alli**, 2002: 44).

A versão brasileira de obras de infra-estrutura guarda o intuito de fomentar algo denominado integração física, que é parte da visão nacional de que os grandes projetos técnicos dão impulso à estabilidade político-econômica de blocos regionais, como o MERCOSUL, sobretudo em um momento em que a ALCA procura se ascender. E por isso o Brasil vem a assistir uma importante obra de integração física que comporta não apenas a perspectiva de que ela contribui para a integração regional, mas também vem a calhar no

que tange a um problema nacional, a necessidade de se alterar a composição da matriz energética brasileira pelo incremento do gás natural para os próximos anos, saindo dos atuais 10%. (Cf. OESP, 6.12.2004: B5).

O projeto GASBOL demonstra algumas questões de política internacional e de geopolítica, às quais Brasília não pode negligenciar, sem correr riscos de sofrer perdas pesadas no montante de seu projeto estratégico ainda em formação. A começar, trata-se da aquisição de um insumo energético de alta importância à vida nacional, o GN que faz parte da família dos hidrocarbonetos, de reflexão sempre "explosiva" em assuntos internacionais. Outro fato é que a já há alteração da matriz energética brasileira por meio da admissão do gás natural, como se pode averiguar, mesmo que lentamente, em partes das indústrias brasileiras que passam a depender do elemento gasoso cada dia mais. (Cf. Santos **et alii**, 2002: 41).

É a perspectiva crescente de determinada energia importada no cotidiano de um Estado, para ilustrar o caso brasileiro com o gás natural boliviano, abre novo quadro de questões da geopolítica energética ao núcleo central do poder. A possível dependência ao combustível revela a preocupação de o País entrar em delicada situação político-econômica se algumas medidas esperadas não forem realizadas a contento, como deve ser esperado abaixo.

Para os geólogos Conant **et** Gold medidas, cuja ausência pode complicar a vida nacional da unidade política, despreparada, são: 1) O suprimento de energia importada deve ser suficiente e regular às atividades do Estado, não sendo inferior a um nível estabelecido pela segurança. 2) É necessário que haja programas de bom entendimento diplomático entre o país consumidor e o fornecedor de energia. E, 3) O preço do combustível importado não deve sofrer alterações que possam comprometer o fornecimento e o equilíbrio econômico do consumidor, deve sim fazer justiça aos esforços de trabalho ao país exportador. Eis uma difícil equação sempre presente nos assuntos internacional de energia. (Cf. Conant **et** Gold, 1981: 20).

É ponto pacífico que o projeto de integração energética entre Brasília e La Paz tem fito político, de ampliar o raio de ação do Brasil na arena regional, contribuindo para que o vizinho andino tenha condições de fomentar maiores ganhos para superar suas crises econômicas que se alojam na América Latina há muito tempo. Com efeito, a

industrialização do gás natural apresentaria a tarefa de alta representação político-diplomática. (Cf. Viotti, 2000: 201). No entanto, os três itens demonstrados acima, por Conant e Gold, são abstrações.

A incursão do gás natural boliviano é o porquê da mudança da matriz energética brasileira, concentrada amplamente na energia hidrelétrica e no óleo combustível. Por onde passa o GASBOL haveria intenção de se usar a matéria-prima importada para realizar o crescimento produtivo de uma região de baixa dinâmica industrial, o Centro-Oeste brasileiro. A falta desse combustível em virtude dos itens relacionados há pouco, ou por questões da política boliviana, querendo rever acordos contratuais, para valorizar seu produto junto ao Brasil, pode descaracterizar os planos de consecução da estratégia nacional.

1.4. Segurança Nacional e Energia

Sob o prisma do planejamento estratégico os insumos energéticos são considerados de suma importância ao Estado e ao poder político, sem os quais a unidade nacional sofre sérios contratempos nos campos políticos, produtivos e sociais que acarretam crises de instabilidade internacional. A unidade política poderá sofrer problemas maiores pela falta de *segurança energética*, cujo ímpeto se dará, globalmente, pela irregularidade de fornecimento e oscilação do preço dos hidrocarbonetos, começando pelo óleo combustível; ainda mais àqueles países que têm importante economia industrial e apresentem dependência dos importados não podendo suportar, no longo prazo, a falta desses energéticos. (Cf. Santos, 2003: 95).

É de conhecimento geral que os produtos provenientes dos hidrocarbonetos guardam valor geopolítico e estratégico, visto que sem eles a unidade política é comprometida na regularidade de sua economia nacional, bem como sua segurança. Por isso, procuramos desdobrar o conceito de segurança que seja a partir da defesa nacional (ponto tradicional), mas sem contrapô-los, porque as concepções empregadas se complementam e não se separam do entendimento estratégico; e porque as confluências entre energia e segurança não se estranham. O general Golbery já havia pensado, nos anos 1950 e 1960, a consecução do País no problema dos fósseis via regularidade de

suprimentos estratégicos e por meio de intercâmbios internacionais latino-americanos. Questão ainda atual. (Cf. Silva, 1981-A).

Neste aspecto, a Bolívia ganha destaque por causa de suas reservas minerais que podem servir a um país em via de desenvolvimento, caso do Brasil atualmente. O vizinho andino apresenta grande atração em virtude de suas matérias-primas energéticas que haviam chamado a atenção do Estado brasileiro há mais de cinqüenta anos, o que conferiu a La Paz imagem de lugar estratégico em virtude de ser área que confere apoio à aplicação dos projetos nacionais de consecução de desenvolvimento. (Cf. Silva, 1981-A: 203). E justamente se valendo do caráter específico que a República boliviana procurou ter em participação mais relevante nos assuntos latino-americanos, com o intuito de buscar algum progresso material, chegou a pensar o ex-chanceler Juan del Valle na viabilidade de seu país ser exportador de gás natural por meio de incrementos técnicos, como o GASBOL. (Valle, 2004: 33).

Assim, é pertinente reproduzir integralmente a visão de Golbery do Couto e Silva a respeito da íntima relação entre estratégia, estabilidade doméstica e segurança nacional no que se corresponde à energia em um ambiente internacional em que o Estado resguarda suas funções tradicionais de poder; o que não acontece sob uma ordem atingida pelos vetores do cosmopolitismo após 1990, como segue: "De qualquer forma, sendo o planejamento da Segurança Nacional, de caráter estratégico integral, seu domínio abrangerá todos os quatro campos da atividade – o político, o econômico, o psicossocial e o militar e o militar – aprofundando-se a pouco em setores cada vez mais especificados – financeiro o da energia, o dos combustíveis líquidos, o do petróleo, o do refinamento etc." (Silva, 1981-A: 438).

Mas, antes de tudo, é necessário analisarmos algumas aplicações conceituais que o termo segurança nacional apresenta, considerando o contexto em que ela parece ter novas interpretações conceituais por causa de algumas mudanças estruturais que passaram a sofrer as agendas diplomáticas em vários países, sobretudo nos pertencentes à América do Sul, região em que o desgaste do poder público se deu de forma bem volumosa. (Cf. Cervo: 2000: 9). Ao adotar a expressão "*menos Clausewitz e mais Ricardo*" os Estados meridionais correram o risco de desagregar as prerrogativas da centralização do poder construídas a duras penas, ainda que insuficientes para a promoção de projeto de

desenvolvimento, por causa das expectativas nem sempre regulares da conformação cosmopolita do livre mercado.

A retirada do poder político da alçada da coordenação e do planejamento econômico estratégico, com a intenção de "regular as contas externas ou internas" ou de "racionalizar a administração pública" pode prejudicar planos de atuação de crescimento produtivo ou na criação de empregos, condições mínimas para a instauração do equilíbrio social tão urgente. Mais do que isso, o resguardo dos braços do Estado nesses campos compromete seu juízo de estratégia e de segurança nacional, já que diminui suas fontes de poupança e de articulação.

Ao analisarmos o conceito de segurança nacional sob a visão da tradição política vemos que os Estados imputam relevância ao item da segurança à primeira vista, pois todas as unidades políticas se esforçam para manter sua autonomia, sua integridade frente a outros atores de quem os propósitos são os mesmos, se protegerem em face da ausência de um poder centralizado internacionalmente. Como se fossem organismos vivos que obedecem aos ditames da natureza, da competição e disputas, os Estados lutam pela sua sobrevivência em um ambiente hostil que, às vezes, aceitam intervalos de paz, porque em uma situação de violência crônica os Estados pereceriam sem essas lacunas. (Cf. Aron, 1986: 128).

Por outro lado, a concepção de segurança nacional não se limite apenas ao propósito estritamente fronteiriço da unidade política ou de sua defesa perante possíveis agressões externas. A saber, a construção da segurança para o país não se desvencilha de alguns vetores que tem de ser observados, por exemplo, o bem-estar da população, a estabilidade institucional, riscos ambientais e crime organizado comprometem a segurança. Mas procurar hierarquizar os fatores concernentes à grande segurança é uma tarefa de risco. (Cf. Miyamoto, 2003: 54).

Claro, não há como desapercebermos os chamados "novos vetores internacionais" que passaram a incorporar assuntos de segurança nos últimos anos. Temas encontrados no meio ambiente, no tráfico de drogas nas imigrações e em outros fenômenos que perturbam o cotidiano dos países são analisados como sendo pertinentes ao processo de segurança do Estado nacional. No entanto, há alguns exageros relacionados ao tópico da "nova" segurança, cujo ponto central procura demonstrar que os vetores tradicionais da política e

da estratégica são questões secundárias na atualidade. Assim, assuntos relacionados à tradicional agenda da estratégia nacional, incluindo defesa e conservação de bens estratégicos, correm o risco de receber menos atenção do que os encontrados nos debates da ecologia, o que seria um erro.

Com esta versão há quem escreva que não há mais condições de imprimir a segurança, ligada à estratégia, sob a ordem exclusivamente nacional, como a defesa territorial e seus planos políticos-estratégicos feitos para assegurar a estabilidade do Estado, pois os fenômenos integrados aos novos vetores, imigração internacional, problemas ambientais, entre outros, têm o poder de se tornar questões de caráter internacional, que fogem do controle primeiro das unidades políticas. Vale dizer, são problemas de "segurança multidimensional", termo usado por Villa, na medida que eles envolvem componentes diversos de questões internacionais e, por seu turno, tem de ser resolvido por um agrupamento de atores que vão dos Estados nacionais aos variados grupos dos organismos não-governamentais. (Cf. Villa: 1999: 19).

Abre-se um parêntese. Se há necessidade de reconhecermos a preeminência que os novos vetores das relações internacionais passaram a representar a partir da década de 1990, pondo a centralidade do poder público em alerta, urgente é observarmos, outrossim, que alguns atores e fenômenos que emergem há tempos são também potenciais usuários da violência sistematizada, da luta armada que se organizam, sobretudo contra os Estados nacionais. A utilização de armas modernas, de organizações paramilitares etc, obriga uma renovação programática dos instrumentos do Estado que passa a contar com novos instrumentos de controle. (Cf. Flores, 2002: 44). Portanto há uma relação dialética entre crise e renovação do poder estatal, porquanto violência como instrumento político e meio ambiente são indissociáveis. E estas relações não são desprezadas pelo poder político. (Cf. Strange, 1992: 423).

Se a globalização, ou o descongelamento da Guerra Fria, liberou forças e fenômenos antes represados, embates ambientais, defesa dos direitos humanos etc, ela impulsionou de igual forma outras questões de ordem política, social e estratégica, vejamos os nacionalismos, rivalidades intranacionais e outras questões explosivas que grassam pelo mundo. E ao se tratar de projetos energéticos e de infra-estruturas regionais há de se reparar que o teor de segurança não pode ser negligenciado, sem provocar profundas complicações

para o Brasil, pois a América Latina não está inteiramente livre desses conflitos, como se pode averiguar nas recentes crises da Argentina e Bolívia. (Cf. Brigagão **et** Proença Jr. 2002: 102).

Ainda sob o foco de que os novos vetores globais contribuiram, em grande parte, para remover o peso que o tema da segurança fazia sentir nas relações internacionais encontra-se a idéia de que desde os anos 1970 já havia alguns itens, a saber, "segurança econômica" que acabavam criando sombra sobre a estratégia, a segurança nacional propriamente dita. Mas é mister reparar que a diplomacia brasileira não ignorou esse fato. O Brasil não chegou a acreditar, em 1975, que a segurança econômica aos países do Terceiro Mundo, incorporando o direito que os Estados pobres têm ao desenvolvimento, seria possível sem encarar o congelamento do poder mundial. Quer dizer, as grandes potências teriam de mexer no **status** do armamento mundial, mas isso não significa abrir mão ou diminuir o teor de segurança e da estratégia. (Cf. Abdenur **et** Sardenberg, 1982: 85).

E é possível ver a pertinência desta assertiva acima se for considerada a maneira como se organizam as mais poderosas frotas armadas do mundo. Fazendo valer a segurança dos canais interoceânicos, como o Suez no Egito e Gibraltar, pelo Reino Unido, as grandes potências cuidam para que o tráfego de petroleiros e cargueiros não seja perturbado por contestações nacionais ou qualquer rusga internacional contra a estabilidade do mercado global. Neste caso, segurança militar e mercado internacional não se separam, ao contrário, são as frotas navais que alimentam a esperada "virtude" da ordem liberal pela preeminência do poder marítimo dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. (Cf. Mello, 1999: 218). Em outras palavras, a garantia de real abastecimento de energia é questão segurança internacional em sua versão mais tradicional, pela utilização da estratégia e do poder nacional. (8)

Isto posto, os denominados novos vetores da segurança não guardam exclusividades por serem nacionais pela razão de que suas manifestações não se limitarem às fronteiras nacionais, ao espaço interno das unidades políticas. Esses problemas se tornam então de caráter internacional, já que eles envolvem um grupo de Estados, uma região, mesmo que a gênese da questão seja encontrada em um único país, por exemplo, meio ambiente. Aqui há um item que adentra ao debate **pari passo**, a representação exclusiva da soberania nacional

que teria de aceitar a presença de outros atores na resolução de problemas vistos por regionais ou mesmo universais. Esses itens merecem reflexão para o propósito da estratégia.

É certo que ser Estado soberano não significa, obrigatoriamente, desprezar outros atores do sistema internacional, como os organismos internacionais. Aliás, Waltz não vê contradição entre o emprego da soberania e a o papel representado por outros Estados ou instituições na administração de questões coletivas ou que toquem a vida das unidades políticas. No entanto, tem de se frisar que atuar com soberania é admitir a palavra internacional se esta for coerente com a concepção de interesse dos Estados nacionais, e não como ingerências que adentram ao cotidiano do poder político com o intuito de desfigurá-lo. (Cf. Waltz, 2002: 136). Portanto, a soberania é a ação de não ter cumprir determinadas tarefas por obrigação, mas sim levando em conta o que prega o interesse nacional.

E se a função da segurança é garantir a soberania do Estado, pois se trata de sua expressão mais bem definida, a utilização da guerra, ao menos em princípio não despreza esse debate, mesmo em momentos que uma sociedade transnacional milita para exaltar as virtudes de um mundo regido pelas organizações internacionais. Pensando, em *Estudos Políticos*, nessa difícil relação entre a política do poder com a sociedade internacional, (9) Aron reflete abaixo:

> "Qualquer definição que não reconhecesse o caráter específico das relações internacionais, devido à legitimidade do recurso à força por parte dos atores, estaria negligenciando ao mesmo tempo um dado constante das civilizações – constância cujos efeitos têm sido enormes no curso da história – e a significação humana da atividade militar". (Aron, 1980: 327).

De outra forma, tem de se saber até que ponto a filiação nacional aos programas internacionais, que podem limitar a soberania, é congruente com o plano de ação que o centro do poder estatal emprega para sua consecução de segurança em um mundo fomentado de conflitos. Em consonância com Golbery é necessário frisar, antes de tudo, até que ponto a militância dos variados atores internacionais é pertinente para a promoção dos *Objetivos Nacionais Permanentes*, expressão maior que norteia a estratégia do País. (Cf. Silva, 1981-A: 59).

Há algumas razões de ordem intelectual que contribuem para a adoção do propósito de segurança nacional da forma exposta acima, como se pode reparar a seguir. Na esteira

das denominadas fortes alterações do sistema internacional, após a Guerra Fria e a malograda experiência socialista de inspiração soviética, ganhou vulto na postura de que assuntos relacionados à segurança, de modo global, não seriam mais pertinentes em um mundo não mais pautado pelas ingerências das superpotências, considerando que todos os apegos à questão de defesa, ainda que nacional, acabavam correspondendo à lógica daquele conflito ideológico, portanto dos Estados Unidos e da União Soviética. (Cf. Villa: 1999: 52).

Em outro aspecto, a queda do Muro de Berlim trazia a mensagem de que os Estados nacionais teriam que passar por mudanças programáticas em consonância com as Boas Novas, no que tangesse às questões estratégicas e de segurança, que a iniciativa do "relaxamento" havia feita pelas superpotências. Seriam novos tempos considerados acima dos antigos problemas da política e enterrados pela história. Contudo, não seria demais deduzir que a mensagem otimista sofreu descaracterizações porque a própria República norte-americana não encontrou obstáculo forte o suficiente para barrar suas ações em todo o mundo.

Seguindo a forma mencionada antes preferimos pensar que não há uma espécie de escala de importância entre defesa nacional, meio ambiente, imigração e outros itens relacionados ao Estado, dando a entender quem viria em primeiro ou segundo. Por certo, estes são temas que se englobam e não se desvinculam quando a questão é a segurança da unidade política - o que ofende o equilíbrio do meio ambiente não deixa de ser igualmente problema que envolve o plano estratégico do Estado, o que compromete a ação de forças específicas de defesa nacional. Porventura, se houver distância operacional do poder político nesses assuntos, isso representará despreparo da atuação estatal e não, necessariamente, uma nova realidade.

Eis uma questão que toca os grandes Estados latino-americanos. Os denominados novos vetores do sistema internacional, bem como aqueles liberados pelo fim do grande conflito ideológico e programático integraram-se aos problemas que teriam adquirido forma antes da queda do Muro de Berlim ou do fim da União Soviética. Mesmo antes do histórico "Novembro de 1990" os efeitos *desarranjadores* da locomoção estatal já haviam sido percebidos em meio à crise econômica do Brasil, bem como seu drama em conviver no novo regime. Em outras palavras, há duas implicações encontradas na crise do Estado

brasileiro, econômica por causa da dívida externa, e programática em razão do cosmopolitismo.

Não querendo perder o foco que objetiva esta investigação, pensamos ser pertinente comentar breve passagem da recente história política do Brasil. Por exemplo, em 1985 com o fim do período autoritário, instaurado pelo movimento político-militar de 1964 com o marechal Castelo Branco, havia trazido algumas questões de ordem econômico-financeira, da qual aquela plataforma de poder fora suficiente para inaugurar contínuo período de crises com ímpeto suficiente para modificar o quadro do poder nacional e da estratégia, agora em crise.

A primeira presidência civil, a de José Sarney, tivera que passar por delicado assunto existente após o governo do general João Figueiredo. Isso ocorreu não somente em razão crise econômica nacional resultante da moratória mexicana declarada em 1982, mas igualmente por dilemas e impasses que a Nova República tivera de administrar no campo político e institucional que, em outro nível, não fora desvencilhado das questões militares ainda frescas. Administração civil de 1985 herdara um país de difícil situação financeira por causa dos custos dos serviços da dívida externa e ao mesmo tempo, sensibilizado pelo período autoritário. Ganhou vez a crise com o FMI que limitava bastante o andamento de projetos nacionais de desenvolvimento e segurança, alguns deles provenientes do período militar, como os relacionados à superação da insegurança energética. (Cf. Ferreira, 2001: 20).

E há outra explicação para a situação inconstante do projeto nacional e de segurança que vai além dos problemas de ordem econômico-financeira e do FMI. A tentativa de se fazer uma administração pública sem choques políticos, sem crises institucionais de grande envergadura, resultou em um convívio relativamente pacífico entre os políticos civis e a corporação militar, ao contrário do caso argentino em que houve manifestações castrenses contra os caminhos percorridos pelo governo civil de Raul Alfonsin, em 1983, que procurara julgar e condenar membros da junta militar do golpe de 1976 pelo crime que guerra suja. Nesse caso, a retirada dos militares da vida presidencial brasileira foi fruto de uma engenharia política complexa, cujo objetivo fora justamente evitar ressentimentos e impasses. (Cf. Flores, 2002: 74).

Por outro lado, se houve certo sucesso em se instituir a vida democrática, sem alimentar ressentimentos que pudessem criar cisões no Brasil, não significa que em assuntos considerados tipicamente militares, a montagem ampla de um projeto de segurança nacional e de planejamento estratégico, tivesse ganhado grande relevo no processo de redemocratização e com a normalidade com o Estado de Direito. A sociedade civil não estranhou a gradual abertura política que também agradava a corporação militar pela ausência de "revanchismos". Mas, por outro lado, salienta Flores, assuntos mais prementes do projeto nacional não passaram a ter o mesmo tratamento pelos governos provenientes da Nova República, dando a entender que a superação dos traumas provocados pelo passado recente passava longamente pela agenda militar. (Cf. Flores, 2002: 97).

A falta de melhor presença das Forças Armadas em localidades vulneráveis do território nacional, a região amazônica fronteiriça com Bolívia, Peru e Colômbia torna-se questão urgente de segurança nacionais não somente em seu aspecto tradicional, de defesa armada, mas igualmente no que se corresponde ao problema energético e biológico. Se tratando da República boliviana, os limites com o Brasil são áreas estratégicas em virtude da passagem do GASBOL, transportando algo na casa de 30 milhões de metros cúbicos de gás natural. (Cf. OESP, 08.03.2005: A20). Localidade estratégica que necessita de regular assistência política e militar de Brasília em virtude de complicações institucionais dos vizinhos.

Neste caso, é importante unir o item da segurança nacional com a energia, visto que a não existência de um plano, à altura da questão, pode por em jogo o intercâmbio energético por causa da instabilidade política e institucional de La Paz, cuja projeção apresenta dois lados. Primeiro, o retorno da opinião de que os hidrocarbonetos são elementos estratégicos para o país, portanto devem voltar a ser assunto de Estado e não de corporação empresarial somente em primeiro grau. Segundo ponto é que a nacionalização dos minerais é fruto de fortes pressões advindas de organizações populares bolivianas que fazem dos insumos energéticos um ponto de partida à contestação ao governo central há muito tempo.

No aspecto da segurança propriamente dita, é de suma importância que o Brasil venha a desenvolver planos que lhe permita neutralizar o ônus resultante de crises por causa

dos conflitos internos da Bolívia, visto que o trânsito dos entreveros domésticos não se limitam aos seus países, mas migram para o território brasileiro, pelo motivo da região amazônica se tornar área fértil para a movimentação desses grupos. (Cf. Flores, 2002: 27). Desta forma é que se devem emergir planos de segurança nacional que não se furtem de fazer presença, militar considerando, além do mais, a passagem aberta para o gasoduto Bolívia-Brasil.

No caso de medidas políticas promovidas pelo governo central de La Paz, ao nacionalizar as jazidas de hidrocarbonetos, surge outro impasse em virtude da presença brasileira na Bolívia, na extração do gás natural, bem como na atração econômica que o combustível passou a exercer a inúmeras empresas nacionais localizadas nas proximidades do GASBOL, isto, é procurando aproveitar as vantagens de uma energia em conta de barata e abundante. Se politicamente o vizinho andino é dono de cronológica instabilidade o Brasil passa a importar, assim, os impasses daquele país, de acordo com a análise de Oliveiros Ferreira:

> "Quando se estima que perto de 20% da energia consumida terá de vir de países vizinhos a situação exige providências que escapam, sem dúvida, da alçada do Ministério de Minas e Energia. Se por um lado essa integração econômica traz sensíveis vantagens políticas, possibilitando um melhor entrosamento das diferentes economias, por outro coloca o Brasil na dependência da estabilidade dos países vizinhos". (Ferreira, 2001: 40).

Há sinais precisos de que questões tocantes à energia poderão ser vinculadas aos da segurança nacional propriamente dita. O fato de o Brasil se comprometer a adquirir por meio de tratado internacional, e depender, de substancial minério importado de um vizinho politicamente instável, como a Bolívia, poderá acarretar problemas de difícil resolução. O fato agora é procurar compreender em que condições se darão essa questão, cuja interrupção de minérios energéticos resulta em um problema de segurança nacional e energética.

Notas do Capítulo 1

(1) Escreve o autor sobre o traço da hegemonia na construção de regionalismos em analogia ao aspecto clássico, realista portando, da balança do poder: "Em muitas partes do mundo, verifica-se uma tendência à formação de agrupamentos sub-regionais como meio de melhorar o equilíbrio *vis-à-vis* a um Estado localmente dominante ou ameaçador." (Hurrel, 1995: 34). Em nosso livro (Hage, 2004) discorremos a respeito da reprodução de posturas realistas no relacionamento que deu existência ao MERCOSUL, em que Argentina e Brasil se desgastam em virtude do resguardo nacional. Embora possa ser paradoxal o Estado-membro se resguarda à medida que o processo integrativo aumenta.

(2) Mesmo que Hedley Bull e Kenneth Waltz versem o conceito de sistema internacional cada um com seu estilo, acreditamos que, em essência, eles não se conflitam, nem se opõem à ótica adotada por Raymond Aron sobre o mesmo termo. Quer dizer, em princípio, o sistema internacional é algo cuja natureza relacional é conformada pelas grandes potências mundiais. A existência de organismos internacionais ou de bloco regionais se relacionariam com esta máxima de que os Estados menos poderosos criam instituições ou meios para sofrer menos as ações dos fortes. As duas organizações especializadas foram feitas para isso. Tanto a OPEP quanto a AIE são expressões de desejos dos Estados produtores e daqueles que são importadores de petróleo.

(3) Neste ponto, compreendemos o movimento político-militar de 1964 que tencionou instituir a "grande estratégia" nacional de desenvolvimento econômico que seria confluente com a formação do poder nacional brasileiro, em que o País teria de ter visão completa dos problemas energéticos, como elemento de segurança. Este parecer pode ser encontrado no setor mais intelectualizado dos quadros saídos do governo Castelo Branco, como o general Meira Mattos. (Cf. Mattos, 2002: 7).

(4) Na pena de Galbraith "sistema de mercado" é a forma de evitar o nome "capitalismo" (eufemismo) sendo o primeiro sinônimo do segundo. (Cf. Galbraith, 2004: 18-25). O assunto é complexo e merece análise mais acurada, ainda mais se tratando de autor que tão bem observou a evolução do capitalismo em quase todo o século XX.. Não desconhecemos a polêmica dos termos, mas não há condições de entrarmos neste debate com esta tese.

(5) Sociedade civil como arena das relações econômicas e sociais da esfera privada, de acordo com Marx e Engels. O meio sobre o qual ascende as grandes movimentações do capital para proteger sua visão de mundo (Cf. Marx et Engels, 1982: 71). Em outra medida, mas não obrigatoriamente conflitante, o Estado, no campo estratégico diplomático, é a instância superiora em que os interesses da sociedade civil, já selecionados como os mais importantes, são defendidos no âmbito externo pelo poder de manobra nacional. (Cf. Ferreira, 1988: 145). É a maneira com a qual Oliveiros Ferreira pensa o intercâmbio entre Bolívia e Brasil pelo GASBOL. Somente um país que tivesse claro seu sentido de manobra poderia instituir tratado tão delicado como o de La Paz.

(6) Morgenthau avalia a crise do petróleo em que houve forte projeção política dos produtores em detrimento dos grandes consumidores pondo em risco, em parte, sua preeminência no sistema internacional. Dos Estados industrializados, para o autor, somente os Estados Unidos tinham condições de resistir efetivamente àquela pressão. Em contraposição a Morgenthau ver Peter Gowan.

(7) Ignácio Ramonet concorda que tenha havido depreciação de algumas matérias-primas no decorrer dos anos 1980 e 1990. No entanto, houve ocasiões em que a queda dos preços dos produtos básicos correspondeu mais a artifícios lançados pelos países industrializados, e suas corporações financeiras, do que uma "pura lógica" do mercado. De outro modo, há a opinião convergente de David Harvey de que a desvalorização dos minérios é também parte de esforços das grandes potências para fomentar nova "acumulação do capital" para as empresas sediadas no Hemisfério Norte, cuja capacidade regional para angariar recursos se esgotara. (Cf. Harvey, 2004: 147). Daí não seria ilícito pensar que a derrubada dos preços das commodities latino-americana

serviu como justificativa para que os Estados do subcontinente abrissem mão do controle real sobre alguns elementos, como hidrocarbonetos.

(8) Em texto de Torres Filho a superposição da Marinha-de-Guerra norte-americana no Kuwait, a partir de 1991, primeira guerra do Golfo, serve para estabelecer novo ordenamento geopolítico sobre o mercado petrolífero nas regiões produtoras, abaladas por projetos autonomistas como os encontrados pelos partidos nacionalistas do Iraque e da Síria. Esta ação seria para animar, de pronto, a segurança nacional dos Estados Unidos pela garantia de energia.

(9) Pensamos em sociedade, ou comunidade, internacional na medida que haja princípios de interesse comum entre os Estados nacionais. Que as unidades políticas instituam arranjos para amainar as crises existentes entre elas em benefício de um projeto único. Sobre isto ver o texto de Aron. Por outro lado, se os Estados são seres portadores de necessidades limitadas no ambiente internacional o que se terá de menos é harmonia, portanto, não haveria comunidade. Sob a importância dos elementos energéticos esta assertiva pode ganhar peso, embora constrangedora.

Capítulo 2

A Energia como Fator de Conflito Internacional

O segundo capítulo procura demonstrar as condições atuais dos hidrocarbonetos no contexto internacional e os esforços políticos que os Estados nacionais empregam para debelar crises de abastecimento de um insumo finito e geograficamente concentrado. O esforço para superar a carência de um insumo limitado e estratégico se dá, sobretudo pelas grandes potências industriais a partir dos anos 1970, com a crise da OPEP. Neste capítulo, devemos também averiguar quais os meios científicos para se explorar recursos energéticos em territórios alternativos aos tradicionais, bem como outros elementos da política energética. E, posteriormente, saber o peso que o petróleo e gás natural têm na América Latina, considerando os problemas econômicos e políticos que passam alguns países da região.

2.1.Conflitos no Âmbito Global

Embora esta investigação não tenha intenção de adentrar aos assuntos de história das relações internacionais, o que demandaria mais tempo e mudaria o foco do assunto proposto, mesmo assim, é lícito observar a conveniência de se frisar algumas passagens históricas que marcaram o papel dos hidrocarbonetos na política de alguns Estados nacionais. Demonstrar que o impacto causado pela politização dos insumos energéticos não é registro apenas da década de 1970 com a crise da OPEP, embora aquela tenha se tornada referência sobre o assunto, mas sim algo que remonta à Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918.

Guerra mundial em que as potências vencedoras, entre elas o Reino Unido, passaram a resguardar o Oriente Médio, e adjacências, como área de seus interesses econômicos e políticos, já dando a entender que os minérios encontrados no antigo Império otomano deveriam ser estratégicos por causa de fortes disputas por um bem de fácil maleabilidade, de quem o domínio técnico, comercial e político poderia imputar teor de poder para o Estado nacional que conseguisse organizar todos esses itens em próprio benefício, em um ambiente de conflito. Dava-se início a participação dos assuntos

energéticos na forma de capítulo da tumultuada política internacional moldada por projeções de poder.

Estava posto, de início pelos governos britânicos e depois pelos norte-americanos, que a importância dos combustíveis fósseis não se limitava a ser matéria-prima da mesma qualificação de outras no equilíbrio do sistema econômico internacional. No balanço energético mundial, a razão de excesso ou a escassez de petróleo, e seus correlatos, poderia alterar a maneira com a qual as unidades políticas se relacionariam em todo o século XX, conforme avalia Rifkin. É pertinente reproduzir integralmente a opinião do autor *A Economia do Hidrogênio*:

> "Por cinco gerações geopolítica foi em muitos sentidos um sinônimo de política do petróleo. Os países, as empresas (...) que conseguiram controlar o fluxo de petróleo gozaram de uma riqueza sem paralelos, enquanto aqueles a quem se negou um acesso favorável ao potencial gerador do "ouro negro" (...) definharam ainda mais na pobreza, sujeitando-se a uma crescente exploração e marginalização". (Rifkin, 2003: 07, 08).

Por vez, controle e grande produção do bem estratégico não deveriam ser estendidos à maioria dos Estados nacionais, excluídos da cena energética. Mas o petróleo, elemento controlado pelas grandes potências, **in situ,** passaria a ser coordenado comercialmente pelo oligopólio constituído pelas grandes empresas petrolíferas anglo-americanas, em grande parte (ver tabela 15), sob orientação política e participação financeira das unidades políticas que não se furtariam de ter trabalhado em relevante assunto para o equilíbrio interestatal. Tratam-se, atualmente, das *majors*, (1) cuja presença tem alcance mundial. (Cf. Torres Filho, 2004: 310).

Logo após a Primeira Guerra, o petróleo já havia sido considerado um grande avanço tecnológico nos assuntos militares em que o desenvolvimento do motor à explosão, cuja propulsão era acionada pele pressão sobre o óleo combustível na câmara interna, logrando imensa vantagem no teatro de guerra à potência que dominasse a tecnologia e o uso do novo invento. E foi o Império alemão o responsável pelo uso militar do novo instrumento ao utilizar o motor de Ciclo Otto e Diesel para reforçar sua atuação na geopolítica. O petróleo indicava que o aumento na tecnologia energética acarretava vantagem militar

Em seu primoroso estudo sobre o tema, *Petróleo*, Daniel Yergin mostra o panorama político em que a montagem de estrutura petrolífera se transformara em argumento de

poder mundial, pois a utilização do motor a explosão havia revolucionado a arte da guerra entre as potências. No livro mencionado pode-se perceber que a substituição das embarcações movidas a vapor, por água aquecida a carvão ou por madeira, era de grande urgência para que o Reino Unido tivesse condições de barrar o avanço germânico no tabuleiro geopolítico, tanto da Europa, quanto no expansionismo visando a Ásia e África. (Cf. Yergin, 1994: 149).

A transformação tecnológica das antigas embarcações, mais lentas do que as alemãs, e a invenção de maquinários de combate em terra, caminhões, tratores e locomotivas movidos a combustão, seria o preço que Londres teria que pagar para não perder, de imediato, sua antiga e forte presença naval, mas sim prolongá-la. A partir de então, parte substancial dos conflitos internacionais passaria a ter algo ou com o petróleo ou com a região em que o insumo seria largamente encontrado em todo o século XX: Oriente Médio.

E essa realidade nos dá a entender que não ela passou por grandes alterações, nos últimos anos, no que tange ao controle político-econômico dos energéticos ao se tratar do relacionamento entre grandes potências, as gigantescas empresas petrolíferas e as tradicionais regiões de prospecção do Crescente, do mundo petrolífero. Em outras palavras, pelo fato de serem matérias-primas estratégicas os hidrocarbonetos sofrem duas implicações: ou eles são controlados por governos, por meio de empresas estatais, notadamente na Arábia Saudita, com a *Saudi Aramco*, ou por corporações empresariais dominadas pelo capital privado – que podem receber apoio dos governos em situação de crise, sendo o fato das Sete Irmãs. Neste caso, 72% das reservas energéticas são controladas por empresas estatais, e o restante é envolvido pelo forte oligopólio privado. (Cf. OESP, 03.04.2005: B12).

Por isso, não seria incongruente imaginar que pelo fato de o petróleo apresentar tal característica o produto fizesse parte de uma cronologia de crises e conflitos políticos espalhados por todo o mundo, desde o momento em que ele surge na condição de combustível essencial e de maior presença no cotidiano das unidades políticas que passaram a utilizá-lo de maneira volumosa na evolução da economia e do desenvolvimento da forma mais ampla, partindo da agricultura, à indústria e aos serviços em geral. Eis a era do petróleo.

Em outra instância, o petróleo se transformou em sinônimo de esforços à autonomia nacional por se tratar de um energético, cuja maleabilidade, aplicabilidade e baixos custos poderia angariar aos Estados modos de adquirir alta produção econômica, bem-estar e segurança por meio de um recurso considerado a base pela qual se sustenta a economia de massa. Claro, desde que o ciclo da prospecção, refino e comercialização não fose perturbado por guerras, disputas e diferenças de todo o tipo que marcam o sistema internacional.

Por isso, o grupo de minerais hidrocarbonetos ainda continua sendo de suma importância à estabilidade política e econômica dos Estados nacionais neste começo de século. A conformação geopolítica e estratégica desses minerais se conserva em virtude do papel que eles ocupam na vida das unidades políticas. Petróleo, gás natural e carvão mineral continuam a ser essenciais para a consecução de desenvolvimento socioeconômico, tanto para os Estados industrializados, quanto aos em desenvolvimento localizados no Hemisfério Sul.

E por guardar tamanha importância na vida das unidades políticas que procuram o resguardo do poder, os hidrocarbonetos já se situam, em primeiro grau, em duas questões de grande dramaticidade. De um lado, eles voltam a ser controlados pelo Estado em alguns países latino-americanos, contrariando a globalização energética, cujo mote era o equilíbrio entre a oferta e a procura, indo além das implicações da política. (Cf. OESP, 12.06.2005: A14). (2)

De outro lado, os energéticos fósseis passaram a se situar, cada vez mais, em uma posição responsável por determinados conflitos de duas ordens, alimentando uma versão da clivagem Norte-Sul nos dias atuais. E isto ocorre por causa da concepção de que os Estados nacionais petrolíferos do Oriente Médio e da África Ocidental devessem ser mais bem observados politicamente pelas grandes potências consumidores, que deveriam imprimir ordem no Terceiro Mundo, em prol da produção sem entraves e sem transtornos. (Cf. Rifkin, 2003: 123).

A procura de substituir os hidrocarbonetos por combustível alternativo, biomassa exemplarmente, tem sido constante por meios de testes sobre variados gêneros vegetais. Mas, como opina Rubens Vaz da Costa, ainda que haja progressivo empenho em pesquisa e tecnologia para substituir muitas aplicações das matérias-primas fósseis haveria dois

problemas prementes sobre a sorte desses energéticos de difícil resolução no curto e no médio prazo: a concentração geográfica com 60% dos estoques no Oriente Médio e o tempo de exploração das jazidas. (Cf. Costa, 1982: 48). Índice ainda muito atual. (Cf. OESP, 10.10.2004: B6).

A concentração volumosa das jazidas na Ásia Menor, a estimativa diminuta de exploração das reservas para os próximos trinta anos ou quarenta anos e a crescente dependência que os países industrializados, como Estados Unidos, China e Japão, apresentam em relação ao carvão mineral, ao petróleo e ao gás natural são suficientes para fomentar graus variados de conflitos internacionais marcados, em último nível, pela guerra e pela falta de segurança energética. E além da simples dependência, aquelas três grandes economias são as maiores consumidoras de hidrocarbonetos, conforme se pode ver nas tabelas 3 e 5 dos anexos.

Com referência à exploração dos minérios verificamos que há duas denotações com a palavra "tempo" na questão do petróleo. De início, o prazo que ainda há para a exploração da matéria-prima em base estável, conforme apontam variados cálculos. A outra compreensão do tempo se aplica ao número de anos que devem ser exigidos na exploração de novas descobertas de hidrocarbonetos que ganham notoriedade. O tempo que se exige para potencial utilização de novos poços é superior a cinco anos. Na contabilidade de alguns geólogos norte-americanos o prazo estimado para que uma nova jazida seja útil é de até dez anos nos Estados Unidos e de cinco no Oriente Médio. (Cf. Conant **et** Gold, 1981: 39).

Com efeito, a relação entre tempo e utilização dos insumos não pode sofrer análises instantâneas, negligenciando variantes que importam neste tipo de investigação acadêmica. Não se trata de nos filiarmos a um *determinismo natural*, em geografia, no qual um poder superior e fatalista neutraliza esforços avanços feitos pela pesquisa científico-tecnológica para superar a escassez dos combustíveis fósseis. Relatórios famosos de teor pessimista, por exemplo, o feito pelo Clube de Roma de 1975, não indicara precisão em estimar o quanto de petróleo ainda há para o regular uso internacional. O incremento de avanços tecnológicos, a renovação de poços explorados e as novas descobertas contrariam os pessimistas.

Em outro aspecto, é lícito abrir brevíssima análise sobre o caráter finito dos hidrocarbonetos, sem a qual este trabalho ficaria incompleto em sua observação do tema. Quando comentamos a extinção dos combustíveis fósseis, em particular do petróleo, referimo-nos a um determinado tipo de matéria-prima, denominado petróleo leve, o *arabian light*: o bom produto para os parâmetros industriais e comerciais da moderna economia mundial em virtude de seu grau de pureza e alta qualidade aos padrões do mercado. Esse tipo de hidrocarboneto, o petróleo leve, é o que se encontra em via de exaustão. Outros tipos de combustíveis fósseis o são igualmente, mas eles merecem outra análise.

Nos estudos de Rifkin há outros tipos de petróleo espalhados por variadas regiões da Terra. Outros "petróleos" são estimados em número suficiente para mais de cinqüenta anos, mesmo em uma situação de economia internacional aquecida haveria suprimentos suficientes para dar conta do consumo em via de se elevar. Mas por que esse tipo de óleo não entra na contabilidade tanto de empresas quanto de governos? A resposta encontrada pelo mencionado geólogo e técnicos da área é que o petróleo pesado, presente na China, e outros, é altamente carregado de metais pesados e enxofre, 5%, tornando-o dificultoso para o refino. Atualmente, este petróleo não é muito desejado a um esquema de comércio internacional, pelo menos para concorrer em alto grau com os óleos provenientes do Oriente Médio. (3)

Alguns elementos do tipo areia de alcatrão, óleo de xisto, carvão mineral e petróleo pesado ainda existem em grande quantidade na China, Rússia, Estados Unidos e outros; e a extração de óleo combustível desses minérios é industrialmente possível. Contudo, sua queima poderá representar um contratempo ambiental insuportável, já que a emissão de seus contribui para elevar a temperatura da Terra, em média quatro graus centígrados, inviabilizando medidas de reversão do aquecimento global como programa universal. (Cf. Rifkin, 2003: 129).

Esse tipo de óleo não é para ser evitado em grandes utilizações somente pelas dificuldades econômicas e técnicas para refiná-lo e extrair dele todos os insumos desejados ao setor de petroquímicos em geral. Outro problema, mais premente para a realidade atual, é o fato de que o grau de impureza desse tipo de carburante contribuirá, ainda mais, para o agravamento do aquecimento global. Disso entendemos o efeito estufa resultante, em

grande parte, da queima de combustíveis fósseis, mesmo os convencionais – sendo o petróleo leve em primeiro plano. (Cf. Rifkin 2003: 14). E nada mais delicado do que a difícil relação entre as sugestões do Tratado de Kioto, de 2004, com as potências que o negam em virtude da preeminência da política doméstica em detrimento dos acordos internacionais.

De fato tem sido bastante custoso politicamente ao regime de **pacta sunt servanta,** para a coluna do direito dos tratados, suportar a ascensão dos Estados nacionais, ainda mais as grandes potências, sobre a palavra do direito internacional. Estados Unidos, Austrália e China, de início, têm sido reticentes às sugestões de Kioto, em que se prega a limitação na queima dos combustíveis fósseis, entre outros elementos. Tais países trabalham com a assertiva de que não podem limitar as dimensões da política e economia internas, correndo riscos de haver perdas volumosas em proveito dos acordos internacionais, mesmo que eles sejam urgentes e universais, considerando que a queima em demasia dos insumos libera CO_2, um dos grandes responsáveis pelo aquecimento global e demais danos ambientais. (Cf. Hage, 2002: 110).

Por isso é necessário frisarmos o fato de que os hidrocarbonetos são finitos, e não há dúvida disso. Mas a dramaticidade da escassez dos carburantes reside, em princípio, no petróleo leve concentrado amplamente no Oriente Médio, Rússia e África Ocidental, em evidência na Nigéria e Angola. Em uma situação política de desconsideração pelos estudos de meio ambiente haveria, além do óleo pesado, outros insumos que as grandes economias mundiais poderiam lançar mão para a continuidade do sistema econômico internacional como ele está, grandemente baseado em combustíveis fósseis e no mercado de massas por mais cinqüenta anos.

Mas, no final das contas, todos os grupos de combustíveis fósseis são finitos, leves ou não um dia terão de acabar, embora haja crescente pesquisa na área dos refluxos energéticos para a renovação de antigos poços que, sob o critério técnico, podem apresentar sobrevida. Independente de ter suas reservas mundiais declinantes a partir de 2020 ou 2050 é evidente que esse bem natural fará valer a lógica dos ciclos esgotáveis e poderá comprometer a estabilidade dos Estados nacionais que apresentam sua produção dependente de petróleo.

Por isso, a observação sobre as implicações políticas e econômicas da má distribuição dos hidrocarbonetos, ainda no início do século XXI, sublinha apenas a continuação de uma cronológica crise internacional que vem do século XX e continua no atual. Desde 1914, início da Primeira Guerra Mundial, os territórios produtores dessa matéria-prima, Oriente Médio e Ásia Central, passaram a ser palco de crescente conflito político-militar.

Em um primeiro aspecto, os motivos que elevaram o Crescente, e adjacências, como região estratégica são indicados pela utilização de sua localização entre dois grandes blocos geográficos de grande relevância histórica e cultural - transição entre a Europa e a Ásia, sendo esta última meio de conexão com grandes Estados na atual composição geopolítica, China, Índia e Rússia. Por conseguinte, há de se citarmos os estreitos e canais que marcam a posição daquela região ao mercado internacional, o Suez é modelar e o Gibraltar não fica atrás.

Em outro plano, a ascensão do Oriente Médio, na composição geopolítica mundial, acontece em virtude do papel que o petróleo passou a representar na economia internacional. Donos de grandes reservas mundiais de carburantes, os países daquela área não deixam de ser ponto de atração e de conflito exterior, sobretudo, dos Estados industrializados, grandes potências, cuja necessidade energética deles tende a crescer ainda mais. Por isto, a crise naquela parte da Ásia se intensifica cada vez mais desde a década de 1950.

Sobre esta afirmação, é pertinente a ótica de Leonel Mello sobre as implicações entre políticas de poder mundial e o possível controle de reservas minerais e estreitos marítimos. Assim, a preponderância político-militares dos Estados Unidos no Oriente Médio se dá, justamente, em virtude dos enormes estoques energéticos naquela área do planeta, bem como nas estratégicas via navais, Suez e Ormuz, por onde passam superpetroleiros a caminho dos Estados industrializados e a todo o mundo. (Cf. Mello, 1999: 162).

E não se limita somente a esse ponto a questão geopolítica da energia, e dos hidrocarbonetos, no que toca aos interesses estratégicos das grandes potências, mormente da República norte-americana, que tem se empenhado na "normalização" da produção e no transporte de petróleo de seus aliados estratégicos presentes nas atividades de intervenção

no Oriente Médio e outras partes da Ásia. Apesar de a disputa por energéticos tocarem aos Estados Unidos, não podemos nos esquecer da dependência da União Européia e do Japão aos hidrocarbonetos – dependência superior à encontrada na economia norte-americana, de acordo com Santos. (Cf. Santos, 2003: 99).

Se os esforços das grandes potências, simbolizados pela ação de Washington, concentra-se no Crescente e adjacências, isto dá a entender que são grandes as possibilidades de conflitos geopolíticos de duas dimensões, um tradicional e outro contemporâneo. Na análise tradicional é pertinente dizer que a região central da Ásia ainda guarda valor e interesse geoestratégico da mesma forma que o geógrafo britânico Mackinder havia opinado em 1904, quando ele denominou *heartland* aquela parte do Globo: a região "pivô", cujas riquezas naturais poderiam definir o teor de potência dos países.

Regiões euro-asiáticas circundantes à Rússia são proveitosas, outrossim, à indústria dos hidrocarbonetos e por isso, para de Rifkin, não seria estranho constatar o crescente interesse das grandes potências à procura de adquirir as riquezas naturais do subsolo asiático, vindo a confirmar as assertivas de Mackinder sobre a elevação estratégica da Ásia Central, na condição de ponto geográfica primordial à manutenção energética. (Cf. Rifkin, 2003: 251).

Em uma análise contemporânea, mas não contrária à tradicional, há a visão do geógrafo norte-americano David Harvey, que não vê a estratégia dos Estados Unidos desprovida de duas palavras: petróleo e Ásia Central, já que o país é o maior consumidor de hidrocarbonetos em geral. Um dos itens estratégicos da Casa Branca é justamente assegurar a regularidade de suprimento de combustíveis fósseis, sendo boa parte deles provenientes do *heartland*, o que levaria aquela potência a desenvolver o seguinte passo, como percebe o autor:

> "No processo, os Estados Unidos asseguraram sua presença militar no Uzbequistão e no Quirguisistão, com fácil acesso de ataque aos campos petrolíferos da bacia do mar Cáspio (da qual o volume de reservas ainda é um mistério e na qual a China luta denodadamente para pôr um o pé de apoio a fim de garantir seu próprio suprimento (...)". (Harvey, 2004: 158).

Em outro diapasão é interessantíssima a percepção do geógrafo norte-americano sobre o papel do Oriente Médio na função de região pivô para a atualidade, vale a pena reproduzir: "Há, no entanto uma perspectiva ainda mais ampla a partir da qual entender a

questão do petróleo. Ela pode ser apreendida na seguinte proposição: quem controlar o Oriente Médio controlará a torneira global do petróleo, e quem controlar a torneira global do petróleo poderá controlar a economia global, pelo menos no futuro próximo". (Harvey, 2004: 25). (4)

Não é sem propósito que parte substancial dos trabalhos que analisam a política energética mundial dediquem bom espaço para compreender as razões da crise energética da década de 1970. O boicote do petróleo, provocado pelos Estados membros da OPEP, revelou o aparecimento de um tipo de crise cuja tendência seria crônica, considerando vários fatores inerentes à política dos hidrocarbonetos e sua filiação à geopolítica energética.

Como ponto de partida para a análise do problema energético mundial, a Crise do Petróleo, de 1974, marcou situações complexas que contribuíram para desajustar o já conturbado sistema internacional. Esse desajuste passou a demonstrar a difícil comunhão de interesses das grandes potências em face de muitos Estados em desenvolvimento, bem como a falta de projetos de cooperação pertinentes aos países do Hemisfério Sul. No próximo subcapítulo demonstraremos com mais afinco esse tipo de crise iniciada pela OPEP.

2.2.A Crise da OPEP e suas Conseqüências

O intuito de se compreender a crise do petróleo conformada pela OPEP, nos anos de 1973 e 1974, não é para recordar somente aquela que fora uma difícil página da política internacional, tanto para os grandes Estados consumidores de combustíveis fósseis, quanto para os em desenvolvimento e consumidores do elemento energético. O empenho para compreendermos a crise promovida por aquela organização petroleira é para considerarmos que o conflito marcou, de modo nunca visto antes, o uso dos hidrocarbonetos para fins eminentemente políticos em proveito dos países produtores. Comportamento que não se limitou apenas à década de 1970 e, por vez, que se repetir além do Oriente Médio, caso que nos chama a atenção para questão análoga na América Latina. Por isso, damos razão ao se analisar os precedentes da questão.

Estados nacionais, possuidores de elementos energéticos, fósseis ou não, podem utilizá-los com o intuito de obter ganhos econômicos e políticos à medida que haja forte penetração das matérias-primas no cotidiano dos países importadores. Se o efeito contraproducente acontecer, ele não deixará de afetar apenas o conjunto da segurança nacional das unidades políticas, em virtude do processo de dependência. O uso político dos hidrocarbonetos não teve início nos anos 1970, com o advento da OPEP. Houve momentos históricos em que o petróleo foi usado para pressionar ou para angariar apoio geral a projetos nacionais. Em 1954 tivemos a campanha do "Petróleo é Nosso", no Brasil. Portanto, a nacionalização boliviana não seria exclusividade na politização de hidrocarbonetos.

O nascimento da OPEP aconteceu sob a égide da política, vislumbrando esta área na forma de terreno fértil à criação de conflito, hegemonia e disputas que o Estado deve seguir, assim é pertinente trazer alguns traços históricos da organização, mesmo que em traços rápidos. O agrupamento feito pelos países exportadores de petróleo, em 1961, fora concebido para se levar em conta as peculiaridades que juntam os Estados produtores: colonialismo e petróleo. São unidades políticas nascidas sob os escombros do antigo sistema internacional colonialista, produzidos após 1945 e com os imperativos políticos da Guerra Fria.

Estados nacionais pobres, e politicamente frágeis, tiveram eles bastante trabalho para tirar proveito econômico do que tem sido a única riqueza sobre a qual se pode construir a unidade nacional completa para vencer desafios. Com esforços para se ter o desenvolvimento econômico, as matérias-primas energéticas se tornaram a riqueza esperada para tal objetivo. Promover a regulação do petróleo, sob a égide do nacionalismo, tornou-se tarefa premente dos jovens Estados que tinham de fazer valer sua concepção de interesse nacional junto às grandes empresas petrolíferas de gênese metropolitana, inclusive aprovando a nacionalização tanto das jazidas, quanto das operações. (Cf. Yergin, 1994: 640).

O esforço conjunto dos serviços secreto norte-americano e britânico para abortar planos de nacionalização das companhias estrangeiras, que operavam nos países produtores, é exemplar. A morte do primeiro-ministro iraniano Mohamed Mossadegh, em 1955, por querer nacionalizar os ativos da empresa British Petroleum tem se tornado

momento referencial sobre os modos de se obter controle sobre os grandes insumos estratégicos.

Em contraposição ao arranjo político dos mais importantes produtores mundiais, os grandes consumidores e os partidários da antiga cadência encontrada no decadente sistema colonial europeu, as grandes potências passaram a fomentar outra instituição especializada no assunto, a AIE, de 1968, cujo papel era o de se contrapor aos objetivos da OPEP para que não houvesse mais manipulação na prospecção e preço das matérias-primas. De outro modo, podemos conceber a crise do petróleo como um dos embates entre as duas instituições, da qual o momento mais complexo se fez presente em 1973 e 1979. (Cf. Yergin, 1994: 659).

A crise internacional desencadeada pelos produtores não se filia a uma única interpretação, à da retaliação antiamericana, pois seus desdobramentos vão além das compreensões tradicionais, amplamente divulgadas. Em leituras mais recentes, como as de Rifkin **et** Gowan, começamos a reparar no papel doméstico dos Estados Unidos, e demais produtores, como atores iniciais naquela disputa; e não sendo apenas um problema de ordem internacional que afetava o equilíbrio de poder no Oriente Médio. No plano tradicional, na letra de Hobsbawn, entendemos o embate da OPEP como parte regionalmente localizada dos conflitos da Guerra Fria, em que as duas superpotências disputavam a influência naquela parte do Globo, elegendo suas "cabeças de ponte" na disputa ideológica e militar.

No entendimento de ser a crise do petróleo um capítulo da Guerra Fria há a interpretação de que os grandes produtores de petróleo do Oriente Médio usaram politicamente os energéticos fósseis para retaliar os Estados Unidos e seus aliados. Washington apoiara militarmente Israel na Guerra do Yom Kipur, de 1973, em que o Estado judeu havia vencido os inimigos árabes, sírios e egípcios, contribuindo para o malogro da influência soviética na estratégica região oriental, varrendo o comunismo que fomentara sentimentos antiocidentais nos grandes centros do Cairo e Damasco. (Cf. Hobsbawn, 1994: 241).

Por conseguinte, continuando com Hobsbawn, o que supervalorizou a crise de toda a década de 1970 foi o fato de que os Estados Unidos estavam atravessando conturbado período à afirmação de sua hegemonia, já que o país havia sofrido alguns reveses em suas

incursões na Ásia. (5) Em virtude de agudos problemas econômicos domésticos, alta inflação, descrédito na política interna, e retrocesso na Guerra do Vietnã, forçaram novo plano de ação das forças norte-americanas no mundo islâmico para compensar seus contratempos em outras zonas de importância capital àquela potência. Por isso, deu-se o investimento político em seu aliado israelense contra os diques árabes, ajudados pelas forças da União Soviética.

Uma nota de explicação é necessária aqui para melhor compreensão do tema. É certo que o montante de combustível fóssil utilizado nos Estados Unidos era, e continua sendo, o maior de todo o mundo. O enorme consumo ocorre porque a economia estadunidense gasta muitos energéticos domesticamente. Outro motivo é que a Casa Branca se responsabilizava pelo suprimento de guerra de toda a OTAN, dependente dos recursos norte-americanos. A superpotência não podia negligenciar seu título de líder ocidental, mas o consumo com os Aliados já era superior à produção do país, que não era pequena. (Cf. Melvin **et** Gold, 1980: 24).

A crise da OPEP foi multifacetada em suas razões. Ela pode ter sido um instrumento de retaliação contra os países setentrionais, em parte, simpáticos à política de Tel-Aviv. No entanto, seus efeitos não foram uniformes, visto que o resultado esperado não atingiu, a preceito, os Estados industrializados como fora desejado, considerados aliados da política norte-americana naquela parte da Ásia. De antemão, o intuito do cartel exportador apresentou um tento, pelo fato de que ele havia conseguido criar certa discórdia entre Estados Unidos, Japão e Comunidade Européia, sendo estes dois mais vulneráveis ao boicote. Por isso, Tókio, Paris e Berlim projetavam outro esquema de resolução à crise energética - cada um à sua maneira, deveriam eles costurar acordos de cooperação com os árabes para superar a crise.

Se os implementos da organização petrolífera foram relativamente bem-sucessidos contra os grandes centros do poder, não conseguiram eles ter apoio por parte dos países tributários do Terceiro Mundo, em razão da organização ter drenado não só recursos do Hemisfério Norte mas, outrossim, de todo o grupo dos pobres, dependente de recursos petrolíferos e financeiros, assim vê Immanuel Wallerstein, em *Após Liberalismo*. (Cf. Wallerstein, 2002: 126). Caso fosse urgente importar petróleo dos países árabes, o Terceiro Mundo entraria em outra dificuldade pela aquisição de volumosa dívida externa (e o FMI)

redirecionada, logo depois, a pagamentos acrescidos de juros aos bancos privados internacionais.

Países que, a exemplo do Brasil, assistiram à escalada volumosa de sua dívida externa para terem mais recursos financeiros na compra do petróleo, já que a produção nacional não estava à altura do consumo. Enquanto havia *dinheiro barato* a dívida não se fazia pesada à economia nacional, mas depois da reestruturação dos juros internacionais, em 1981, o ônus ficou insuportável aos países meridionais, transformando aquele dinheiro, outrora disponível com facilidade, na gênese dos problemas econômicos que perduraram em toda a década de 1980, a crise da dívida externa que assolou drasticamente as finanças de México, Brasil, Polônia e outros países.

Apesar disso, a política externa brasileira havia desenvolvido, no Governo de Ernesto Geisel (de 1974 a 1979), imaginoso programa diplomático que tencionava atrair os países da OPEP com vistas a superar o problema de falta de abastecimento nacional de petróleo, mesmo que houvesse de se contrapor a Israel, o governo havia percebido que o fator energia não seria dissociado dos outros mais complexos da política internacional, o que o levou a ter programas alternativos. Sem querer sair da pauta, é congruente trazer a opinião de Paulo Vizentini sobre o tema. Trata-se trata de verificarmos quais foram as ações que determinados Estados fizeram para superar contratempos provocados pela utilização política da energia. Segue o autor:

> "(...) longe de adotar uma estratégia defensiva, preparou um aprofundamento de industrialização por substituição de importações, com vistas a tornar-se auto-suficiente em insumos básicos e, se possível, em energia. O governo (Geisel) optou por diversificar as fontes de energia". (Vizentini, 2005: 50).

Jogando em duas frentes alguns países pobres em petróleo procuraram a auto-suficiência por meio da energia nuclear e da biomassa, caso do Brasil, e direcionaram suas melhores política diplomáticas ao bom relacionamento com os países do cartel petrolífero, bem como para outros Estados que poderiam ser grandes fornecedores do óleo no futuro, com destaque aos jovens Estados recém independentes da África Ocidental, como Nigéria e Angola.

Já os Estados industrializados não tiveram condições de constituir arranjos econômicos e políticos para que pudessem superar imediatamente os acontecimentos no

mesmo tempo. Porem, os esforços feitos mais adiante não malograram, ao menos por curto período, para diminuir a dependência deles às exportações da OPEP. Reunindo esforços monumentais Estados Unidos, Reino Unido e outros haviam conseguido, pela primeira vez, superar a produção petrolífera dos tradicionais fornecedores. Claro, foi uma autonomia de oito anos já, que após a década de 1980, o cartel voltou a ter preeminência produtiva por falta de consenso político entre os produtores extra-OPEP. O bloco ocidental não tinha um programa comum no tratamento aos concorrentes do Oriente Médio e Rússia. (Cf. Santos, 2003: 102).

A questão não pára somente na esfera dos países ricos ou pobres, grande potência ou Estado cliente. Naquele período, se a elevação rápida dos preços do barril de petróleo teve o intuito de prejudicar os Estados Unidos e seus aliados não houve, o mesmo resultado, com relação à ex-União Soviética, visto que a alta de preços do produto fora bem favorável à sua economia, agora "energizada" financeiramente pelas grandes descobertas de petróleo da Sibéria e do Sul, próximas ao Oriente Médio. Neste caso, o prestígio de Moscou se mostrou à altura de seus esforços de manter pé junto aos árabes. (Cf. Hobsbawn, 1994: 242).

Em outro caso, a página histórica sobre a geopolítica energética se revelou pedagógica em um ponto capital para os Estados produtores de hidrocarbonetos, como os árabes: lição aprendida pelos governos interessados em entender por que a propriedade exclusiva da unidade política sobre os bens estratégicos não garante, necessariamente, controle e ganhos primordiais se não houver aquilo que foi o "trunfo" do Ocidente: infra-estrutura e logística. O oligopólio ocidental em refinarias e petroleiros foi a maneira de diminuir a pressão exercida pelos Estados produtores, já que eles não tinham como transportar e refinar o óleo sem a participação das grandes empresas privadas. (Cf. Melvin **et** Gold, 1980: 27).

Mas, como foi frisado no começo, não há somente uma maneira de se entender a crise do petróleo em 1974. Na verdade, as duas formas interpretativas não se excluem, pois os acontecimentos representados pela OPEP tiveram implicações políticas de primeiro grau na política internacional. A diferença é que para outros autores, de lavra mais recente no campo da geopolítica e dos assuntos energéticos, aquele conflito fora impulsionado por motivos internos, por setores ou grupos sociais que procuravam desenhar nova justificativa

para defenderem seus interesses, e não só pelo agravo de os Estados Unidos terem apoiado o poder israelense.

Esta tem sido a expressão de Rifkin ao atribuir responsabilidades a movimentos sociais islâmicos e a governos dos países produtores de petróleo. A riqueza desses Estados, quase exclusivamente pela exploração de hidrocarbonetos, acabou cindindo aquelas antigas sociedades de teor cultural menos urbanizado e mais assentado nos valores tradicionais, inclusive religiosas, que constituem normas e regras gerais àquelas populações orientais. Fazendo um paralelo, nada muito distante do que ocorre atualmente com a nacionalização boliviana.

Senão vejamos. Para o aumento da habitação, saúde pública, educação de massa etc, eram necessárias fontes de renda mais dinâmicas para ajudar na coordenação do modo de vida urbano, como ocorrera no Kuwait. Com o aumento das questões urbanas e sociais, até então de pouca monta no Oriente Médio, passaram, aqueles governos a ter na elevação abrupta do barril do petróleo a forma primeira de fazer arranjos financeiros para sanar a crise social de uma população que havia se modernizado a partir de 1960. (Cf. Rifkin, 2003: 102).

Mas houve um paradoxo dessa riqueza rápida das tradicionais sociedades islamizadas do mundo do petróleo. As mudanças de hábitos considerados modernos ao Ocidente deram azo a sentimentos de resistência, cujo mote fora a perda da identidade cultural da nação em troca de valores não concernentes aos defendidos pelos fundadores do Islã. (Relação análoga aos índios bolivianos) Na tentativa de aplacar conflitos de concepção cultural entre o moderno e o tradicional, e na procura de continuar o crescimento econômico via hidrocarbonetos, os governos industriaram a idéia de que defender os valores do Islã era tirar proveito das riquezas naturais, como eixo da união nacional e religiosa:

> "O Mundo Muçulmano há tempos sentia que o petróleo poderia algum dia ajudar a escrever um novo capítulo do Islamismo. Não foi senão no outono de 1973, contudo, que o sonho de reislamização se tornou realidade. (...) os regimes do Oriente Médio viraram de ponta cabeça a ordem econômica mundial construída e forjada cuidadosamente pelos Estados Unidos e seus aliados após a Segunda Guerra Mundial". (Rifkin, 2003: 108).

E a transformação do combustível fóssil em arma política para angariar riqueza interna ou para prejudicar virtuais inimigos, os grandes Estados importadores do Ocidente,

os países da OPEP adotaram uma rápida escalada de preços do barril do petróleo. Até 1970 o produto era comerciado a 99 centavos de dólar, preço relativamente estável a um bem quase "infinito" e barato. Com os problemas mencionados de conflito político e internacional, o preço saltou para 34 dólares. Foi a felicidade dos sauditas que obtiveram mais de um bilhão de dólares em receita por meio das vendas superfaturadas de petróleo ao Ocidente – o cartel dos grandes produtores serviu aos propósitos daquele reino. (Cf. Rifkin, 2003: 107).

Só que, na lógica de Gowan e de Wallerstein, o "acúmulo do capital" proporcionado pelos aumentos sucessivos do barril do combustível já seria esperado pelo governo republicano de Richard Nixon, em 1973, para sanar as questões exaltadas por aquela plataforma. (Cf. Gowan, 2003: 46). Seria para recuperar a atividade econômica dos Estados Unidos, conturbada pelas manifestações internas e externas daquela potência, **verbi gratia**, a quebra do Padrão Ouro e a alta inflação, bem como pela concorrência industrial da Europa Ocidental e Japão.

A emergência de recursos financeiros, agora no Oriente Médio, seria para alimentar a máquina produtiva norte-americana via exportações, pois os xeques árabes comprariam toda sorte de produtos industrializados, duráveis ou não. No fundo, era mercado de luxo tão ao gosto dos príncipes que acabaram ajudando o equilíbrio de contas dos devedores. Em outra instância, o montante acumulado pelos xeques seria direcionado à boa parte dos bancos privados americanos para fomentar empréstimos de *petrodólares*, que seriam positivos à hegemonia do país em questão. O fito do projeto seria com que a economia estadunidense voltasse à supremacia inconteste, embora seu efeito tenha sido amargo para boa parte da população por causa do racionamento do combustível e pela carestia. (Cf. Wallerstein, 2002: 193).

É mister dizermos que se tratando de resguardo energético as grandes potências, com tradicional conhecimento de causa, não deixam de ter projetos por causa de determinadas plataformas partidárias eleitas para um determinado período de governo, consideradas ou não menos afeitas ao uso do poder político, portanto, não elevado em todas as suas possibilidades. Republicanos ou democratas, conservadores ou trabalhistas, gaulistas ou socialistas, isto não impede que Estados Unidos, Reino Unido e França tenham estratégias

Por outro lado, uma operação político-econômica dessa magnitude poderia abrir uma *caixa de pandora*, de quem os riscos seriam incalculáveis e poderiam escapar ao controle da Casa Branca e contaminar todo o sistema internacional com um dano a se perder de vista. Considerado como fruto de "conluio" entre o governo Nixon com os reinos saudita e iraniano, (6) na acepção de Harvey, a crise do petróleo deveria assegurar que não houvesse extrapolação dos limites observados pelos *policy makers* norte-americanos. Na administração democrata de Jimmy Carter, já havia ficado claro que a máquina de guerra daquele país não toleraria, de nenhuma forma, a utilização política do óleo no Exterior. (Cf. Harvey, 2004: 58).

No entanto, a politização dos combustíveis fósseis não deixou de existir, independente da vontade dos governos dos Estados Unidos e de outras potências industriais. As décadas de 1980 e de 1990 assistiram à escaladas de crise resultantes de Estados produtores em busca de maior destaque político-econômico no sistema internacional. Ao aproveitarem a supremacia dos hidrocarbonetos no cotidiano de quase todas as unidades políticas, os produtores tencionaram aproveitar uma lacuna para fazer valer seu papel, de possuidoras de bens finitos e geograficamente concentrados na Ásia Menor.

Na denominada Primeira Guerra do Golfo Pérsico, em 1991, a coalizão liderada por Washington havia percebido que a questão de interesse maior naquele conflito, de expansão "territorial" para o comando de Bagdá, não demorava somente em um agravo de direito internacional contra um Estado reconhecido soberanamente pela ONU. Outro fator que havia impulsionado a máquina de guerra ocidental contra o Iraque de Hussein fora, antes de tudo, a vontade da colisão controlar as reservas estratégicas de um grande produtor que concordava usá-las em condição de protestos contra ingerências pró-israelenses. (Cf. Harvey, 2004: 71).

É evidente que não podemos nos filiar a reducionismos ao dizer que a proteção das jazidas contra projeções políticas nacionalistas ou contestatórias dos países exportadores não guardaria, outrossim, outras dimensões urgentes – além das tradicionais preocupações com a segurança energética. Citemos a segurança internacional em resistência a focos de revoluções de caráter nacional-islâmico que podem contaminar toda a Ásia Central, África, e chegar à Europa Ocidental, como os encontrados no Irã, de 1979, e na Arábia Saudita que

passou a ter sua crise a partir de 1999, com ações violentas dos grupos contestadores da política externa saudita. Uma das queixas dos grupos em questão seria uma "falta de amor próprio" que o reino tem ao permitir a presença das forças norte-americanas em seus santuários.

Porém, são fortes as evidencias que observam os assuntos energéticos como suficientes, ao lermos o parecer sobre o atual problema no mundo islâmico. Escreve o comissário Blix, da ONU: "Paul Wolfowitz, então subsecretário americano de Defesa, já disse publicamente que havia o desejo de transferir as tropas estacionadas na Arábia Saudita para outro lugar. O clima na Arábia Saudita não era dos melhores para as tropas americanas. Na raiz do problema, no entanto, estava a questão do petróleo". (Blix, 16.06.2005: A16). Conflitos baseados em hidrocarbonetos não se limitaram à década de 1970, eles continuam e podem migrar para outras regiões problemáticas e ricas em energéticos.

Nos próximos subcapítulo procuraremos versas alguns problemas relacionados à política e à energia no espaço latino-americano, compreendendo o histórico e as transformações que determinados Estados da região passaram em relação aos problemas energéticos, bem como as mudanças que as unidades políticas tiveram em seu aspecto institucional. Neste ponto, o papel do poder político na construção da infra-estrutura energética e sua retirada, relativa em certos casos, merecem análise mais acurada na compreensão das questões energéticas, e dos hidrocarbonetos em particular, na América Latina.

As reformas institucionais, concernentes à globalização financeira, acarretando privatizações e timidez para o poder político dos Estados meridionais, contando com anuência de governos preocupados na melhoria de imagem de suas administrações, serão ítens analisado parte do trabalho que vem a seguir. Privatizações e reformas que, no caso boliviano, contribuíram para fazer com que a crise institucional surgida naquele país venha a ter dimensões internacionais e afetando o Brasil, visto que 50% do gás natural consumido pela industria brasileira é importado do vizinho andino. Portando temos um problema de segurança. (OESP, 26.07.2005: A3). (7)

2.3.A Relação da Crise com a América Latina

Somos da opinião de que é licito avaliar a situação política e energética da América Latina a partir da crise econômico-financeira que o subcontinente passou em quase toda a década de 1980 e 1990. Situação crítica que dera o fermento necessário ao partido do direito privado, de traços antiestatais, para a privatização da infra-estrutura energética de muitos Estados latino-americanos com o intuito de adequá-los aos novos ditames do sistema econômico internacional. Ditames assentados na desregulamentação da coordenação pública em assuntos, outrora, vistos por estratégicos à centralização do poder nacional.

Por isso, pensamos ser pertinente versar algumas passagens da história recente pelas quais passaram os Estados Unidos, com o fito de majorar sua predominância mundial na política e na economia, em que os países da América Latina, e suas instituições, modificara-se em razão da demanda política e econômica que a Casa Branca passou a indicar em todo o sistema internacional, sobretudo ao Hemisfério Sul onde a América meridional tem grande espaço. Conseqüentemente, parte denotativa da atual situação institucional dos países da região é fruto da adequação deles ao novo mapa desenhado pela política estadunidense, sendo o desarranjo da coordenação pública no sul um dos resultados daquela preeminência.

Embora esta investigação acadêmica não seja propriamente um estudo de economia internacional, temos de se averiguar quais foram as fontes que alimentaram a crise, bem como a aguda transformação política pela qual passaram quase a totalidade dos Estados latino-americanos. E é bom lembrar que o resultado trazido pela dramática situação não pode ser divorciado do instante em que a região passa atualmente, após uma década de reformas.

O ponto de partida da posição de timidez econômica e política dos países da América meridional pode ser encontrado na primeira parte da década de 1970, na crise do petróleo da OPEP. O imbróglio que teve aquele cartel no centro dos acontecimentos afetaram profundamente a composição política e econômica dos Estados industrializados, pela carestia do produto importado, à primeira instância, de acordo com a análise de Peter

Gowan e outros que acreditam ser as operações árabes uma manobra da política estadunidense.

Por certo, o estouro no preço do barril de petróleo negociado nas praças financeiras internacionais havia sido peça delicada na economia do Japão e da Europa Ocidental, dependentes do hidrocarboneto importado, em grande parte, do Oriente Médio. Mas aqueles ataques de ganho, independente da interpretação adotada, não haviam tragado instantaneamente os Estados periféricos ao "olho do furacão" da crise internacional de energia e de economia. Mesmo que países, como Brasil, fossem importadores de petróleo, e tivessem que pagar por ele grandes somas de recursos financeiros por causa do boicote, a situação não era drástica em virtude dos petrodolares emprestados a juros baixos pelos grandes bancos.

Contudo, a tentativa de reorganização da política-econômica norte-americana, a partir do governo de Ronald Reagan, em 1981, contribuiu enormemente para que a regularidade internacional fosse quebrada pela escalada rápida que o Federal Reserve, o banco central daquele país, fez ao aumentar os juros dos empréstimos concedidos em quase todo o Terceiro Mundo. Brasil e Argentina entraram em novo processo de paralisia da produção e, depois, naquilo que é o núcleo da atividade estatal, os projetos de desenvolvimento que estes países haviam tido desde a década de 1950. Em outra medida, não foi passando largo da coordenação estatal que o sudeste asiático desenhou seu desenvolvimento, isto para compararmos duas geografias semelhantes. (Cf. Gowan, 2003: 97).

Na ótica, um tanto surpreendente, de a *Roleta Global* a situação de teor caótico da economia latino-americana é fruto, além do mais, dos arranjos que os Estados Unidos fizeram no processo da OPEP e no boicote conscientemente buscado. O fluxo de dinheiro barato ao Hemisfério Sul teria de ser resgatado para fazer com que a norma do sistema econômico internacional fosse cada vez mais capitaneado pelo complexo Nova Iorque – Londres, Wall Street-City, que desenharia a forma pela qual os Estados teriam de negociar sob o novo esquema de hegemonia. Hegemonia que não desalojou outros grandes centros mundiais da participação no novo arranjo, ao atribuir a Frankfurt, Tóquio e Hong Kong papel de vassalagem – já São Paulo, Cidade do México e outras seriam "vedetes" coadjuvantes na nova realidade.

O efeito da esperada projeção de poder mundial não se fez demorar para o estilo estadunidense, pois no juízo do autor, o resultado daquilo que fora concebido no governo Nixon marcou presença de modo compacto e atualmente em quase todos os países. Desregulamentação econômica e financeira e subordinação de parte significativa dessa atividade às diretrizes de Washington têm sido a constante que estende seus aspectos aos assuntos energéticos.

Mas como se constitui esse plano de ação? (8) O arranjo de poder fincado no complexo Nova Iorque – Londres é chamado Regime Wall Street do Dólar (DWSR) que penetrou amplamente nos núcleos centrais dos Estados latino-americanos, e outros tributários, e desarranjou o campo energético das unidades políticas, via "sugestões" do FMI e do Banco Mundial, para que a falta de recursos e empréstimos financeiros não marginalizassem a região: sobretudo perante a valorização do sudeste asiático e seus altos índices de crescimento produtivo que demonstrariam a possibilidade de se instituir novo desenvolvimento capitalista, sem alijar os instrumentos de coordenação do poder nacional. (Cf. Gowan, 2003: 83).

O projeto DWSR não foi concebido, à primeira vista, para submeter os Estados nacionais do Terceiro Mundo aos ditames da grande potência ocidental, com fito de consolidar a representação de poder dos Estados Unidos na definição da Guerra Fria. Com referência à Europa Ocidental e o Japão houve, guardadas proporções, medidas de resistência às investidas anglo-americanas para ascender o dólar como moeda internacional e fazer desta a razão de ser da economia internacional no lugar do investimento produtivo direto.

Todavia, as regiões da América Latina e África, foram as que mais sofreram por causa dos planos reestruturantes concebidos pelos *policy makers* dos governos norte-americanos e britânicos, até em virtude das poucas possibilidades de resistência encontradas nos países tributários do sistema financeiro internacional. Situação diferente das iniciativas de resistência que se puderam ver em alguns países do Hemisfério Norte para que não se declarasse o ocaso do antigo sistema monetário de Bretton Woods, mais homogêneo a todo o mundo, já que ele era conformado a partir de algo constatado, o lastro do Padrão Ouro.

No ápice das formulações do complexo DWSR, na década de 1980, emergiu penetrante posicionamento que fora comentado por Drucker, a de que a tendência dos bens básicos, as matérias-primas de forma geral, seriam de preços internacionais cada vez mais baixos em virtude de um clássico comportamento, uma lei inerente à economia internacional, de que a grande quantidade de determinados gêneros derrubaria suas cotações. E isso se daria, ainda mais em razão dos avanços em ciência e tecnologia que produziriam produtos mais sofisticados e menos integrados a matérias-primas. Eis o aspecto essencial da nova economia que seria fomentada pela inteligência e não pelo acúmulo de insumos naturais, de baixo valor agregado, na era da globalização. (Cf. Drucker, 1992/93: 18).

Este ponto já foi comentado no subcapítulo 1.3 . É sabido que há contra-argumentos que vão ao contrário da pregação acima. Harvey havia opinado de que tais imputações, com teor de verdade, não deixariam de ser argumentos capciosos em favor dos países que formulam o processo de globalização em vários quadrantes, por isso utilizam conceitos ideologizados. No campo da energia o argumento cosmopolita emerge com grande força ao advogar a tese de que existe, efetivamente, uma globalização energética. (Cf. Harvey, 2004: 147).

Por outro lado, é contundente o escrito de Gowan sobre as instruções do *Consenso de Washington* aos Estados meridionais, do mundo periférico em geral, que passaram buscar o desenvolvimento - não mais pela forma autônoma nacional, mas sim pelas virtudes do livre-mercado e da desregulamentação. Se o argumento pró-livre-mercado e à globalização *tout court* tem caráter ardiloso é porque seus resultados são muito mais proveitosos a seus idealizadores. O que isto quer dizer? Significa que a pregação do baixo valor das matérias-primas, entre elas os energéticos, foram benéficas àqueles que mais a consomem.

Não havia dúvida sobre o grande descompasso entre a pregação virtuosa do livre-mercado, o respeito às regras do jogo da economia internacional, tidas por essenciais para o bom relacionamento e convívio entre os Estados, conformado pelas unidades políticas mais bem preparadas militarmente. Assim, os investidores de todos os espectros e os formuladores políticos dos Estados Unidos conseguiram legar algo fundamental para a manutenção produtiva do país ao adquirir matérias-primas estratégicas a preços módicos,

até pressionando para privatização de empresas de serviços públicos. (Cf. Gowan, 2003: 77).

Como se viu na década de 1990 as percepções financeiras dos grandes investidores internacionais, dos domésticos e dos estrategistas, surtiram efeito consoante ao esquema desejado por eles, já que empresas de energia de hidrocarbonetos ou hidrelétricas,YPF, da Argentina; a YPFB, da Bolívia; e o sistema Eletrobrás, no Brasil foram privatizadas com benefícios bem duvidosos para a contribuição ao saneamento dos problemas econômicos e financeiros deles. E todas essas operações foram assistidas pelo poder político das grandes potências, o que contraria a tese liberal, na opinião de que haveria dissociação entre a economia e o poder estatal:

> "Os capitais dos principais países capitalistas operavam internacionalmente com vários objetivos. Primeiro para a matéria-prima necessária ao seu processo de produção e indisponível internamente. Alguns desses materiais são tão essenciais – energia e bens estratégicos, como o alumínio, a bauxita, o cobre etc. (...) O que conta são, em primeiro lugar, as localidades com matérias-primas economicamente estratégicas (petróleo, etc). Estas devem estar firmemente sob controle". (Gowan, 2003: 107 e 110).

Por outro lado, os governos dos maiores países latino-americanos, Argentina e Brasil, não atentaram para o subterfúgio montado pela grande potência continental para resguardar seus interesses econômicos e políticos ao declarar, irresolutamente, os baixos preços das *commodities* de forma geral . É fato que a realidade socioeconômica de unidades políticas argentina, brasileira, mexicana e outras já eram , por si, grandes porta-vozes da reforma institucional, sugerindo privatizações e aprofundamento no jogo do livre-mercado internacional, apesar dessa arena de competição ser desigual entre Estados periféricos e os centrais.

O desgaste do tecido social, em virtude de crises advindas dos anos 1980, não deveria ser resultante da posição que os Estados latino-americanos ocupavam no sistema internacional, em situação periférica e sugestionada às indicações do Hemisfério Norte, acreditavam os críticos do desenvolvimentismo. Os problemas econômicos e sociais foram imputados, pelos mesmos críticos, ao projeto de substituição de importações, cujo ímpeto acreditaram ter passado com a indicação da crise mexicana, de 1982. Argentina, Brasil e México deveriam fazer com que a escassez de capital provocada pelo planejamento governamental fosse substituída por maior participação dos países ao sistema econômico

internacional, assim acreditava uns dos mais competentes defensores da reforma, Roberto Campos. (Cf. Campos, 1994: 1258).

Usando seu grande talento de debate e sensibilidade cultural, bem como do intercâmbio com autores do quilate de um Hayek, o ex-embaixador brasileiro em Washington, montava raciocínios que apontavam a quase inexistência de iniciativa privada e de liberdade de mercado nos países meridionais da América, sobretudo no Brasil, que fora quem mais intensificou a ferramenta de desenvolvimento encontrada no planejamento governamental e na estratégia de consecução do Estado na condição de potência. Por isso, o País pecara. (9)

O resultado das implicações de Campos foi a reprogramação dos Estados da América meridional às reformas institucionais que frisavam a idéia de que o caminho do desenvolvimento com projetos nacionais acabara. O ocaso do poder coordenador na direção do progresso econômico pelo planejamento fora posta em dúvida pelos advogados do liberalismo-individual. No propósito de se buscar suporte financeiro a investimentos para a infra-estrutura, de grande monta, chegou-se à conclusão de que algumas desses empreendimentos, caso da energia, poder-se-ia admitir a incursão volumosa do capital estrangeiro.

Embora a situação político-econômica da América Latina, durante a década de 1990, apresentasse maior fragilidade do que em outros momentos históricos, em que havia traços de projetos nacionais de desenvolvimento, é lícito verificar que a emergência do capital internacional e da pregação sobre a reforma institucional, que se desdobrou sobre o setor energético e de outros serviços públicos, recebeu forte anuência do partido privado e dos *intelectuais orgânicos* (explicação do conceito em nota da pg. 152) que, a exemplo de Campos, fomentaram mudanças conceituais da política nacional para legitimar as desregulamentações.

Isto relata que houve ascensão hermética dos investimentos internacionais capitaneados pelos governos das grandes potências, e das menores que fizeram vassalagem, visto que havia apelo interno aos Estados latino-americanos que vislumbravam a maciça entrada de capital externo na condição de passaporte à superação de problemas estruturais históricos que foram, ainda mais, intensificados em razão das crises da década de 1980 e 1990.

Desenvolvimento de Coleção

Neste caso, as eleições de Carlos Saul Ménen, em 1988 na Argentina, e de Fernando Collor de Mello, em 1989, no Brasil, foram emblemáticas sobre uma tendência que já havia sido iniciada pelo governo autoritário de Augusto Pinochet no Chile, em 1973, e do mexicano Carlos Salinas, 1985, bem antes das eleições presidenciais argentina e brasileira. Para efeito de precisão é mister vermos que não houve homogeneidade de ação entre os governos desregulamentadores, os denominados "neoliberais", o que nos leva a percepção que a desestatização dos serviços energéticos no Chile e no Prata se deu de modo muito mais franco do que no Brasil, no qual o ímpeto reformista só aconteceu após a queda de Collor, em 1992. (10)

Em conexão com setores empresariais e políticos as eleições de tais presidentes da República, no caso argentino, brasileiro e mexicano puderam ser resultantes da expectativa que aqueles grupos tinham a fazer com que seus países se tornassem atraentes aos investimentos internacionais mais volumosos. Em virtude dos problemas prementes do Estado, sua crise financeira, sua falta de possibilidades de imprimir controle aos contestadores em regime democrático davam a entender que se não houvesse mudanças urgentes os fluxos de capitais poderiam secundar a América Latina em preferência ao sudeste asiático – aí sim região que oferecia condições necessárias à segurança dos investimentos.

Por isso não é de se estranhar o trânsito que o partido do direito privado teve na vida política dos maiores países latino-americanos, em seus momentos de mais aguda crise financeira e econômica. A privatização e desregulamentação de antigos setores fundamentados historicamente pelo Estado receberam apoio, visto que elas apontavam para a superação de questões de vários itens que davam a entender ser debelados a partir de maior conexão entre a economia nacional com os grandes centros dos investimentos internacionais, virtuosos na aplicabilidade de seu capital, conforme uma leitura liberal. Apenas para exemplificar demonstraremos dois casos de reforma do setor energético, Chile e Argentina.

Por meio da CEPAL, Patrício Balbontin faz contundente análise sobre a desestatização do setor energético chileno, em 1988, à época de Pinochet – em energia gerada tanto de modo hidrelétrico quanto de gás natural e óleo combustível. Aquele governo havia concluído que as intenções de abertura seriam assistidas pelo poder político

por meio de agências reguladoras que imprimiriam a presença do Estado nos serviços privatizados. No entanto, para o citado técnico, a criação dos meios reguladores não funcionavam a contento por falta de capacidade técnica e política para fazer valer o poder estatal.

O resultado foi o descumprimento de regras acordadas pela iniciativa privada, interna ou não, e governo com prejuízo a setores sociais de toda sorte, estendendo-se, com mais afinco, às partes mais pobres das cidades que não puderam saudar dívidas, nem receber serviços de energia. Além disso, o Chile havia entrado em crise energética, em 1996, sem poder contar com concessionárias refratárias à reavaliação de seus direitos e deveres. A questão migrou ao governo de Eduardo Frei para que se procurasse sanar o problema por meio da reestruturação do setor energético, que não foi pacífico em razão das concessionárias negarem informar planilhas de custo ao Congresso Nacional. (Cf. Balbontin, 1999: 44).

O presidente vindo do regime democrático fez valer novas regras que contemplassem mais os problemas dos setores mais pobres do Chile, negligenciados pelas empresas concessionárias, vencedoras dos leilões. Havia ficado claro que as mudanças esperadas não adviriam de um modelo energético comandado quase que exclusivamente pelos vencedores da privatização, que racionavam energia aos núcleos menos afortunados, bem como negavam informações primordiais às agências reguladoras, impedidas de tomarem ações necessárias para sanar os problemas indicados. Não havia dúvida de que Santiago deveria reestruturar o comandos de coordenação política na energia com a criação do CNE, em 1999.

No estudo Balbontin fica patente que a escaladas das ações feitas pelas novas empresas de energia não teriam as condições que tiveram, para se situarem acima das coordenações, se não houvesse "orgânicos" no Congresso Nacional favoráveis à concepção de que o partido privado é dono de racionalidade e eficiência ausentes à infra-estrutura pública. Foi necessário admitir um grande conflito político para fazer com que o Legislativo chileno não tivesse obstáculos intransponíveis junto à nova orientação do governo de Eduardo Frei, mais afeito a resolver o problema de falta de "política" sobre as operadoras.

Outra avaliação que se tornou negativa sobre a retração do poder político na energia em prol do capital internacional, na dianteira das privatizações, encontra-se na República Argentina, no exemplo da YPF, a antiga estatal do petróleo, cujo comando fora repassado à igualmente estatal espanhola Repsol pelo governo de Ménen, logo após sua posse na Casa Rosada. Eis um caso peculiar de união entre o programa virtuoso de reforma institucional com a criação de política exterior com fito de fazer da Argentina ator respeitável e consultado pelos grande para os vários problemas imanentes do sistema internacional como um todo.

Como lembra Atílio Bóron, em meio às fortes alterações de poder, as novas concepções políticas e diplomáticas no país platino não apenas surtiu efeito contrário no Executivo, mas também no Palácio San Martin, que teve de se adaptar às novas linhas programáticas da política externa argentina. O fato é que o abandono da linha mais autônoma do vizinho em benefício do denominado *seguidismo*, a postura de reboque, ao gosto dos grandes investidores internacionais, contribuiu para privar a República de um propósito coordenador mais firme no campo energético, com efeitos dramáticos ao país. (Cf. Bóron, 1992: 123).

A mudança programática da política externa fora feita para fazer com que a Argentina se tornasse atraente e segura aos novos compradores do setor energético. A falta de um centro coordenador estatal permitiu que a energia elétrica, boa parte dela gerada por gás natural, tivesse o mesmo efeito do Chile, carestia instantânea e racionamento. Outrossim, houve seletividade de envio de energia elétrica aos pontos periféricos de Buenos Aires, visto que o preço das tarifas consumidas não era compensador para as empresas.

O resultado dessa situação foi uma série de cortes de energia elétrica, blecautes, que chegou a abarcar toda a capital federal e província por até três dias sem o fornecimento de força – não deixando de recordar que se trata da área mais dinâmica e importante da Argentina pela amplitude de seu parque industrial. (Cf. Lutz, 2001: 12). Não se trata de imprimir má vontade com o capital internacional ou o investidor privado, mas deixar claro que a lógica do empreendedor é buscar compensações a seus investimentos no prazo desejado e não contemplar situações de problema social. É o poder público que tem de se

encarregar deste problema e não o empresário. Não se trata de questão moral, apenas uma constatação.

2.4.Mudanças na Política Energética Latino-Americana

As políticas e composições energéticas da América Latina não são homogêneas a todos os Estados, há diferenças entre elas. As composições não são evidentes para se observar à primeira vista, pois não há concentrações de determinados insumos naturais ou sintéticos que sirvam de amostra perante todo o mundo, da mesma forma que tem sido o papel do Oriente Médio na produção petroleira. Embora haja considerável estoque de óleo e gás natural, o subcontinente americano não é proeminente em carvão mineral; onde não há forte inserção de um único produto, mas sim um equilíbrio de bens. A alta produção petrolífera é encontrada na Venezuela, mas ela não se faz presente em outras partes da região.

Não há posição de destaque mundial da América meridional sobre o assunto de petróleo, embora essa situação não seja negativa, conforme sublinha o ex-reitor da USP, Jacques Marcovitch, porque haveria possibilidades de a região apresentar compensações em algumas áreas da energia e não somente em poucas ou em só uma, como se pode averiguar no Crescente com o petróleo. O que deveria existir para aproveitar esses recursos variados seriam políticas apropriadas que fugissem das configurações restritas. Aqui temos um impasse que perpassa o histórico dos Estados meridionais desde as reformas da década de 1990.

Se não é possível afirmar a existência de homogeneidade de produção energética entre os latino-americanos passa, então, a ser lícito sublinhar que em alguns pontos os Estados meridionais têm políticas com graus de semelhança na timidez provocada pela situação de crises econômica. Mesmo assim a composição energética regional continua sendo especial porque, para o professor de assuntos econômicos e internacionais, ao mesmo tempo em que a América Latina tem recursos vastos, ver tabela 16 nos anexos, a área sofre por causa de governos sem projetos ou com investidores míopes que reproduzem, com sinais trocados, a mesma escalada de descrédito outrora atribuído às estatais. (Cf. Marcovitch, 2001: 7).

Quer dizer que os países latino-americanos sofrem por causa de governos débeis, limitados, por injunções do sistema internacional e de organizações multilaterais do setor financeiro, o que tem ocorrido com o Brasil em toda a década de 1990. Ou são Estados em que as grandes corporações mundiais da energia não expressam programas que vão, efetivamente, ao encontro das perspectivas do ganho empresarial sem abandonar a razão do direito público, conforme se pôde observar na Argentina. Em uma analise comparativa para se saber "quem está pior" por causa de políticas equivocadas, Luiz Pinguelli Rosa nos dá sua versão:

> "A situação está pior em Buenos Aires. Ou seja, com a privatização o setor elétrico está perdendo eficiência técnica para o consumidor, embora a eficiência financeira esteja aumentando para os grupos econômicos que compraram barato as empresas elétricas e estão recuperando o investimento com boas taxas de retorno(...). O Estado deixou de investir e as empresas privatizadas não investem o suficiente". (Rosa, 2001: 89).

Por isso, se há queixas por parte dos investidores de que as empresas públicas sofrem em virtude das mudanças de orientação política dos governos, já que elas são mais sensíveis aos apelos das máquinas administrativas. E isso não quer dizer que o empreendimento privado não apresente algum contratempo que reproduza efeitos não desejáveis em meio aos usuários do dia-a-dia. Um dos sinais de que a empresa provoca mudanças não saudáveis à economia nacional é quando ela retira seus investimentos em virtude de crises internacionais do sistema econômico, supervalorizando o fato de que o mercado do Sul sofre da mesma realidade de modo uniforme. E isto nos faz considera o fato de que a virtude empresarial não diverge da obrigação de ter lucro em alto grau antes de tudo.

De fato houve continuação de forte jogo de interesses conflitantes, por parte das operadoras, que obrigou lados da sociedade a negociações procurando resolver problemas paradoxais. De um lado os investidores, e agregados, desejaram valorizar ao máximo os serviços de energia elétrica, elevando tarifas para atrair mais investimentos. De outro lado há o grosso da sociedade, cujas condições financeiras não estão à altura para pagar a tarifa de um serviço com contas fortemente reajustadas. Assim, tem sido paradoxal pelo motivo de empresa prejudicar justamente a faixa da sociedade menos afortunada na aquisição de riqueza.

Em estudo formulado pela CEPAL, sobre investimentos estrangeiros no setor energético latino-americano, já havia sido apontado o descompasso vivido pelas empresas internacionais, entre o esforço para se valer a reprodução, bem ampliada, do capital empregado e as delicadas questões sociais, encontradas nos rincões de pobreza ou em localidades sem energia elétricas, mas desejosas de tê-la, como as cidades do interior de Bolívia e do Brasil. Em decisões de diminuir os investimentos na melhoria dos serviços as concessionárias em pauta se justificaram dizendo que o próprio poder público se empenhou em macular as boas regras de convivência, ao ver que a *quebra* brasileira do câmbio, em 1999, e o abandono da paridade peso/dólar pela Argentina, em 2002, foram fatos indicativos do descompasso entre o acordado pela empresa privada e o Estado. (Cf. CEPAL, 2004).

De outra forma, enfoca Santos, o humor dos grandes investidores no setor energético latino-americano tem sofrido mudanças a partir de uma sucessão de acontecimentos externos que promoveram suspensões de capital nos melhoramentos das empresas privatizadas. Começando com a chamada crise financeira asiática, de 1997, passando pela congênere russa, de 1998, as corporações têm tratado os mercados meridionais de modo que sua fraqueza, perante especulações externas, será suficiente para tragar seus fluxos, devendo transferi-los às praças realmente garantidas contra tais fenômenos – retornando ao tradicional investimento nos Estados Unidos e Europa Ocidental. (Cf. Santos, 2002: 23). Na verdade, parte dos investidores trabalha com a lógica de uma profecia auto-realizável que acaba denotando complicações ainda mais difíceis aos países do Sul.

Em outra instância, há a opinião de que em jazidas mexicanas e venezuelanas são encontradas quantidades de petróleo próximas à media dos exportadores da OPEP – essa escala pode ser averiguada com a leitura da tabela 5 deste anexo. Contudo, é mister ver que esse superávit de petróleo não é estendido a toda a América Latina: é sim uma peculiaridade geográfica mais da Venezuela e do México que dos outros Estados da região. O Brasil não estaria no mesmo plano. Da mesma forma, a grande presença de gás natural boliviano ou argentino não é extensivo a outros pontos do Cone Sul ou do Chile, locais importadores de elementos fósseis.

A energia transformada, advinda das volumosas águas que fazem trabalhar importantes hidrelétricas, como Itaipu, Paulo Afonso e Libertad (Argentina) não se repete nos demais partes da área com a mesma intensidade com que é vista nas correntes do Rio da Prata, Paraná e outros. Ainda haveria outros insumos e bens energéticos com menos presença regional, caso da biomassa e da pesquisa do biodiesel, de pouca monta nos países latino-americanos, sem grandes possibilidades, no momento, de engrandecer pesquisas em tecnologia com condições de superar os dilemas provocados pela dependência ao hidrocarboneto, mas de grande valia ao perfil de desenvolvimento brasileiro no tocante à relativa autonomia.

Mesmo assim, sem um grande perfil energético claro no campo dos hidrocarbonetos, a não ser casos localizados, a América Latina não deixou de chamar atenção a partir da década de 1990, em que parte substancial da infra-estrutura criada para a promoção do crescimento industrial, atraiu variado número de investidores internacionais à procura de adquirir controle acionário e participação nas antigas empresas estatais, tanto do grupo petrolífero, quanto daquelas específicas em hidroeletricidade. O setor energético tem sido um dos principais pontos de atração de investimentos a partir do momento em que os países regionais aceitaram o jogo internacional sob a cadência das organizações de financiamento de obras..

No entorno dos Estados nacionais que formam o MERCOSUL os sinais de investimentos internacionais, voltados à energia, não foram pequenos. Os países sulinos receberam entre 1984 a 1989 algo em torno de 1,6 bilhão de dólares ao ano de investimentos diretos. Mas entre 1990 e 1999 o bloco regional do Sul recebeu valores em volta de 172 bilhões de dólares, razão 10,7 superior aos investimentos da década anterior em virtude do ciclo virtuoso que as reformas institucionais legaram à América Latina por pouco tempo, dos bons tempos de 1990 até a primeira grande crise financeira de 1997. (Cf. Santos, 2002: 26).

Da mesma que fora percebido no relatório da CEPAL sobre a privatização do setor elétrico no Chile, na segunda parte dos anos 1980, havia a postura de que a admissão de capital estrangeiro, naquele serviço, poderia imputar novo dinamismo que estava ausente em virtude da denominada ineficiência da burocracia do Estrado em poder tirar o máximo proveito das empresas geradoras de energia elétrica, de acordo com o partido do direito

privado. O estudo feito pela agência da ONU havia deixado claro a distância entre a pregação virtuosa da desregulamentação e os resultados críticos obtidos para a população de modo geral.

Em outro lance, havia casos em que a crítica ao setor energético não era de cunho plenamente ideológico, contra a direção estatal e tudo aquilo que ela simboliza, mas advinha de parecer pragmático à medida que se acreditava na vantagem da desregulamentação como forma de angariar recursos e investimentos, que deveriam ser direcionados na própria área energética em um estádio de maior avanço tecnológico, portanto, mais exigente em capital. Então, a privatização seria modo de os governos, mormente os brasileiros, solucionar a falta de recursos em um setor de crescente investimento – o poder de recuperação de investimentos sempre necessários ao crescimento econômico. E para isso contava-se com a entrada do capital internacional, mas com a cadência do Estado que poderia distribuir os recursos nos pontos mais urgentes. Com este enfoque escreve Marcovitch:

> "A energia deveria continuar acessível à população. Mas as formas tradicionais do setor de energia se exauriram. Para enfrentar o futuro, no entanto, é preciso mudar a situação presente através de um conjunto de medidas. Entre elas, destacam-se: a) converter parte da dívida externa em capital, desde que protegido o controle acionário nacional; b) converter parte da dívida interna em capital, simultaneamente a uma redefinição da participação do setor privado(...); f) fazer do planejamento da avaliação mecanismos de integração entre o Estado e a sociedade". (Marcovitch, 2001: 8 e 9).

Mas havia, outrossim, opositores, de teor liberal-cosmopolita, à coordenação central dos serviços públicos em energia que procuravam encorpar suas opiniões a partir de leituras de "teor sociológico" ao ver que nos países meridionais, como o Brasil, o problema não residia somente nas ineficientes empresas públicas, mas também na gênese cultural ibérica na formação do caráter nacional que conformava a sociabilidade autoritária e dirigista dos Estados, visto por infensos à liberdade de mercado e aos benefícios sociais que tal ordem engendra.

Partindo de vínculos com escritores críticos da realidade e do difícil cotidiano do subcontinente americano, como peruano Mario Vargas Llosa, empresários da qualidade de Henry Macksoud, intelectuais orgânicos, acabavam emprestando sua argüição sobre a difícil relação entre a população, sem articulação política, com os direitos sociais aos

orgânicos, cuja opinião era a de que desregulamentação seria sinônimo de liberdade. (Cf. Macksoud, 1981: 95). Aliás, versão semelhante à trabalhada pelo BIRD sobre o setor elétrico no Brasil, cuja defesa da privatização se montava, de igual modo, contra o estilo sob o qual os governos desenvolvimentistas de 1950 a 1980 imprimiam sua autoridade perante a sociedade.

Por outro lado, é sabido que na Argentina não houve sorte melhor com a transmissão de comando do setor energético aos investidores internacionais. No caso platino, a crise energética havia desmistificado a opinião, em voga com grande ímpeto durante os anos 1990, de que obrigatoriamente a iniciativa privada guardaria melhor competência e eficiência do que o empreendimento público. Luiz Pinguelli Rosa comenta que a fantasia da proeminência da competência técnica da esfera privada sobre a empresa pública já havia sido posta de lado na Europa Ocidental, nas avaliações sobre o equilíbrio financeiro que as congêneres francesas demonstraram sobre as britânicas, privatizadas. (Cf. Rosa, 2001: 98).

Em meio a fortes pressões advindas da opinião pública e de porta-vozes orgânicos, com grande espaço na imprensa mais presente, ficara patente a dificuldade que o setor público latino-americano teria de passar para manter a coordenação nesse serviço que exige constantes investimentos volumosos e capacidade técnica. Ainda assim, empresas estatais sobressaem em lenta, mas ascendente produção de óleo: PDVSA, da Venezuela e PETROBRAS, do Brasil.

A crise econômico-financeira dos anos 1980 e 1990 por que passaram os Estados nacionais do Terceiro Mundo, sobretudo os latino-americanos, animou a reforma institucional desses países nos núcleos, outrora considerados primordiais aos planos de desenvolvimento, denotando a ótica de que era urgente a transformação do setor energético para sua maior estabilidade e eficiência em um ambiente visto por delicado e progressivamente hermético às unidades políticas periferias, fechadas em seus próprios projetos nacionais de desenvolvimento. A cadência dos anos 1990 foi a reforma via desregulamentação.

Momento que contribuiu para o fortalecimento da opinião de que o mundo já havia entrado na era da globalização, sendo esse fenômeno marcante nos assuntos energéticos, independente do que realmente isso significa. Haveria igualmente uma vertente da

globalização marcante nos assuntos energéticos, fluxos volumosos de investimentos advindos, grande parte, do Hemisfério Norte, a procura de lograr novo parâmetro de desenvolvimento econômico à América Latina. Assim, de acordo com a leitura de Santos (2002) ocorre a globalização energética no subcontinente tendo agora, como uma das vedetes, a comercialização do gás natural.

Esse passo possibilitou a vinda de grandes empreendedoras internacionais de energia, algumas estatais ou sob grande perspectiva dos governos. British Petroleum, Repsol, Shell Company e outras aumentaram sua participação no mercado latino-americano com o processo de desregulamentação e privatização das antigas empresas públicas. O fito das gigantes da energia era sobremodo aproveitar as aberturas de mercado e jogar seus fluxos de investimentos nos países, de modo que as operações pudessem dilatar os mercados consumidores, considerados pouco industriados em virtude do pouco dinamismo empresarial dos governos e estatais, bem como o hermetismo dos mercados monopolizados.

O relativo afastamento das instituições públicas da arena energética foi interpretada, pelos responsáveis das corporações empresariais, como sinal de que a maior exploração de outros insumos deveria ser amplamente apreciada. No Brasil, país em que não há tradição no consumo de energia térmica, mas sim das hidroelétricas, poderia haver trabalhos e campanhas promocionais para fazer com que o consumidor brasileiro viesse a conhecer outros meios de geração elétrica, pensaram no papel positivo do gás natural. Programas foram feitos para esse fim, modelarmente, o Programa Nacional do Gás Natural - PNGN, de 1986. Para um país em via de crise energética a campanha parecia conveniente, e a transferência de comando da ex-estatal paulista COMGAS para a British Petroleum, entre outros, seria amostra do empenho da nova sede em aproveitar as vantagens do elemento gasoso.

A conveniência para países em crise, Argentina, Brasil e Chile, seria mais bem percebida à medida que houvessem métodos e aplicabilidades técnicas pertinentes ao consumo do gás natural. Sob os auspícios do BIRD (11) as unidades políticas em questão deveriam reparar na pertinência de transformar suas matrizes energéticas por meio, **inter alia**, de usinas térmicas equipadas por turbinas de ciclo combinado, muito mais eficientes,

Mas haveria outros aspectos vislumbrados em consonância ao debate do período em destaque.

Outra sugestão daquela organização multilateral de investimento era a divisão da cadeia produtiva de energia, contrariando o que fora feito pelos governos mais voltados para a centralização dos assuntos em questão. Se antes das desregulamentações o esquema era geração, transmissão e distribuição feita sob o mesmo núcleo de decisão, a partir da entrada das novas concessionárias a mudança deveria ser lograda para a divisão dos setores, o que poderia possibilitar maior penetração dos capitais em nichos mais atraentes economicamente, já que eles poderiam adquirir o que não provocaria ônus de investimentos. Sob essa ótica, a distribuição de energia, incluindo o gás natural, ganhou vulto.

Alguns dos aspectos presentes em toda a década de 1990 levavam a crer que a adoção do gás natural contribuiria grandemente para fazer com que diminuísse, a preceito, o volume de partículas poluentes advindas do transporte de massa e da queima de óleo combustível, caso específico de grandes centros urbanos de São Paulo, Rio de Janeiro e outros. Além disso, o combustível em pauta não traria o inconveniente dos riscos de alto nível inerentes à geração de energia feita pelas usinas nucleares, com seus detritos radioativos.

Continuando com os apontamentos da comissão econômica latino-americana, havia vários pontos favoráveis à admissão do gás natural na matriz energética de certos países da América Latina; alguns desses pontos são de grande atração à resolução de questões brasileiras, chilenas, argentinas etc. Em comparação ao tempo dedicado à construção de usinas hidroelétricas, mais de cinco anos, as plantas termoelétricas consomem três anos. Outro ponto favorável aos países é o fato de que as termoelétricas, ao contrário das hidroelétricas, não dependem amplamente dos fatores climáticos, regimes das águas. (Cf. CEPAL, 2004).

Ao seguir tais vantagens o uso do gás natural no Brasil passou a crescer por incentivos e pelo temos de um certo "apagão". Alguns motivos são evocados para compreender a razão do crescente volume, como a busca de estabilidade econômica da região, livrando-se dos déficits públicos com a retomada de investimento; e a "descoberta" do insumo pelos brasileiros que poderiam direcioná-lo a vários setores da industria e do

comércio, fazendo com que o combustível gasoso chegasse à faixa de 10% da matriz. De forma mais larga há calculo que considera o acréscimo substancial do uso desse combustível: entre 1990 e 2001 o consumo de GN pulou de 903 para 2.238 TEP, e há estimativa de que o uso do bem possa chegar a 3.912 TEP, consolidando de forma compacta sua presença. (CEPAL, 2004).

Em outro passo, o assunto da integração regional, convocando a Chancelaria para o tema, e seus possíveis benefícios foram contemplados pelas concessionárias e pelos formuladores de políticas dos governos. Esses atores concluíram que o intercâmbio energético funcionaria como elemento de integração regional, via gasodutos e transmissões, da mesma forma que houve na Europa Ocidental. **lócus** principal da maioria dos empreendimentos presentes no Cone Sul. Nesse caso o GASBOL e o GASOCIDENTE (paralelo ao primeiro) fariam parte do arranjo integrativo. (12) A realidade européia fora marcada pela expansão dos mercados, não mais localizados, mas sim continentais com perspectiva de economia de escala, vejamos.

Houve a reflexão de que o esgotamento e falta de maiores planos de mercado crescente na Europa Ocidental poderiam engendrar o deslocamento de novos investimentos dos países pioneiros na desregulamentação do campo energético para a América meridional, então região carente de novos empreendimentos. O modelo de desregulamentação energética, inventado pelo Reino Unido dos anos 1980, fora considerado positivo pelos interessados para a dinamização do setor. Assim, o modo sob o qual evoluiu a União Européia, em que a locomoção de investimentos, serviços e pessoas gozam de grande liberdade, denotou a idéia de que poderia ser plausível sua reprodução nos países latino-americanos que, com afinco e tempo, pudessem se tornar semelhantes ao Velho Continente.

Reprodução que, depois de tudo, levasse a se acreditar em um regime aberto do sistema internacional ao intercâmbio energético, da mesma maneira que os defensores dos regimes vislumbram esse princípio de virtude aos direitos humanos ou livre-comércio global, em que um grupo de atores, ou Estados nacionais possuidores de recursos fala por todos os países expectadores. Se parte suficiente do mundo aderiu às novas formas de conceber o progresso econômico e o bem-estar social, "abandonando" o planejamento

estratégico, então, não haveria motivos para não se acreditar em um regime internacional específico.

A questão de fundo nos permite interpretar a atuação das *majors* na América Latina como se existisse uma espécie de regime internacional dos hidrocarbonetos em que as empresas, independentemente de suas origens e filiações políticas, seguissem normas e regras gerais aplicadas a todas as iniciativas empresariais no ramo do petróleo e do gás natural.

A expressão de um regime internacional dessa qualidade teria papel virtuoso no desigual mundo dos hidrocarbonetos, quiçá em toda a natureza da energia. A movimentação de normais em que todos os agentes acatassem sua cadência seria para que justamente a presença de um ente "superior" nas relações econômicas internacionais tivesse um guia em que não se pautassem pelo peso do forte sobre o fraco em atributos de poder nacional: mas sim uma combinação de interesses, vislumbrados por uma harmonia garantida por todos.

Nos próximos capítulo demonstraremos como o Brasil e a Bolívia se enquadraram no novo sistema energético, boa parte engenhados fora de suas competências de poder, e os efeitos que as desregulamentações fizeram na vida deles. Como país que necessita de energia a mais, com vistas ao crescimento, o Brasil passou a vislumbrar a Bolívia como "parceira estratégica" e a enxerga nos planos de integração. Por outro lado, a Bolívia se ressente das mudanças estruturais feitas por seus governos e procura sair dos limites deixados por eles. A seguir veremos os frutos que passaram a existir entre duas concepções tendentes ao choque.

Notas do Capítulo 2

(1) As *Majors* do mundo petrolífero são British Petroleum, Shell Company, Gulf, Exxon, Chevron e Móbil, as famosas Sete Irmãs. Algumas dessas empresas têm administração conjunta, resultado de fusões, como Exxon e Móbil. Em outro nível emergem as empresas estatais, também consumidoras de petróleo, por exemplo a francesa ELF e a italiana ENI. Por outro lado, temos as grandes estatais produtoras, a Saudi Aramco, da Arábia Saudita, a Kuwait Petroleum e a PDVSA, da Venezuela, que se integram ao núcleo fundamental da produção petrolífera.

(2) É o que se verifica com a recriação da empresa estatal de energia tanto na Argentina quanto na Bolívia fruto de embates políticos e sociais que perduram desde as crises de 2003. Na Argentina, com a eleição do presidente Nestor Kirchner, os hidrocarbonetos voltaram a ser "politizados" como elementos que interessam ao Estado argentino. Este comportamento emerge, em parte, por causa das petroleiras estrangeiras que operam no território platino, algo que abarca também a PETROBRAS que havia comprado antigas empresas argentinas. No caso boliviano, o assunto será mais bem apresentado no capítulo 4, em que analisaremos a situação política.

(3) Não que será sempre impossível a comercialização desse tipo de óleo, o pesado. Pode ser que no futuro próximo a tecnologia dê conta da questão do óleo pesado ser altamente poluidor e comercialmente caro. Mas, atualmente, esta perspectiva não se aponta como sendo de primeiro plano. Os óleos pesados estão à espera de condições melhores de trabalho e refino para serem economicamente compensadores, de acordo com Yergin. (Cf. Yergin, 2005: B8).

(4) Aqui Harvey e Rifkin são consoantes com a pregação de Mackinder, cujo argumento era quem controlasse o *heartland* controlaria a Ilha-Mundo, a Europa. Quem controlasse a Europa controlaria o próprio mundo, observando o clássico embate entre duas potências, uma marítima e outra terrestre em disputa pela região pivô da Terra. (Cf. Mello, 1999: 40). O Harvey e Rifkin querem dizer que, de fato, a tendência é aumentar a disputa e a presença das grandes potências naquela área do planeta rico em recursos minerais energéticos, que pega toda a região do Oriente Médio e Ásia Central. Esta área guarda semelhança com aquela desenhada por Mackinder, em 1904 e 1943.

(5) Não por preciosismo, mas por precisão conceitual utilizamos hegemonia da mesma forma que Hedley Bull, uma construção de liderança que se utiliza também da força militar entre outros artifícios de poder. Entre tais artifícios se encontram as influências econômica e científica. (Cf. Bull, 2002: 246). Neste caso, opinamos se a hegemonia também não pode garantir suprimentos energéticos a aliados norte-americanos que combinam com a lógica da superpotência.

(6) Ilação análoga presente na imprensa brasileira que diz ser a nacionalização dos ativos internacionais na Bolívia resultado do "conluio" do governo Evo Morales com o venezuelano Hugo Chavez. O arranjo seria para intimidar a diplomacia brasileira em busca de liderança regional, bem como a atuação da competência técnica da PETROBRAS. Para parte da imprensa nacional o jogo entre La Paz e Caracas secundaria a estatal brasileira em favor da PDVSA.

(7) É interessante reproduzir **ipsis literis** a posição do editorial de OESP: "Em vista da precária situação institucional da Bolívia, o risco de interrupção no fornecimento (de gás natural) não pode ser afastado, por maiores que sejam, os danos para famílias, transportadores em geral, taxistas, usuários comerciais e industriais (...)." (OESP, 26.07.2005: A3).

(8) Outro dispositivo de defesa da economia e de reafirmação política dos Estados Unidos, contrariando a OMC, é o Super-301, utilizado para o protecionismo econômico norte-americano, bem como forma de o país obter superávits perante a América Latina, limitando o crescimento da região. Instrumentos formulado na administração Reagan, o Super-301 foi altamente reestruturado no governo de Bill Clinton, em 1993. (Cf. Gowan, 2003: 132).

(9) É interessante reproduzir o ideário de Roberto Campos para compreendermos a crise latino-americana e o baixo perfil atual de suas coordenações econômicas: "Lentamente aprenderá (o Brasil) que as empresas estatais não são serviçais do Estado e sim de condomínios do poder, que somente a economia de mercado garante prosperidade, e através da eficiência." (Campos, 1994: 1255).

(10) Visto como governo da reforma institucional Collor de Mello teve menos ímpeto, e tempo, reformador do que seus homônimos chileno e argentino. A privatização das maiores empresas do sistema ELETROBRAS se deu a partir de 1995. A PETROBRAS não foi privatizada, mas seu direito ao monopólio de exploração foi negado pelo Congresso Nacional em 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Ainda no governo Cardoso foram criadas agências reguladoras nacionais para que coordenassem atividades que antes eram da competência dos sistemas estatais, no caso do petróleo se deu a criação da ANP. O papel das agências reguladoras ainda merece melhor estudo.

(11) O acato ao Banco Mundial também acarretava outro resultado, além do exposto. Uma vez admitida as sugestões da organização internacional os desgastes políticos e o mal-estar do "risco Brasil" poderiam sofrer significativa diminuição ao passo que o Brasil desse esse sinal de confiabilidade e boa vontade aos grandes investidores externos. A desregulamentação do sistema ELETROBRAS e a diminuição do gasto federal em novas obras eram os sinais de boa vontade. Como demonstraremos mais à frente aquela postura do governo brasileiro combinaria com os esforços tanto do BIRD quanto das *majors* para que o País sanasse seu problema elétrico com gás natural boliviano.

(12) Há várias iniciativas de integração física por meio de gasodutos. O GASBOL tornou-se o mais relevante e o maior, mas há outras combinações tubulares que se cruzam no Brasil e na Bolívia, como o GASOCIDENTE que corre a noroeste ao GASBOL até Cuiabá, no Mato Grosso. Da parte Sul do Brasil há o sistema TSB que, ao receber gás natural da Argentina, liga Uruguaiana a Porto Alegre. No papel há estimativa de se fechar o "anel gasífico" fazendo com que a Bolívia seja o ponto de partida para os gasodutos que correm para o Brasil e pela Argentina, e deste segundo para o Brasil. Assim o País seria receptor de duas vias, pelo Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

Capítulo 3

Política Externa Brasileira para Bolívia e Energia

Neste capítulo faremos breve análise de fatos históricos das relações diplomáticas entre as Repúblicas do Bolívia e do Brasil, procurando compreender quais foram os principais vetores que aproximaram, em cooperação e conflito, os dois países meridionais. Outrossim, é nosso intuito analisarmos os conceitos políticos da diplomacia brasileira no que se corresponde aos hidrocarbonetos bolivianos, bem como às condições político-econômicas da América Latina a partir da década de 1950. O traço central da política externa brasileira, para fazer com que o País tivesse reservas energéticas, seria algo que se encontraria no Itamaraty desde há algumas décadas. Por isso, a confecção de tratados regionais procuraria ser a ferramenta para fazer com que o Brasil evitasse infortúnios por causa de crises energéticas.

3.1. Antecedentes Históricos

Tencionamos demonstrar que os conceitos tradicionais averiguados no primeiro capítulo de estratégia, de poder político, de geopolítica e de segurança, adaptados às questões energéticas, guardam relação tanto com o segundo, quanto com o terceiro capítulo. Por isso, levamos em consideração alguns fatores históricos da política externa brasileira para a consecução de projetos do poder nacional, como o aumento da infra-estrutura voltada para a maximização da energia de usinas hidrelétricas, de refinarias e dos insumos gerais, sendo alguns desses projetos frutos de tratados de integração física, percebidos pelo Brasil para angaria maior confiabilidade perante seus vizinhos mais desconfiados.

Em consonância com o segundo capítulo, procuramos demonstrar que da mesma forma que ocorreu nos centros mais importantes da economia petrolífera, a América Latina se tornou palco de variados conflitos e lutas políticas para tirar melhor proveito da riqueza mineral de seu terreno. Desde 1938, a República da Bolívia tem sido uma grande vedete para fazer valer seu papel de controladora dos hidrocarbonetos, intenção que teve seu clímax na década de 1950, quando houve a procura do Brasil para importar carburantes bolivianos.

Em linhas gerais, filiamos-nos ao texto de Oliveiros Ferreira ao ver no Tratado de La Paz de 1996, *Um Mergulho no Passado*, a retomada dos trabalhos concebidos junto à

República da Bolívia para a exploração de seus recursos naturais e energéticos. Neste princípio a construção do GASBOL, no aspecto político e econômico, guarda semelhança com os Acordos de Roboré de 1958, reproduzindo aqueles conflitos na atualidade. (Cf. Ferreira, 1997: A2).

Considerando as analogias encontradas, não ignoramos que as relações diplomáticas entre o Brasil e a República boliviana se estendem desde o momento em que os dois países romperam a condição colonial sob as potências da Península Ibérica, na primeira parte do século XIX. No entanto, não temos condições de demorar em alongada análise histórico-diplomática das relações entre os Estados latino-americanos sem prejudicar o foco central desta investigação, voltada para questões prementes do passado recente, sendo esta parte do capítulo um suporte para a compreensão do interesse brasileiro na Bolívia. Para uma visão completa sobre as questões entre Brasil e Bolívia, desde o século XVIII até o ano de 1958 - Acordos de Roboré, indicamos o trabalho de Olympio Guilherme. (Cf. Guilherme, 1959: 15 a 58).

Podemos dizer que há alguns pontos históricos que se levantam no relacionamento entre Bolívia e Brasil, vejamos o Tratado de 1876 que estabelecera o provisório acerto de fronteiras entre os dois Estados e o direito para que o vizinho andino utilizasse a bacia amazônica para sua locomoção e contato exterior atlantico – deu-se o Tratado de Livre Navegação. Outrossim, é de se notar o de 1928, *Tratado de Natal*, que além de reforçar o feito pelo Segundo Império brasileiro agregava novos itens entre La Paz e o Rio de Janeiro, entre eles, a construção de uma estrada-de-ferro ligando a Bolívia ao Atlântico, aproveitando o porto de Santos - infra-estrutura que ocupara as diplomacias por todo o restante do século XX.

Outra questão da mais profunda importância que necessitava ser mais bem compreendida, porque era ainda permeada de conflitos, foi a questão do território do Acre que se estendera, em parte, até 1958, ano em que a diplomacia nacional voltara a reforçar o interesse brasileiro no elemento carburante boliviano. De acordo com Olympio Guilherme não se pode afirmar que a resolução completa dos conflitos, entre Bolívia e Brasil, por demarcação de fronteiras e pelo território do Acre, tenha ocorrido com o Tratado de Petrópolis, de 1903, momento em que se exaltara o gênio político de Rio Branco. Ainda por mais cinqüenta anos, os assuntos de demarcação, disputas, e outros, iriam se misturar com

petróleo, estrada-de-ferro e balança do poder regional. (Cf. Guilherme, 1959: 52). Na situação em que esse parecer de limites tinha de ser incorporado em tratado, escreve Guilherme:

"Aprovação da demarcação realizada na campanha de 1951 pela Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana, no setor Cerrinho de São Marcos-Corixa do Destacamento, locada anteriormente por uma linha curva que invadia o território boliviano algumas dezenas de quilômetros". (Guilherme, 1959: 58).

Em outra interpretação, se adotarmos os escritos de Leon Bieber, veremos que, embora as relações diplomáticas entre Bolívia e Brasil existissem desde o nascimento dos dois Estados, elas não apresentavam grandes temas carregados de conflito ou de cooperação, em comparação aos problemas encontrados nas localidades da bacia platina. Aquelas eram relações "mornas" pela falta de fluxos econômicos e políticos que convocassem La Paz e o Rio de Janeiro a demorados encontros de intercâmbio, a não ser nas datas mencionadas. (Cf. Bieber, 2000: 213). Isto porque o relacionamento em alto grau se dá por via, de início antagônicas, mas não estranhas umas às outras no que se refere à política externa, pois tanto a guerra como a paz são instantes de aprofundamento dos relacionamentos.

Com a República Argentina, ou com a Banda Oriental do Uruguai, sim se localizava o grande empenho diplomático do Brasil, por todo o século XIX e parte do XX, na compreensão de relacionamentos permeados ora por cooperação, ora por conflitos em virtude de disputas territoriais ou pela busca de se estabelecer posturas hegemônicas tanto por parte do Império bragantino, quanto pela da república platina. Aliás, não só fora ponto de interesse da realeza, mas igualmente de todo o período republicano do Brasil, para manter sua primazia ao sul.

Assim, dizemos que o relacionamento diplomático entre Brasil e Bolívia ganhara novo impulso a partir do momento em que eclode a Guerra do Chaco, em 1928, conflito boliviano com Assunção por causa de dois motivos. Primeiro, foi a tentativa de se aumentar o aproveitamento de navegação do Rio Paraguai, bem como o intuito de La Paz para alargar seu território em detrimento da nação guarani, sendo o rio marco de limites entre os beligerantes. Em busca de tomar partido na guerra, sem demonstrar apoio oficial, a Argentina prestou favores ao Paraguai, em virtude de relações comerciais que interessavam a Buenos Aires. Por outro lado, o Brasil fez algo semelhante para a Bolívia, inaugurando

um conjunto de interesses que animaria o empenho brasileiro no vizinho andino. (Cf. Bieber, 2000: 223).

O segundo motivo foi a disputa por causa de estimativas ótimas na prospecção de petróleo no lado oriental boliviano, atraindo atenções externas. Sob o símbolo da preeminência política e econômica a situação geográfica dos conflitantes era favorável à Argentina, visto que a descida do Rio Paraguai, única saída para os dois beligerantes, àquela época, obrigava-os à condição de tributários do porto de Buenos Aires - futuramente o Brasil procuraria romper com a sobreposição portenha. Apenas para efeito de ilustração a região do Chaco Boreal é uma vasta área alagada, em grande parte, pela bacia do Rio Paraguai, comum para Argentina, Bolívia e para a República guarani. No lado brasileiro a área é denominada Pantanal, que abrange os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Com efeito, a Guerra do Chaco deixara transparecer outro tópico, os condicionamentos políticos e econômicos de Bolívia e Paraguai na órbita da concorrência pela hegemonia sul-americana entre Argentina e Brasil, cada uma das potências procurando imprimir posição de destaque frente a um dos beligerantes e tentando colher recompensas pela amizade empenhada. Mas outros atores marcaram presença no conflito que perdurara de 1928 a 1938. O grupo norte-americano de petróleo, *Standard Oil Company*, havia procurado tirar proveito dos recursos naturais do Chaco Boreal, por isso uma das implicações da guerra: a exploração de petróleo que passara a ser pregada em solo boliviano. (Cf. Guilherme, 1959: 58).

Dissimulação da empresa internacional de petróleo ou fruto de questões históricas mal resolvidas com o Paraguai, a Guerra do Chaco revelou lição séria para os países da região, a de que os hidrocarbonetos passariam a ser elementos de disputa no longo prazo. Aproveitando este rigoroso fato político o governo central de La Paz procurou, rapidamente, por em bons termos sua percepção sobre o ouro negro com a criação de sua estatal, a YPFB, em 1936, no mesmo período em que o México fundara sua PEMEX sob o governo de Ernesto Cardenas. (1)

Para o Brasil, o aumento de relacionamento diplomático com La Paz não era sem propósito, pois havia nele um traço de conveniência à medida que a consolidação do processo político e econômico, inaugurado pelo primeiro governo de Getulio Vargas,

necessitasse de superávit de petróleo para a consecução do projeto de substituição de importações e seu fito de industrializar efetivamente o País. Pelo motivo de o território nacional ser pobre em carburantes, e pelas dificuldades de importação do Oriente Médio, a aquele governo havia vislumbrado a possibilidade de se conseguir o energético pela aproximação diplomática com a Bolívia, ação de caráter geopolítico com irradiação para o futuro.

Isto porque, em 1938, após a Guerra do Chaco, instituiu-se outro documento, o *Tratado Sobre Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano*, feito com o fito de dar vida ao imaginado dez anos antes. Dessa vez o propósito era não se esquecer do grande entrave que amarrava La Paz, a falta de comunicação viável e saída alternativas ao porto de Buenos Aires - no final das contas, era oneroso para a limitada economia boliviana. No tratado ficara expresso que o Brasil se encarregaria de construir uma estrada-de-ferro para a escoação do petróleo boliviano. Mas além disso, o transporte seria um acalento ao projeto andino (Cf. Guilherme, 1938: 63), porque era questão premente para os Estados mediterrâneos da região, Bolívia e Paraguai, sair do isolamento e evitar a proeminência do centro argentino, ponto de chegada das Bacias do Prata, do Paraguai e Paraná. (Cf. Caubet, 1991: 29).

O traçado da malha ferroviária era relevante para Bolívia e Brasil. Aproveitando o sistema, cuja uma das pontas é a cidade de Santos, e passando pelo tronco denominado Noroeste do Brasil, a administração federal estendia aquela linha viária até Corumbá, cidade fronteiriça com a Bolívia, aproveitando uma conexão com o porto do Rio Paraguai, salutar para Assunção. De lá o governo de La Paz deveria continuar a linha férrea até a região produtora de petróleo, cujo centro é Santa Cruz de La Sierra com adjacências e, em uma segunda etapa, continuar a obra até o núcleo de Cochabamba, importante região mineradora. Para superar obstáculos financeiros ao investimento, o Rio de Janeiro forneceria empréstimos para que os dois Estados tivessem uma comunicação avançada e conveniente para a consecução dos planos e obras, até para diminuírem a influência da Argentina. (Cf. Viotti, 2000: 190).

Do tratado de 1938 até o advento dos Acordos de Roboré houve pouco que fosse lícito de se registrar por quatro motivos, pelo menos para nossos propósitos de pesquisa. Primeiro porque havia no documento de aproveitamento de petróleo, no Art. 1, imprecisões

muito grandes no que se tangia ao conhecimento geológico e demarcação da região. 3.521.329 hectares. questões que contribuíram para a paralisia de dez anos dos trabalhos. Segundo foi o impacto criado pela Segunda Guerra Mundial. não deixando espaço para assuntos que não fossem ligados ao conflito que exigia esforços do Brasil.O terceiro motivo porque o governo de Eurico Dutra. de 1945 a 1950 não intensificou os planos de ação logrados por Vargas. deixando uma lacuna até a volta do *grande chefe* político. em 1950. (Cf. Guilherme. 1959: 77).

A quarta razão. para paralisar os trabalhos oriundos das combinações de 1938 era muito intensa. Tratava-se da impactante revolução nacionalista por que passou a população boliviana. em 1952. feita pelo comando do MNR com o intuito de fazer com que a república transformasse suas instituições nacionais. acabando com práticas de características servis contra a camada social nativa e camponesa. E sob o clima de forte instabilidade política não havia condições de se conceber compromissos de cooperação com o Brasil. ainda mais se tratando de carburantes de suma importância para o novo governo. como se fez conhecer o presidente Paz Estensoro. membro das manifestações nacionalistas e receoso de que o grande produto nacional fosse pouco valorizado no mercado externo. (Cf. Vilarino. 2006: 36).

Mas em março de 1958. os governos brasileiro e boliviano instituíram os Acordos de Roboré com o intento de acabar com o marasmo que afetara o relacionamento entre os dois países no tocante ao intercâmbio energético. não deixando de considerar. de igual forma. a exploração do gás natural andino para o aproveitamento da industria do Brasil. como a petroquímica. Acabar com a letargia e dar andamento ao tratado. vislumbrado desde 1938. foi o objetivos dos dois governos sob uma situação tendente a desentendimentos e anulações. sob a justificativa. conforme a ótica de Estensoro. de que o Brasil não tinha mais interesse na empreitada: logo caberia aos revolucionários procurar novos meios para transformar o minério em recursos mais proveitosos para a população boliviana.

Para escapar de tais interpretações negativas que pudessem por abaixo os planos de intercâmbio energético. os Acordos de Roboré tencionavam fazer. **inter alia,** as seguintes passagens: 1) fazer com que o governo brasileiro assumisse a compra de todo o petróleo da Bolívia. inclusive dando emprego ao uso do gás natural (considerado subproduto àquela

época). 2) o Rio de Janeiro se comprometia em ser o maior comprador de hidrocarbonetos do vizinho andino. 3) o transporte do bem seria feito por oleoduto ligando Santa Cruz de la Sierra ao sudeste do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro. 4) transportar o hidrocarboneto boliviano sem qualquer custo de tributação de ordem federal, estadual ou municipal, considerados prejudiciais.

E 5) o Brasil se comprometeria em colaborar com a construção de obras de infra-estrutura proveitosas para a Bolívia, ferrovias, usinas de fertilizantes, siderúrgicas e outras plantas que dinamizassem a economia do vizinho. Os recursos financeiros necessários para a implementação das obras mencionadas acima seriam fornecidos pelo BNDE (na época Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e por empresas privadas brasileiras e bolivianas, interessadas na exploração daquelas jazidas, como a brasileira Capuava. (Cf. Ramos **et** Flakman, 1984: 2988)

Agora, com meios mais precisos para saber se a área em que se deveria fazer as prospecções das minas, estabeleceu-se uma região reservada para as empresas interessadas no carburante importado. Uma parte denominada "B", 40% do território da Bolívia, deveria ser explorada por companhias de capital misto nacional, brasileiras e bolivianas conforme se exigira nas *notas reversais*, para que se produzissem 100 mil barris de petróleo ao dia. A parte, "A" seria reservada para a manifestação da estatal local, YPFB. Na parte "B" era para ser vetado dois tipos de empreendimentos, o extra-regional, sobretudo o anglo-americano, e o estatal, que afetara a jovem Petrobrás. Uma explicação, notas reversais são instrumentos diplomáticos utilizados para esclarecer ou atualizar pontos de tratados firmados, cita-se o de 1938. No caso dos Acordos de Roboré houve dez notas reversais. (Cf. Vilarino: 2006: 3 e 5).

Por conseguinte, o governo brasileiro, na Presidência de Juscelino Kubitschek, deveria, além de promover investimentos na infra-estrutura brasileira e boliviana, abrir agência do Banco do Brasil em La Paz para dinamizar o comércio bilateral, o que seria uma maneira de diminuir a tradicional presença portenha nos negócios econômicos bolivianos. A Argentina tornara-se crítica aos Acordos de Roboré, temendo perder sua histórica preeminência na região e procurando, ela mesma, angariar compromisso para explorar o petróleo boliviano por meio de sua estatal, ação negada de imediato pelo pessoal do Quemado. (2)

Contudo, os Acordos de Roboré não demorariam somente no aspecto da economia e do intercambio energético. Os entendimentos traziam compreensão de ordem geopolítica à medida que a Bolívia se percebia, político-militarmente, frágil em face das possíveis agressões regionais em detrimento do seu amputado espaço nacional, da forma com que houve nas guerras do século XIX. Desta forma, os pontos de Roboré funcionariam como um anteparo para que La Paz não sofresse novos infortúnios semelhantes aos da segunda metade do século XIX.. Sob a ótica de uma balança de poder no Cone Sul, o Brasil ofereceria condições favoráveis à Bolívia frente ao peso que a Republica Argentina exercia. (Cf. Ferreira, 2001: 58).

Além de contribuir para a "segurança boliviana", os acordos teriam outros méritos igualmente importantes para esse Estado fechado em si mesmo. Se os projetos de Roboré ganhassem vida, vultosos investimentos brasileiros seriam direcionados para a construção da integração nacional boliviana, vista por delicada para sua segurança nacional. A construção de ferrovias, como a que liga Santa Cruz a Cochabamba, seria uma contribuição brasileira para fazer com que houvesse conexão integrativa do desarmônico território boliviano. Por isso, temendo que não houvesse regularidade por parte do governo nacionalista, a Embaixada boliviana no Rio de Janeiro imprimiu o seguinte documento de alerta:

"Ni en hipótisis me parece que se puede admitir ahora el rechazo de la Convención a los tratados suscritos con el Brasil. Eso significa no unicamente la destrucción de una obra internacional laboriosamente realizada em beneficio nacional, sino tambien falta de respeto a la palabra empenada por el gobierno em nombre del país, y al colocar a Bolívia en situacón inamistosa com relación al Brasil, la entregaria a merced del juego internacional de la Argentina, acabando con la posibilidad de hacer una política de equilíbrio e distribuición de intereses entre los grandes países del Atlântico". (**Apud** Vilarino, 2006: 28).

Porem, como temia a legação boliviana no Rio de Janeiro, em opinião exposta acima, os entendimentos ancorados nos Acordos de Roboré não deixaram resultado positivo, definhando-se no final. As interpretações nacionalistas brasileiras e bolivianas sobre as notas reversais criaram obstáculos e perturbaram os entendimentos entre os dois países para a compra e venda de combustíveis fósseis. Questões que até então não eram suscitadas, ou encaradas como elementos de profundo conflito, ganharam dimensão além da conta e contribuíram para situações de polêmicas e animados debates no nível parlamentar.

Quais foram os elementos que levaram tanto o Tratado de Natal, de 1938, e suas notas reversais, para o definhamento a ponto de ele ser combatido tanto pela candidatura do marechal Henrique Lott (nacionalista), quanto pelo doutor Jânio Quadros na campanha presidencial de 1960? Manifestações de grupos nacionalistas, na Bolívia e no Brasil, e pressões das grandes empresas internacionais do petróleo funcionaram amplamente para por fim aquela atração.

No caso brasileiro, para Ramos **et** Flakman, os Acordos de Roboré alimentaram forte fluxo de contestação nacionalista porque, em uma de suas passagens, indicava que a composição de capital nacional para operações nas áreas de exploração não poderiam ser estatais, mas sim de firmas particulares. Essa recomendação soara provocativa para a base nacionalista do governo de Juscelino Kubitschek, visto que alguns anos antes, no segundo governo Vargas, o monopólio sobre exploração e importação de petróleo fora atribuído à Petrobrás, justamente empresa criada sob forte pressão das correntes nacionalistas civis e militares.

A idéia de que os acordos com a Bolívia pudessem sobrepujar o monopólio da estatal brasileira fez com que a UNE, ganhasse as praças da antiga capital federal em protestos. Paralelo a esse clima, o deputado Gabriel Passos, da base nacionalista que apoiava o govero, discordava dos motivos que levassem o Brasil aceitar os termos de Roboré, pois o delegado alegava que os debates sobre tal questão deveriam ser mais bem aproveitados pelo Congresso Nacional. Ainda nesse clima quem se filiava às críticas, mas por outros motivos, era o próprio presidente do BNDE, Roberto Campos, para quem o acato ao Roboré poderia ser prejudicial às finanças do Brasil, pois o País não tinha *know how* suficiente para escapar dos altos custos de uma operação daquele porte, por isso a necessidade de se obter apoio do capital internacional, e não se filiar a nacionalismos. (Cf. Ferreira, 1997: A2).

Com efeito, as divergências departamentais do Estado atrapalhavam os desdobramentos do plano estratégico desenhado para o desenvolvimento brasileiro àquele período e posterior, assim pensava o presidente do CNP, coronel José Alexinio Bittencourt, cujo pensamento era a de o Brasil procurasse buscar uma estratégia para escapar da dependência e da pressão exercida pelo comércio de petróleo proveniente do Oriente Médio, dominado pelas Sete Irmãs. Por isso, tais diferenças deveriam ser mais bem

resolvidas para não se perder o ponto de partida na formação de um plano estratégico com longo alcance. (Cf. Ferreira, 2001: 58).

Do lado boliviano a contestação não foi menor, abarcando o Congresso Nacional e os grupos nacionalistas do país, para os quais a atuação brasileira nos Andes guardava características de um país intencionado ao imperialismo e para se aproveitar dos recursos naturais do vizinho menor. Ontem, era amigo, hoje usurpador. Até a concepção da OPA, um projeto de cooperação, deveria ser observada com cuidado redobrado porque poderia ser uma ferramenta em prol do expansionismo brasileiro. Da postura positiva, a respeito da conveniente aproximação com o Brasil, por causa da "segurança nacional boliviana", a política boliviana migrou-se para uma posição mais ácida e prudente em relação ao intercâmbio energético.

Já estava posta a tradicional versão, para boa parte dos governos latino-americanos, de que havia um coerente projeto geopolítico no Brasil que agregaria a diplomacia com os fundamentos militares sob o imperativo de se resguardar a segurança nacional brasileira pela influência regional. O uso da geopolítica ganharia expressão na política externa do chanceler Macedo Soares. O deputado boliviano Céspedes Patzi protesta com a ascensão do Brasil:

> "Señores Disputados, estamos outra vez frente a una risgorosa situación internacional: un vecino poderoso confiado quizá em su própria fuerza pretende desconocer al derecho, pero el pueblo boliviano debe asumir como una defensa heróica de sus atributos(...) Los bolivianos puestos de pie debemos denunciar entre tanto la actitud del Parlamento brasileno y exigir el pronunciamento de los órganos internacionales de justicia". (Patzi **apud** Vilarino, 2006: 55).

O tratado de 1938, com suas notas reversais, relidas pelos Acordos de Roboré, foi abortado pelas resistências sem muita demora. Assunto considerado de grande relevância para a política externa brasileira não fora daquela vez que o País importaria os insumos energéticos bolivianos. Com o passar do tempo o Itamaraty, e o pessoal do CSN (3), voltaria a vislumbrar a possibilidade de dar vida ao intercâmbio energético com o vizinho, sobretudo no governo do período militar com Ernesto Geisel. Mas foi com o projeto de se construir o GASBOL, iniciado em 1996, que o tema voltou a ter grande envergadura para os países em questão.

3.2.A Bolívia na Estratégia e os Conflitos

A República da Bolívia guarda relevância político-estratégica para a geopolítica nacional em virtude de itens que tocam o interesse do Estado brasileiro desde os anos 1930. Em outras palavras, interesses vislumbrados desde assuntos relacionados a projetos de regionalização, e cooperação comercial, até os mais delicados diplomaticamente, como os da integração física para o aproveitamento de insumos energéticos do países vizinho por meio de obras de infra-estrutura, bem como aproveitar o capital diplomático para outros projetos, como o acalentado plano de se ter saída alternativa via portos do Pacífico, passando pela Bolívia.

Por meios um pouco distintos, até porque se trata de outros vetores políticos e históricos, mas conservando a natureza do tema, encontram-se autores que imprimem a importância dos itens citados para a ascensão estratégica do Brasil perante novos desafios internacionais que exigem maior precisão do poder nacional. Entre tais analistas citamos Darc Costa, professor da UFRJ e da ESG e autor de *Estratégia Nacional*, para averiguar a atualidade de temas relevantes para o Brasil desde 1950, retomando parte do ideário de "desenvolvimento nacional" da ESG. Ideário trabalhado fortemente por Golbery do Couto e Silva.

No olhar de Costa a América Latina, mormente a parte substanciada por carburantes e por grandes rios navegáveis, deve entrar na pauta da estratégia brasileira considerando uma possível ascensão que o País poderá exercer no campo da integração regional, com o MERCOSUL e seus congêneres. Ao fazer valer o ideário do regionalismo para majorar o aproveitamento de recursos naturais e da navegação fluvial o Brasil terá um **bônus** para a elevação do seu potencial, conjuntamente, com outros Estados da região que procurarão novo traçado de participação no comércio internacional, além do tradicional Norte e Sul, visto por desigual.

Mesmo que o Brasil seja o grande beneficiário desse pluralismo regionalista não significa que a área integrada não tenha compensações ao pertencer a um projeto comum de desenvolvimento econômico. Costa acredita que pela liderança e instrumentos brasileiros será possível chegar em um bloco em que a as relações diplomáticas subequatorianas se

tornem mais importantes dos que as tradicionais com mundo setentrional. (Cf. Costa. 2003: 120).

Por intermédio da integração regional e por meio do poder nacional o Brasil, para o autor mencionado (professor da *Sorbonne* brasileira), não descurará do papel que a região latino-americana, sobretudo a andina, poderá desempenhar para fazer com que Brasília formule planos de consecução de desenvolvimento em vários parâmetros. Os dois tipos, integração e poder nacional não se chocam, necessariamente, visto que ambos habitam a própria cultura da ESG.

Na condição de base para o debate engrandecido por Costa temos o célebre trabalho do general Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, que exalta a relevância estratégica do solo boliviano para a ação do poder nacional brasileiro. Fator de relevância que perdura, **mutatis mutantis**, na atualidade por causa de dois pontos: a existência dos próprios carburantes, escoados pelo GASBOL, e o espaço boliviano que poderá ser atravessado em vista da possível ligação da crescente produção agrícola e industrial do Brasil, do Centro Oeste, rumo aos portos do Pacífico, como já fora o desejo de antigos governos nacionais. (4)

Havia a marca de que o suprimento de hidrocarbonetos, há 50 anos, passaria a ser imperativo para assegurar não somente o crescimento industrial do Brasil, mas igualmente seu processo de segurança nacional, dependente de petróleo importado. Portanto em um empenho doméstico para constituir a estratégia não poderiam marcar ausência os instrumentos específicos, nos Objetivos Permanentes, para resguardar os bens essenciais, traduzindo o seguinte: tudo o que possa acontecer, por crises, esse objetivo não pode oscilar, sem comprometer o Estado.

Há pouco, percebemos por que essa preocupação não fora indiferente ao coronel José Bittencourt, do CNP, cuja visão era a de que o petróleo não poderia se ausentar do País por falta de políticas apropriadas, conforme ele mesmo tentara com os Acordos de Roboré. Em sentido amplo o suprimento energético seria parte das preocupações da segurança nacional, portanto, do poder do Estado, e não algo ao gosto dos jogos de mercado, apesar daquele comandante admitir a participação da empresa privada nacional, mas ligada ao desenho feito pelo Estado. No fundo, o pessoal do Conselho era da ótica de que deveria

haver poder regulador forte o suficiente para pairar sobre as querelas entre a Petrobrás e o capital privado.

Neste ponto, pensamos haver convergência de Couto e Silva, sobre segurança nacional, com nossa exposição no item 1.1. O autor de *Geopolítica do Brasil* pensa o assunto assim: "permeado aos poucos o domínio todo da política estatal, condicionando quando não promovendo ou determinando todo e qualquer planejamento, seja de ordem econômica, se de natureza social ou política". (Silva, 1981-B: 23). Não é pelo fato de alguns temas, como ecologia, escaparem da lógica estratégica da Guerra Fria que eles deixaram de ser apropriados à estratégica do poder político, como se acredita em tempos de globalização.

Autor de polêmico teor, o general Golbery desdobra sua leitura a respeito de um Brasil tendente ao desenvolvimento político-econômico continuamente e, por vez, necessário da obtenção de insumos no médio e longo prazos. Procurando dimensionar ainda mais a atuação da política externa brasileira, o pensador da ESG ligava o interesse nacional ao ocidente africano, a região lusófona em grande parte, que poderia adentrar ao campo da atuação brasileira em busca de auto-suficiência, na busca de uma política e estratégia mais bem estabelecidas.

O argumento geopolítico do escritor apresenta teor polêmico porque, justamente, oferece interpretação sobre qual deveria ser o papel do Estado brasileiro na América Latina. Papel que bota os vizinhos meridionais, e a Argentina em particular, em sinal de alerta, sendo que o intercâmbio entre La Paz e Rio de Janeiro, para o aproveitamento de carburantes, já fora uma amostra. Era o temor de que o Brasil exercesse comportamento imperialista em detrimento dos mais fracos. O peso específico do Estado brasileiro, e sua massa continental, não poderia ser resumido a uma articulação externa medíocre, mas sim exaltar sua licença em busca de ser um país em via de se tornar potência responsável, assim se lê:

> "Também nós podemos invocar um 'destino manifesto', tanto mais quanto ele não colide no Caribe com os de nossos irmãos maiores do norte...(em outro aspecto escreve Golbery) o Paraguai e a Bolívia, 'prisioneiros geopolíticos', muito mais o primeiro que a segunda, valem muito pela sua posição geográfica no flanco aberto e vulnerável do Brasil meridional e central constituem, sobretudo por sua instabilidade política e econômica, indisfarçáveis zonas de fricção externas onde podem vir acontecer, quer queiram quer não, os interesses brasileiros e argentino". (Silva, 1981-B: 52 e 55).

A posição do Brasil na arena sul-americana, vizinhança imediata, não era devidamente tranqüila perante alguns fronteiriços. Isto porque havia o prisma de que o País seria herdeiro do atavismo expansionista da época imperial (5) e provocaria hostilidade por ser um mastodonte corpo estranho, político e culturalmente, imprimindo sua "indiferença" com a sorte dos povos hispânicos. O temor, na leitura de Couto e Silva, dava-se principalmente na área de menor presença do poder político brasileiro, mas bastante próxima das zonas de fricção do Centro-Oeste para o Sul, abarcando as Repúblicas da Bolívia e da Argentina, fomentando operações que pudessem comprometer a segurança nacional. (Cf. Silva, 1981-B: 53).

Por conseguinte, demonstrando ter recebido alguma influência da geopolítica *mackinderiana* o general Golbery passa a vislumbrar a existência de uma zona pivô latino-americana, ponto de embate entre os poderes brasileiro e argentino, um territorial e outro marítimo. Por isso, da mesma forma que o geógrafo britânico calculara a importância da área estratégica eurasiana para a potência que a dominasse, o autor de *Geopolítica do* Brasil passa a vislumbrar o ponto de irradiação que o planalto poderia desempenhar para a América luso-ibérica. Imagem que podemos interpretar como sendo uma espécie de *heartland* da porção meridional que outorgaria vantagens político-econômicas ao país que a penetrasse. (6)

Mas essa irradiação de influência teria outros símbolos, pois ela não se daria apenas em virtude dos evidenciados recursos naturais estratégicos para o Brasil. A ação específica se realizaria pela posição e pelas características geográficas que a Bolívia detém em face do Estado brasileiro. Desta forma, haveria certa comunhão geográfica entre o Centro-Oeste do Brasil com as zonas abertas bolivianas que, em razão da baixa presença estatal, poderia ser vulnerável às incursões e hostilidades de toda a sorte, originadas nos países limítrofes, agitados por insurgências. Em razão disto, influenciar a Bolívia não seria somente para fins materiais, mas também de segurança geral à medida que se poderia "enquadrá-la" politicamente.

Em outra instância, o planalto seria o *heartland* latino-americano, por ser considerado área de *soldadura* aglutinando o Oriente boliviano com o Centro-Oeste brasileiro, com o Paraguai e com o norte argentino tendo como centros vitais, no primeiro

nível, as cidades de Santa Cruz de la Sierra, de Cuiabá-MT e Corumbá-MS na formação de um traçado coerente a favor do Estado brasileiro: claro, desde que os contratempos políticos fossem resolvidos a contento, o que não deixou de ser o desejo do Brasil há tempos.

Por isso, não podemos nos esquecer de outra particularidade que reforça o olhar estratégico brasileiro sobre a Bolívia, guardando atualidade da interpretação clássica da geopolítica. O Brasil guarda com o vizinho andino sua maior fronteira de todos os limítrofes. Por essa razão os relacionamento entre Brasília e La Paz não demora somente no gás natural, mas envolve outros itens relevantes que envolvem a segurança nacional. O próprio ministro Celso Amorim corrobora esta assertiva quando analisa o papel que a Bolívia representa para os interesses nacional na região. (Cf. Amorim, 2006: 29.04.2006: B9).

No pano de fundo, simboliza-se que haveria forte integração natural feita pela ligação das duas bacias hidrográficas latino-americanas, a amazônica e a platina, cujo cruzamento passa pelo Brasil, os Rios Cuiabá e Paraguai. Além do mais, a zona pivô guardaria papel fundamental por marcar a transição da Amazônia com as regiões mais economicamente dinamizadas do Brasil, como o Sudeste industrializado. Em uma ótica de se maximizar o potencial de transportes, com baixo custo, essa situação ganharia destaque, oferecendo melhores locomoções à produção nacional via rios internacionais. (Cf. Silva, 1981-B: 91).

Ao seu modo, a mesma visão a respeito da posição geoestratégica especial da Bolívia é encontrada nas palavras do ex-chanceler daquele país, Antonio Quiroga. Só que, neste caso, caberia a La Paz ter políticas pragmáticas que aproveitassem momentos de evolução da economia de mercado e da democracia internacional, situação otimista dos anos 1990, na América Latina, para angariar ao seu Estado papel de relevância para resolver questões prementes, procurando saná-las por meios que não fossem mais os do conflito aberto.

O desenvolvimento econômico da Bolívia, a permanência do Estado de Direito, bem como o antigo contencioso com o Chile (7) são questão que poderiam ser mais bem resolvidas aproveitando a situação de soldadora que o país tem, como área de transição que é. A geografia da Bolívia não deveria se resignar ao isolamento, diz o diplomata boliviano,

mas sim de articulação e entre ela e as outras unidades políticas, adquirindo relações promissoras com Argentina e Brasil. (Cf. Quiroga, 2000: 138). Porem, o desdobramento do quadro político boliviano não obedece, em grande parte, a lógica do liberalismo imaginada por Quiroga, visto que a evolução econômica do GN opera situações delicadas entre as zonas promissoras produtoras do carburante e as outras menos desenvolvidas – problema que toca o Brasil.

Por isto, há razão para que o complexo Itamaraty-Planalto formule planos com vistas a analisar a área econômica mais progressista da Bolívia, Santa Cruz de la Sierra – sítio oriental que pela economia dos hidrocarbonetos, da exploração do gás natural, vem confirmando esta expectativa, mas que muito sofreria se houvesse crises institucionais entre os poderes locais e o central. O departamento em questão produz 40% de toda a riqueza nacional boliviana, e sua relação com o centro político, La Paz, não tem sido de tranqüilidade há algum tempo. Há queixas de que os ganhos financeiros volumosos do petróleo e gás natural não são retornados, com justiça, para a região produtora. (Cf. OESP, 11.12.2005). Questões que alimentam conflitos resultantes desde a simples busca de autonomia até a secessão

Partindo de outra experiência da política internacional sulista, mas nem por isso tão diferente, em essência, das reflexões da geopolítica brasileira, o ex-embaixador Rubens Barbosa analisa a maneira pela qual se projeta o conflito interno boliviano, entre seus departamentos (análogo a unidades federadas), e o papel que Brasília expressaria no assunto: aplicação que faz do Brasil um mediador automático dos problemas do vizinho. Mas, por outro lado, esse mesmo papel da diplomacia nacional poderia obter seu reverso a partir do instante que as forças políticas bolivianas passassem a enxergar a forte atração brasileira, segue o diplomata:

> "Os resultados de uma eventual convocação da Assembléia Constituinte, a nacionalização dos recursos energéticos e a questão da autonomia das províncias que se consideram vinculadas ao Brasil, mais do que à outra parte do território boliviano, são algumas das delicadas questões que poderão afetar os interesses nacionais brasileiros e nosso relacionamento com os demais países da América do Sul". (Barbosa, 14.06.2005: A2).

Em razão disso, se não houve contendas mais bravas por meio de forças regulares, do Estado, porque grande é a dificuldade de se aglutinar países de diversas concepções

políticas, embora sejam povos irmanados pela cultura espanhola, estranha à lusitana. Lusitana que conseguira com sucesso a centralização política resultante na integração do Brasil. Sorte distinta tiveram as repúblicas hispânicas, pulverizadas em vários núcleos políticos, denotando a imagem de ser o Brasil estranho para os Estados de menor poder nacional, situação que não deixa de chamar a atenção de Oliveiros Ferreira. Contudo, ao eleger um inimigo comum, pela "doutrina do cerco", grandes seriam as oportunidades de conjugação das repúblicas lindeiras, com ressabio a respeito da política brasileira. (Cf. Ferreira, 2001).

Doutrina do cerco, que preocupara o Itamaraty e o Estado-Maior das Forças Armadas, esperando que houvesse conjugação de agressão e ataque por parte dos argentinos, uruguaios e paraguaios contra o Brasil, como se este fosse um estranho entre os iguais, latinos de fato. O mal-estar desse sentimento perante as chancelarias do Cone Sul, em parte substancial, deixou de existir com o nascimento do MERCOSUL. No entanto há uma questão, se o arrefecimento de tal queixa por parte dos vizinhos menores seria resultado da virtude integrativa ou do enfraquecimento relativo que passam os países. (Cf. Hage, 2004: 137).

Com este argumento, podemos dizer que a posição da Bolívia, e seus atributos naturais e políticos, são considerados pertinentes à política externa brasileira, considerando a forma pela qual fora imaginada nos trabalhos conjuntos entre *diplomatas e soldados* (em Aron, 1986) para vislumbrar o assunto. Uma relação de simbiose, no espaço do CSN, entre a corporação do Itamaraty e as Forças Armadas, combinadas por entendimento comum do que seria a defesa e a busca do interesse nacional a partir de um trabalho conjunto, mister para Estados que têm papel ativo no sistema internacional, e não apenas contemplativo dos acontecimentos: "Se as Forças Armadas inspiram-se na defensiva e não possuem os instrumentos de dissuasão é o caso de se perguntar: há política externa?" (Ferreira, 1988: 134).

Trata-se de saber que as relações político-diplomáticas do Brasil na América Latina são permeadas de conflitos em variados temas, alguns provenientes de questões históricas, embora acordadas por força da presença brasileira, mas que podem apresentar ressentimento por causa de diferenças de peso e de recursos entre os contendores. Desta forma, são relacionamentos diplomáticos que deveriam ser feitos sob o instrumento da

manobra. Significa que o País imprimiria sua política externa com vistas a não sofrer constrangimentos, utilizando seu peso específico e tomando a dianteira ante as questões. Manobra como conjugação dos fatores internos do poder nacional, não se resumindo ao campo militar. (Cf. Ferreira, 1988: 140).

Neste propósito duas implicações políticas e econômicas se abriam até agora sobre os modos pelos quais a política externa brasileira se comportava diante de questões de conflito e intercâmbio com os países latino-americanos, fronteiriços com o Brasil, mormente Bolívia e Paraguai. Aqui, Couto e Silva e Oliveiros Ferreira tocam em assunto convergente na conclusão, embora por meios diferentes na iniciativa. Para o primeiro, o Brasil teria de construir relações de crescente influência com vizinhos, portadores de recursos energéticos, justamente para diminuir a dependência do País em face dos grandes produtores do Oriente Médio e seus atravessadores. Daí a necessidade de o Brasil ter uma estratégia firme o suficiente para fazer tal empresa de aproximação. (Cf. Silva, 1981-A: 108).

Por outro lado, advoga o antigo professor da USP, a urgência de se efetuar relações diplomáticas com La Paz ou Assunção (hoje advertência válida para a Caracas de Hugo Chavez) que não podem ser descoladas de uma coerente estratégia, de papel construtor do poder nacional, para fazer com que a diplomacia não seja desconsiderada - por isso a aliança conveniente entre as Forças Armadas e a Casa de Rio Branco. Claro, desde de que haja governo sensível ao tema, e não as separem em virtude de "sugestões" do cosmopolitismo. Isto porque a dependência brasileira a um Estado convulsionado por crises e contestações, de toda ordem, poderia comprometer aspectos da segurança nacional, resultando:

> "(...) as transformações que estão operando nos países vizinhos poderão criar, a médio prazo, situações embaraçosas para a segurança nacional, e, por outro lado, porque a necessidade de manter acelerado ou mesmo constante ritmo do desenvolvimento econômico e social fará que a economia brasileira dependa cada vez mais da energia que os vizinhos na América do Sul nos forneçam (...) ele (o problema) reside em que esses países não têm um grau de estabilidade política que possa trazer uma razoável dose de tranqüilidade". (Ferreira, 2001: 30).

Destarte, há a entender que para um Estado poder incrementar intercâmbios delicados, no caso da energia, com outras unidades políticas de históricos políticos instáveis, não deveria haver pontos de vulnerabilidade pela parte considerada mais

prejudicada em situação de crise, o importador. Neste particular desenha-se o caso de que em um nível de integração física o Estado comprador de carburantes não poderia se desvencilhar dos artifícios do poder político, do poder de manobra, para não sofrer em alto grau.

Questão que vem a revelar interessante ótica a respeito dos Estados nacionais que aprofundam seus relacionamentos e admitem projetos comuns de infra-estrutura, de integração física. Quando dois ou mais Estados trabalham juntos pelo aproveitamento de determinados bens o que se vê é o dever de se fortalecer que eles têm, não ao contrário, que permite a incursão de modismos intelectuais e políticos, do qual o mote vai ao inverso do comentado.

O ex-chanceler do governo Jânio Quadros, Afonso Arinos de Mello Franco, havia percebido a urgência que os Estados têm de acatar para se instituir tratados de integração ou cooperação a certos serviços. Segundo o célebre político, o imperativo brasileiro seria justamente implementar o poder central em seu interior, vulnerável pela falta de instrumentos de ação garantidores da figura de "império" que o Brasil ainda representa. Império na medida que o poder central tem a tarefa de assegurar a "afirmação nacional", antes de tudo, para depois partir para vôos mais panorâmicos da política internacional. (Cf. Franco, 1981: 17). (8)

Eis uma advertência que a Chancelaria brasileira, quando faz valer a direção política apontada pelos governos atentos, tem de acurar se efetivamente o Brasil tenciona atribuir papel estratégico à conformação geopolítica da Bolívia para tirar proveitos de seus recursos estratégicos e localidade conveniente, já que o modelo de projeção nacional na América Latina segue o da integração regional, e não o da promoção de poder, em exclusividade, como havia imaginado o general Golbery. Aproveitar o superávit energético, em hidrocarbonetos que o vizinho andino tem e, ao mesmo tempo, tirar partido da possível integração de transportes entre ferrovias e a navegação dos rios internacionais da região, exige aglutinação de meios necessários para amainar situações de agudas crises quando elas surgem.

3.3.Política Externa Brasileira e Integração Regional

Se o processo de integração regional, sob os aspectos que tocam o interesse nacional brasileiro, tem sido o norte da política externa do Itamaraty há vinte anos, é mister saber qual é o tema, visto que ele convoca os esforços da diplomacia nacional tanto em pontos que contribuem para o projeto do País, quanto para questões que o comprometem, fazendo com que o Brasil passe por infortúnios alheios à sua vontade, mas que são fruto do regionalismo.

Neste subcapítulo precisaremos o conceito de integração regional. Sob a ótica de Karl Deutsch, em *Análise das Relações Internacionais*, o ato de se integrar é admitir a interdependência, o trabalho em conjunto que os Estados-membros de um determinado bloco regional exercem aceitando o fato de que um ator necessita da contribuição do outro, sem proposto de comando ou hierarquização. E neste nível de articulação alterações feitas na conformação política e econômica de um dos sócios automaticamente levará mudanças para todo os outros países igualmente. Por isso, integração é a arte de dar coerência e sentido de conjunto a um número de Estados que não comungam visões de mundo em comum, mas que são impulsionados a fazê-lo por causa dos imperativos do sistema internacional.

A coerência projetada pelo grupo de países-sócios resulta na criação de uma "comunidade política" que aceita a integração justamente para angariar resistência a fenômenos que afetam a estabilidade do Estado, se este prefere correr sozinho pela via da política internacional, hermética e difícil para os países, sendo respeitáveis potências ou não. Pensando na Europa Ocidental, da década de 1970, o antigo professor de Harvard opina que a integração poderia promover bem-estar social e econômico, bem como animar o debate em conjunto para resolver questões de segurança coletiva. (Cf. Deutsch, 1978: 204).

À primeira vista, o Brasil dedica grande atenção à integração regional, procurando até intensificar o aspecto físico de operações de infra-estrutura que venham a coroar empenhos integrativos para a América Latina. O princípio, e a virtude, da integração regional marca a política externa brasileira a ponto de sua sugestão ser registrada na própria *Constituição Federal* do País, dando a entender que as junções políticas são uma "segunda

pele" da sociedade brasileira. Em seu artigo quatro, parágrafo único, a Carta Magna do Brasil prega:

"A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política e social e cultural dos povos da América Latina visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações".

O que a pregação registrada acima indica é que o Brasil dever concretizar ações concernentes ao espírito associativo em vistas de um conjunto "harmonioso" e "coeso" que resultaria no emprego da unidade e do bem-estar dos Estados nacionais que formam o subcontinente americano. Claramente, aqui emerge uma definição de que a arte da integração se aplica levando em consideração a mesma gênese sociocultural *latina*, em contraste com a experiência anglo-francesa de colonização dos antigos povos nativos da região.

Logo a seguir teceremos breves comentários, de fundo histórico, para que se tenha clara a existência de experiências e planos de integração regional malogrados, em parte, que marcam a atividade da política externa brasileira, desde a década de 1960, até o advento do mais recente debate dos países latino-americanos para a construção de grandes obras de infra-estrutura para a exploração do gás natural, substanciado a vertente de que a criação de um subsistema é uma vocação natural para os países que tenham bens comuns a compartilhar.

Como é bastante sabido pelos estudiosos de política internacional, os desejos regionalistas na América Latina não se resumem, físico e temporalmente, no Mercado Comum do Sul ao se iniciar a década de 1990. Tentativas de se lograr planos de integração regional já haviam sido tentadas com a ALALC, pelo Trato de Montevidéu de 1961 – TM1 e pela ALADI, concebido com o segundo tratado feito também na capital uruguaia, em 1981 – TM2. Em paralelo a esses citemos os arranjos regionais mais concentrados em homogeneidades locais, fato da Comunidade Andina de Nações, desdobramento do Pacto Andino, de 1969.

Ainda no curso dos esforços e tentativas de dar luz aos arranjos institucionais de integração regional encontram-se mais dois projetos com o intuito de abarcar todos os Estados da América Latina, se possível também o México. Em 1993 com o chanceler Celso

Amorim, no governo de Itamar Franco, deu-se a fundação da ALCSA, associação que não ganhou dinamismo esperado com o decorrer do governo Fernando Henrique Cardoso, com Luiz Felipe Lampreia na Chancelaria. Em 2003, o Ministério Amorim retorna com novo ânimo para instituir o desejado bloco integrativo, sob a cadência brasileira. Pela Declaração de Cuzco, de 2004, a política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva ajuda a promover a CASA, seguindo a mesma essência da congênere quatorze anos antes, sob o mesma inspiração.

Neste item se encontra a imagem que revela a possível o panorama estratégico do Brasil a respeito da criação de blocos regionais de grandes dimensões geográficas. Duas versões emergem da valorização brasileira dos tratados internacionais: 1) continua o traço tradicional na Chancelaria de que a junção dos Estados, por um bem comum, ainda pesa quando a questão mais urgente é a preeminência da República norte-americana na vida local. 2) os acordos e tratados admitidos podem funcionar como solda para que os Estados limítrofes ao Brasil aceitem a conveniência da integração física, um delgado item da diplomacia nacional, visto que a manutenção desses exige relacionamentos sem grandes percalços.

A primeira versão é uma linha continua da diplomacia nacional, um desdobramento de sua estratégia, para angariar melhores condições políticas em face dos embates contra os Estados Unidos e seus agregados da América Central. O possível advento da ALCA tem sido o motivo maior para suscetibilizar o Itamaraty, pois o debate a respeito da mega-área imprime motivo suficiente para uma cisão entre os partidários da grande potência mundial, com o livre comércio continental, e a potência regional defensora de visão mais modesta para as trocas comerciais. Isto porque, em outra perspectiva, não estaria em jogo somente a boa saúde econômica, mas igualmente concepções e valores culturais que poderiam ser aniquilados, caso o projeto capitaneado pela Casa Branca saísse vitorioso em detrimento do Brasil. (9)

Em consonância com o exposto acima encontra-se o pensamento de Helio Jaguaribe, advogando a comunhão, a mais forte possível, entre as Repúblicas da Argentina e do Brasil para a montagem de um bloco que seja suficientemente coeso para barrar a escalada de poder norte-americana na América Latina. O meio para tal conduta seria a união do grande parque industrial brasileiro, seus avanços relativos em determinadas áreas,

com a qualidade educacional que o povo argentino tem, apesar das crises. Essa seria a plataforma sobre a qual outros Estados da região se aglutinariam em um projeto comum. (Cf. Jaguaribe, 2000: 30).

Em correspondência à segunda versão, podemos relatar que exercer relacionamento diplomático, com vistas à integração latino-americanas, denota a prática de andar sobre o "fio da navalha", percebendo que o risco para o Brasil de ter de administrar crises e idiossincrasias externas é uma realidade quase perene. Darc Costa defende a ótica de que a integração propriamente dita é uma substancia suficiente para promover o interesse nacional, mesmo que tenha de haver forte sensibilidade para lidar com políticas às vezes adversas. Na verdade, para o ex-diretor do BNDES a questão maior não está nas manifestações internas ao bloco, mas sim na vontade encontrada nas grandes potências. Deste modo, defender o MERCOSUL e projetar sua expansão para o subcontinente valeria a pena. (Cf. Costa, 2003: 83).

Mesmo assim, não é todo analista da vida internacional que prefere enfrentar problemas "menores", administrados no curto prazo, a ter que encarar os de mega tamanho, difíceis de encontrar resolução ao alcance da vista. O fato de o Brasil privilegiar a integração regional não denota que o País tem de suportar constrangimentos e "acertos de contas históricos" dos sócios prejudicados pelos transtornos da vida. Não se pode perder o fato de que diplomacia guarda seu viés pragmático, concernente à defesa do que vem a ser o real interesse nacional.

Sobre isso, é lapidar a opinião de Marcos Azambuja a respeito das mudanças políticas e institucionais que alguns países da região estão passando para resolver questões históricas de pobreza econômica e de limitada política exterior, não ignorando que a América Latina é o entorno e a realidade que sensibiliza a diplomacia brasileira, uma área que solicita sempre atenção maior da Chancelaria, mas sem perder de vista que a palavra "prudência" tem de ser exaltada para não se confundir possibilidades com imbróglios. Segue:

> "Será sempre preciso perseguir os nossos interesses com países como Venezuela, Bolívia, Peru sem nos identificarmos com desmandos ou excessos das lideranças autuais ou futuras desses países. Sobretudo com o atual governo da Venezuela, uma prudência e cordial distância é a melhor opção(...)". (Azambuja, 30.04.2006: B4).

Guardada as devidas proporções, o que o experiente embaixador diz não se distancia de uma concepção clássica da política exterior a qual o Brasil procurou se filiar desde há muito tempo, sobretudo após o advento do movimento político-militar de 1964, em que o presidente Castelo Branco havia desejado montar uma diplomacia com maior noção do interesse nacional, sem "emocionalismos" ou apegos a medidas de teor romântico – considerando sim a realidade latino-americana a qual o Brasil fizesse parte, mas sem abrir mão do projeto de fazer com que o País venha a tivesse assento e poder de decisão entre os grandes.

Eis uma questão inerente que hora outra surge nas cartas de fundação dos blocos regionais latino-americanos, presente desde a década de 1950, quando as unidades políticas da América meridional passaram a vislumbrar a integração regional por meio dos incentivos e arranjos intelectuais da CEPAL. O romantismo, o lirismo poético que procura salpicar as construções institucionais com figuras da cultura ibérica e seu heroísmo, misturadas aos sonhos de se ter um eldorado, um campo de imagens resultante da união de povos irmanados pela cultura latina e pelo desdobramento da civilização romana. E esses efeitos tendem a aumentar quando os Estados Unidos procuram estender arranjos institucionais que se estendem por toda a América, caso da ALCA (um NAFTA-plus) cujos sinais perturbam os trabalhos do Itamaraty para projetar o Brasil via integração. (Cf. Barbosa, 1996: 136).

A projeção nacional do Brasil na América Latina tanto pela promoção do poder, em primeira instância, quanto pela via integrativa não passa incólume pelas desconfianças de seus vizinhos imediatos, dividindo fronteiras. Essa percepção tem sido vista desde a criação da ALALC, há mais de quarenta anos, e perdura atualmente com as crises do MERCOSUL e com outras medidas de fomento à integração física, por exemplo, os intercâmbios de energia. A queixa é a de que em seu modo e estilo, a política externa brasileira traz gravado em sua alma comportamento de "hegemonismo" em detrimento dos fronteiriços, que têm de se precaver.

Procurando seguir a cronologia de alguns tratados e acordos internacionais, começando com a ALALC podemos demonstrar que na década de 1960 o tratado de livre comércio firmado em Montevidéu, capital do Uruguai, havia revelado desconfianças dos países economicamente menos desenvolvidos com o Brasil. O fato de o governo brasileiro

deitar caprichos em prol de um bem comum não encantou os parceiros. A imagem de que o Itamaraty pudesse instrumentar os itens do tratado para próprio benefício não escapou à crítica que só tendeu a crescer. Os vizinhos temiam que o Brasil exercitasse uma espécie de "divisão internacional do trabalho latino-americana" em que ele exportasse produtos manufaturados e forçasse os sócios a se concentrarem na exportação de produtos agrícolas e primários.

Percepção que fomentava, crescentemente, as reclamações dos parceiros, sobretudo da Argentina que imputava ao Brasil ações para que o levasse à tão esperada hegemonia na América Latina. Em outra instância, havia o ressentimento de que Brasília não alimentava amplamente sua filiação aos tratados regionais assinados. O País fazia apenas gestos protocolares, mas sem muito compromisso com a letra dos tratados assinados. (Cf. Barbosa: 1996: 142).

Aliás, falar em integração regional a partir de 1964, com uma lógica mais dura, soava como fantasioso para a corporação diplomática brasileira agregada com o Conselho Nacional de Segurança. Não desprezando diretamente aqueles ideários o Itamaraty, fazendo valer a concepção de mundo daqueles governos provenientes do movimento político-militar, não alimentava esperanças, e o pouco ele que fazia em benefício das uniões não sensibilizava. Barbosa em estudo sobre as percepções da diplomacia brasileira, a respeito da ALALC e da ALADI, diz que foram planos mais de envergadura protocolar do que prática. Em respeito a essa última o autor não a descarta, mas não vê situação mais confortável. Com Barbosa:

> "Cabe notar um outro elemento, normalmente negligenciado quando se examina a questão da integração regional: a incidência de fatores políticos. A existência simultânea de regimes autoritários e Governos democráticos foi um fator de entorpecimento na negociação do processo de integração regional. Não só pelas resistências, desconfianças e mesmo rivalidades (...), como também pela tentativa de implementação de projetos nacionais de desenvolvimento baseados no Poder nacional". (Barbosa, 1996: 156).

Por outro lado, não se trata de dizer que a participação brasileira nos tratados regionais tende à pura representação, resistindo a maiores compromissos que possam limitar sua vontade nacional. Outros países da América Latina também não alimentam a fundo seus vínculos ao bloco político-econômico. A Argentina o contesta porque teme sofrer fortes descaracterizações em sua economia relativamente desindustrializada; os

outros menores assim o fazem porque não quererem se transformar em "satélites" de Brasília. E o Chile porque não quer misturar sua economia racionalizada e dinâmica nas crises por que passa toda a região, perdendo seu intercâmbio com os grandes centros do planeta; isso sem falar no México que consolidou praticamente sua posição à beira dos Estados Unidos.

Uma relação dialética de fazer do Brasil o líder natural da América Latina por meio da integração regional, entre o acato aos tratados internacionais e a parca promoção do poder nacional, tem trazido algumas baixas ao programa imaginado pela Chancelaria, bem como pelo governo Lula. Desde 2005 os engajamentos do País para alcançar postos de prestígio em organizações internacionais têm desagradado os vizinhos regionais. A candidatura a uma possível vaga no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a candidatura à Secretaria Geral na OMC, e o último embate pelo comando do Banco Interamericano de Desenvolvimento são intenções que não conseguiram aglutinar boa parte do continente.

Não há aglutinação, inclusive, por causa do próprio perfil da diplomacia brasileira à procura de se transformar em um *global player*, de quem seus interesses não se resumem à localização imediata, mas sim em todo o Globo, onde poderá haver possibilidades de ganhos, o que desagrada a um bom número de governos integrantes da América Latina, sobretudo os do MERCOSUL onde a presença brasileira tenderia a ser mais bem efetiva para atender os fluxos de exportação dos países-membros, caso da Argentina. (Cf. Hage, 2004: 121).

Em outro nível, podemos verificar que, em parte, as crises por que passa atualmente o MERCOSUL é resultado do próprio comportamento que Argentina e Brasil fizeram migrar dos tempos em que a concorrência política entre os dois era mais evidente, nos choques da década de 1970. Mas a situação aguda intra-plano aumentou, **inter alia**, em virtude do desgaste econômico por que passou os argentinos, a ponto de reparar na relativa desindustrialização existente no país e o temor de ser "secundarizada" pelo Brasil, com menos desgaste.

Se já havia alarde a respeito da interdependência desigual entre Argentina e Brasil, bem como da maneira um pouco particular que este último percebia a integração, após a crise cambial de 1999 a acidez portenha tendeu a aumentar ainda mais. Havia ficado claro

para o platino que agenda da Casa Rosada e do Planalto sobre o futuro comum do Cone Sul não era convergente. Se a situação tenderia a ser complicada para um arranjo mais limitado, com quatro atores, por que ele seria menos dificultoso com a admissão da Bolívia e do Chile? Por que juntar o MERCOSUL com a CAN? Isso seria a favor de um artifício que resultasse em liderança brasileira? Pensamos que o argumentos do Estado brasileiro cabem em duas respostas: angariar condições de montar um dique contra a ALCA e arrumar suporte político-econômico suficiente para que o Brasil pudesse dar conta de sua iminente crise energética. (Cf. Guimarães, 1999: 291).

Ao considerar o espírito que molda a política externa brasileira e sua lógica de vislumbrar os tratados de integração, deparamos com a essência que habita a Chancelaria fazendo com que o Brasil, no dia-a-dia, venha a misturas comportamentos políticos que conceitualmente seriam tipos puros e contrários, tentando intensificar autonomia por intermédio de participação no regionalismo. Jogando luz sobre esta assertiva, escreve Letícia Pinheiro:

> "Assim sendo, a diplomacia brasileira afirma-se internacional e regionalmente com base no discurso da cooperação, fundamento do liberalismo, mas se utiliza de mecanismos de escape que traduzem em baixa institucionalidade e relativa durabilidade de alguns arranjos institucionais, desviando-se e, no limite, adiando a questão da justiça no plano regional onde o equilíbrio na balança de poder tem preponderância". (Pinheiro, 2000: 325).

Ser potência regional não é algo livre de implicações e desafios pesados para um país do tipo brasileiro. Suas dimensões geográficas e seus artifícios de poder não são diminutos à altura de o país se conformar a uma posição subalterna, caso da América Central, mas com possibilidades de compensações e vantagens perante o Hemisfério Norte. Mas, de outro forma, não é o Estado brasileiro uma grande potência a ponto de obter a cadência do sistema internacional em todos os seus quadrantes. O que o Brasil faz é justamente instituir manifestações que venham a ser lícitas com suas condições importantes, porém limitadas.

Por isso, em uma região onde os Estados nacionais não apresentam volumosos índices de desenvolvimento, apesar da reconstrução argetina, o Brasil sobressai, procurando utilizar seus recursos financeiros para dar luz a projetos de caráter geopolítico, como a escoação da produção industrial e agrícola pelos portos do Pacífico e a poupança de energéticos via intercâmbios com Bolívia e Venezuela (ver ilustração 2). Sob esse anglo o

BNDES tem sido a ferramenta usada para costurar o prestígio e fazer o projeto que o Brasil tenciona para a América Latina

Procurando ter nos recursos econômicos meio para engrandecer sua concepção de política externa e fundamentar a liderança regional, o governo do Brasil direciona investimentos para obras de infra-estrutura em quase toda a América meridional. Sem esgotar todos os dados são contados investimentos na Argentina, mormente com a presença da PETROBRÁS naquele país, na Bolívia, no Peru e na Venezuela. Na Argentina o banco brasileiro de fomento investiu 756 milhões de dólares na construção dos gasodutos San Martin, entre outros. No Chile foram 182 milhões de dólares para a ampliação do metrô de Santiago. Na Venezuela foram investidos, pelo banco acima, 776 milhões de dólares para as hidrelétricas de Tocoma, La Vueltosa e para o metrô de Caracas. (Fonte: OESP, 28.04.2006: B7).

Em outro diapasão, há duas situações contraditórias, mas não necessariamente estranhas quando se trata de política, do mundo da realidade, como preferem os analistas tradicionais da diplomacia. De um lado os presidentes da Argentina, Nestor Kirscher, do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Venezuela, Hugo Chavez estão a imaginar o maior gasoduto do mundo, um supergasoduto com 9283 km que ligará as fontes venezuelanas bolivianas de gás natural aos centros consumidos brasileiros até Buenos Aires. Obra com orçamento próximo a 30 bilhões de dólares demandaria sete anos de trabalho e poderia ser "complementar" ao GASBOL, como preferem Lula, Kirschner e Chavez. (OESP, 27.05.2006: B3)

Mas, do outro lado, Argentina e Uruguai se digladiam por causa da construção de duas fábricas de celulose, à beira do Rio Uruguai, em território uruguaio. Utilizando argumento semelhante ao usado na crise de Corpus/Itaipu, em 1972, em que o Brasil bateu o pé na construção da empreendimento em sociedade com o Paraguai, o Palácio San Martin alega que as duas plantas podem poluir o citado rio e prejudicar os argentinos, já que o Rio Uruguai é tributário do Prata. E o fato de os orientais alegarem se tratar de seu próprio território não seria lícito, pois se trata de águas internacionais, portanto "acima" das soberanias.

3.4.Integração Regional e Gás Natural no Brasil

Não há como ignorarmos que o intento precípuo da política externa brasileira desde, o ano de 1985, com o governo Sarney, é fazer com que a integração latino-americana seja o meio pelo qual se dará a inserção internacional do Brasil, em que o País procurará instituir sua autonomia pelo regionalismo. (Cf. Pinheiro, 2001: 308). Como braço operacional dessa ação se encontra a PETROBRAS, empresa responsável pela parte técnica Brasil no Exterior em virtude de sua capacidade profissional e de sua "blindagem" em face das correntes partidárias que adentraram aos governos, mas sem o poder de desqualificá-la em sua missão. Quer dizer, a empresa deveria cumprir um plano de inserção do Estado e não de governos.

Ainda no ano de 1985 havia se desenhado o programa que conduziria o Itamaraty ao debate, cujo propósito seria o afastamento do Brasil das concepções geopolíticas de desenvolvimento autônomo do tempo da "revolução", sem ligações mais proveitosas com a América Latina. A palavra geopolítica, por ela mesa, remetia-se ao período militar e à balança de poder regional. Em contraposição à primeira emergiria a *geoeconomia*, uma modernidade que não repeliria a idéia de que na atualidade é conveniente intensificar a integração, pois trata-se de região que só se pautaria pela cooperação econômica, assim prefere Eliezer Batista para justificar a construção do GASBOL. (Cf. Batista **apud** Holanda, 2001: 90). Não há como não perceber que se trataria de se instituir uma engenharia lingüística para algo antigo no momento em que o Brasil necessitasse da energia proveniente dos vizinhos.

A partir de 1993, com a gestão de Itamar Franco, havia se confirmado, pela UFRJ, a urgência de se obter outros meios de energia por causa da iminente crise na hidroeletricidade, o Apagão. A presença da estatal brasileira em terras andinas seria um grande ato do Itamaraty e do Planalto para se valer uma veleidade de diplomacia acalentada há tempos. Entretanto, algo faltou para que o projeto ganhasse vida e resultasse conforme o esperado. Parte da energia que se pretendia para o Brasil teria de vir da Bolívia, e energia não seria algo de somenos importância, ela entraria no rol dos insumos estratégicos para o País, como se vê abaixo.

Um dos indicativos de qualidade de vida e de real crescimento econômico das unidades políticas é encontrado no nível e na quantidade de energia despendida. Relação de bem-estar social, criação de empregos, industrialização e ascensão no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, são itens que têm correspondência direta com o uso da energia propriamente dita. Por isso, ela é um indicativo de desenvolvimento das unidades políticas.

Seguindo este argumento, o professor Goldenberg estuda as implicações socioeconômicas da energia nas sociedades, em diversos níveis e estilos, para obter resultados que lhe permita opinar se determinada coletividade política apresenta ou não condições de alçar um tipo de vida satisfatório e avançado. No caso dos países industrializados do Hemisfério Norte, Estados Unidos, Japão e outros ricos, o físico da USP percebe que há um indicativo na faixa de 3 TEP por pessoa: número que indica grau elevado de qualidade de vida e de conforto. Indicativos concentrados nas áreas mais pobres do mundo a utilização de energia não chega a 1 TEP, situação da África e boa parte do Terceiro Mundo. O Brasil se enquadra no uso de 1,3 – mas a média mundial é de 1,66 TEP. (Goldenberg, 1998: 7).

Com o índice de TEP, apontado pelo físico para o Brasil, significa que o montante gasto de energia em geral utilizado não é satisfatório, não estando o País muito acima dos africanos e se localizando bem abaixo da média mundial. E mais, um país com a premente necessidade de crescimento econômica e industrial não poderia se resumir a um uso bastante a quem da necessária em todos os quadrantes.Entretanto, durante toda a década de 1990 o índice de energia utilizada não foi ascendente a ponto de representar uma evolução regular de desenvolvimento. Embora as características técnicas do gás natural não sejam iguais as do óleo combustível os dois carburantes apresentam questões políticas e geográficas comuns.

Há duas situações aqui que tem de ser comentadas. Primeira que se trata de relação "automática" entre a condição de bem-estar social com um insumo geograficamente concentrado (como tivemos oportunidade de demonstrar nas tabelas 2 e 5) e finito, o que não o retira da aura conflituosa, própria da geopolítica. Segunda situação é o fato de que a maximização da energia pelo Brasil não condiz com uma escolha por parte dos empreendedores e cidadãos nacionais, mas sim em virtude da quantidade não apropriada

para o País, isto valendo para a energia hidroelétrica, cuja geração não tem recebido notável aumento por causa do refluxo de investimentos há algum tempo, na verdade desde os anos 1980. É esta uma "dialética perversa", a economia brasileira não cresce porque não há energia suficiente – e o pouco de energia que sobra é porque a economia não cresce. (Ver tabela 7)

Concentrando 5% das reservas mundiais de gás natural (ver tabela 2) a América Latina se convoca, paulatinamente, junto às grandes reservas mundiais de energia. À semelhança do petróleo, as reservas de GN são bem encontradas no Oriente Médio, mas há destaque em primeira linha para a Rússia, países da Ásia Central, Noruega e outros; e concorrendo com essa realidade a América meridional procura se firmar. (Cf. Holanda, 2001: 40).

E, por isso mesmo, é bom explicarmos que a existência de gás natural não se limita, em grande monta, à Bolívia, mesmo na América Latina. Com expectativa até superior na produção de GN (ver tabela 2) a Venezuela desponta como a proprietária das maiores jazidas, espalhadas pela Bacia do Orenoco até Trinidad e Tobago, cuja economia se expande por meio de suas exportações. Em outro ponto, temos o Peru com respeitável produção do insumo, em seu lado amazônico, e a Argentina com seu tradicional uso do gasoso, como programa nacional, desde 1960. Mas por que o intercâmbio se limitou, à primeira vista, com a Bolívia? Sem tomarmos tempo com variantes informativas, uma explicação é necessária.

Na escrita de Holanda o imperativo era sobremodo de caráter infra-estrutural, denotando a opinião de que seria muito custoso financeiramente estender ramais do GASBOL para as localidades peruanas e venezuelanas, daí a assinatura do Tratado de La Paz, em 1996. Continuando na mesma linha, o autor informa o impasse que tomou corpo entre os governos peruano e venezuelano com o consórcio (Shell e Mobil) que, virtualmente, poderia se responsabilizar pela construção dos dutos ligando as áreas produtoras até o Brasil. O grande mercado consumidor é que teria de dar razão a tais investimentos.

No texto em questão o diplomata não se demora em investigações que se interligam com os fatos históricos da política externa brasileira e sua estratégia tradicional, vide Acordos de Roboré, embora ele não perca de vista as dimensões políticas que o assunto

DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO

demanda, visto que o Itamaraty, mais o BNDES, voltariam a aplicar recursos financeiros no vizinho:

"A construção da rede de dutos do lado boliviano do gasoduto com o Brasil foi favorecida pela assinatura de dois instrumentos bilaterais. O primeiro foi o Contrato de Pagamento Antecipado que a Petrobrás firmou com a YPFB em agosto de 1996. Nos termos do referido contrato, a Petrobrás concedeu financiamento de crédito à construção do duto do lado boliviano, em contrapartida a futuros pagamentos da tarifa de transporte do gás no trecho boliviano". (Holanda, 2001: 66).

A escolha pela Bolívia, para o conselheiro do Itamaraty, estava dada ao exaltar a quantidade de hidrocarbonetos, a menor dificuldade de se implantar a infra-estrutura de integração física, boa parte dela aprovada pelas agencias financeiras internacionais e pelo apelo comercial que o produto implica, dando a entender que não haveria, naquele instante, energético mais coerente para a questão nacional: "A opção pelo álcool, embora ecologicamente limpa, dispõe de menos possibilidade de uso do que o gás natural". (Holanda, 2001: 81). Isto vem a revelar que o resgate do PROALCOOL não estava na agenda nacional.

Isto posto, na parte 0.2 desta investigação tivemos oportunidade de dizer que a crise energética que se avolumou no Brasil não foi fruto, exclusivamente, do governo federal, em 2001. Anteriormente ao acontecimento havia estudos variados com ótica que sublinhara a urgência de o Estado concentrar atenção em uma questão que se tornaria séria anos depois. Em um dos artigos, de 1993, que foram reunidos em tomo, mais adiante (2001), Luiz Pinguelli Rosa alertava para que as autoridades específicas não negligenciassem o problema da energia, de modo geral, por causa de modismos que levassem Brasília ao desregulamento do setor.

O governo federal brasileiro, gestão Cardoso, deparou com a iminente crise da energia elétrica e com a impossibilidade de crescimento econômico, sem esse suporte, mas não direcionou suas resoluções para os pontos realmente essenciais para a superação das dificuldades. As privatizações e as reformas setoriais feitas a toque de caixa, ao invés de encontrarem soluções cabíveis, só iriam agravar o problema, posto que abririam mão de experiências profissionais em nome de um estilo econômico inventado no Hemisfério Norte, mas não totalmente seguido por seus inventores, como avalia o professor da UFRJ. (Cf. Rosa, 2001: 42).

Não houve somente falta de políticas firmes para a questão do momento, mas o próprio modelo para sua superação fora equivocado. A privatização dos ativos dos governos federal e estaduais, incluindo a substancial ajuda financeira do BNDES e do FAT, tornariam-se o tipo daquilo que não deveria ser feito, se tratando de energia em todos os parâmetros, até porque houve a presença dos próprios governos dos países compradores das estatais, dando a entender que assunto dessa natureza não poderia haver vacilo ideológico - houve a compra de estatais sul-americanas por similares elétricas européias. (Cf. Rosa, 2001).

Naquele instante, a privatização das empresas nacionais de energia elétrica era um dos elencos para a resolução mais do estilo político-administrativo do que da crise energética como se pretendia. A busca do gás natural boliviano passaria a entrar na pauta do governo federal na condição de empreendimento paralelo à entrada do capital internacional na compra das firmas. Sob este juízo as usinas termelétricas seriam o agregado para se obter um fluxo energético que, em bases regulares, seria fornecido pelas hidrelétricas em grande monta.

As razões existentes para a integração do gás natural à matriz energética brasileira (ver tabela 17), sem dúvida alguma, pode ter sido impulsionada pela urgência de se conseguir insumos suficientes para um momento de escassez e de possível instabilidade de teor grave. Mas, por outro lado, não se pode desconhecer, como frisa Rosa, que a admissão desse hidrocarboneto obedece a critérios de altos ganhos financeiros considerando, antes de tudo, que a entrada do GN no País poderia se revelar em um negócio promissor do ponto de vista empresarial, e entraria como um elemento na pauta de privatizações das estatais elétricas. Contudo, o agente privado não arcou com a totalidade dos custos, como ecoava a pregação para verificar que os investimentos privados seriam socializados para o bem público:

> "Com as privatizações abandonou-se a hidroeletricidade, pois o retorno do capital com o gás natural é mais rápido, deixando ao consumidor o ônus do combustível caro. Mas, das 23 esperadas termoelétricas privadas a gás só três saíram do papel. Como para fazê-las gasta-se em torno de dois anos e os reservatórios estão vazios, ficou difícil operar o sistema". (Rosa, 2001:97 e 98).

Percebemos que a crescente introdução do gás natural na matriz energética era benquista pelo pessoal ligado ao Banco Mundial porque guardava cinco indicações que

foram ao encontro da perspectiva internacional e do governo Collor, em 1992. Primeira, o uso do gás natural deveria ser introduzido no Brasil levando em conta que seu uso deveria ser parte de um plano de desregulamentação governamental, em benefício do investidor privado.

A segunda era o condicionamento que a agência financeira internacional imprimia para toda a América Latina, especialmente ao Brasil, visto que a introdução do insumo boliviano combinava com o grande debate da conservação ambiental, aglutinado pela conferência da *Rio 92*. Foram dois estilos que marcaram a política mundial propriamente dita naquele momento: privatização e ecologia. (10) A terceira indicação diz respeito à renovação das jazidas de gás natural. Enquanto as fontes de petróleo indicam renovação que chega a 40%, ao máximo, de suas quantidades anteriores, as de GN podem encostar a mais de 60% de sobrevida. Certamente esse quesito não deixaria de ser bastante atraente para os investidores e interessados nacionais e internacionais a respeito de um carburante de uso crescente.

A quarta indicação vai ao encontro do tempo estimado para a construção de uma termelétrica, dois anos de obra, em oposição ao período das hidrelétricas que tomam de cinco a seis anos. A quinta indicação se ligava ao quesito ecológico porque, após o acidente da usina nuclear de Chernobyl, em 1986, praticamente fora repudiado qualquer plano de reforma energética que contemplasse o uso da energia de fissão atômica (Cf. Holanda, 2001: 20 e 57).

Além dos pressupostos apontados acima havia outras razões para a adoção do gás natural na matriz energética brasileira. Os incentivos para a utilização do GN são indicados por sua eficiência calórica e por vantagens ambientais e técnicas, conforme advoga seus defensores ligados à construção do GASBOL. Dono de composição química ordenada de forma diferente do combustível líquido, com alta concentração de etano, o gás natural é mais "explosivo" possibilitando maior rendimento na movimentação das turbinas para a geração de eletricidade. Ainda em virtude da mesma composição química o insumo gasoso não chega aos índices de emissão de poluentes, como seu primo oleoso. E, no âmbito da logística, transporte e dos preços, o gás natural pode ser mais caro e trabalhoso, porem sem deixar de expressar que no fim ele não seja compensador após os investimentos. (Cf. Holanda, 2001: 39).

Uma questão à parte emerge aqui. Os custos da utilização do gasoso poderia ser compensador se houvesse franca evolução de demanda, além do Sudeste, que puxasse a produção gasífica para cima, para adentrar à linha de "livre concorrência" junto ao óleo combustível, seu maior competidor. A desregulamentação governamental, iniciada com as privatizações das elétricas, em 1995, seria considerada um marco para que o Brasil deixasse de aplicar preços "artificiais" nas tarifas, elevando-as, e não conservando-as a um nível considerado baixo para se manter a inflação em controle e para não sobrecarregar o consumidor.

Alem do mais, a aplicabilidade de tarifas deveria desconhecer peculiaridades geográficas e favorecimentos. Sendo atravessados, pelo GASBOL, os estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio Grande do Sul não teriam distinções na aplicação de tarifas, devendo os interessados pagar o mesmo montante pelo uso do gás natural. Pelo fato de estar mais perto das jazidas bolivianas do que os paulistas, os sul-mato-grossenses não teriam vantagem, pois a diferenciação de preços poderia engrossar distorções de tarifas e, aquela distinção, poderia reproduzir o período das artificialidades tarifárias dos governos anteriores.

A criação das agências reguladoras federais ANP e da ANEEL, para assuntos de energia, seria o tema primordial para que o Brasil alimentasse liberdade de tarifas em benefício de uma racionalidade à moda nos países industrializados. Por isso, a tarifa de consumo do gás natural não deveria ser controlado pelas empresas, nem pelas agências. Apenas em situação de distorção ou exageros nos reajustes deveria o poder público tomar atitudes em benefício coletivo. É congruente observar a aplicação do Banco Mundial sobre esse desdobramento:

> "A – Desregulamentar os preços dos insumos energéticos, de modo a estimular a concorrência de mercado entre as diferentes opções de abastecimento (*interfuel competition*), tomando como base os preços praticados nos mercados internacionais. E, B – Estimular a abertura ao capital internacional, mediante a diminuição do papel dominante da Petrobrás na produção gasífera doméstica. (...)" (BIRD **apud** Holanda, 2001: 95).

Com a máquina nacional azeitada, recebendo amplamente o gás natural boliviano, utilizando-o por meio de mecanismos de controle de preço angariados pelo mercado, e por fim, com o aval das instituições financeiras multilaterais, que haviam se interessado pelo assunto deveria haver, a partir disto, as mudanças esperadas rumo ao consumo do GN em

nível geométrico. A produção de carros movidos a GNV seria a mostra do que poderia acontecer no Brasil com a entrada de um tipo de combustível considerado lógico para a questão nacional. Depois disso haveria, igualmente, a entrada de veículos pesados, transporte público e carga, com motores adaptados a um elemento relativamente abundante e limpo.

Porem, para que não houvesse obstáculos com tamanho suficiente para macular o plano de consecução energética, em um período de iminente crise do setor, deveriam-se buscar esforços e concentrá-los em localidades específicas para fazer valer a autoridade nacional, simbolizada pelas novas burocracias. A concepção das agências reguladoras para o setor da energia seriam as burocracias especializadas para que evitassem possíveis conflitos e impasses em uma seção importante da economia brasileira. No entanto, há a impressão se, efetivamente, houve a alimentação precisa de autoridade necessária aos escritórios reguladores.

O próprio Decreto 2655, de 02.07.1998, permite-nos a interpretação se não haveria descompasso entre os Três Poderes com alguma das agências reguladoras, como a ANP e a ANEEL. O estudioso do GASBOL cita a lei: "(...) as atividades de geração e comercialização de energia elétrica, inclusive, sua importação exportação, deverão ser exercidas em caráter competitivo, assegurando aos agentes econômicos interessados livre acesso aos sistemas de transmissão e distribuição, mediante pagamento dos encargos correspondentes". (**apud** Holanda, 2001:100).

Aqui ascende assunto não muito comum com o projeto de se efetivar uma autoridade na regulação de um serviço essencial, estratégico. É a idéia de que a energia elétrica proveniente das termoelétricas pudesse ser negociada no mercado atacadista, da mesma forma que o governo federal faz com a hidroeletricidade, pela Emenda Constitucional 9/95, regulamentada pela Lei 9478, permitindo que aumentasse a dificuldade de se regular uma atividade, no qual o mote virou *a lei da oferta e procura* e não do poder público. Neste caso, a regularidade de preços, antes de tudo, pode se alterar, da mesma forma que outras mercadorias "normais", conforme a crítica de Cerqueira Leite. (Cf. Leite, 2002: 97).

Em outra escala, fica patente, se voltarmos às investigações sobre os modelos sob os quais se assenta a política externa brasileira, como havia feito Amado Cervo (2002) na

parte preliminar deste trabalho, de que o ajustamento preciso entre o complexo do Itamaraty com o Planalto, em face do "Estado Logístico", um poder suficiente para fazer valer a autoridade, em benefício da coletividade, não avançara se relacionarmos a questão em pauta com as implicações de políticas limitadas das agências reguladoras federais, observadas como ornamentais. Em outras palavras, o poder nacional brasileiro não sofreu o aparelhamento desejado, como o Chile havia feito com o CNE para debelar sua crise energética.

A situação de baixo perfil, de introspecção, encontrada na política energética brasileira, altamente voltada para a dependência internacional, fazendo até questão de ser assim, é uma componente de um modelo dividido em mais duas partes, uma economia igualmente recolhida em suas dimensões, limitada a ser receptora e congruente com as regras aplicadas pelo jogo feito pelas organizações financeiras internacionais e, duas, uma política externa introspectiva de igual forma, que perdera sua ligação com o projeto nacional.

Em outra etapa, a economia e diplomacia nacionais, como elementos interessados na política energética, voltaram-se exageradamente para os "novos imperativos internacionais" pós-Guerra Fria, aceitando a obrigação de incrementar acordos e tratados de cunho financeiro (uma componente da globalização) para debelar o déficit público do País, e limpar sua imagem de ser inadimplente por causa da moratória da dívida externa, rebentada em 1987 pela crise econômica por que passara o governo Sarney. (Cf. Ferreira, 2001: 14).

Filiando-se a esse espaço de crítica sobre a questão nacional, no que toca à energia, surgem alguns autores com outra dimensão sobre o problema energético brasileiro, que deveria ser resolvido sem passar, em grande monta, com a importação e dependência do gás natural boliviano. Carlos Lessa é um desses autores, cuja opinião é que o Brasil deveria explorar com mais afinco o potencial hídrico por meio de estudos e planos de construção de novas usinas, em lugares ainda pertinentes para o fim de geração elétrica. O ex-presidente do BNDES expressa a idéia de que, contrariando uma faixa de especialistas e de formadores de opinião, o Brasil estaria longe de esgotar seu potencial energético advindo do regime das águas:

"No Brasil, o veto à hidroeletricidade é particularmente desfocado. Desconhece que a França – cujo território é 15,5 vezes menor que o Brasil – tem hidrelétricas equivalentes à metade das que existem no Brasil. É um país com agricultura sofisticada e conta com mecanismos avançados do meio ambiente. (...) Custa crer que tal tendência prospere, renunciando a uma energia limpa e renovável, empurrando o país na direção da energia termelétrica, de gás de petróleo". (Lessa, 2001: 17).

A renúncia à construção de novas usinas hidroelétricas, durante a década de 1990, até a crise de energia de 2001, não obedecia somente à demanda dos grupos ambientalistas nacionais ou não. Além disso, o governo federal seguiu a lógica dos imperativos da globalização, de quem o foco para a América Latina, foi a retirada do Estado, do poder de coordenação, dos projetos de desenvolvimento. Assim, ficou para segundo plano a energia hidroelétrica. Junto com ela ficaram os estudos de biomassa, de biodiesel tão urgente para o Brasil.

O gás natural, na avaliação de Lessa, combina mais com a nova postura da política externa e econômica do Brasil, após a queda do Mundo de Berlim, e da denominada queda dos conflitos de concepção que empurrou o maior país da região para a mediocridade. Uma mega obra concorrida por importantes grupos econômicos internacionais atraiu a visão brasileira de que a importação de energia, voluntariamente, e o recolhimento do poder nacional eram sinais de modernidade.

Notas do Capítulo 3

(1) No Brasil aquela realidade, de trazer o Estado para a visão estratégica dos recursos naturais e energéticos, não fora estranhada, pois a Constituição de 1937, Art. 52, pregava que as riquezas minerais em solo e subsolo nacionais deveriam ser aproveitadas exclusivamente por brasileiros. (Cf. Guilherme, 1959: 70). Daí por diante só se fez aumentar a centralidade estatal nos assuntos energéticos com a criação do CNP, em 1938, e do monopólio da PETROBRAS, em 1954. Na Constituição de 1988, em seu Art. 177, há que os recursos hídricos e energéticos são elementos pertencentes à União e devendo ser explorados por empresas de capital nacional, exclusivamente.

(2) A história da revolução nacionalista e popular boliviana não oferece regularidade e continuação programática entre os governos posteriores. Houve momentos de intensificação, em 1952, mas apresentou fadiga com relação aos planos para se intensificar o processo revolucionário. Ver a tese de doutorado de Vilarino (2006). Como forma um pouco mais ampla voltaremos ao tema na primeira parte do Capítulo 4 desta investigação.

(3) O Conselho Nacional de Segurança foi um órgão formado por militares e civis bastante atuante na Presidência da República até 1985. Para seus membros os assuntos relacionados à energia, petróleo e gás natural, não deveriam ser separados dos itens mais sensíveis a consecução de controle do País. Sua percepção de segurança nacional não excluía os hidrocarbonetos, o que fez o CNS marcar presença no governo de JK junto aos temas dos Acordos de Roboré. Para o professor Oliveiros Ferreira, a ausência desse órgão em virtude dos "pesadelos" evitados pela democratização, fez com que o Brasil perdesse um resguardo específico de vulto para assuntos relacionados ao intercâmbio energético, como esse em que o País recebe gás natural boliviano.

(4) Seria faltoso versarmos a representação estratégica que a Bolívia tem para o Brasil sem ocuparmos o livro do general Golbery. Sabemos que há implicações críticas sobre o pensamento do militar *esguiano* sobre sua concepção de geopolítica para o País e para a América Latina. Contudo, é mais conveniente, para este intuito, indicarmos quem faz crítica com excelência sobre o autor de *Geopolítica do Brasil*. Ver Ferreira (1988: 5 a 28).

(5)Golbery não faz raciocínio ligando o projeto estratégico do Brasil com o expansionismo do período imperial. Mas há autores que versam a idéia de que a busca de transformação do Brasil em grande potência, nas décadas de 1960 e 1970, guarda semelhança com o tempo em que declaradamente o Brasil imprimia sua preeminência frente à Confederação Argentina e ao Uruguai. Sobre este ponto ver Vilarino (2006) e Schilling (1981).

(6) Ao contrário de Mackinder que havia ampliado o círculo do *heartland* após 1943, abarcando a Ásia Central e parte do subcontinente indiano, Golbery preferiu dividir seu uso do conceito inglês em duas partes interdependentes. Uma seria o *heartland central*, zona dinâmica brasileira formada pelo triângulo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Como alimentadora dessa primeira vem o segundo *heartland*, área possuidora de riquezas e altamente estratégica formada por um raio que engloba a Bolívia, seu oriente, Paraguai. (Cf. Silva, 1981-B, 108 a 134). Para continuar na mesma ótica de geopolítica, ver Meira Mattos (Cf. Mattos, 2002: 60). No entanto, é mister dizermos que não foi imaginação de Golbery ou Meira Mattos ligar a Bolívia aos interesses brasileiros. O pioneiro da geopolítica, mas sistematizada, Mário Travassos havia feito tal reflexão nos anos 1920 e 1930.

(7) Quiroga se refere à Guerra do Pacífico, por volta de 1879, em que a Bolívia perdera para o Chile e para o Peru 40% de seu território, inclusive sua saída marítima. O diplomata advoga a idéia de que por meio da democracia e da integração regional seu país poderá recuperar parte das antigas posses porque haveria legitimidade e condições políticas favoráveis ao direito boliviano.

(8) É lícito imprimir a palavra de Afonso Arinos sobre os aspectos da integração regional e o cuidado que ela exige: "(...) a afirmação nacional aumenta e não diminui a cooperação internacional. O Mundo em que vivemos é ainda, e será por muito tempo, um mundo de Nações. Assim o valor da contribuição dos países à obra comum de garantir a paz e a segurança nacional está na medida de sua colaboração consciente e não de sua abdicação irresponsável." (Franco, 1981: 17). Embora o autor tenha escrito estas palavras há mais de vinte anos elas guardam certa atualidade para os objetivos deste trabalho. Será que a situação brasileira perante as engenharias internacionais de associação não teriam de repensar seus instrumentos de inserção em um mundo de conflitos?

(9) Paulo Vizentini, por seu turno, enxerga a posição brasileira na integração regional desta forma: "Não havendo condições para lançar novas negociações de integração comercial a Cúpula de Brasília optou por priorizar a construção da infra-estrutura de transporte e comunicação entre os países sul-americanos. (...) A ocasião para o lançamento da iniciativa sinalizava a estruturação de uma reação (ainda que modesta) a movimentos norte-americanos: o lançamento do Plano Colômbia e a proposta de aceleração da implantação da ALCA de 2005 para 2002". (Vizentini, 2003: 100).

(10) Embora reconhecendo que o gás natural não seja divorciado de questões geopolíticas e de segurança nacional, o conselheiro Holanda, do Itamaraty, acredita que a construção do GASBOL é marca de maturidade política e de "sintonia fina" entre os países latino-americanos que passaram a aceitar a desregulamentação e as privatizações como sinais de boa vontade para a atração do investimento internacional. Aqui abre um breve parecer que não passa despercebido, a tentativa que houve para se reformar conceitualmente a Chancelaria brasileira, da mesma forma que passou o Palácio San Martin, para que se abandonasse posturas de enfrentamento em prol da contemplação. Talvez em um passado recente os dizeres do diplomata brasileiro não ganharia ares maiores.

Capítulo 4

Bolívia, Integração Energética e Crise Política

Neste capítulo tencionamos demonstrar que a crise política e institucional por que passou a Bolívia em história recente não é divorciada de uma linha continua de conflitos que o país atravessa desde 1952, com sua revolução nacionalista. Para anular tais crises persistentes, ou direcioná-las para outros meios, La Paz procurou seguir o mesmo ritmo da maior parte dos países da América Latina, desregulamentar a economia, reformar suas instituições e privilegiar a integração regional como meta diplomática, fazendo valer sua característica natural de ser um grande produtor de hidrocarbonetos para os Estados vizinhos. No entanto a fórmula deu sinais de não obter resultados positivos no longo prazo, reconhecendo que seus desdobramentos não são suficientes para contornar as décadas de conflitos mal resolvidos.

4.1.O Histórico da Crise Política Boliviana

Dizer que a República da Bolívia é um emaranhado complexo de culturas e sentimentos locais não nos leva além das evidências. Mas sem este raciocínio se torna difícil dizer por que o país traz conflituosa cronologia no que tange a falta de uma corrente central que imprimisse sua perspectiva de mundo. E mais, torna-se dificultoso compreender o que ocorre no vizinho desde 1952, com sua Revolta Popular, até 2005, eleição de um líder indígena para a Presidência da República.(1) Aqui, não se trata de saber se houve mais ou menos revoluções e conflitos sociais na Bolívia do que em outros países latino-americanos, nem de se adentrar ao mérito da qualidade política das contestações sociais do povo andino, mas sim como esses acontecimentos politizam os recursos naturais do Estado nacional.

O traço que defendemos nesta investigação é o de que o processo político da Bolívia é um **continuum** de crises institucionais e lutas políticas de grande envergadura que tiveram sua gênese na histórica revolta dos trabalhadores, com o propósito de elevar as condições políticas, sociais e econômicas não somente da faixa que dá nome à manifestação, camponeses, mas além deles. O propósito de revolta fora muito mais largo, pois agregava o intuito de abarcar outra grande faixa da população que poderia ter ligações

com o meio agrário, o mineiro ou o urbano. No fundo, setores socioeconômicos compostos pelos extratos mais baixos da sociedade boliviana, a população indígena, a maioria daquela república.

Neste caso, podemos cometer redundância se dissermos que aquele ato foi uma revolta camponesa e indígena como se fossem, obrigatoriamente, dois setores sociais homônimos, com mesclas ou interesses comuns. Indo mais longe, podemos até raciocinar se, de fato, o trabalhador boliviano da base agrícola não seria mesmo o indígena, diferenciado a partir de sua nação, visto que não há homogeneidade de culturas nativas na Bolívia: mas que ocorre é ao contrário disso. As diferenciações culturais do país acompanham sua própria diversificação geográfica, divergentes na engenharia de se compor um todo nacional coeso.

Acontece que a solda que ligara as populações nativas bolivianas nos acontecimentos da revolta, como ocorre atualmente, fora fornecida pelo problema da exclusão perante da grande propriedade agrícola e dos ganhos advindos da atividade mineira. Antes era o estanho localizado no norte e oeste, agora são os recursos dos hidrocarbonetos. No juízo de Weber, sobre a concepção de solidariedade de nação, paira um fenômeno comum nos países que procuram construir seu sentido nacional, a aglutinação da base social, com apoio de alguns setores da classe média e com o intuito de reforçar, quando não construir, os próprios instrumentos do poder nacional. (Cf. Weber, 1974: 206).

Como tivemos oportunidade de comentar no capítulo anterior, difícil é arrumar instrumentos que liguem, coerentemente, três grandes partes da do Estado boliviano, cada uma obedecendo suas características geográficas. O centro político do país, parte andina, outrora importante economicamente pela produção de estanho, não tem facilidades de comunicação com área amazônica, próxima das saídas fluviais da Amazônia brasileira, Acre. A região mais dinâmica pela produção de hidrocarbonetos e boa agricultura, Santa Cruz, não guarda forte interesse em se interligar politicamente com as outras partes da Bolívia sofrendo, inclusive, atração de campanhas que procuram ligar os *cruceños* ao Brasil.

Pensamos ser importante fazer esta ilação entre dois momentos históricos bolivianos porque os acontecimentos registrados nos anos 2003, 2004 e 2005 são uma contingência

das questões emergentes e desenvolvidas pelos processos políticos oriundos de 1952. da sublevação. Como se fosse um deus pré-colombiano. que retorna à procura de justiça. os acontecimentos políticos recentes. da queda do governo Lozada são uma resposta às demandas apontadas há mais de cinqüenta anos. E tanto naquele ano. quanto na atualidade os minérios e os recursos naturais são parte de disputa e de locomoção sobre as quais se montam as contestações.

Antes de adentrarmos aos momentos cruciais que moldam o cotidiano e a vida política da República andina. acontecimentos que. de certa forma. acabam irradiando a atualidade. arriscamo-nos a fazer comentário a respeito da condição social. política e cultural da Bolívia utilizando ferramenta tão delgada. como é o fecundo pensamento de Antonio Gramsci. O autor de *Os Intelectuais e a Organização da Cultura* (2) havia percebido o quão fora difícil construir uma base nacional popular na Itália sob a liderança das novas classes dominantes. com a burguesia que ascendera politicamente após a revolução e a unificação em 1871. momento aquele que dera vida ao moderno Estado nacional italiano.

Naquele caso. a burguesia itálica tivera enorme dificuldade para criar uma verdadeira integração cultural sobre a qual se elevaria um Estado nos moldes desejados pela moderna economia. uma cultura popular que tivesse seus próprios símbolos. sua literatura. sua imprensa verdadeiramente nacional. falando em nome de toda a "nação". e não apenas de localidades que. às vezes. mostravam-se intensamente divergentes nos planos políticos. Em outras palavras. um país único ligado por uma mesma cultura e sentimento nacionais.

Considerando que a península italiana. cultural e lingüisticamente. não era una fora necessário saber sobre qual núcleo popular. qual matriz cultural. deveria se fundaria o novo Estado nacional. Constata-se que a idioma italiano. passado por nacional. é fruto do exercício da hegemonia cultural de uma parte da unidade política. Já as outras localidades o adotariam como cimento da unidade nacional propriamente dita. ainda que conflitos pudessem existir por aquela ascensão. A mesma preocupação de Gramsci sobre seu país pode ser encontrada em varias outras partes da Europa. como o Reino Unido e a Espanha. (Cf. Gramsci. 198?: 55).

Na leitura de Antony Smith, da *London School of Economics*, a ascensão de determinadas culturas e usos lingüísticos, subordinando outros, não ocorre pela busca de consenso ou por medidas de coloração democráticas, mas sim pela centralização do poder que a cultura predominante faz sobre as outras, o que envolve uso dos instrumentos de coerção, como o autor opina sobre a Europa. Neste princípio, não haveria traços de solidariedade entre as partes. Em outro diapasão, a construção do Estado nacional, observando suas diversidades locais e étnicas, é uma artificialidade que pode funcionar a partir de símbolos forjados que tenham a vocação de aglutinar o povo para uma missão superior. Segue Smith:

"(...) onde um Estado moderno e racional é imposto de cima a populações divididas em muitas categorias e comunidades étnicas diferentes, ou se reúnem para alcançar a condição de Estado independente, para então utilizar este Estado territorial para seu "nacionalismo", para criar, a partir dessas etnias divergentes, uma nação unificada". (Cf. Smith, 1992: 349).

Guardando as devidas proporções, para que não haja excesso de equívocos, não nos esquecendo que outra era a realidade das antigas unidades políticas européias, podemos dizer que algo análogo faz parte da história dos Estados latino-americanos, ainda mais daqueles cuja maior parte da população é proveniente de nativos, caso da República da Bolívia. São países com maioria indígena na composição demográfica mas que têm, no comando da máquina governamental, minorias brancas ou *crioulas*, sendo estas os descendentes diretos dos europeus e os formadores de parte substancial dos grupos socioeconômicos que ascendem ao poder político: ajudando a compor o núcleo predominante do país, a oligarquia.

Mas o fato de ser a Bolívia um país altamente indígena em sua formação não desemboca na conclusão de que ela seja una, integrado social e culturalmente, até porque mesmo no campo nativo não há homogeneidade, ao contrário. E esse fato não é um facilitador da vida nacional boliviana, ele é o inverso. Seria enganoso dizer que a existência de variados núcleos culturais étnicos nos Andes concorreria para uma comunhão de interesses. Ainda faltaria falar de outro grupo popular existente, os de origem européia. (Cf. Linera: 2005: 13) (3)

Este tem sido um grande problema para as unidades políticas que fazem parte dos Andes, elas não conseguem imprimir continuamente suas políticas que venham a fazer coro

com a realidade nacional, ligando a cabeça do Estado à base popular. Ter maioria na população não significa, como não significou antes, acesso aos postos principais do poder político. Isso porque, na regularidade, a faixa indoamericana não forma a elite política e econômica da América andina.

E, por outro lado, as minorias mais bem situadas no aspecto político e econômico dos domínios do Condor não conseguem falar em nome da *nação*, não conseguem imprimir um sentimento popular-nacional que venha a englobar todas as outras faixas culturais da população. Essa cisão da vida nacional, existente em partes da América Latina, não contribui para criar não um Estado coeso, como classicamente se pede, mas um emaranhado de difícil articulação. No caso da Bolívia, esta guerrilha de sentimentos populares é parte integrante das complexidades por que passam as tentativas de se obter o real poder nacional. (4)

Este tem sido o grande drama político vivido pela Bolívia desde sua fundação. A partir de 1952 a maioria indígena procura superar diferenças e distinções legadas pela herança cultural e geográfica para a concepção de um possível ideal comum. A exclusão socioeconômica foi o dínamo para o arranjo político de contestação para os ameríndios. Mas na condição de ferramenta para as mudanças, vê Costa Neto, o Exército nacional teve papel relevante à medida que a baixa oficialidade, bem como alguns oficiais graduados, engrossasse as fileiras atribuindo o ideário nacionalista, necessário para cimentar uma Bolívia sem identidade precisa após sua derrota na Guerra do Chaco e as crises de lá resultantes.

O pano de fundo revelara que a Bolívia majorou sua crise econômica e financeira, resultante da de 1929, com a Guerra do Chaco. Após aquele embate armado começa o descrédito do pacto oligárquico entre os empresários do ramo mineiro e agrícola, a *rosca* que mantivera o poder político e econômico sobre o país desde a independência. Da crise mencionada ascenderia uma elite opositora denominada *Geração do Chaco* com propósitos de valorizar os meios socioeconômicos da baixa classe média. Daí se vê a mescla entre setores sociais urbanos, como os militares, com trabalhadores mineiros e agrícolas. (Cf. Costa Neto, 2005: 96).

No aspecto agrário, a revolta eclode levando-se em conta dois problemas que perturbavam as comunidades nativas. Primeiro a entrada das grandes propriedades, as

haciendas, nos moldes de intensificação da produção para atender à crescente demanda do mercado. Como elas eram propriedades de grandes dimensões havia a necessidade de crescente emprego de trabalhadores, muitos deles saídos das áreas mineradoras em decadência, mas nem por isso convencidos de se empregar na nova atividade agrícola, mais intensa.

A queixa em destaque era a de que o modelo de incremento econômico afetava a maneira com a qual os amerindios se organizavam tradicionalmente, voltados para a comunidade e subsistência, e não em favor de uma racionalidade econômica pregada pela eficiência. Havia o temor de que o crescimento, com a manutenção dos latifúndios, pudesse afetar a existência dessa economia comunitária, denominada *ayllocas*, sobretudo para o povo *aimara*. Neste ponto, defender a pequena propriedade era advogar a razão da comunidade.

A segunda questão era a de que pela falta de mão-de-obra disponível para as *haciendas*, para não comprometer a produção da atividade agrícola ou de pecuária intensiva, chegava-se a lançar mão da coerção física, da captura de novos empregados, muitos deles indígenas. Manifestação que era considerada ponto máximo que diferenciava as classes sociais, como se a dos proprietários fosse ungida por um direito divino para fazer o que fazia.

Aquele comportamento social, de ascensão dos crioulos sobre os nativos, não era exclusivo do campo, ele podia ser encontrado nos centros urbanos. Na urbanidade havia os *cholos*, pessoas desprovidas de bens e conservadas em seu **status** por um direito não codificado na obrigação dos "afazeres domésticos". A Revolta de 1952 foi urgente para, justamente, por fim a um fenômeno social responsável pela desagregação sociopolítica das comunidades nativas:

> "O sistema de perseguição e aprisionamento foi uma das causas principais da desagregação dos agrupamentos indígenas, notadamente dos chiguanos, no Leste do país. Esses agrupamentos somente sobreviveram em áreas onde não havia atrativos para a renda e acumulação de capital." (Costa Neto, 2005: 94).

No final de tudo, o intuito da Revolta de 1952 fora mesmo o de se instituir a reforma agrária e a nacionalização das minas de estanho e de hidrocarbonetos. Entretanto, o projeto que fora imaginado para aquele objetivo não vingara como pensaram seus formuladores, em virtude da própria falta de unidade de ação dos contestadores que não

compartilhavam da mesma clareza. Estava claro que o projeto de Estado era nacionalista, mas a questão era como alcançá-lo a partir de grupos e partidos políticos nem sempre coesos sobre tais intentos.

O carro-chefe da Revolta Popular foi o MNR encabeçado, entre outros, pelo presidente Paz Estenssoro mas, correndo paralelo àquela agremiação, havia o COB. O primeiro formulava um nacionalismo desenvolvimentista por meio de um capitalismo de Estado; o segundo buscava influencias da revolução socialista leninista e, às vezes, tencionando neutralizar ou cooptar os grupos bastante ativos de coloração trotskista. (Costa Neto, 2005: 80).

Esse imbróglio pela faltas de congregação havia deixado claro que não haveria continuidade ou coerência nos planos de ação dos grupos nacionalistas enquanto não houve sentido de compromisso. A falta de uma linha de atuação entre eles possibilitava a entrada dos partidos conservadores com o intuito de voltar a roda da história, refazendo a economia boliviana, que era baseada na cadência da rosca, e conservando o baixo **status** dos indoamericanos. O resultara disso foi o longo período de instabilidade política no vizinho andino.

Era certo que o nacionalismo boliviano, propagado pelo MNR e pelo COB seria um passo superior à situação anterior para a causa indígena. Contra o sistema oligárquico qualquer aliança deveria ser congruente, mas a falta de conhecimentos profundos da questão nativa denotava-os a uma imagem apegada ao retrocesso do mundo rural, para o qual o marxismo deveria ser o remédio para uma Bolívia moderna. Por si, a falta de compreensão cultural era uma das responsáveis por este tipo de queixa, como observa Linera:

> "Embora a história dos povos indígenas do continente americano seja marcada por ciclos de extermínio, de insurgência, de pactos e de inclusão social na estrutura predominante da sociedade, no processo de assimilação e mestiçagem cultural do último século esses movimentos não conseguiram dissolver ou mesmo atenuar as profundas diferenças socioeconômicas da população. Isso se deu não só devido à capacidade de resistência dos povos indígenas como principalmente pelo caráter limitado, parcial e muitas vezes simulado dos processos de inclusão e homogeneização social impulsionados pelo Estado". (Linera, 2005: 13).

Esta contenda crônica pode parecer estranha a um debate sobre conflitos provenientes de tratados internacionais de aproveitamento de recursos naturais. Todavia, todo transbordamento resultante daquelas lutas políticas e sociais terá a ver com a posição

que cada grupo étnico-social ocupa no espetro político boliviano. A justificativa para isso é que serão, com efeito, os recursos naturais, energéticos, que estarão em mente das agremiações críticas, contra a formas de manter o engessamento social e econômico do Estado.

Toda a história do petróleo é permeada de conflitos de toda ordem, pequenos ou grandes. Por isso, toda a história petrolífera é a história de movimentos políticos que o utilizam para alcançar determinados fins. A utilização do energético pela Geração do Chaco para fitos políticos não inaugurou a projeção de propósitos contestadores. Em 1937 a nacionalização mexicana das empresas petrolíferas norte-americanas e britânicas, pelo governo de Ernesto Cárdenas, antecedeu o desfecho boliviano. Ainda em 1955 tivemos o forte embate entre o governo nacionalista do Irã contra a preeminência das Sete Irmãs nos negócios persas. Pelo seu poder de envergadura a crise da OPEP tem sido a mais celebre, mas não foi a única.

Lembremos o raciocínio de Rifkin, no subcapitulo 2.2, quando ele explica uma das razões que provocaram a politização do petróleo em 1973, sendo a busca de maximizar recursos financeiros em benefício de programas de desenvolvimento para a população de base islâmica por parte de alguns governos de colocação reformistas. (Cf. Rifkin, 2003: 107).

A diferença é que a contestação nacionalista da Bolívia, de 1952/58 em diante, contra a participação brasileira na exploração dos hidrocarbonetos, ocorre por duas razões na história boliviana e com efeitos que acabaram demorando nas páginas da diplomacia latino-americana. Verificamos o uso dos bens naturais para fortalecer o projeto de elevação política e social da massa trabalhadora; e mais, a massa desalojada indígena. Mesmo que não fosse tarefa fácil aglutinar nações, as vezes de comunicação distinta, o deslocamento da vida "normal" boliviana se encarregaria de cimentá-las, mesmo com malogros. (Cf. Valle, 2005: 33).

Queixas, em parte, representadas pelo poder público da ocasião, fez saber que o a manutenção do intercâmbio energético com o Brasil seria prejudicial porque não criaria as reais condições de desenvolvimento uniforme para toda a população, a não ser àquela parte historicamente contemplada. Neste ponto, adentra ao panorama crítico de que, no fundo, não desapareceria tão facilmente o comportamento da política externa brasileira na

condição de usurpadora dos recursos naturais de um vizinho visto por mais frágil política e economicamente.

Aqui, o Brasil não estaria sozinho sob essa perspectiva crítica. Por ser o maior Estado latino-americano e dono de um vasto caminho a percorrer para o desenvolvimento, ao utilizar seu poder nacional, o País despertava suspeitas à primeira vista junto a seus vizinhos. Em paralelo ao Brasil, havia outra grande unidade política ávida por recursos energéticos em razão de sua crescente presença econômica e militar na esfera mundial: O Estados Unidos.

O ressurgimento boliviano aos interesses econômicos dos Estados Unidos se dava por duas razões. Primeiro porque a mais importante região petrolífera da Terra, o Oriente Médio, já estava salpicada por movimentos contestadores de viés antiocidental que conturbavam o bom transito das empresas anglo-americanas a caminho dos centros consumidores. Além disso, a área era ponto de disputa, junto com a União Soviética, por causa da Guerra Fria, sendo Moscou um incentivador de alguns daqueles embates antiocidentais.

A segunda razão se casava com a conveniência de se ter uma boa reserva de petróleo e gás natural a uma distância relativamente curta em comparação aos superpoços orientais do mundo árabe. O planalto boliviano fora exaltado como parte relevante para a política de diversificação de exploração petrolífera, e não havia nenhum contratempo "sovietizante", como na Ásia Menor. Essa percepção já havia sido capitada na Guerra do Chaco, com a Standard Oil, e continuou até o empreendimento de 1958. (Cf. Guilherme; 1959; 297)..

Fugir daquela realidade politicamente convulsionada tornara-se tarefa das mais difíceis ao reparar a realidade por que passava a República boliviana. Vitimada pela falta de firme coesão nacional, sendo essa fruto dos problemas de centralidade política, o país perdia vitalidade e condições de unir os instrumentos de poder necessários para barrar os infortúnios mais graves. A Guerra do Pacífico, com a perda da frente de Antofagata para o Chile, ainda estava fresca.

Todo o decorrer histórico a partir de 1952, passando pelo crise desencadeada de 1958, até a década de 1990 terá o elemento racial concorrendo ajudar na aquisição ou na tentativa de reconstrução do Estado, da máquina política boliviana. Pegando vácuo de

campanhas mais sensíveis à causa indígena ou procurando cadenciar suas próprias concepções de mundo, esse debate não se excluirá. Mais, ele terá o reforço do produto energético.

La Paz procurará não descurar desse tema. Os governos que passassem pelo Palácio Quemado, cada um ao seu estilo partidário, procurariam dar espaço à questão étnica e cultural do Estado. Porem, aquelas administrações públicas teriam outra forma de lidar com o assunto, elas tentariam fazer da questão nacional algo universal tocando a todos que passassem pela mesma situação, dando a entender que são temas pertinentes ao um clima de integração e globalização. Contrariando essa assertiva, os movimentos indígenas retornariam com nova carga de fogo, trazendo no bojo uma plataforma que exige um presidente nativo com tudo aquilo que essa posição pode ser conveniente com a causa ameríndia.

4.2.A Reedição da Crise Política Boliviana

A defecção do presidente Sánchez de Lozada da Presidência da República, no segundo semestre de 2003 foi, em parte, provocada pela reedição da crise política do país que perdurou por todo o anos de 2004 e 2005. A expulsão daquele governante foi além da pura oposição a uma administração de coloração "neoliberal". Ela significou o ressurgimento de uma crise da qual sua gênese se encontra no ano de 1958, no governo Siles Zuazo, com os Acordos de Roboré. Mais uma vez os assuntos sobre recursos energéticos voltariam à tona nas relações diplomáticas dos países da América Latina. Só que desta vez o item seria incorporado por um ator estreante na história: um "partido indígena".

Sob a sucessão de crises políticas que às vezes resultava em golpes de Estado, a República da Bolívia chegou à década de 1990 com a promessa de estabilidade política e da ordem de mercado. Era o grande desejo dos países latino-americanos após a queda da mensagem nacionalista e socialista dos anos anteriores à queda do Muro de Berlim e da ascensão globalizante. Adotando os imperativos cosmopolitas aqueles governos davam a entender que implicariam em uma espécie de *soma zero* em que a admissão das boas novas

da economia internacional resultaria no desprezo pelas antigas políticas de desenvolvimento.

Não seria algo naturalmente contra as políticas de desenvolvimento propriamente ditas, embora os governos não as assumissem, mas sim aos projetos que buscavam a autonomia, em grande parte, baseados no nacionalismo da substituição de importações. Em decorrência disso, os novos agentes globais passaram a entender que se não era a grande tormenta o desenvolvimentismo, ela deveria ser, então, a plataforma que o sustentou durante décadas, o populismo de direita ou esquerda que teria de ser apagado definitivamente.

Se o modelo de desenvolvimento econômico calcado na substituição de importações, na autarquia, fez água por ter encontrado seu esgotamento perante uma realidade que se transformava a passos largos, a economia de mercado, ideologicamente baseada no livre-cambismo, também não teve sorte melhor. A começar pela Bolívia, o estilo daquele sistema só fez crescer os subprodutos da crise, o subemprego e a economia subterrânea.

Como tivemos oportunidade de comentar há pouco, não só o Palácio Quemado havia adentrado ao novo ritmo globalizante, toda a América Latina, cada unidade política ao seu estilo, fizera coro para engrandecer os modos de se efetuar a política e economia tão valorizadas pelas modernas sociedades da Europa Ocidental e da América do Norte. Como se houvesse uma progressão a se seguir com senha de chamada, um ideal de democracia, os Estados do Hemisfério Sul deveriam se espelhar no mundo setentrional para ver o ponto máximo que os regimes chegam, não deixando de exercer certo mimetismo intelectual na América meridional

As outorgas de empresas estatais aos novos investidores internacionais, sendo alguns não privados, a desregulamentação da economia e a criação de novas agremiações políticas, consoantes com a nova era pós-Guerra Fria, seriam as marcas de uma "roupa não feita sob medida" porque impressão dava de ela pertencer a uma realidade distinta da européia, com sobras de manga e barras lá em baixo. Por apresentarem características de estranheza para a modernidade os efeitos daquelas adoções acabariam acelerando o desgaste socioeconômico.

Mais do que isso, José Álvaro Moises havia reparado que o modo pelo qual se procurou instituir a democracia representativa, e a economia de mercado na América Latina, pelo menos na Bolívia, só fez desgastar o frágil tecido social de Estados em que a situação não se degenerara, de pronto, por causa de determinadas ações do poder público à procura de conseguir o mínimo de convívio na administração de históricas crises. Sobre isto podemos ler:

"O resultado mais visível dessas políticas de ajuste, no entanto, mais do que criar novas condições para a retomada do crescimento econômico, foi uma grave e progressiva deterioração da incipiente ordem institucional, precisamente no momento em que muitos países latino-americanos esforçavam-se para estabilizar as suas novas instituições democráticas." (Moises, 1992: 34).

É o que isto tem sido para a Bolívia, a deterioração institucional pelas modalidades variadas de marginalização socioeconômica, com a produção e exportação de drogas, o contrabando etc. Politicamente a deterioração tem sido, além do mais, o dínamo animador de grupos que passam a acreditar em outras formas de atuação que não a forma parlamentar. Daí se encontram várias células que se empenham em métodos de reivindicação que beiram à luta armada, comprometendo o próprio princípio de unidade nacional.

Sob os governos de Zamora, de Lozada e, em parte, de Hugo Banzer, todos na década de 1990, a República da Bolívia tencionava estabelecer regras de um Estado Normal, conforme a concepção de Amado Cervo, assegurando a respeitabilidade às regras do investimento internacional que, no caso de La Paz, assentaria-se no setor da infra-estrutura e de serviços básicos, como prospecção de petróleo, gás natural, energia elétrica e saneamento básico.

Era evidente que não somente a Bolívia havia adentrado ao modelo do Estado Normal, diminuindo os afazeres do poder público, o próprio subcontinente fora atento às novas regras da ordem de mercado que, atraída pelas possibilidades de retorno rápido ao investidor, fez-se presente nos setores outrora estatais em quase todos os países latino-americanos. Ao adotarem os novos prismas, os governos em questão esperavam compensações pelo fato de terem compreendido a importância se vincularem aos fluxos do capital internacional.

Até o processo de regionalismo não se divorciara dos esforços de se conceber Estados liberais, afeitos ao jogo do livre comércio internacional, embora a integração do

Cone Sul não devesse ser concebida para tal, segundo a critica de Aldo Ferrer. Isto porque havia, pelo lado dos governos cosmopolitas, o entendimento de que eles poderiam construir um bloco de integração formado por Estados-membros coesos na idéia de que a racionalidade do mercado seria ponto comum no lugar da grande politica tradicional. (Cf. Ferrer: 2000: 12).

Entretanto, algo não saiu igual ao roteiro planejado pelos intelectuais orgânicos da privatização em alguns setores de serviços na América Latina, sobretudo, na Bolívia e Equador. Como se ainda pairasse o deus vingador das antigas civilizações pré-colombianas, os programas que tiveram intuito de ligar La Paz com os grandes centros de investimento malograram enormemente em virtude de fenômenos políticos considerados adormecidos para sempre. O ex-deputado Delfim Netto, usando de sua singular perspicácia opina sobre o acontecimento:

"Algumas pessoas achavam que a Bolívia elegeu o presidente Evo Morales por acidente. Não. Há dez anos a Bolívia era um exemplo de ajuste econômico. Todos os economistas do mundo foram para lá ver como estava mudando. Não faltava recursos externos, nem medidas de boa vontade. Mas eles se esqueceram dos índios." (Netto, 05.11.2006: A10).

Entre esses fenômenos se encontra a violência organizada como maneira de se conseguir o objetivo político e o ressurgimento de movimentos político-sociais na parte andina boliviana. Podemos dizer até que os dois fenômenos políticos, violência e movimentos sociais, confluem para a criação de um grande corpo existente na história recente boliviana. Neste caso, seria ilícito dizer que esse "bloco" formado pelos dois itens estivesse em extinção ou em desuso na vida política do país. Mas o que havia era a espera do momento certo para nova ascensão dos movimentos sociais pela luta. (Cf. Linera: 2005: 18).

Haveria nova ascensão dos movimentos sociais formados pelos maiores grupos indígenas das terras do Condor, levando em conta que a adoção de um tipo de democracia representativa, expressando-se como **primus inter pares** dos tradicionais regimes da Europa Ocidental, não passaria de ficção em virtude do deslocamento dos próprios grupos contestadores dos centros de decisão da máquina pública. O acato às regras do jogo político da democracia boliviana não teria vida longa no instante em que, para a oposição, a resolução para suas questões mais sérias não se desenhava por eleições de candidatos do

status quo, mas por uma possivel plataforma que fosse liderada por pessoas do próprio agrupamento.

Se a contestação às regras do jogo instituido pelos seguidores da democracia representativa não se daria por eleições, pura e simples, então ela só poderia ser encontrada no uso sistemático da violência na política. A palavra violência é de difícil exame visto que ela sofre grande desgaste por seu uso derivado para inúmeros casos social-urbanos: São Paulo, Rio de Janeiro, Los Angeles etc, sofrem problemas de "violência" conforme se anuncia pela grande imprensa. Mas se tratando de trabalho deste teor temos de refinar o termo.

Aqui utilizamos a violência como instrumento de ação da política para grupos e partidos que não se prendem, exclusivamente, a um modelo de se conceber democracia e direito sociais, respeitando resultados que nem sempre dão azo às reivindicações de atores de recursos limitados, tanto institucionais como economicamente. Violência, neste concurso, é a admissão da insurreição e da vontade animadas por outro componente interligado à primeira, a *greve geral* que conduz ao momento ótimo do enfrentamento pela luta aberta.

É o preceito da atividade revolucionária a qual Hector Saint-Pierre cita para dizer o qual é fluida a situação institucional de parte latino-americana quando se amarra à democracia representativa e no preconceito construído contra as outras forma de se fazer reivindicação. Na se trata de negar essa modalidade de democracia, mas criticar quando ela vira uma camisa-de-força. A luta revolucionária não deixou de existir no Equador dos anos 1990. Naquele vizinho, também interessante pelo petróleo, os movimentos indígenas haviam deixado claro que os anos seguintes não seriam calmos para os advogados de um tipo de democracia. Se há a teoria do dominó a Bolívia deveria ser a próxima pedra a cair. (Cf. Saint-Pierre, 2000: 40).

Sob este esforço conceitual citamos Georges Sorel, com o seu *Reflexões Sobre a Violência*, livro referencial para o tema, inclusive este que escrevemos. Isto porque, para o autor, a expressão de violência, encontrada nos grandes centros urbanos, pelo desgaste ou inexistência de programas sociais ou das próprias forças de coerção do poder público, não são desdobramentos, propriamente ditos dela – nem o uso de coerção física pelo Estado

contra manifestações gerais o é. Violência só tem propósito vindo do excluído. (Cf. Sorel. 1993: 95)

Neste parâmetro, não significa que ao utilizarmos Sorel estaremos em consonância com o exame sobre as questões políticas na Bolívia, com seus analistas interessados no assunto. Significa sim que o autor em pauta é uma ferramenta pertinente nesta investigação para se compreender o porquê dos acontecimentos da vida política boliviana nos últimos três anos, da defecção do governo Lozada à eleição de Evo Morales. Portanto, o uso de Sorel é de nossa escolha para compreendermos o fundamento da luta revolucionária, da mesma forma que utilizamos Gramsci para termos consciência do labirinto cultural boliviano.

Pensamos ser pertinente vislumbrar que a violência é o modo sob o qual os grupos contestadores na Bolívia utilizam para fazer valer sua concepção de mundo. Aqui ela não é a instalação caótica de um momento de instabilidade sob o uso de armas, mas sim o instrumento para conduzir o grupo em ação para a esfera do poder político. Trata-se da *ação direta* em que a agremiação tem crítica expressada ao saber que suas possibilidades de ascensão pela via "normal", parlamentar, correm grande risco de serem negadas pela convencionalidade.

A ação direta entende que a superestima do pacifismo pode ter dois aspectos perturbadores para os grupos políticos em disputa pelo poder geral. Sua valorização pode ser sincera à medida que advoga um tipo de desordem civil que mira os direitos dos excluídos por resistência desarmada, uma estratégia que visa desgastar moralmente o adversário. O *ghandhismo* talvez seja matéria exemplar pela independência indiana, em 1947

Ghandhismo pode ser compreendido como a ação política da não-violência e pelo concerto da paz. Seu líder entendia que era urgente a superação da concepção política do Ocidente, em que a preeminência de um tipo de ética conduzia a fazer tudo o que fosse possível para a tomada do poder, como se houvesse uma razão-de-Estado que tudo permite, desde que o objetivo fosse cumprido. No fundo, contra esse princípio, Ghandhi pedia a superação da própria tradição intelectual européia, **inter alia**, de Maquiavel e Weber. (Cf. Pontara: 1997: 536).

Mas o pacifismo pode ser capcioso se ele se tornar apenas meio de retardar a ação transformadora em benefício do grupo e partido paralisantes, convocando a supra valorização de se acatar a regra do jogo que, dependendo do espectro, pode ser desigual entre os atores, favorecendo a parte com mais condições de suportar o retardamento da ação, as classes dominantes. Isto deixa claro que o pacifismo beira ao cinismo realista. A partir do Realismo, mas sem perder a natureza do jogo político interno, trazemos a opinião de Carr com sua leitura a respeito da ideologia pacifista das potências ocidentais após a Primeira Guerra Mundial: Paz para retardar a justiça que deveria ser feita. (Cf. Carr: 1981: 55).

A ação direta então é o elemento da contestação feita por atores nacionais ou interestatais que não endossam políticas de contemporização ou de processos graduais em busca do objetivo, mas sim mudanças bruscas que sejam cadenciadas pelo processo que a violência toma. (Cf. Sorel, 1993: 75) No nível da política doméstica podemos dizer que esta tem sido a situação boliviana a partir de 2003. Movimentos sociais indígenas, e economicamente afins, passaram a não reforçar o anglo favorável à democracia representativa e ao jogo dos partidos políticos existentes no emaranhado de motivações parlamentares difusas. Por conseguinte, a violência ganhou as praças de La Paz e El Alto por meio de contendas entre os variados agrupamentos contestatórios e as forças do Estado nacional.

Desacreditada para mediar os conflitos internos de várias origens, bem como sem poder para refrear as demandas originadas pelos variados grupos e agremiações políticas, a tradicional plataforma desenvolvida pelo MNR, antigo centro aglutinador do nacionalismo boliviano, passou a ser desalojada do Palácio Quemado por caminhos não convencionais para um país que havia acatado as regras do jogo racional da democracia representativa. O desânimo mencionado não tocou somente o antigo partido nacionalista, mas todos os outros homônimos que perderam importância em relação às novas demandas dos movimentos ameríndios.

É sob essa realidade, por que passa o Estado da Bolívia, que emergem os mais importantes movimentos sociais indígenas. São sortidos os movimentos sociais no vizinho andino, assim como são diversificas as correntes étnico-culturais que preenchem a vida das organizações em questão. Nas observações de Linera 38 grupos indígenas correspondem a

90% da população total. Em destaque estão os grupos quéchua, chegando a 30%, e o aimara com 25% de toda a população indígena boliviana. (Cf. Linera, 2005: 12). Daí seu possível peso político.

Continuando com Linera, são muitas as queixas que impulsionam as rebeliões e manifestações violentas no território andino, Bolívia e Equador. Organizando-se em associações e sindicatos os indígenas procuram reivindicar posições de elevação socioeconômica. Embora haja isonomia de todos os habitantes bolivianos perante aos direitos políticos, o mesmo não se vê quando se trata da distribuição da renda e da terra. O autor escreve que pelo fato de ser etnicamente distinto do crioulo o indígena ganha 30% dos vencimentos adquiridos pelo primeiro na mesma profissão. Dos empregos qualificados somente 5% dos nativos o ocupam e dos semiqualificados esta cifra sobe para 25% do total. (Cf. Linera, 2005: 14).

Concentrando-se no altiplano os movimentos indígenas mais bem preparados politicamente passaram a ocupar postos-chave da geografia política boliviana. A cidade de El Alto se enquadra nesta situação especial pelo fato dela sediar o aeroporto mais importante da Bolívia. Com 80% dos ativistas organizados em redes de cooperação, denominas *juntas vecinales* os protestos ganharam forte dimensão, até porque não se pode chegar a capital administrativa, La Paz, sem passar por El Alto. E quais foram as razões para protestos?

Sendo uma administração receptível ao investimento internacional em infra-estrutura e serviços básicos, os empreendimentos privados tomaram parte no fornecimento de água tratada e energia elétrica. Verificando que aquelas privatizações não eram consoantes com a plataforma política dos grupos indígenas, inclusive porque o fornecimento dos serviços básicos haviam sofrido reajuste impactante para a média nacional, com pouco renda (ver tabela 1) os agrupamentos nativos passaram a utilizar a violência como meio de expressão.

O bloqueio da cidade de El Alto fora a medida número um para pressionar o governo Lozada e exigir sua renúncia. Localidade vista por altamente politizada contribuiu para a maximização do conflito e lutas urbanas que resultou na troca de dois presidentes da República. Lozada partira para o exílio em virtude do intercâmbio de venda de gás natural

pela saída chilena em direção ao mercado consumidor norte-americano, por si visto como um agravo nacional. (5)

Com a vacância de Lozada fora empossado seu vice-presidente, Carlos Mesa. Mas no segundo semestre de 2005 a pressão política advinda dos grupos contestadores indígenas, ainda de plantão, fez-se impiedoso sobre a atuação do segundo, já que ele não havia se sensibilizado, de pronto, com a demanda dos setores críticos sobre a economia mais dinâmica: a elevação da taxa de imposto de 18% sobre a produção de gás natural, fornecido pelas empresas estrangeiras, para o nível de 50%. Taxa considerada justa pelo grau de riqueza que a exploração dos hidrocarbonetos poderia dar ao empreendimento externo. (Cf. Benavides, 2004: 81).

Desenhava-se a idéia de que o controle nacional sobre os insumos naturais bolivianos deveria ser posto como medida essencial para se fazer justiça social para uma camada da população historicamente desalojada das conquistas da moderna economia capitalista. Em análise sobre o tema, Linera escreve sobre as exigências de um dos movimentos nativos de maior expressão política, A Confederação Nacional de Trabalhadores da Bolívia:

"Detentora de uma clara identidade indígena, em confronto com o Estado, que qualifica de 'colonial', a Csutcb combina reivindicações econômicas (estradas, saúde, educação, tratores, apoio econômico) com exigências sociopolíticas (nacionalização dos hidrocarbonetos, novo modelo econômico, autonomia indígena). Com esse fim uniu a sublevação com a negociação, visando obter reconhecimento, e tem transitado para um tipo de nacionalismo aimará com crescentes demandas de auto-governo". (Linera, 2005: 15).

Se para Sorel toda a ação revolucionária tem de ser feita a partir da construção de *mitos* que dirigem os participantes ao seu fito, ao seu destino vitorioso, o mesmo pode ser dito a respeito do período de violência encontrando na Bolívia de 2003. Não se trata de mito como algo sobrenatural ou metafísico que desce ao reino dos homens, mas apenas como sistema de imagens para se compreender o que se deseja. A revolução proletária marxista em busca de um mundo de igualdade e justiça se compõe em mito. (Cf. Sorel, 1993: 107).

Utilizando passagem acima podemos dizer que a progressão de embates sociopolíticos que levaram dois presidentes à defecção, Lozada e Mesa, são possuidoras de

mitos de igual forma. Não o mito do proletariado industrial que rompe a alienação burguesa, como no século XIX, mas o de um mundo comandado pelo *indianismo*. Eis, em parte, a formula boliviana que substanciou uma prática de contestação para dar azo ao discurso de que havia chegada a hora de um programa indígena no poder. (Cf. Linera: 2005: 19).

Exaltar o mito do indianismo só teria propósito sob o arranjo de um partido indianista, que conseguisse aglutinar todas as nações locais em um único intento. Não para reproduzir os planos de absorção dos índios por parte de um Estado cadenciado pelas classes dominantes. A ótica deveria ser de outra forma, não se juntar ao que existe, mas recriar o poder político a partir das concepções de mundo da maior faixa populacional do país.

Não seria necessária a criação do partido indianista para perceber o desgaste programático dos partidos tradicionais da política boliviana. A falta de conduta mais precisa dessas associações deixa claro que suas mensagens não mais ganham vulto junto a uma exigência social deslocada de seus programas eleitorais. O MNR, de importantes páginas na história da Bolívia, não guarda grandes ligações com boa parte da base social do país.

Outros partidos, Consciência da Pátria – CONDEPA, União Cívica Solidariedade - UCS e Nova Força Republicana – NFR, frutos dos degelo após 1989, com as *sugestões* de reforma institucional das agências financeiras multilaterais, não parecem ter sorte melhor do que a do antigo homônimo nacionalista. No entanto, a baixa do prestígio dos grandes partidos bolivianos não dá a entender que deverá emergir algo mais bem posto na vida do país, assim é encontrada a opinião de Jimena Benavides sobre o citado desgaste. (Cf. Benavides, 2004: 66).

Há visões crítica que não acreditam na boa saúde institucional e da democracia representativa boliviana com o baixo nível de atuação de seus partidos. O espaço deixado por eles não seria ocupado por algo mais coerente para a lógica da democracia representativa. Haveria sim a reprodução de neopopulismos que ganharia vulto junto à massa excluída da América latina. O MAS, nos estudos da autora deve estar nesse meio. (Cf. Benavides, 2004: 62). Aqui há este registro, mas opinamos que o caso merece estudo mais demorado do que superestimar as atitudes mais exaltadas de líderes ou grupos como sendo

populismo. Até porque, contrariando boa parte das antigas plataformas populistas da região, dos anos 1950, a experiência boliviana não é cadenciada por cima – ela segue a expressão vinda da base social.

As manifestação políticas que procuraria corrigir injustiças históricas ao atribuir aos grupos indígenas a cadência do poder político, pela ação direta, são uma componente do mito indianista a ser engrandecido. Por ser um Estado de parco desenvolvimento econômico (ver tabela 1) e por ter sido encarado como um falso modelo de bom arranjo entre os interesses do mercado e os coletivos os recursos mais relevantes deveriam ser capturados para a nova política.

É isto o que está acontecendo na vida política boliviana. Para fazer valer o respeito pelo programa eleitoral o partido indígena no poder, representado pelo MAS, sublinha a todo o momento a necessidade de se nacionalizar a riqueza nacional, o gás natural, que antes fora elemento outorgado para a exploração de empresas estrangeiras. Com destaque, entre elas, está a PETROBRAS que passa por situação dramática por ver seus ativos confiscados.

Caminhando sobre o fio da navalha a atuação governamental do MAS tem dois percalços. Tem de ser eficiente o bastante para resultar nas melhorias do nível de vida da população mais sensível aos apelos do programa e, ao mesmo tempo, o governo tem de ter um mínimo de competência operacional para não provocar a paralisia da economia petrolífera, a principal do país. No próximo item veremos quais são os efeitos da crise boliviana no Brasil.

4.3.Os Efeitos da Questão Boliviana no Brasil

Karl Deutsch escreve que o princípio de integração regional deve ser encontrado na interdependência entre os Estados-partes e na coerência que o arranjo deve ter para eles, sendo que uma alteração feita por um dos membros terá capacidade de mudar toda composição, o sistema. Portanto, o próprio plano integrativo correrá riscos em virtude da ação de um único membro, dada a situação de influência que um exerce diretamente sobre o outro.

Continuando no plano conceitual, Robert Keohane carrega um pouco mais nas cores sobre o tema da integração regional e da interdependência. À media que as trocas internacionais (podemos dizer interestatais usando Aron) se intensificam, mais são abertos canais que podem ser de compensação, pelos bons termos do intercâmbio, ou de vulnerabilidade, se o item negociado for prejudicial a um dos atores. E há de se reparar que mesmo havendo uma interdependência nos moldes assimétricos o Estado com maiores artifícios de poder não consegue evitar, completamente, os danos que comprometem seu controle da vida nacional.

Tratam-se das "correias de transmissão" que ligam um Estado nacional ao outro fazendo com que as trocas e influências sejam das mais pertinentes, dentro de uma ótica convencional, até as mais danosas. (Cf. Keohane, 1992: 172). Acontece que, para o professor norte-americano, o fenômeno da assimetria na interdependência, e por conseguinte na integração, faz com que a unidade política com mais recursos de poder venha a imprimir sua vontade, ou sofrer menos influência alheia, em uma relação de intercâmbios.

Isto pode ser correto entre dois ou mais Estados que participam com os mesmos símbolos políticos, reconhecidos diplomaticamente e usados pelos outros membros na hora de se debater questões ou reivindicar direitos, como tivemos oportunidade de averiguar nas relações diplomáticas entre o Brasil e a Argentina sob os conflitos do MERCOSUL. (Cf. Hage, 2004: 52). Em contraponto a esta regularidade diplomática, há outros atores informais que podem ascender sem ter, obrigatoriamente, a chancela do Estado ao qual pertencem. Mas é lícito passarmos a palavra a Keohane para que ele explique seu argumento:

> "(...) os dois lados sofrem com freqüência limitações, mas devido aos instrumentos mais efetivos de que dispõe, da maior capacidade de projetar poder e a um grau menos de vulnerabilidade, o Estado mais poderoso pode repassar de forma assimétrica parte dos custos da relação para seu parceiro mais frágil." (Keohane, 1992: 174).

Deveras. Mas quais os instrumentos efetivos? Eles seriam reconhecidos pelos Estados nacionais? Eis uma questão premente entre Brasil, Bolívia ou Colômbia. Viver sob o manto da integração, ou dos tratados internacionais, não é garantia de segurança, em vários quadrantes, para as coletividades soberanas. O grau de vulnerabilidade aumenta

quando o item que costura dois países, pela integração física, é de caráter estratégico. Petróleo, gás natural e determinadas tecnologias sofisticadas têm condições de baixar a resistência das coletividades a eles dependentes, comprometendo a estabilidade da unidade política.

O relacionamento entre o Brasil e a Bolívia, feito sob a égide da integração física, não é imune de conflitos políticos de alta intensidade, beirando a perda de segurança nacional para um dos lados. Apresenta-se a nós dois fatores de vulnerabilidade do controle territorial e resguardo, os dois componentes de um mesmo núcleo de articulação, o poder político estatal. Como tivemos oportunidade de comentar no subcapítulo 1.4, fazer separação conceitual entre a segurança nacional, propriamente dita, e os tipos análogos "modernos", exaltados após o ano de 1989, só guarda correspondência com o preciosismo intelectual.

Controlar fluxos imigratórios, conservar os estoques ambientais são tão urgentes quanto a vigilância do espaço e território nacionais, na percepção mais tradicional da segurança. São termos que interessam ao corpo da doutrina estratégica, da consecução do Estado. Nesta seara, os esforços para diminuir a vulnerabilidade energética não deixa de ser, de igual forma, um problema de segurança nacional, já que a ausência de tais bens afeta o país.

Sob esta percepção, acreditamos que ao se vincular à Bolívia, por tratados da integração física, o Brasil abriu um canal de refluxo que pode perturbar o sentido de sua segurança nacional. Esse imbróglio tomaria corpo não só pelo viés da energia importada, mas também seria incorporado pelos conflitos internos impulsionados pela política boliviana. Crise doméstica entre grupos em busca do poder, existência de guerrilhas, demais formas de luta e, por fim, a aglutinação desses meios com o narcotráfico são atos modelares para fazer com que Brasília venha a perceber suas crises com as do vizinho andino.

Mais uma vez comentemos o problema. Uma crise de relacionamento diplomático entre as Repúblicas do Brasil e a Bolívia faz parte da normalidade do sistema internacional, antigo e atual, se considerarmos que usos e modos diplomáticos empregados são codificados e reconhecidos pelos pares, seja pela tradição que a carreira pede, seja pela

filiação ao direito internacional. Mas e quando os símbolos utilizados pelos atores são desconhecidos?

Por que haveria de o Brasil suportar um tipo de crise internacional não codificada pelo convívio diplomático? O desgaste da epiderme estatal, a fronteira, como bem a qualifica a concepção geopolítica, pela qual se cria boa parte dos contratempos da segurança nacional, são exclusivamente resultados das intempéries externas ou são parte da desarticulação do poder nacional brasileiro, ao negligenciar essa implicação direta da questão?

Vejamos então que o caso boliviano nos apresenta dois refluxos de sua efervescência política interna: o uso do gás natural para alcançar certos fins políticos, reforçados por um partido indígena no poder, e a "exportação" de seus conflitos que podem adentrar ao Brasil, da mesma forma que o similar colombiano, de guerrilhas, que toca a estabilidade da fronteira norte. Comecemos por compreender a crise de segurança com a Bolívia.

Uma relação econômica que se funda em um intercâmbio energético, mesmo com a feliz noção de se aprofundar o espírito da integração regional, abre portas para algum nível de dependência. Por isso o que acontece sob a égide da cooperação pode carregar contratempos políticos graves, principalmente se o bem intercambiável guarda valor estratégico. (6)

É uma preocupação que dentro da literatura política os Estados têm de saber, de não sofrer danos em seu cotidiano e na sua regularidade por causa de instabilidades alheias. Tratando-se de Bolívia a atenção brasileira teria de ser redobrada para não ter de passar contragostos com o poder de influenciar seu andamento político e econômico. Ao verificar que o modelo político do país andino é permeado de concorrências dos mais vários estilos, seria difícil imaginarmos que elas tenham acabado pelo fato de o MAS estar agora no poder, na Presidência.

A eleição de um partido de coloração indígena para ocupar a Presidência da República não nos permite pensar que haja centralização de interesses em torno de uma única plataforma, mesmo nativa. O MAS pode estar no Palácio Quemado, mas isso não nos autoriza a dizer que sua representação valha para outros grupos políticos e culturais de origem nativa. É fato que a eleição de Morales foi acontecimento da maior importância

histórica para seu país e para a América Latina, em que a camada crioula geralmente se torna elite política.

No entanto, há certa distância dizer que a eleição da chapa que atualmente está no governo tem o consenso de outros grupos. Seria evidente que o MAS tornasse o caminho do diálogo muito mais curto, que sua administração possibilitasse a contemplação da base étnico-social, ao contrário de outros partidos de orientação mais cosmopolita e conservadora. Mas isso não quer dizer que a dobradinha Morales/Linera neutralizasse outras visões de mundo. A corrente étnica da qual saiu Morales não é a maior do país, seu partido não é o único que tem mobilização. Embora seja bem presente na capital e em El Alto seu partido corre risco de sofrer boicotes no Congresso Nacional, porque não tem maioria.

Toda a história sociopolítica da Bolívia tem sido marcada pela concorrência em que grupos de variadas culturas buscam adentrar ao poder ou sofrer menos os danos que ele possa causar nos derrotados na competição. Tivemos oportunidade de observar que mesmo a Revolução Camponesa, de 1952, não chegou ao ponto máximo de contemplação de direitos sociais indígenas, segundo avalia Costa Neto, Linera e outros, embora houvesse avanços.

Por isso, a eleição de Morales fora saudada como grande acontecimento latino-americano para se fazer justiça a uma população historicamente desalojada dos prêmios do progresso econômico. Mas a questão de fundo é saber que não existe apenas um partido indígena; e o que está governando agora não tem procuração precisa para falar universalmente, em nos dos outros "irmãos". O que isso representa é que a Bolívia não tem ainda condições de expressar imagem de país controlado, imune a crises semelhantes àquelas dos anos 2003 a 2005.

Uma vez que as massas estivessem mobilizadas nos grandes centros de decisão, a favor ou contra o MAS, seria difícil seu retorno à situação anterior. O apoio político dado na eleição de 2005 espera ser compensado pela Presidência; se os caminhos se descruzarem a útil mobilização de antes poderia virar um transtorno para o governo que necessitasse de tempo e recursos financeiros vultosos para resolver as questões mais prementes do Estado. Por ver o quanto é difícil para o movimento caminhar no fio da navalha, controlar as

massas organizadas e cumprir a parte substancial do projeto eleito, escreve Eduardo Gamarra:

"Creio que ninguém mais a controla. (e segue o cientista político, parênteses nossos) Por trás dessa mobilização correu muito dinheiro. Ela teve várias fontes de financiamento: ONG'S européias, espanholas, americanas, nórdicas, todas movidas pelo mito do selvagem nobre. A meu ver, esses grupos da sociedade civil são hoje, na Bolívia um entrave à democracia representativa." (Gamarra, 12.06.2005: A14).

O citado cientista político boliviano traz um determinado tipo de análise ao dizer que, de forma mecânica, as mobilizações sociais bolivianas têm implicações com apoios intelectuais e financeiros externos. De fato, recursos assim há em toda a América Latina. Todavia, se limitar somente a essa análise seria perder de vista muitos desdobramentos que o caso tem. Como imaginamos o papel do MIP no caleidoscópio no sistema político-social da Bolívia?

Um dos mais bem organizados movimentos indígenas daquele país, o MIP dificilmente se enquadraria em um arranjo de simpatia, ou por necessidades materiais para dar vazão às nobres intenções de organizações sediadas em cidades ricas. Para quem vê mérito na coerência política e na continuidade de idéias, consideradas "ultrapassadas", o pessoal pachacuti trabalha sua colaboração com a causa a partir do pensamento trotskisquistas em que o teor de ação é a constante mobilização, mesmo que seja pela força. Um dos poucos grupos realmente mobilizados em toda a América Latina. (Cf. Linera, 2005).

E é mister deixar claro que o governo do MAS não teria somente oposição, evidente, dos grupos conservadores, ou cosmopolitas crioulos, possivelmente contrários ao programa indígena. Evo Morales teria, outrossim, de escapar das pressões e críticas feitas pelo MIP, que poderia atribuir à atual administração a imagem de ser "reformista" e pusilânime na hora de se fazer a verdadeira justiça no tempo necessário. Ou seja, não perder de vista o porquê de sua eleição que fora contemplada para promulgar, antes de tudo, as nacionalizações.

Após este arrazoado temos condições de dizer que qualquer intercâmbio energético está fadado a uma cronologia de crises, uma profecia auto-realizavel, sem maiores méritos para o adivinho, se ele for concebido entre um país que relativamente passou por

desmontagens do seu poder, Brasil, e outro com situações bastante complicadas em sua maneira de se organizar internamente.

A possível falta de bons termos entre o governo Morales com outras organizações políticas de caráter indígena não deixaria de comprometer a segurança energética brasileira se os militantes e rebeldes resolvessem usar o gás natural como elemento de pressão -- ora contra as formas de o MAS governar o país, ora contra a imagem que o Brasil desenha para o ideário revolucionário e contestador dos grupos bolivianos, um grande Estado de linhagem expansionista.

É isso o que se percebe, de acordo com matérias publicadas por parte da imprensa brasileira. Índios guaranis, inicialmente, procuram usar o insumo energético para fazer com que sua palavra seja ouvida por La Paz. Boa parte deles localizada no planalto cruceño, os índios guaranis têm possibilidade de fazer aquilo que seria o grande tormento da economia brasileira, dependente do GN importado: fechar a válvula de escoamento do produto ao Brasil. (7)

A ameaça por parte na contestação guarani localizada em Santa Cruz e Tajira, e outras, não é mera hipótese. O grupo defende a idéia de que ele teria direito a uma indenização à casa de nove milhões de dólares, a título de prejuízos históricos, por causa do mal uso dos recursos naturais bolivianos. Ontem fora o desperdício da prata e do estanho, hoje o gás natural pode ser a "bola da vez" no percurso dos mal utilizados para o bem-estar do povo. Se houver o fechamento das válvulas bolivianas o Brasil deixará de receber algo perto de 30 milhões de m3, praticamente 70% do elemento usado no País. (Cf. OESP, 22.08.2006: B5).

Uma concentração indígena nas áreas de exploração de gás natural não comprometeria apenas o envio do carburante ao Brasil, ela possibilitaria a elevação dos custos e da tarifa para a indústria nacional que havia trocado o consumo de energia hídrica pela fornecida por térmicas. Prejuízo para a indústria nacional e dano financeiro para os proprietários de carros e frotas movidas a GNV, visto como promissor para os novos tempos por ser limpo e barato. Por vias indiretas os manifestantes de Santa Cruz, índios ou não, acabam contribuindo para a causa do governo boliviano na nacionalização dos hidrocarbonetos. Expliquemos

Na assinatura do Tratado de La Paz, em 1996, até os adventos eleitorais finalizados em 2005, o preço que a PETROBRÁS pagava para o Erário boliviano, pela exploração do GN, variava em torno de 3,50 dólares o milhão de m3, sendo o preço internacional na casa dos 6 dólares. Cifras fitas, sob os cálculos de Husar **et** Maihold, a porcentagem de impostos recolhidos pela tributação do país havia caído de 50% para 18%, no período de maior presença das empresas internacionais e das privatizações, em 1996. (Cf. Husar **et** Maihold, 2005: 48).

Quer dizer, de acordo com os dois estudiosos de questões energéticas, o que houve entre os anos de 2003 a 2005 foi o aparecimento de reivindicações econômicas que uma parcela do partido indígena havia feito para se retornar à tributação anterior a 1996, voltar aos 50% de imposto sobre a exploração do gás natural que antes existia para o Tesouro boliviano. A faixa dos 18% não havia deixado de ser um incentivo financeiro para a atração das grandes petroleiras.

Um dos resultados da ação boliviana a partir do dia 01 de maio de 2006, Dia do Trabalho, foi a ocupação **manu militari** (8) dos sítios de operação da PETROBRAS. Ato carregado de grande impacto psicológico. Os atos psicológicos são instrumentos da estratégia na procura de anular iniciativas alheias Assim, a entrada do Exercito boliviano na empresa brasileira deu a entender que a resolução para os impasses escapariam da mera lógica do debate diplomático. Se a temperatura do conflito não esquentou foi mais em razão de uma certa moderação que o complexo Itamaraty-Planalto deixou aparecer para não sofrer acusações, a de ter sido muito severo para com um país irmão à procura do desenvolvimento.

E a questão para o Brasil não pára aí. Sem a exata garantia de que o governo do MAS terá condições de amainar as reivindicações, bem como acalmar os focos de ação direta dos grupos contestadores, pela violência, Brasília terá de observar as manifestações sociopolíticas que a população boliviana faz próximo à fronteira, nas imediações de cidades brasileiras não tão bem guarnecidas pelo poder nacional. Citemos a população boliviana em virtude do tema dessa investigação, porque a vulnerabilidade pode ocorrer para os outros limítrofes.

A questão nacional não pára aí porque os grandes contratempos bolivianos têm possibilidades de ser irradiados para o espaço nacional, convocando Brasília para que tome

uma decisão sem demora de tempo. E quais seriam as irradiações dos contratempos que o vizinho deixaria escapar para o País? A violência provocada por grupos armados se tornaria amostra para o tema. Violência que teria duas gêneses não necessariamente excludentes. Uma resultaria da busca de ideologização sobre núcleos revolucionários em prontidão na Bolívia. (9)

A outra gênese teria origem na degradação do tecido político-social boliviano, desde há muito tempo. A incorporação dessa segunda violência seria encontrada no narcotráfico, na economia de cocaína, a contar com agrupamentos armados para a proteção e logística da produção de drogas, da cocaína e maconha que atravessa o território brasileiro a partir do Centro Oeste. Por ser um "negócio" digno de nota, movimentando parte da sociedade e tocando a fraqueza dos Estados, o tráfico de drogas não deixaria de se articular sem o uso da violência.

Embora não seja informação evidente, de intensa circulação pelos meios de comunicação, não seria totalmente descabido dizer que haveria algo de conveniente entre grupos armados, nos países amazônicos, com a economia da droga – sendo essa uma fonte catalisadora de recursos vultosos e com possibilidades de serem repartidos entre os grupos, em troca de segurança.

Por causa disso uma pergunta vem à tona. Entraria o Brasil em choque armado, guerra mesmo, com algum vizinho nos termos de um enfrentamento clássico de Estado contra Estado, com exércitos regulares? Na leitura de Mario Flores tal embate é algo bastante hipotético, não haveria uma grande justificativa para ele. Agora, haveria por que o Brasil entrar em algum surto de enfrentamento armado na região fronteiriça da Amazônia? Para o citado militar, sim:

> "A Amazônia parece ser agora a região merecedora de mais atenção. Não é e não deverá ser no horizonte temporal imaginável o caso de ameaças militares exercidas por forças regulares de Estado, mas tão-somente de ameaças irregulares ou subestratégicas (guerrilha extravasada de países vizinhos ou, menos provável, local, criminalidade organizada – drogas, contrabando, terrorismo. *Parênteses do autor*), para cujo controle é conveniente a cooperação regional, embora a atuação autônoma deva ser mais freqüente (...). São necessárias também forças especializadas (...) na Amazônia e na bacia do Paraguai para a defesa territorial e controle e para implementação da lei e da ordem (...) (Flores, 2002: 67e 82).

Mesmo correndo riscos de sermos vistos por algo "fantasioso", não seria de todo fora de propósito dizermos que o Brasil volta para uma situação antiga perante seus vizinhos. Situação antiga à medida que boa parte dos governos atuais podem alimentar divergências muito sérias contra o Planalto, contra a concepção que o Brasil tem para a América Latina.

Em todo o século XX a política externa brasileira não conseguiu apagar, de todo, a imagem de país expansionista, às custas dos vizinhos mais fracos. Durante todo o tempo o Brasil passou a ser observado como Estado que promove o "esplendido isolamento", deixando claro que sua política e economia não tinham analogia com os outros países latino-americanos. Uma grandiosa massa territorial com igual demografia seria proprietária de um potencial que para ascender só seriam necessários alguns ajustes. (Cf. Ferreira, 2001).

Uma mistura de temor e admiração havia no subcontinente americano frente à pujança nacional. Buenos Aires, na condição de outro prato da balança da balança do poder regional, procurava se equiparar aos números brasileiros e, em paralelo a isso, tencionava deixar claro a existência do pernicioso efeito que o Brasil poderia provocar na vida dos vizinhos, o que alimentava uma espécie de corrida armamentista. Com o advento do MERCOSUL houve arrefecimento daquela tensão, bem como uma procura para se renovar a imagem brasileira.

Mas há como entendermos se os *anos dourados* mercosulinos, efetivamente, já não deixaram de existir. A Argentina volta à sua tradicional vocação de crítica ao Brasil, intensificada pelo presidente Kirshner. O próprio desgaste político e econômico que o parceiro do sul passou nos últimos cinco anos é atribuído, em parte, à posição sem compensação que o país teve no Tratado de Assunção. Da mesma forma, o Uruguai se descontenta com o bloco e ensaia bilateralismo com os Estados Unidos. Embora isso não seja, diretamente, contra o Brasil, a escolha de Montevidéu ajuda a aprofundar a crise multilateral do Cone Sul e à estratégia que o Itamaraty havia montado para sua liderança regional.

A volta do azedume contra a política brasileira é a disposição que os vizinhos passarão a ter em situações problemáticas. Em virtude do comportamento das outras chancelarias, os empreendimentos de infra-estrutura correrão perigo se forem utilizados

como elemento de pressão contra o Brasil. Não é apenas o GASBOL que corre riscos por causa da ação boliviana, embora seja o mais evidente na atualidade, há outros. O fornecimento de energia elétrica de Itaipu é outro fator, visto que o Paraguai tem participação política sobre a usina.

Não podemos encerrar este subcapítulo sem, ao menos comentar um outro canal de vulnerabilidade que Brasília abriu na segunda parte da década de 1990, para sanar a crise hidrelétrica. Trata-se da linha de transmissão, o *linhão*, ligando a Venezuela à estação de Guri, localizada em Roraima, e importadora do recurso energético gerado pelo vizinho do Orenoco. Estar sempre em bons termos com Caracas é essencial para que a unidade federativa em questão não sofra interrupções, caso as concepções políticas entre os dois sejam divergentes.

4.4.A Crise Boliviana na Integração Regional

Este subcapítulo tem o intuito de fazer breves estudos sobre a atuação da República da Bolívia nos planos de integração regional, a percepção que sua chancelaria tem desses arranjos instituições de política externa e os contratempos que o país está passando. De início a CAN foi a arena sobre a qual a diplomacia do Palácio Quemado procurou exercitar sua visão de regionalismo; depois a atração do MERCOSUL migrou dos "quatro membros" para os Andes. Com a cuidadosa evolução da CAN e do MERCOSUL a Bolívia poderia expressar três atos primordiais para seu cotidiano: a revisão dos tratados de limites com o Chile, sobre a saída do Pacífico, e sobrevalorizar sua localização geográfica no meio do subcontinente.

Já o terceiro ato, em combinação com o segundo, deveria fazer da Bolívia um ponto primordial de encontro entre os Estados nacionais do Cone Sul. A localização privilegiada tragaria as atenções de Argentina, Brasil e Paraguai para um país que, além de ser tronco das duas maiores bacias hidrográficas da América, a amazônica e a platina, seria para eles o grande fornecedor de energia, de gás natural, à medida que as antigas paixões políticas cedessem.

Na década de 1990 os assuntos de integração regional voltaram a ser valorizados pela Bolívia. La Paz passara a se representar na condição de membro com altas

possibilidade de desempenhar papel congruente com sua aceitação do livre-comercio e com o cosmopolitismo. por exemplo. a proteção do meio-ambiente internacional e o combate ao narcotráfico. caro para sua população. Da mesma forma que houve nas décadas de 1950 e 1960 a Bolívia volta a ser parte interessante para a política externa do Brasil mas. desta vez. sob outros incentivos programáticos. o de ajudar a engrandecer a projeção brasileira pela integração.

Há quarenta anos o Palácio Quemado repelia seu papel na representação regional. no campo da ALALC. que o Palácio do Itamaraty imaginava para ele. Papel que era análogo ao atual e assumido pelo país. o de ser um ator privilegiado por causa de sua localização vantajosa. o *heartland* sul-americano. e o de ser fornecedor de insumos energéticos para exportação. Tivemos oportunidade de observar este tema sob a estratégia brasileira no subcapítulo 4.2.

Como quase todos as unidades políticas da América Latina a República da Bolívia não passou imune aos assuntos da integração regional. Junto com seus vizinhos de continente La Paz fez presença nos protocolos diplomáticos logo no mesmo tempo em que Brasil. Argentina. e outros. também fizeram sob o clima positivo que se havia instaurado com a criação da CEPAL e seus planos de desenvolvimento regional. Na primeira vez. na história latino-americana. um órgão multilateral de estudos se encarregaria de montar intelectualmente os caminhos que o regionalismo deveria tomar. e a Bolívia não estava fora dele.

Quando um Estado concorda com os artigos. direitos e obrigações de um determinado tratado ele o faz levando em conta dois aspectos. Primeiro que esse ato de admissão é resultado de sua própria vontade. é algo que deve ser voluntário. respeitando a norma do direito internacional. Segundo aspecto é que o ente que aceita sua admissão ao tratado de integração o faz esperando obter equidades na distribuição de obrigações e ganhos. Conceitualmente é esse o primas que dirige os afazeres de uma regionalização. (Cf.Deutsch. 1978: 207).

Sob esse aspecto a Bolívia se integra à ALALC esperando que sua filiação fosse compensada por maior desenvolvimento econômico e para conseguir maior projeção internacional. Porém. seguindo a crítica feita pela Argentina. por volta de 1965. o vizinho andino já demonstrava sinais de descontentamento com os caminhos tomados pelo plano de

integração regional, sobremodo, por vislumbrar papel divergente que a diplomacia brasileira imprimia na associação, dando a entender que a atuação desempenhada pelos parceiros, economicamente mais pobres, deveria ser de menor destaque em face do peso do Brasil.

Em razão dessa divergência dos Estados de menor peso econômico a Bolívia, o Equador, e outros, passaram para a criação de outro tratado de integração que não fosse, em espírito, contrário à ALALC, mas que espelhasse as reais condições econômicas do grupo em destaque. O surgimento do Pacto Andino, em 1969, guardava esse empenho de dar vazão às expectativas vizinhas. Rubens Barbosa imprime bem a procura boliviana, entre outras:

"O Grupo Andino (ou Pacto Andino; parênteses nosso) evoluiu de forma dinâmica com vistas à integração, com estabelecimento de programa de desgravação, tarifa externa mínima comum, tratamento especial para investimentos estrangeiros, organismo de financiamento e programas setoriais de desenvolvimento industrial, visando a equilibrar as desvantagens relativas dos países menores, pela especialização e distribuição setorial. Formas bastante avançadas de integração e que o Brasil não favorecia por considerá-las irrealistas(...)." (Barbosa, 1996: 141/2).

A arte do regionalismo poderia ser algo subordinado à leitura brasileira, ou argentina de interesse nacional, mas para a diplomacia boliviana a junção tinha sinais de estratégia, a única operação para assegurar o que o país expressava ser seus objetivos nacionais. A partir da Geração do Chaco o Palácio Quemado procurou instituir um único traço de política externa que deveria passar por todos os governos posteriores, sem distinção de linha ideológica. Era a *diplomacia marinha* que a Bolívia exaltava como seu maior projeto.

No entanto, parecia não haver coerência entre os motivos mais prementes que exigiam posição clara da Chancelaria boliviana e seu firme apego às questões do século XIX. A Bolívia, pela razão da força, tornara-se um Estado mediterrâneo, evidente fato com direito inalienável de imprimir suas queixas contra a amputação de seu território. Mas por ter dado excessiva atenção ao aspecto marítimo o país não levou em conta sua relação interior, não direcionou esforços para superar problemas que essa interiorização tinha. (Cf. Alvarez, 1989: 75).

Envolvida por varias crises políticas e institucionais que atrapalharam a montagem de uma linha coerente de diplomacia a Bolívia não conseguiu imprimir seu papel para fazer

justiça perante suas reivindicações, nem logrou manter o pleno desenvolvimento econômico. O golpe-de-Estado implementado, em 1971, pelo general Hugo Banzer deu a entender as bruscas mudanças de atuação no sistema internacional que a Bolívia teria de exercer. Por outro lado, aquele *coup de État* seria providencial para as maquinações políticas do Brasil.

Providencial à medida que a presidência Banzer seria altamente compatível com a linha política do Planalto, a de contornar qualquer veleidade crítica contra a atuação da diplomacia brasileira e da representação nacional no subcontinente. Nesse aspecto, a Bolívia do general-presidente seria uma aliada, entre outras coisas, por aceitar o ressurgimento dos assuntos energéticos entre os dois Estados, mas sob visão mais realista, na lógica que a cadência das obras e da coordenação não deveria sair do Brasil. No governo Geisel, em 1974, a Bolívia toca no tema sobre o fornecimento de gás natural em virtude de uma posição econômica e política que Brasília deveria ter. (Cf. Miyamoto **et** Gonçalves, 2000: 192).

No decorrer das décadas de 1970 a 1980, com o desgaste da ALALC, da ALADI e a pouca atuação do Pacto Andino, em grandes realizações, a Bolívia não esqueceria de valorizar seu primeiro objetivo no mais alto grau, a urgente saída para o Pacífico que o país teria de ter. Neste aspecto é que o espírito da integração regional poderia ganhar corpo porque La Paz teria muito mais transito para sua queixa em um ambiente de cooperação do que isolada.

Mesmo que para alguns analistas a superestima da diplomacia praiana tivesse sido um equívoco, negligenciando o interior, progressos o país conseguiu colher. A Bolívia buscou fazer com que a questão marítima fosse adotada pela OEA, que houvesse uma reunião geral em La Paz dando a entender que sua causa era assunto de suma importância não só para o Estado reclamante, mas para todas as relações interamericanas. (Cf. Alvarez, 1989: 89).

Podemos observar dois casos contraditórios neste assunto da integração interestatal. O Brasil não deitava recursos políticos e diplomáticos aos temas do regionalismo, embora não os negasse de pronto, comportamento que tivemos oportunidade de ver sua existência desde a ALALC. A Bolívia, com menos recursos de poder nacional, procurava tirar o máximo proveito que esse instituto oferece, fazendo que sua causa fosse irmanada por

outras repúblicas. Entretanto, a vontade do país sobre a integração não seria acompanhada de posturas retas, contínuas, que teria de haver quando a diplomacia é organizada e acatada como projeto.

O esgotamento da fórmula dos antigos tratados de integração regional no qual La Paz fez, ou faz parte, não a desanimou para abraçar novos planos de junção. Mais uma vez, sua causa marítima veria à tona e sua possível filiação aos blocos regionais poderia angariar a legitimidade que ela esperava para defender sua causa, buscando apoio dos outros membros.

Em 1982, com o retorno do veterano Siles Zuazo à Presidência da República, a Bolívia procura retomar sua política autonomista da década de 1950. Intensificando sua atuação política no bloco dos Não-Alinhados, o país procuraria angariar prestígio e apoio às sua questões. Sem abrir mão da postura integracionista o governo Zuazo reforçava a perspectiva boliviana sobre a importância do regionalismo, imprimindo a idéia de que esse seria o meio pelo qual sua diplomacia teria menos dificuldade de buscar o desenvolvimento e a justiça internacional. Interessante reproduzir parte de pioneira investigação sobre o tema:

> "No plano regional Silez Zuazo optou por um discurso e prática integracionista. (...) A autopercepção boliviana neste processo reforçava suas qualidades geográficas, sua condição de 'terra de contatos' e país integrante da Bacia do Prata, do Amazonas e da região Andina deveriam jogar um papel transcendental no impulso integracionista." (Alvarez, 1989: 91).

Contudo, com a eleição do antigo líder nacionalista, Paz Estenssoro, em 1985, a Bolívia volta a posturas tidas por ultrapassadas pelo governo anterior. O MNR retorna ao governo, mas as condições para se instituir uma política "à antiga" não tem mais espaço. Com a incursão de Banzer nos corredores do Congresso Nacional o governo Estenssoro abandona o viés terceiro-mundista, aproxima-se em alto grau dos Estados Unidos e afasta o regionalismo.

Sem declarar, efetivamente, o rompimentos com o modelo diplomático de Zuazo, Estenssoro esfria suas relações com a América Latina, os intercâmbios caem e, em contrapartida, volta a lançar ânimo na peleja centenária contra o Chile, retornando à diplomacia marítima. No lugar de universalizar a reivindicação, como antes, o MNR prefere o bilateralismo.

Tido por governo liberalizante, bastante propenso às reformas institucionais, sendo algumas até pioneiras na América Latina, Estenssoro botou a Bolívia em um caminho que não foi inverso ao percorrido por Argentina e Brasil na evolução do MERCOSUL nos anos 1990. A política externa boliviana procurou exercer a combinação de reivindicação marítima com integração regional, mas sempre de olho na composição Buenos Aires-Brasília.

Isso se deu à medida que a Bolívia aceitou os termos imperativos da modernidade diplomática "interdependente", observando que não haveria mais condições de se imprimir políticas autônomas de desenvolvimento nos anos 1990, da mesma forma que havia sido no período do nacional-desenvolvimentismo e do não-alinhamento que percorrera toda a Guerra Fria.

Sob esse fato os Palácios do Itamaraty e do San Martín (com diferenças) coadunaram suas visões com o Ministério del Exterior y Culto. Afinal, as Chancelarias brasileira e argentina haviam procurado reformar os conceitos e atuação de suas diplomacias, procurando substituir a crítica à dívida externa, à intromissão das grandes potências na vida das outras soberanias e à pobreza por novos vetores, como, reforma institucional, proteção ao meio ambiente, negociação da dívida e, por fim, combate ao narcotráfico. (Cf.Arbilla, 2000: 352).

Por isso, aquela política boliviana, combinada com o clima latino-americano de então, foi o convite para que a Secretarias de Estado e Defesa norte-americanas passassem a ver a região andina, com centro na Bolívia, produtora da planta da coca, como área que tocasse aos interesses da superpotência. A presença de agentes estadunidenses apoiando a logística antidrogas se misturou com sugestões de técnicos que pregavam a reforma e a abertura econômica.

Conseqüentemente, a economia dos hidrocarbonetos, do gás natural, não é divorciada das implicações que reinam na dividida política boliviana, grosso modo, por defensores da exportação, de um lado; e por aqueles que advogam o resguardo do insumo para o desenvolvimento interno do país, do outro. O uso do elemento gasoso não é passivo para a política da Bolívia, posto que se trata de produto que alcança valor suficiente para o Erário, fazendo parte de um longo histórico cabo-de-guerra entre os dois grupos mencionados. Claro, não há como negar que o assunto se torna muito carregado de viés

ideologizado à medida que as agremiações políticas em questão se empenham por seus interesses.

Os defensores da exportação de gás, tidos por liberais, pensam que a venda do produto pode acarretar ganhos ao país, bem como contribuir para a consolidação da Bolívia na integração regional, já que a unidade política não teria muito mais para intercambiar. Mais, seria um desperdício não aproveitar essa dádiva dada pela natureza que poderia angariar riquezas ao país, sendo ele mesmo bastante limitado no desenvolvimento econômico. Praticamente todos os governos que tomaram parte nos anos 1990 pertenciam a esse lado.

Em contraposição aos "exportadores" há os partidários do resguardo do gás natural para o país. Estes acreditam que reforçar a exportação do gás natural, ainda que seja em prol da integração, seria um desperdício de igual forma porque o país trocaria o único valor com capacidade de impulsionar a economia da Bolívia. Mais do que isso, o GN possibilitaria o crescimento econômico sem ter de reproduzir ciclos tradicionais da economia, como a prata e o estanho nos velhos tempos, ligados à crescente dependência do mercado exterior. Portanto, o gás seria uma poupança a ser usada com parcimônia. (Cf. Álvares, 1989: 115).

Paira ainda na atmosfera socioeconômica boliviana a comentada contestação dos grupos autônomos, em grande parte de partidos indígenas, em que a venda do carburante para a integração regional ou para mercados do além-mar, historicamente, só tem acrescido renda para os grupos e classes sociais mais bem situadas no sistema econômico e político do país. Já a maioria da população não contemplaria, a contento, os benefícios oferecidas pela riqueza natural.

Em todo caso, os governos bolivianos que tomaram parte em toda a década de 1990, Zamora, Lozada e Banzer, haviam adotado os programas de reforma institucional e viam no MERCOSUL uma maneira de ornar os andamentos do mercado comum com a Bolívia. Sendo assim, a partir de 1997 o Palácio Quemado assina termo de compromisso que faz da Bolívia membro, em caráter de observadora, do Tratado de Assunção. O mesmo processo de solicitação havia acontecido com o Chile, embora com menos ímpeto por parte do governo de Santiago.

Justamente para tirar proveitos dos recursos naturais "adormecidos" em solo boliviano aqueles governos adentraram ao bloco regional do sul para dar vazão às suas expectativas de crescimento econômico que não excluíssem as regras de livre mercado e racionalidade econômica, antiestatal, conforme havia sido sugerido pelos programas de investimentos dos grandes centros econômicos mundiais para os Estados da América Latina. O Manual Práctico *MERCOSUR-BOLIVIA* demonstra quais são os artigos pertinentes para essa visão dos governos afins. No Título I, a parte dos Objetivos, o documento prega no Artigo 1:

"Establecer el marco jurídico y institucional de cooperarión y integración económica y física que contribuya a la creación de um espacio económico ampliado que tienda a facilitar la libre circulación de bienes y servicios, y plena utiización de los factores produtivos: (...) Promover el desarrollo y a utilización de la infraestrutura física con especial énfasis en la progressiva liberación de lãs comunicaciones y del transporte fluvial y terrestre y en la facilitación de la navegación por hidrovia(...)" (Manual Práctico, 1997: 14).

Antonio Quiroga, que havia sido ministro na Chancelaria boliviana durante o primeiro governo Lozada, em 1996 faz análise muito promissora do período de transformações político-econômicas ocorridas na Bolívia. O reforço dos termos da democracia representativa, as reformas econômicas com a intenção de ajustar as contas públicas etc. foram sinais de amadurecimento de um Estado que indicaria o caminho para os demais membros.

Com tarefa difícil em mãos o ex-chancelar teria de ornar e dar vida às expectativas mais arraigas na política de seu país. Valorizar as reformas conceituais da Chancelaria, sem perder de vista a diplomacia marítima, era assunto ainda premente em sua atuação. Tentando universalizar a causa boliviana contra o Chile, mas sem ser hostil, Quiroga procurava retornar à diplomacia de Zuazo, todavia sem a coloração terceiro-mundista presente naquela administração, a de fazer com que o continente percebesse razão boliviana.

Pensando na pertinência de uma possível solda entre o MERCOSUL e a CAN o autor procura abrir espaço para imputar relevância ao intercâmbio energético com o Brasil e Argentina. Tanto o papel boliviano no Cone Sul, quanto o da energia para Brasília Quiroga vê: "A geografia impõe à Bolívia não uma função isoladora e de isolamento, mas de atração, de articulação, de união entre os países que a rodeiam. No pano estratégico a

projeção internacional bioceânica, fundada na plena integração nacional interna e no direcionamento da Bolívia como terra de contatos e não de antagonismos". (Quiroga, 2000: 140).

No campo da integração o MERCOSUL só viria a alimentar algo que naturalmente os Estados já teriam entre si, a vocação ao intercâmbio que faria a venda do gás natural ao Brasil. Ou seja, não haveria necessidade de instituir mais um vez em algo que há 30 anos se desenhava. A Bolívia alem de ser território de contatos entre seus lindeiros seria, de igual forma, fonte de recursos para parceiros que fomentassem a integração. (Cf. Quiroga, 2000: 150).

Para contrariar essa projeção de política exterior, com exportação e integração baseada nas franquias liberais, fez-se pressão para a defecção do presidente Lozada e do que ele representava: os valores políticos e econômicos que tanto sensibilizavam o ministro Quiroga. Procurando respeitar o mínimo a ordem das coisas os partidos indígenas admitiram a posse do vice-presidente, Carlos Mesa, na media que este poderia levar o processo político para um desfecho que fosse tido a contento por todos os grupos em busca de comunhão. Em junho de 2005 Mesa também segue o mesmo destino do primeiro mandatário da República, cedendo lugar ao presidente da Suprema Corte, Eduardo Rodriguez.

A eleição de Evo Morales à Presidência não frisa de pronto se haveria alguma percepção particular do MAS aos temas de política internacional e integração regional. Com o grupo agora no poder percebe-se que deverá haver mudanças nos programas anteriores, vistos por favoráveis ao Brasil na venda do gás natural, retornando mais uma vez a reclamação de que os ganhos na exportação do GN podem ser prejudiciais à população oprimida

A procura de se saber qual seria o projeto diplomático que a Bolívia deveria ter sob a nova administração central contribui para aumentar o desgaste do processo integrativo. É verdade que o regionalismo latino-americano ao agregar dois grandes Estados nacionais do Cone Sul já sofria determinado desgaste em virtude das dificuldade de entendimento entre Brasília e Buenos Aires a respeito de assunto sensível à boa saúde econômicas dos dois membros.

O que Morales fizera com a nacionalização dos ativos empresariais da PETROBRAS, e outras petroleiras, só acrescentou um gomo em uma cronologia de crises que habita o Tratado de Assunção. Por outro lado, não podemos dizer que, em essência, o governo boliviano seja contrário à integração, que despreze sua mensagem. O próprio presidente faz questão de sublinhar sua maneira de ver o mundo a respeito do item de grande complexidade. Em revista brasileira, publicada em abril de 2006, Morales dá a entender sobre integração:

"Dentro de uma visão simplista de mercado livre, o gás, transformado em uma mercadoria a mais, corre o risco de ser outro recurso que desaparece, deixando somente pobreza. (...) A integração é um processo que já deveria estar em andamento. Exigem-no não só a realidade política do mundo atual, mas também as urgências de nosso país. (...) Propomos que o gás seja o mais importante fator de integração e sustentamos que o restabelecimento da integridade da Bolívia é condição essencial da integração." (Morales, 2006: 26 e 27).

Em abril, o prestígio da integração convocou positivamente a letra de Morales a favor do regionalismo. No primeiro dia de 2006 o Exército boliviano entra nos sítios e refinarias da PETROBRAS para garantir a palavra do chefe. A Bolívia sob o atual governo sabe muito bem o quanto a falta de uma linha regular em política externa tem prejudicado seu contato internacional. Não podemos ignorar os esforços que a presidência de Morales tenciona emplacar em sua diplomacia ao saldar o interesse na China, no Japão etc. (Cf. Morales, 2006: 22). No mesmo pé, o mandatário acredita que há um impreciso apego mental e cultural da Bolívia junto aos grandes centros europeus que vem ao encontro das expectativas da elite crioula.

Para diminuir a falta de apego aos problemas nacionais o Palácio Quemado defende reformas conceituais na Chancelaria, fazendo com que aquela Casa direcione mais atenção às Américas Central e do Sul, que seja menos cosmopolita. Eis uma aplicação louvável para fazer com que a Bolívia venha a consertar questões domésticas ou diplomáticas que perturbam o bem-estar do país. Todavia, abre-se uma pergunta, é saber se os desdobramentos aplicados no ano de 2006, sobremodo junto ao Brasil, contribuem para o intento boliviano justamente ao utilizar um recurso natural que não dá margem para dúvidas. Ele promove o conflito. (10)

Notas do Capítulo 4

(1) Sobre este ponto concordamos com a ótica de Canrobert Costa Neto, a de que os acontecimentos de 1952, da revolução nacionalista, não se limitaram apenas àquele período, mas sim com desdobramentos que percorreram toda a década de 1970. (Cf. Costa Neto, 2005). Nesta esteira podemos dizer se tais efeitos residuais não podem ser encontrados também nos últimos cinco anos. Vale dizer, se os conflitos sociais bolivianos e a Guerra do Gás não são mais um capítulo da cronologia de lutas dos movimentos sociais indígenas contra as classes sociais mais bem situadas.

(2) Antonio Gramsci, em *Os Intelectuais e a Cultura*, exalta a importância de haver políticas culturais e educacionais que cimentem a variedade de sentimentos em um determinado Estado, tornando-os nacionais de fato. Uma literatura popular, bem como uma imprensa consoante com tal projeto daria o compasso esperado pela nova hegemonia para a confecção de uma unidade cultural e popular propriamente dita. Outro ator relevante neste campo é o intelectual orgânico que pode traduzir a concepção de mundo agregando novos valores para sua faixa social. Professores, sindicalistas, empresários etc podem ser intelectuais orgânicos à medida que eles imprimem o olhar de mundo do grupo hegemônico. Aqui a força física existe, mas não é suficiente.

(3) No ano em que escrevemos esta investigação o sociólogo Álvaro García Linera ocupa o cargo de vice-presidente da República boliviana na chapa de Evo Morales, vencedor do pleito pelo partido do Movimento ao Socialismo. Linera é considerado o lado mais intelectualizado do governo Morales, aquele a quem cabe desmanchar mal-entendidos com o governo brasileiro, como as interpretações a respeito da atuação da PETROBRAS na Bolívia. Tem sido comum no governo Morales dizer que a estatal brasileira utiliza de formas não convenientes para aproveitar as riquezas naturais bolivianas, uma rapinagem exercida pelo Brasil. Cabe a Linera desanuviar tais interpretações.

(4) Linera faz estudo sobre as questões étnicas e políticas no âmbito do Estado, dialogando com os pontos aqui comentados de Gramsci sobre a falta de unidade cultural na Bolívia, portanto sua crônica crise por falta de uma classe hegemônica que tenha visão universal. Para se ter maior percepção do debate aqui proposto ver o texto do autor. (Linera, 2005).

(5) O acontecimento que indica a elevação da Ação Direta, de Georges Sorel, é encontrado na eclosão da Guerra do Gás dos últimos cinco anos. Acontecimento que além de ter provocado a defecção de Lozada da Presidência da República deu mais ânimo para o MAS, de Evo Morales, e para o MIP, de Felipe Quispe. (Cf. Husar **et** Maihold, 2005: 55).

(6) Faz-se necessário dizer que não é nossa profissão-de-fé apontar os descaminhos da integração regional ou física, pela energia, como se ignorássemos totalmente o histórico do assunto. Criticamos quando esta engenharia diplomática é feita a partir de pressupostos que não contribuem para a consecução de segurança e desenvolvimento do Estado. Para indicar análise que reforça nossa perspectiva citamos Adilson de Oliveira. (Cf. Oliveira, 2005: 77).

(7) Nas edições de 22.08.2006: B5; de 25.08.2006: B8 e de 08.09.2006: B7 de o *Estado de S. Paulo* o mote foi a problemática de os grupos guaranis ocuparem as operações do GASBOL para fazer pressão sobre o governo boliviano, sendo o de Morales. Em decorrência dessa ação é lícito pensarmos na falta que o insumo energético poderá fazer à indústria brasileira, caso essa fração de partido indígena resolva dar volume às suas palavras, aprofundando a crise entre as duas Repúblicas.

(8) Na edição do *Estadão*, de 30.10.2006: B1, há matéria sobre a definição do Ato Supremo, de 01 de maio deste ano, promulgado pelo governo Morales. Fica claro para parte da opinião pública brasileira de que a PETROBRAS perdera seus direitos de exploração dos insumos bolivianos e teve sua planta nacionalizada com a assinatura de 28.10.2006, dando a entender que o Itamaraty concorda com os termos do governos boliviano, em que a petroleira do Largo da Carioca se transforme em uma empresa prestadora de serviços

apenas e abre mão de procurar tribunal internacional caso haja queixas contra a Bolívia. A expressão **manu militari** pode incomodar os mais puritanos na leitura das relações internacionais, mas não a ação que o Palácio Quemado fez tanto no dia 01 de maio, quanto no dia 28 de outubro deste ano, não se distancia muito de um movimento militar para consolidar a tomada das refinarias de San Alberto, Cochabamba, e San Antonio, de Santa Cruz. Afinal, o Exército boliviano se concentrou no terreno da PETROBRAS, no Dia do Trabalho, e voltou a ficar de prontidão no momento em que o presidente Lula fora reeleito.Caso a administração federal brasileira não aceitasse os termos bolivianos a empresa seria invadida pelas forças do Estado boliviano.

(9) Embora possa haver uma certa tradição intelectual de se atribuir aos grandes jornais brasileiros um viés conservador, contra os movimentos progressistas, não seria obra de um tradicional diário escrever coisas que pudessem botá-lo em constrangimento. Na edição de o OESP, de 01.11.2006: B1, o próprio presidente Morales deixou claro a intenção de enviar forças militares às refinarias operadas pela PETROBRAS: "Se alguma empresa não assinasse o contrato, as Forças Armadas estavam totalmente preparadas para exercer o direito de propriedade." Não seria forçoso dizer que essa manifestação do presidente boliviano é, no mínimo, paradoxal visto que não haveria espírito de integração regional que suportasse uma declaração dessa natureza. Não se trata de queixas da *real politik*, mas sim de coerência política.

(10) O estudo de Hector Saint-Pierre é profundo na análise sobre o debate revolucionário e seu diálogo com a violência sistematizada. (Cf. Saint-Pierre, 2000) É nosso intuito fazermos um estudo em que a palavra violência não seja vista ao senso comum. Defendendo a viabilidade do tema para as classes sociais oprimidas, Saint-Pierre aponta a inocência que os cosmopolitas tiveram em atribuir à boa parte dos Estados latino-americanos a vocação liberal-democrática, como se os movimentos sociais, e indígenas, hibernassem por tempo indeterminado. As ações de violência na América Latina nunca pararam – elas existem no México, com os Zapatistas, e tomou corpo no Equador, com seu movimento indígena. Até aí eram problemas que muito indiretamente diziam respeito ao Brasil. A Bolívia foi a "bola da vez" com um movimento indígena relativamente mais organizado que seus homônimos. Desta vez, o Brasil e os intelectuais cosmopolitas tiveram de dar atenção a algo que era visto por bizarro.

Considerações Finais

Nestas considerações finais procuramos não nos limitarmos à revisão dos pontos aqui versados nos capítulos, como se pede na parte conclusiva de uma investigação. Além disso, tencionamos trazer alguns traços que possam agregar informações ou ajudar a desenvolver a compreensão deste texto e dar melhor definição ao objetivo que nos levou a escrevê-lo. Para melhor organização deste intuito dividiremos esta parte em correspondência com a forma sob a qual escrevemos esta tese, dividida em quatro capítulos. Depois desta definição demonstraremos dados que possam auxiliar no entendimento sobre a cronologia das relações diplomáticas Bolívia-Brasil, as tabelas que imprimem a situação nacional e internacional dos hidrocarbonetos e, por fim, a localização das áreas em questão por meio de ilustrações.

Comentários sobre a Estratégia e o Estado

O célebre estudioso francês da estratégia, André Beaufre, havia reparado, na primeira edição de seu livro, em 1963, o quanto a palavra estratégia se desgastara em virtude de seu inúmero uso para designar termos nem sempre compatíveis com a arte de dar consecução ao poder estatal. Mercado, diplomacia, tratados internacionais, organismos limitadores à atuação das potências sempre tomaram parte na história das relações internacionais, sobretudo no século XX em que se inaugurou um tipo de conflito não mais patenteado somente pela guerra, mas por outros componentes também, como a economia e ciência. E nesta faixa o poder econômico e científico se elevam em grande parte. (Cf. Beaufre, 2004: 33).

Em verdade o autor de o *Introdução à Estratégia* acredita que o uso do pensamento estratégico, em sentido estrito, havia entrado em um período de eclipse em virtude da própria invenção da arma atômica e da balança do terror da Guerra Fria. Para que estratégia se a utilização da "arma definitiva" acabaria por anular a mais genial articulação militar do Estado? O esforço do militar seria concentrado para valorizar o mecanismo da estratégia que perdera vigor. Pode ser que a existência de armas nucleares viesse a modificar o propósito do termo, mas isso não quer dizer que a estratégia não tenha importância

fundamental na consecução política dos países. Os Estados existem, e tem de conservar seu fundamento.

Nesse caso, o pensamento estratégico continua sendo a forma pela qual a inteligência do Estado irá aglutinar os fatores do poder nacional, as forças armadas, a economia industrial, a demografia etc, para fazer com que o poder político não pereça em face dos desafios, internos ou não. Estratégia para manter a bom termo a política doméstica e o sistema internacional por intermédio não necessariamente da violência, do poder militar, mas sim com a conjugação de uma diplomacia bem preparada e um projeto político consistente – que não seja surpreendido por decisões externas, mesmo que seja de curta dimensão.

Sob esta interpretação de estratégia vejamos que o Estado brasileiro não cumpriu a, a contento, a parte mais elementar do programa, a de não desarticular os instrumentos essenciais do poder nacional para o Exterior. De maneira alguma desconhecemos os dramáticos instantes socioeconômicos em que o País, e os demais vizinhos latino-americanos, tiveram de passar por causa da denominada Década Perdida, os anos 1980 em que ajudou a por o projeto de autonomia nacional dos Estados regionais em uma situação de aguda introspecção.

Temos em mente que há diferenciações ao se adotar as sugestões de reforma institucional programada pelos organismos financeiros internacionais, como FMI e o BIRD. A reforma conceitual de política externa a partir da urgência das privatizações e desregulamentações são parcelas presentes em toda a América Latina. No entanto, cada Estado cuidou de se adaptar em quais dos itens eram mais urgentes para eles. Em alguns países, caso da Argentina e da Bolívia as sugestões, de 1985 a 2003, foram cumpridas a contento. Em outros, como Brasil e Chile, houve algo semelhante à figura do "zigue-zague", em que algumas letras foram adotadas em toda a plenitude, outras ficaram com as reformas iniciadas, mas abandonadas.

Foi a mutação sob a qual os Estados periféricos passaram ao se transferirem do conceito de desenvolvimento nacional, como eles haviam adentrado com o projeto de substituição de importações das décadas de 1950, 60 e 70, para o cosmopolitismo dos anos 1990, algo denominado Estado Normal, conforme o nome dado por Amado Cervo, para os Estados que abriram mão da autonomia para adotarem a aderência ao à dinâmica do

mercado internacional, mas não na qualidade de gestores das operações, mas sim como ordenados.

Entretanto, pouco ou muito, as reformas institucionais latino-americanas decretaram mudança substancial no poder nacional de suas unidades políticas. Foram mudanças com perfil suficiente para frisar a falta de continuidade ou limite de ações em que os Estados não tiveram, em grande nível, poderes para sanar prontamente problemas que levassem em questão o bem-estar que determinado serviço social, público, deveria desempenhar, sem por em conta o **status** de riqueza das áreas servidas. Energia elétrica, telefonia, saneamento e outros, estão na posição de serviços que complicaram a coordenação estatal por falta de afinco maior.

Mas a falta de uma conduta regular e coerente de um planejamento estratégico, planejamento porque é fruto de reflexões interligadas que visam antever problemas e dar-lhes resolução o mais rápido possíveis, não demora somente na falta de articulação primeira que o Estado deve ter. Ainda adotando as explicações do general Beaufre, a ausência dessa ferramenta compromete algo salutar no plano da unidade política: o poder de iniciativa tão importante. (Cf. Beaufre, 2004: 52). E há como perceber o quanto o Brasil abriu espaço para esse dano.

Ao permitir que a reforma institucional abarcasse áreas delicadas do poder estatal, como o núcleo de segurança nacional, o Brasil perdeu parte da conjunção de planejar sua estratégia. Os vetores da política internacional podem ter sofrido mudanças após a queda do Muro de Berlim, forçando a elevação de alguns itens negligenciados, tempos antes, e deslocado os primordiais para um certo descanso histórico. Pensamos que o certo é este termo efetivamente, houve um relaxo, não a morte. Houve a mudança dos vetores, dos mensageiros, mas a essência do conflito internacional ainda continua a mesma, são os Estados nacionais procurando manter sua sobrevivência no mais alto nível possível, grande potência ou não.

No lado brasileiro, com relação à Bolívia, não houve a percepção de que o poder de iniciativa deveria estar ao lado de Brasília e não do Palácio Quemado, no dia em que houve a nacionalização dos hidrocarbonetos e fazendo com que o governo nacional entrasse em um clima de desorganização mental, e política, por causa de algo que havia sido "cantando" pelo presidente Morales e seu ministro dos Hidrocarbonetos, Soliz Rada, da ala

antibrasileira. Ainda no ano de 2005, antes da posse, o Executivo já indicara o transtorno nacional. Em janeiro de 2006, mês da posse, o novo chanceler, David Choquehunca escreve:

> "Poder ser palavra feia (nacionalização, nossas aspas) para as transnacionais. Mas não para nós, que queremos ser os donos não só dos recursos hidrocarboníferos, mas de todos os recursos naturais. Não queremos que estejam em mãos de poucos, mas de toda a nação". (Choqueahuanca, 27.01.2006: A18).

Na verdade, temos de concordar que ao nacionalizar a industria petroleira o governo boliviano só fez manter sua coerência política. Coerência de quem fora eleito para justamente fazer o que deveria ser feito, retomar os serviços básicos de gás natural com o intento de se fazer "justiça social" para uma questão historicamente tormentosa para a Bolívia. Se tal operação será lograda com sucesso ou não é algo que escapa de nossas reflexões.

Manter a consecução de controle do Estado em um sistema internacional de constante instabilidade e conflitos de toda a ordem, tendo este último poucos momentos de concórdia, é fazer com que haja suprimentos energéticos regulares para a atividade socioeconômica e para que o país não veja diminuir sua atuação política nesse mesmo sistema. Pelo fato de o Brasil ter passado pela década perdida é que o levou, em grande parte, a aceitar as sugestões de desregulamentação do poder público em alguns setores que são, classicamente, comandados como parte integrante do conjunto do planejamento estratégico.

Ao chegar a tal ponto, no fundo, o governo brasileiro delegou ao governo boliviano o poder da iniciativa e do jogo psicológico que nos deu dias de confusão e sentimento de desorganização nas respostas. Não é de todo ilícito dizer que o pessoal de La Paz agiu estrategicamente na medida que eles reproduziram, conscientemente ou não, uma das lições de Beaufre sobre o impacto da surpresa. Pegar de surpresa é dizer que um adversário com menos poder transferiu suas fichas de aposta para intimidar um jogador de maior peso, mas nem por isso mais rápido na hora de montar o contra-ataque a ser desferido. (Cf. Beaufre, 2004: 54).

Foi o uso da "estratégia indireta" que o presidente Morales e os ministros Rada e Choquehunca tiveram para a nacionalização dos hidrocarbonetos, deixando para o Brasil o ônus de uma resposta por demais complexa. Se respondesse à Bolívia no mesmo pé isso

daria sinais de destempero para um país que procura instituir sua liderança regional. Se deixasse que a resposta exata fosse demonstrada pelo amadurecimento do processo Brasília correria risco de descrédito. O ato de Primeiro de Maio, data da nacionalização foi amostra de uma profecia de auto-realização. O vínculo Itamaraty-Planalto ignorou sinais. (Cf Hage **apud** Haag, 2006: 86).

Falar de planejamento estratégico só há propósito quando se acredita na validade da geopolítica. A geopolítica é o instrumento pelo qual a inteligência do Estado terá relações proveitosas com o espaço, com os recursos naturais encarados como urgentes para sua consecução. (Cf. Mattos, 2002: 29). Ser algo apreciado pelo mercado não é o grande problema. Petróleo, gás natural, ferro etc são produtos que atraem a atenção do empreendimento particular. O problema é quando o empreendimento particular desenha a atuação do Estado, passando a corporação a coordenar a regra do jogo econômico em setores estratégicos.

Pensar em geopolítica e planejamento estratégico no Brasil de forma alguma é dizer que a democracia esteja em baixa pelo fato desses assuntos terem sido engrandecidos pelos governos militares dás décadas de 1960 e 1970. O almirante César Flores já havia indicado ser um tremendo engano acreditar que o Brasil não possa vislumbrar a estratégia e a geopolítica, e da segurança nacional, com temor de autoritarismo, até porque as duas esferas são bem separadas ao se tratar de Estados do quilate da França ou Reino Unido. A boa saúde da democracia não está ligada, diretamente, a esses temas, mas sim a boa forma dos direitos políticos.

A Vulnerabilidade Internacional da Energia

Não resta dúvidas de que os hidrocarbonetos, e o petróleo em particular, são os maiores fornecedores de energia no mundo. Todas as potências industrializadas guardam dependência dos elementos carburantes para fazer valer sua posição de destaque no sistema internacional, seja para o quesito político ou para a produção econômica. Não é coincidência que as maiores empresas internacionais de energia têm relações políticas, econômicas e sociais com alguma das potências industrializadas. (Ver tabela 15).

Contrariando em parte as pregações de que a qualidade de eficiência estaria no empreendimento particular, importantes Estados na produção energética são possuidores de empresas públicas, sendo que algumas delas aceitam participação dos capitais privados. Os superpoços do Oriente Médio, Arábia Saudita, tem empresa estatal. A Noruega e França têm firmas públicas com alguma participação acionária privada.

O Estados Unidos e Reino Unido são os lares das maiores empresas petrolíferas do mundo. Suas corporações são estatais ou públicas, elas funcionam dentro daquilo que se denomina regra do livre mercado, regime econômico que Washington e Londres gostariam de estender para todos os países. Conquanto, não nos enganemos. Pelo fato de serem empresas privadas não quer dizer que elas não sirvam ao propósito estratégico de seus governos. Carlos Lessa, com o ímpeto que lhe é peculiar, afina um pouco mais o olhar para opinar a respeito da situação norte-americana com as usinas hidrelétricas. Segue:

> "No Império, o pragmatismo admite a estatização como solução operacional e legítima para os problemas energéticos cruciais. As grandes hidrelétricas americanas são estatais, muitas das quais operadas pelo corpo de engenharia do Exercito americano, a exemplo do canal do Panamá. (Lessa, 2001: 32).

E qual é o propósito estratégico que um governo possa ter em face de uma grande petroleira? É fazer com que o elemento energético, por vez carburante, não falte na vida do Estado: que o poder político não passe por violentas crises por falta de combustível. Aí não importa que o Estado não tenha sua empresa para desempenhar relevante missão. A característica de grande potência para determinados países reside na idéia de que ele possua autoridade suficiente para imprimir seu plano de ação junto à empresa privada.

Nos estudos de Gowan, Strange, e outros, podemos encontrar a medida da relação "especial" que as grandes potências têm com as empresas petroleiras. Não se trata de subordinação a elas, segundo alguns ainda acreditam, como se o Estado fosse o **lócus** privilegiado dos capitães do setor. Mas sim de combinação de interesses em que as petroleira venham a cumprir um papel que possa despressurizar as críticas sobre os governos.

O petróleo, como os demais hidrocarbonetos, são bens naturais finitos. Por isso há duas corridas a respeito dessa questão. Uma corrida pela descoberta de tecnologias que tenham a qualidade de arrumar novos insumos, sintéticos, para substituir os fósseis. A outra

corrida é em busca para se imprimir poder nas mega-regiões produtoras do Oriente Médio e Ásia Central. Aqui há a marca de um jogo pesado para os competidores menos preparados.

Estados Unidos, Rússia, China e União Européia fazem parte do primeiro time de potências, que procuram intensamente diminuir suas vulnerabilidades energéticas, de petróleo, fazendo com que haja políticas de atração ou conservação de poder preeminente nas áreas de produção. A majoração de conflitos de toda ordem no Oriente Próximo, muitas vezes em virtude de massiva presença de forças militares ocidentais, é prova de que a busca do ouro negro está na pauta das economias desenvolvidas do Hemisfério Norte.

Efetivamente, não podemos sofrer de reducionismo em análises sobre conflitos internacionais que tenham a energia em seu meio. Não é congruente dizer, prontamente, que a presença de forças ocidentais, anglo-americanas, seja para buscar petróleo exclusivamente. Há outros objetivos e concepções que movem grandes potências para outras geografias. Porém, de forma alguma os combustíveis fósseis devem se ausentar das análises.

A história do petróleo, na forma com a qual escreve Yergin, é uma cronologia de fatos permeados de vários conflitos. Sempre foi assim. Nos Estados Unidos, país que "inventou" o petróleo, houve muito choque de interesses e polêmicas, a se perderem de vista, por causa da industrialização e distribuição do combustível. Governos norte-americanos e empresários foram acusados de relações promíscuas dando a entender que lá havia a delituosa filiação do público ao privado ou vice-versa. Uma nova maneira de fazer acumulação de capital encontraria terreno fértil no braço amigo de governantes. (Cf. Yergin 1992: 43).

Na esfera internacional não tem sido diferente. Desde o momento em que o mundo árabe passou a ser sinônimo de petróleo abundante e barato uma nova página se abriu nas relações com os anglo-americanos. São páginas de difícil leitura em decorrência de políticas complexas, interesses difusos, conceitos de segurança internacional etc. Uma vez que o aventuroso britânico, Thomas Lawrence (o Lawrence da Arábia) estivesse decepcionado, largamente, com os governos de Londres e Paris, após 1919, o Oriente Médio nunca mais seria o mesmo. De lá para cá a violência só aumentou.

Vários enfrentamentos políticos e militares fizeram com que os grandes produtores de petróleo criassem seu próprio sindicato, a OPEP. Organização que em 1974 fomentou um grande acontecimento tendo, no ouro negro, sua nova arma contra as potências ocidentais. Dialogando com Gowan e Rifkin, se a idéia de ter usado os fósseis fora para pressionar o eixo Washington – Tel-aviv o resultado foi bem mais que o esperado. Junto com o Norte, todo o Terceiro Mundo teve de pagar pesada prestação na fatura.

Aquele acontecimento veio a revelar que havia uma profunda vulnerabilidade de todas as potências frente aos combustíveis não renováveis. Pelo fato de ter tido mais gordura para queimar do que os outros, os Estados Unidos agüentaram por bastante tempo o boicote dos produtores. Como se fosse um prêmio por sua resistência, a Casa Branca ganhou de brinde a quebradeira dos países em via de desenvolvimento latino-americanos e a da ousadia nipo-européia que ensaiava encabeçar politicamente o sistema internacional..

Os efeitos perversos não se fizeram demorar na América Latina, antes de tudo. Contando com um ritmo regular de desenvolvimento Argentina, Brasil e México tiveram de frear aquele progresso industrial: a crise da dívida externa dos países pobres havia chegado. Esses Estados tiveram de abrir mão de projetos de crescimento. Há críticos que não concordariam com esta assertiva, preferindo dizer que houve sim o esgotamento do modelo adoto pelos países -- e não que eles tiveram de abrir mão de alguma coisa. (Cf.Campos, 1994: 1268).

O resultado mais evidente foi que as mudanças no teor de coordenação dos Estados, para ajudar a sanar seus danos da dívida externa e de imagem de países problemáticos, fez com que a vulnerabilidade energética, que havia se limitado ao Hemisfério Norte, tivesse se transferido para aqueles que até recentemente gozavam de conforto energético.

Argentina, Chile e Brasil passaram quase toda a segunda metade do século XX, anos de progresso industrial, contando com sua própria energia. Energia hidrelétrica ou térmica, via gás natural, que estes países tiveram em grande escala e tendo, como agente animador, as instituições ou empresas públicas. Já o petróleo, era artigo mais difícil por causa dos fortes estoques, quase todos eles concentrados no Oriente Médio, Ásia Central e Rússia.

A partir de 1993 começam a aparecer notícias de que os países, outrora possuidores de energia barata e abundante, teriam de atravessar períodos de cuidados e limitações. Até a

energia essencial para a retomada do crescimento econômico faltaria, no caso brasileiro. Chile e Argentina passaram a se ver com contendas políticas e jurídicas em virtude da falta de transparência dos empreendimentos proprietários das antigas empresas públicas. Em 1998 o governo de Santiago tem de dar cabo de seu primeiro blecaute. No caso argentino houve blecaute com a disparada das tarifas para domésticos e empresas.

No Brasil, a crise que se avolumou a partir de 1993, apontada nos estudos de Luiz Rosa, e demais, chega a ser insuportável por sua "crueldade". Qual seja? A de impedir que o Brasil retomasse o crescimento econômico e fazer aquilo que essa virtude pede: a criação de empregos. No ano de 2001 tivemos nosso contratempo econômico, apelidado o "apagão".

De lá para cá a sorte eleitoral dos Estados latino-americanos se moveu para a crítica contra o modelo cosmopolita de administração Uma variedade de plataformas contestadoras passaram a governas na Argentina, na Bolívia e na Venezuela. Houve o eclipse, em parte, sobre o partido privado que havia governado a região por toda a década de 1990. A procura de se fazer reparos urgentes e justiça para os mais fracos, ainda que seja mais como retórica, provocou a ascensão do direito público sobre os serviços sociais privatizados.

Mais uma página de divergência se abriu para as relações diplomáticas sul-americanas, mormente Bolívia e Brasil. O GASBOL, aceitado pelo tratado de 1996, foi considerado uma grande obra de engenharia e de diplomacia por parte de variados formadores de opinião. Àqueles que advogavam a urgência das reformas institucionais no subcontinente a construção do gasoduto foi amostra de avanço e de boa vontade na integração. Era congruente voltar a pensar em uma unidade regional sul-americana, sem atritos.

O encanto que o gás natural boliviano exerceu nas mentes de Brasília fez com que sua compra estivesse na ordem do dia para sair da crise. Nada mais conveniente. Um país que tem escassez de energia hidrelétrica, sem petróleo suficiente, sem carvão mineral, torna-se o grande comprador de um insumo que, para os vendedores, está além das necessidades. Conquanto, em maio de 2006 aquilo que parecia ser muito bom revelou-se desgastante.

Ainda a Bolívia para o Brasil

Uma parceria que se apontava como confiável, e sabemos o quanto é fluida a confiabilidade na política, seja ela internacional ou não, fez com que o Brasil tirasse uma lição de tudo isso que vem acontecendo desde a posse de Morales à Presidência da Bolívia. Quer dizer, o processo contra as operações brasileiras em solo boliviano, o Decreto Soberano, contra as petroleiras, tem sido pedagógico ao Palácio do Planalto. Ele ensina que o exagero em um determinado sentimento, paixão ou estratégia, se não for bem pensado traz resultados pesadíssimos. E se a lição for bem aprendida o Brasil não a esquecerá tão cedo.

No lugar de augúrios com a Bolívia, em razão de disputas e de sua crônica instabilidade, não haveria chegada a hora de o Brasil passar a refletir, ou voltar a fazê-lo, sobre os recursos vastíssimos que existem, sem abrir os ouvidos, em excesso, aos bem-pensantes do mundo cosmopolita e multilateral da finanças, que vão deitar críticas de toda a sorte? Como prefere Bautista Vidal. Não haveria de o País se debruçar fortemente em pesquisa e tecnologia para novos combustíveis, como os renováveis? (Cf. Vasconcellos **et** Vidal, 1998).

Seguindo a seara de Ignacy Sachs, pensamos ser urgente o fomento que o Brasil deverá ter na confecção dos novos combustíveis sintéticos na maior escala possível. Continuando com Vidal, e outros estudiosos, a maximização em pesquisa e produção de combustíveis renováveis, a biomassa, não seria salutar só porque os hidrocarbonetos trazem o signo do conflito internacional, embora isso por si já é mais do que suficiente – voltemos logo abaixo com o tema. O uso da biomassa é importante porque tem condições de imprimir um novo modelo de desenvolvimento nacional, assim como de concepção de ciência, fazendo com que a economia do desperdício seja substituída pela sustentabilidade. (Cf. Sachs, 2002: 50).

Outra razão de Brasil se aprofundar nos combustíveis renováveis seria pelo fato de que a dependência que o País, e outras unidades políticas em situação análoga, tem com os hidrocarbonetos é fruto de uma relação não devidamente natural à medida que isso faz com que um país de potencial respeitável, no assunto, venha a negligenciar a biomassa por combustíveis que só engrandecem o grau de conflitos, mesmo que sejam imprescindíveis

atualmente. Imprescindíveis na atualidade, mas com seus dias contados, pois são finitos. E tivemos oportunidade de observar que a adoção brasileira pelo gás natural funcionou mais como condição de o País melhorar sua imagem perante o mundo financeiro internacional do que urgência interna.

No fundo, veio a calhar a necessidade de o Brasil ter de melhorar sua imagem perante os investidores por meio da adoção dos planos de importação de gás natural boliviano. Veio a calhar porque havia a queixa de que o País ficaria sem energia elétrica em breve tempo. Assim, seria conveniente resolver o problema energético pela compra do GN boliviano, até porque esse arranjo seria parte do olhar brasileiro de integração física regional. E quem sabe se o Brasil não conseguiria imprimir à Bolívia nossa estratégia nacional

A integração internacional, não resta dúvidas, é uma parcela maravilhosa na vida dos Estados. Aquelas unidades políticas, cansadas de guerra, talvez abracem a ventura dos tratados feitos sob a égide da cooperação. A União Européia talvez se encaixe nesse modelo. Mesmo no Velho Mundo, às vezes, ocorre a cadência da dança com um para frente, dois para trás. O que dizer então da América Latina que parece ensaiar a integração em vista mais da visão inocente de mundo do que a partir de um projeto lúcido de inserção internacional.

A crise com a Bolívia vai deixar ferimentos na política brasileira voltada para a região. Mesmo se os negócios continuarem, e nada nos autoriza a dizer que eles serão bloqueados, será mais por um certo esquecimento da memória diplomática nacional do que pela recuperação do machucado. A PETROBRAS tenciona ficar na Bolívia até porque já há certa dependência da economia nacional ao produto importado. Enquanto concluímos esta investigação há notícias de que Soliz Rada, mentor mais ativo da ação boliviana, não ocupará mais o Ministério dos Hidrocarbonetos. As notas de *O Estado de S. Paulo* dizem que falta fôlego econômico para que La Paz venha a nacionalizar, definitivamente, toda a cadeia produtiva. Há a entender que a retirada do mais celebre membro do partido antibrasileiro seja para aplacar o grau de descontentamento que Brasília pode ter (Cf. OESP. 16.09.2006: A3).

Por outro lado, como a campanha vitoriosa de Morales foi feita contando com o que está ocorrendo atualmente, liberando um pouco o comportamento antibrasileiro, o governo

do presidente ensaia retomar as duas mais importantes refinarias do país, a de Cochabamba e da de Santa Cruz, ambas de propriedade da PETROBRÁS, empresa que desenvolveu meios de trabalho surpreendestes para as outras nacionalidades, contando com as *majors*. Por isso, talvez, a empresa tenha de pagar salgado custo por ter sido tão competente e ter demonstrado à nova elite política as dimensões de riqueza do solo boliviano que nem os mesmos tinha conhecimento.

Entretanto, para leitores brasileiros do caso PETROBRAS não haveria, em intenções, traços distantes de personalidade política entre o antigo ministro e o atual, Carlos Villegas. No dia de posse o novo dono da pasta havia demonstrado palavras menos árduas com relação à petroleira nacional. Passados alguns dias, em que ficara claro o peso dos grupos sociais ativos, para que se cumpra, a contento, o Decreto Supremo, o novo ministro passa a ter postura mais altiva perante a possibilidade de haver dúvidas. Respondendo à pergunta se as relações entre Bolívia e Brasil não estariam em via de rompimento por causa do clima aquecido por varias opiniões, diz o dirigente:

"De fato, há uma postura, nas últimas semanas, que creio não faz nada bem às relações, não apenas empresariais, mas também diplomáticas entre os dois países. Estamos seguros de que a Bolívia tem papel importante na geopolítica e na política energética do Brasil. Porque quase todo o gás vendido ao Brasil vai para o Estado mais industrializado, São Paulo." (Villegas, 24.09.2006: B3).

De maneira unitária a Petróleo Brasileiro é a maior empresa a operar na Bolívia. Não somente a maior empresa a operar nas jazidas orientais, mas também aquela que conseguiu os maiores avanços nas descobertas de novas minas de gás natural, com capacidade de superar custos de investimentos e de serem lucrativas para o Erário boliviano no final de tudo. Tudo isso fez com que o intercâmbio entre os dois Estados fossem volumosos.

Para começar, o Brasil se tornou o maior importador de gás natural boliviano, seguido pela Argentina (ver tabela 4). O elemento gasoso importado deveria ser empregado no funcionamento de termelétricas, de industrias dependentes de fornos e automóveis. Sua compra deveria ser equacionada por medidas de segurança que foram comentadas por Conant **et** Gold na parte 1.3: evitar fazer parte dos problemas internos dos exportadores e procurar não ser vitimado por desajustes no preço do combustível. O que vemos nos dias,

em que fica clara o azedume entre Brasília e La Paz, é a falta de retidão dessas medidas que se voltam contra o Brasil.

Ainda que seja jogada psicologia da Bolívia, e isso não desmerece o jogo, o confisco das refinarias operadas pela PETROBRAS ameaça elevar o custo tarifário do gás natural usado no Brasil.Começando com a média de 30 milhões de m3, em 1998, na inauguração do GASBOL, o Brasil havia montado plano para consumir a quantidade de 50 milhões de m3 ao dia. Sob o juízo de Amaury Porto de Oliveira, seria uma grande amostra de modernidade que o País faria ao adotar um insumo encontrado em grande massa e menos poluente.

Continuando sob o espírito da modernidade, o uso em escala do gás natural seria compatível com o meio ambiente e com a nova proposta econômica da globalização energética. Desfazendo os antigos monumentos estatais, verdadeiras placas-mãe da industrialização latino-americana, as petroleiras haviam sido concebidas para melhorar o empreendimento estratégico dos Estados junto ao confuso sistema internacional. O sistema já havia demonstrado a ácida situação entre as ex-potências metropolitanas com o Oriente Médio.

Com os países latino-americanos a situação não seria distinta. A começar pelo México e passando pela Argentina, Bolívia, até chegar ao Brasil, o diagnóstico dos planejadores da estratégia era a de que fornecimento de energia e lucro não eram expressões primas. Após a década de 1950 a desarmonia entre as empresas privadas do setor e a necessidade brasileira de energia havia chegado a uma posição coerente para o momento: a centralização progressiva dos trabalhos nas mãos dos gestores do poder político nacional.

No começo da década de 1990 havia surgido o momento máximo do descrédito dos Estados na gestão da coisa pública. Nessa seqüência, Edmilson Santos, em seu *Gás Natural*, passara a vislumbrar o uso do carburante gasoso como amostra do amadurecimento econômico que a globalização forçou as unidades políticas a ter. Em um mundo de incrível competição, os Estados teriam de conjugar seus interesses com os do empreendimento privado, mais dinâmicos em uma ordem em que os Estados estariam limitados.

Por causa da crise econômica, advinda da década perdida, os países do Terceiro Mundo receberam forte golpe que os pegou de jeito na formulação de projetos nacionais. A maneira de se reagir ao lance ficou a critério de cada golpeado que procurou responder de acordo com as possibilidades do momento. Para o Brasil e companhia a reação não deveria partir do fortalecimento do poder nacional; ele deveria resultar na feliz combinação do arrefecimento estatal com a entrada proveitosa do empreendimento internacional na energia.

Bolívia Merece Atenção

Embora o que comentamos nestas considerações finais possa ser encarado como impertinente por se tratar de assuntos diferentes podemos dizer que, rigorosamente guardando as devidas proporções, o Ato Supremo que o governo boliviano imprimiu no primeiro dia de maio de 2006 caiu para o Brasil como se fosse o fatídico 11 de Setembro para os Estados Unidos. Não que a ação boliviana impetrada pelo MAS tivesse arrastado o Brasil para um campo minado, da mesma forma que os ataques denominados terroristas fizera com Washington.

É que da mesma forma que a queda das Torres Gêmeas perturbaram o animo norte-americano em sua diplomacia, dando um pouco de baixa-estima, o ato feito pela tomada **manu militari** do terreno da PETROBRAS provocou comoção na política brasileira, organizada para lidar com os Andes. Ela deu partida a um esforço para se saber qual deve ser o papel que o Brasil tem de ter na América Latina, precisamente, na área que cobre o Cone Sul a partir da Bolívia.

Nos últimos quinze anos a diplomacia brasileira apostou boa parte de suas fichas na construção de uma política que levasse em consideração uma possível liderança nacional por meio de acordos de integração física. Era a autonomia pela integração. À medida que o próprio MERCOSUL azeitasse sua máquina proveitosa para a economia local tudo se ajeitaria na arte de ampliar o bloco. A junção do mercado do sul com a CAN deveria ser a formula pela qual Brasília reforçaria sua percepção de política internacional, contando com a evolução natural das coisas.

À medida que a arte final não estava saindo igual ao desenhado do projetista a liderança instantânea brasileiro deu a entender que estava fazendo água. A globalização energética, promissora para o real desenvolvimento econômico da Bolívia, não ganhou ares. Os conflitos sociais do país passaram a ter dimensões de difícil administração tanto para o governo de plantão, quanto para àquele que tencionava influenciar os destinos da região.

O que estava em jogo em solo boliviano não era excentricidades de uma forma de se fazer contestação vista por anacrônica pelos analistas modernos ou ligados ao Hemisfério Norte, que gostariam de ver partidos políticos racionais e respeito incontestável à regra do jogo institucional, um Trabalhista, um Liberal e um conservador. O que se pautava a partir de El Alto, e afetando La Paz, era saber como as riquezas naturais poderiam mudar a sorte da maioria da população. E naquele inquérito não estava o acato às regras do livre mercado internacional, mas a tomada das decisões do poder político nas mãos de uma parte do partido indígena.

A nacionalização dos minérios bolivianos traz uma espécie de lei histórica dos países periféricos. Pela falta de instrumentos eficientes de poder político o Estado prefere ele mesmo administrar seus recursos e riquezas, embora isso possa parecer jurássico para a contemporaneidade. Nos países em que o poder político não é algo duvidoso o comando sobre tais recursos é dividido com o empreendimento privado, outorgando-lhe tarefas que ajudem o Estado – é o que podemos ver com a ascensão das empresas petrolíferas perante seus governos.

Já na parte sulista da Terra não houve ainda a formação de máquina caprichosa a ponto de fazer valer sua autoridade sem ter de demonstrar imagem pública no campo da coerção. Mohamed Ayoob deixara claro o quão é falsa equação que diz ser o Estado um resíduo do passado – não para as coletividades pobres As tentativas feitas na década de 1990 não estão totalmente claras e examinadas a preceito. Mesmo no Brasil falta debates a respeito da eficiência das agências reguladoras que pouparíam, com independência, o desgaste do Estado nas decisões.

Na Bolívia, na Argentina e no Chile o convívio entre o empreendimento privado e o setor social não têm sido calmo. De uma forma ou de outra os governos da área tem encarado o problema por meio do reforço dos instrumentos do poder político e não ao

contrário. No caso boliviano a situação é mais dramática, pois beira na falta até da concepção de Estado.

Aglutinando com todos estes acontecimentos na Bolívia a diplomacia brasileira apresenta sua parte de crise. Em todo o ano de 2005 e de 2006 uma questão não se ausentou dos debates sobre política externa do Brasil: até onde vai o peso que o País pensa exercer na região? E daí seus desdobramento: o que se deve fazer para que o Brasil se torne líder da América Latina sem ter de passar pelos infortúnios apontados pelo cotidiano como este que ganha corpo diariamente? Só por isto o complexo Itamaraty-Planalto já teria muito com o que se preocupar.

Anexos e Tabelas

1 - Dados Comparativos de Bolívia e Brasil

Bolívia
Nome Oficial: República da Bolívia.
Capital: La Paz, administrativa. Sucre, judiciária.
Área: 1.098.581
População: 8.274.325
População Urbana: 63%
Crescimento: 2.3 ao ano
Mortalidade Infantil (por 1000): 66
Expectativa de Vida: 65 anos.
Taxa de Analfabetismo: 86%
Produto Nacional Bruto: 22.3 bilhões de dólares.
PNB *per capita*: 1.010 mil dólares.
Reserva de Gás Natural: 108 bilhões de m3.
Despesa Social Total: 22%
Índice de Desenvolvimento Humano: 113° – 0.687.

Brasil
Nome Oficial: Republica Federativa do Brasil.
Capital: Brasília.
Área: (1000) 8.511
População: 184.441.482
Crescimento de 2000 a 2005: 1.8 ao ano.
População Urbana: 80%
Mortalidade Infantil (por 1000): 50.4
Expectativa de Vida: 70.4 anos.
Taxa de Alfabetização: 88%
Produto Nacional Bruto: 605 bilhões de dólares.
PNB *renda per capita*: 7.790 mil dólares.
Índice de Desenvolvimento Humano: 63° - 0.792.

(Fontes: INE-Bolívia. IBGE. PNUD-2005. BACEN)

2 - Maiores Produtores de GN do Mundo (em milhões de m3 ao ano) (1)

Ranking	*País*	*Quantidade*
01°	Rússia	580.000
02°	Estados Unidos	548.100
03°	Canadá	186.800
04°	Reino Unido	105.900
05°	Argélia	80.300
06°	Holanda	77.500
07°	Indonésia	69.000
08°	Uzbequistão	63.100
09°	Irã	61.500
10°	Noruega	54.600
11°	Argentina	41.100
29°	Brasil	15.792

3 - Maiores Consumidores de GN do Mundo (em milhões de m3 ao ano)

Ranking	*País*	*Quantidade*
01°	Estados Unidos	640.900
02°	Rússia	408.100
03°	Alemanha	94.340
04°	Reino Unido	92.850
05°	Canadá	82.250
06°	Japão	80.420
07°	Ucrânia	74.100
08°	Itália	71.180
09°	Irã	65.590
10°	Arábia Saudita	53.690
42°	Brasil	9.590

4 - Importação de GN para o Brasil (em milhões de m3 ao ano)

Procedência	*Quantidade*
Bolívia	4.777
Argentina	492
Total Importado	5.269
Gasto (em milhões de dólares)	424.890

(Fonte: ANP, IEA **apud** Anuário Exame 2004/05)

5 - Indicadores Mundiais do Setor Petrolífero (em barris por dia)

País	*Produção*	*Ranking*	*Consumo*	*Ranking Consumo*
Arábia Saudita	8.711.000	01º	1.452000	13º
Estados Unidos	8.054.000	02º	19.650.000	01º
Rússia	7.286.000	03º	2.595.000	05º
Irã	3.804.000	04º	1.277.000	14º
México	3.590.000	05º	1.507.000	12º
Noruega	3.408.000	06º	171.100	18º
China	3.300.000	07º	4.570.000	03º
Venezuela	3.088.000	08º	505.000	16º
Canadá	2.738.000	09º	1.703.000	11º
Emirados Árabes	2.566.000	10º	310.000	17º
Reino Unido	2.541.000	11º	1.710.000	10º
Brasil	1.496.110	12º	2.199.000	06º
Alemanha	85.860	13º	2.813.000	04º
Itália	79.460	14º	1.866.000	09º
Holanda	46.200	15º	895.300	15º
França	34.920	16º	2.026.000	13º
Japão	17.330	17º	5.290.000	02º
Coréia do Sul	0	18º	2.140.000	07º

País	*Exportação*	*Ranking*	*Importação*	*Ranking Importação*
Arábia Saudita	7.920.000	01º	0	14º
Estados Unidos	22.000	18º	9.645.000	01º
Rússia	5.600.000	02º	0	14º
Irã	2.200.000	06º	0	14º
México	1.881.000	09º	374.700	11º
Noruega	3.466.000	03º	88.870	13º
China	151.200	16º	1.207.000	09º
Venezuela	2.300.000	04º	0	14º
Canadá	2.008.000	08º	1.145.000	10º

Emirados Árabes	2.048.000	07º	0	14º
Reino Unido	2.205.000	05º	1.418.000	08º
Brasil	241.770	15º	351.267	12º
Alemanha	404.300	14º	3.081.000	03º
Itália	456.000	12º	2.158.000	07º
Holanda	1.418.000	10º	2.284.000	05º
França	409.600	13º	2.281.000	06º
Japão	93.360	17º	5.449.000	02º
Coréia do Sul	804.700	11º	2.965.000	04º

(Fonte: ANP, EIA **apud** Anuário Exame 2004/05)

6 – Capacidade Instalada do Parque de Geração Elétrica em 2004 (mw/h)

País	*Hidroelétrica*	*Térmica*	*Total*	*Hidroelétrica*	*Térmica*
Argentina	8.926	11.785	20.711	43%	57%
Brasil	56.262	9.929	66.191	85%	15%
Bolívia	336	629	965	35%	65%
Chile	4.030	2.622	6.652	61%	39%
Paraguai	7.840	0	7.840	100%	0
Uruguai	534	563	2.097	73%	27%

7 – Consumo Brasileiro de Eletricidade (gw/h)

Setor	*2000*	*2001*	*2002*	*2003*
Residencial	83.617	73.199	72.273	76.265
Industrial	131.487	12.236	127.112	129.895
Comercial	47.314	44.205	45.016	47.522
Outros	44.021	42.911	44.664	47.072
Total	306.439	282.428	289.065	300.653

8 – Uso da Malha Dutoviária no Brasil (em km)

Produto Transp.	*Extensão*	*Porcentagem*
Gás Natural	7.625	50%
Derivados	5.540	36%
Petróleo	1.903	12%
Outros	30	01%
Total	15.098	

9 – Comércio Brasileiro de Petróleo (em dólar)

Tipo	*Volume comercializado*	*Gasto/Receita*
Importação	128.212.680	3.918.964.762
Exportação	88.246.396	2.121.930.323

(Fonte: CEPAL, ANP, IEA **apud** Anuário Abril 2004/05)

10 - Reservas Provadas e Prováveis de GN na Bolívia (em milhões de m3)

Companhia	*Reserva Total*	*Porcentagem do Total*
Andina	363.5	24.80%
Total Bolivie	205.7	14.00%
Petrobrás Bolivia	201.8	13.00%
Maxus Bolívia	143.2	9.80%
BG Exp. e Prod.	140.9	9.60%
Móbil Boliviana	98.9	6.80%
Arco de Bolívia	93.9	6.40%
BGBG	92.7	6.30%
Chaco S.A.	60.8	4.20%
Outros menores	564.8	4.30%
Total Provada	1.966.3	100.00%

(Fonte: CEPAL, 2004)

11 - Participação Acionária no GASBOL (em porcentagem)

Empresa	Porcentagem
1º Transredes (Fundos de Pensão Bolívia)	25.05%
2º Transredes (Enron)	12.75%
3º Enron	17.00%
4º Gaspetro (Petrobrás)	11.00%
5º British Gás	02.00%

(Fonte: CEPAL, 2004)

Desenvolvimento de Coleção

12 – Maiores Exportações Bolivianas

Produtos	*Volume (em toneladas)*	*Valor (em dólar)*
Minerais	476.331.442	455.822.768
Hidrocarbonetos	11.957.718.208	846.975.808
Outros Produtos	2.053.997.240	880.961.967
Somente o GN	11.190.769.441	619.720.233
Outros	766.948.767	227.225.575

(Fonte: INE-Bolívia, 2004)

13 – Maiores Importadores da Bolívia, de Modo Geral

País	*Volume (em toneladas)*	*Valor (em dólar)*
1º Brasil	10.0622.068.434	710.924.824
2º Estados Unidos	228.149.975	330.820.725
3º Venezuela	825.258.933	242.575.102
4º Argentina	1.316.035.141	122.595.373
5º Peru	394.230.392	134.580.158
6º Colômbia	276.559.237	119.002.619
(...)		

(Fonte: INE-Bolívia, 2004)

14 – Projeção de Consumo de GN na América do Sul (em milhões de m3)

País	*2000*	*2005*	*2010*	*2015*
Argentina	26.46	39.97	48.88	60.27
Bolívia	0.78	1.07	1.61	2.18
Brasil	11.04	24.98	34.72	46.35
Chile	4.98	8.66	12.67	17.96
Colômbia	4.69	6.86	10.68	15.64
Peru	0.62	1.96	2.80	3.97
Uruguai	0.17	0.55	0.78	1.77
Venezuela	18.30	22.96	30.40	40.20

(Fonte: CEPAL, 2004)

15 – Ranking das Empresas de Petróleo, Dentre Outros Setores Empresariais (2)

Empresa	*Ranking*	*País*	*Receita (milhões de dólares)*	
Shell Company	01°	Hol/RU	179.431	Status Privada
British Petroleum	02°	Reino Unido	178.721	Status Privada
Total	15°	França	96.504	Status Estatal/Mista
PEMEX	38°	México	63.690	Status Estatal/Mista
PDVESA	50°	Venezuela	63.200	Status Estatal/Mista
ENI	51°	Itália	46.117	Status Estatal/Mista
China Petroleum	52°	China	39.167	Status Estatal/Mista
Statoil	69°	Noruega	30.334	Status Estatal/Mista
Petrochina	75°	China	29.559	Status Estatal/Mista
Repsol-YPF	77°	Espanha	29.136	Status Privada
Nippon Oil	93°	Japão	26.437	Status Estatal/Mista
Petrobrás	102°	Brasil	22.612	Status Estatal/Mista

(Fonte: Global 2005, Forbes 2003, PDVSA)

16 – Reservas Provadas de GN (em milhões de TEP)

País	*2000*	*2001*	*2002*	*2003*
Argentina	646	634	551	551
Bolívia	560	643	675	675
Brasil	183	185	203	204
Cone Sul	1.389	1.462	1.429	1.430
A.Latina	5.790	5.909	5.994	5.965
Mundo	132.662	144.518	145.375	145.894

(Fonte: CEPAL, 2004)

17 – Composição da Matriz Energética Brasileira

Fonte	*Característica*	*Porcentagem*
Petróleo e Derivados	Não-Renovável	42,0%
Hidrelétrica	Renovável	14,3%
Derivados de Cana de Açúcar	Renovável	15,4%
Lenha e Carvão Vegetal	Renovável	14,1%
Gás Natural	Não-Renovável	8,5%
Nuclear	Não-Renovável	1,5%
Outras Fontes	Renovável	3,1%
Carvão Mineral e Derivados	Não Renovável	1,0%

(Fonte: MME)

18 – Composição da Geração Elétrica Brasileira

Fonte	*Porcentagem*	*Tipo de Fonte*	*Porcentagem*
Hidráulica	84%	Petróleo	3%
Nuclear	4%	Carvão Mineral	1%
Gás Natural	4%	Outras	4%

(Fonte: ANP, ANEEL **apud** Anuário Abril, 2005/2006)

19 – Uso do GN no Brasil

Setor	*Porcentagem*
Industria	50%
Eletricidade	24%
Refinarias	12%
Gás Veicular	11%
Residências	3%

(Fonte: MME).

20 – Integração Energética com a América do Sul

Produto	*Origem*	*Conexão*	*Disponibilidade*
Energia Elétrica	Venezuela	Boa Vista-RR	200 mw
Energia Elétrica	Paraguai	Foz do Iguaçu-PR	5.600 mw
Energia Elétrica	Paraguai	Foz do Iguaçu-PR	50 mw
Energia Elétrica	Bra/Arg	Garabi-RS	2.200 mw
Energia Elétrica	Bra/Arg	Livramento-RS	70 mw
Energia Elétrica	Argentina	Uruguaiana-RS	50 mw
Gás Natural	Bolívia	Corumbá-MS	30 milhões m3/dia

(Fonte: ANP, ANEEL **apud** Anuário Abril, 2005/2006)

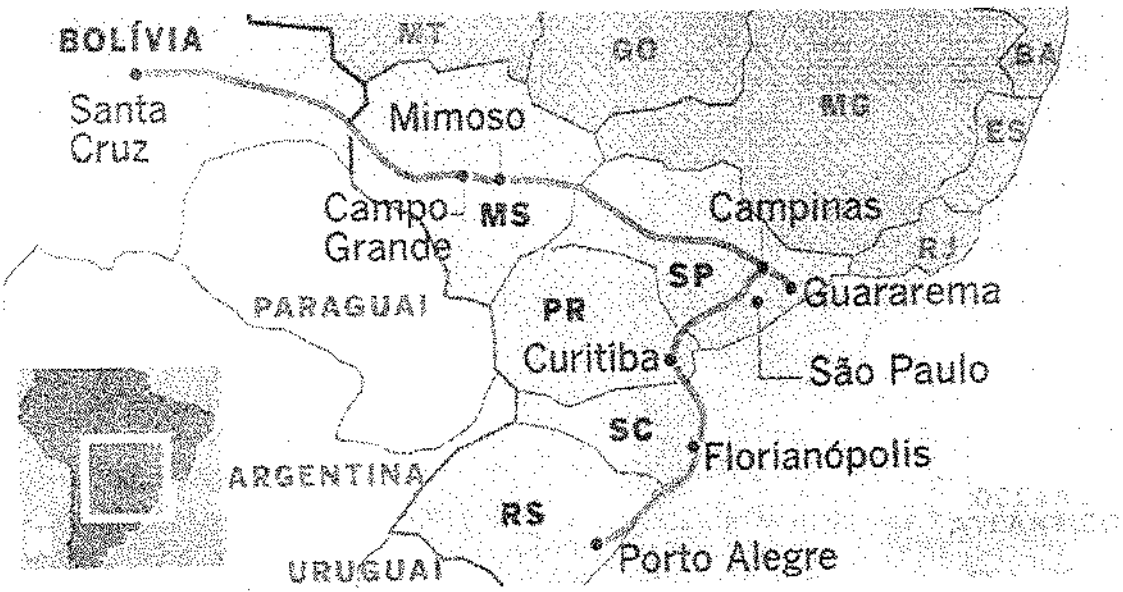
Notas dos Anexos

(1) Encontramos formar diversas no que se refere à demonstração da América Latina na contabilidade energética. Nos cálculos de Husar et Mailhold (2005: 53). Em bilhões de m3 a produção latino-americana é assim: Argentina 42,43. Bolívia 7,62. Brasil 14,72. Chile 2,18.Colômbia 8,01. Peru 1,84. Venezuela 33,75. México 57,63. No caso da América do Norte a situação é: Canadá 180,50. Estados Unidos 549,50.

(2) No critério da revista norte-americana *Fortune 500*, somente com petroleiras, o ranking segue outra apresentação. As quatorze maiores empresas são, em ordem decrescente: a saudita ARAMCO, a norte-americana Exxon Móbil, a Venezuela PDVSA, a italiana NIOC, a britânica British Petroleum, a anglo-holandesa Shell, a francesa Total, a norte-americana Chevron, a mexicana PEMEX, a chinesa PETROCHINA, a norte-americana Conoco Phillips, a argelina Sonatrach, a kuwaitiana KPC e a PETROBRAS. Em essência as tabelas não divergem tanto, pois indicam a preeminência das anglo-americanas e das estatais européias e asiáticas, com destaque para as latino-americanas.

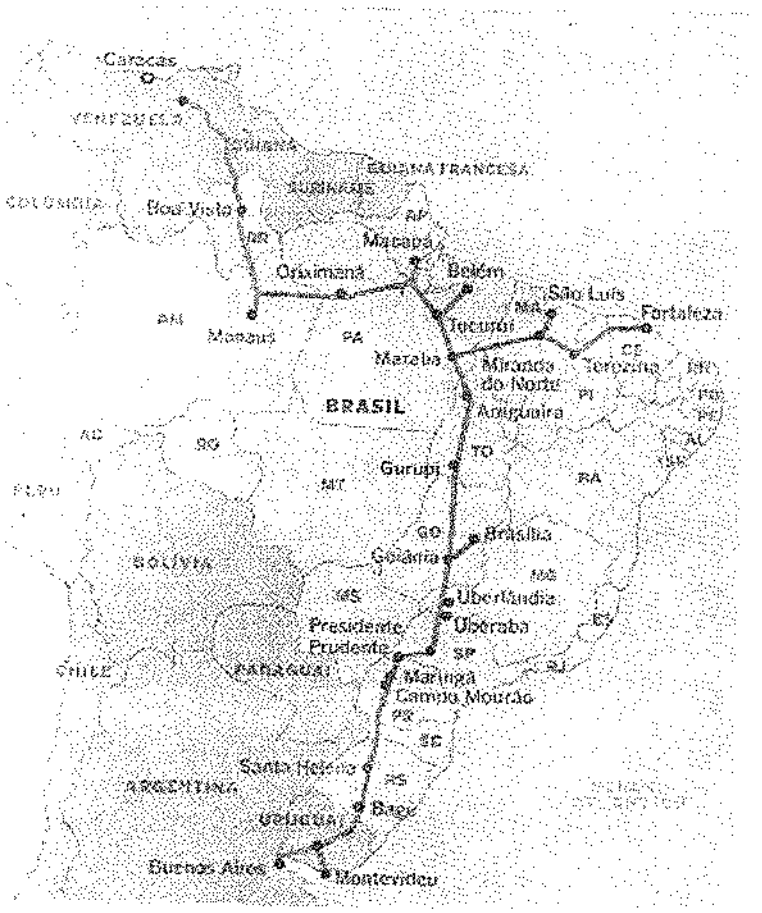
Ilustrações

1 – Gasoduto Bolívia-Brasil



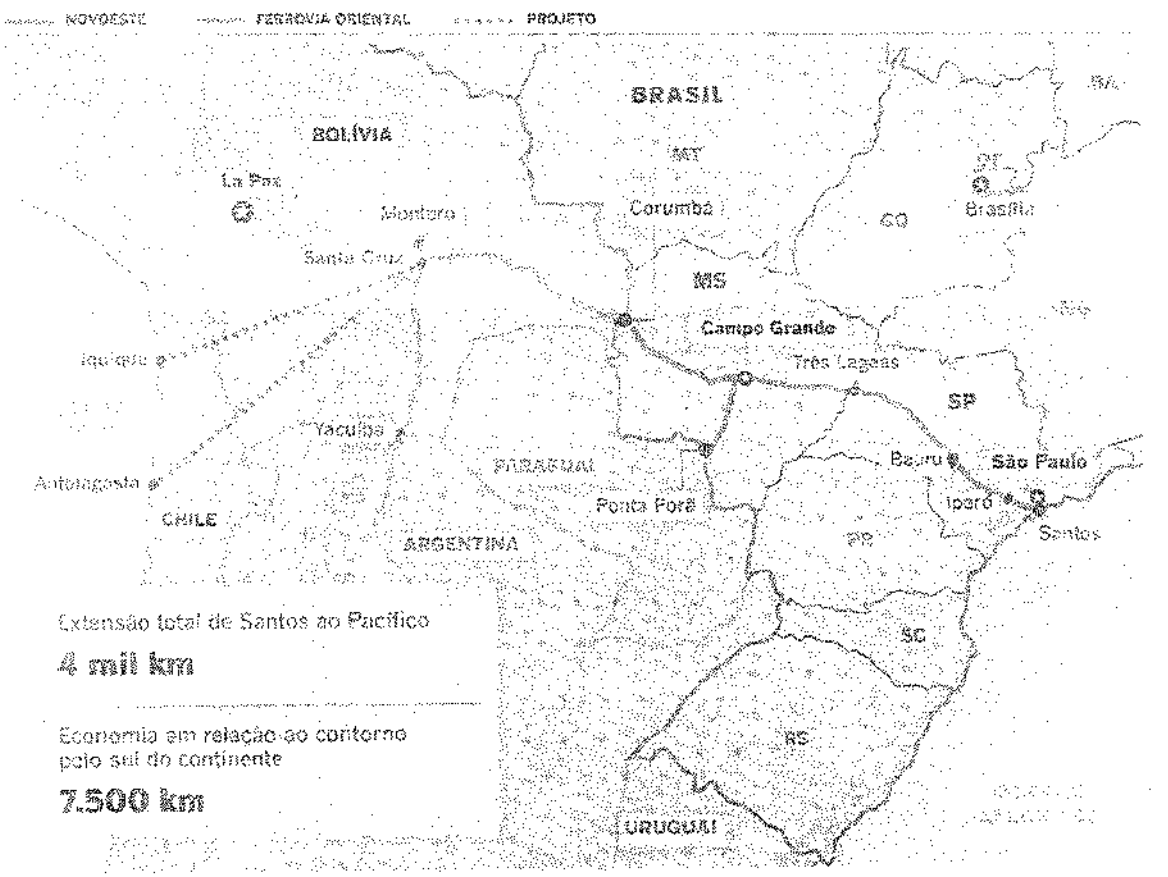
(Arte: OESP, de 30.03.2006)

2 – Integração Energética



(Arte: OESP, de 12.09.2005)

3 – Corredor Transcontinental



(Arte: OESP, 03.04.2006)

Cronologia de Brasil e Bolívia

1938 – Nesse ano a diplomacia brasileira passa a vislumbrar papel de região de caráter estratégico para a Bolívia, com o Tratado de Natal. Considerando as possíveis reservas promissoras de petróleo do país, bem como sua situação de vítima geopolítica de Buenos Aires, o Itamaraty, acompanhado do Conselho Nacional de Segurança, passa a formular planos de aproveitamento dos recursos energéticos andinos e da construção da estrada de ferro que ligaria Santos, passando por Corumbá, até Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia.

1937 – Ano importante para a política boliviana, em que o presidente German Bush nacionaliza os recursos naturais do país e cria a estatal YPFB, no mesmo ano em que o México funda a PEMEX, por meio da nacionalização dos ativos britânicos e norte-americanos.

1939 – Eclode a Segunda Guerra Mundial, sob a qual o Brasil teria de esperar pela normalização do sistema internacional para voltar a industriar planos para a Bolívia e seus recursos.

1952 – Outro grande evento da história política da Bolívia se deu naquele ano, a revolução camponesa boliviana, em que as bases sociais do país foram abaladas com o fito de por fim a regime de coloração feudal. Ano em que surge a liderança do presidente Hugo Paz Estenssoro.

1954 – Fundação da estatal brasileira PETROBRAS, pelo governo Vargas, estabelecendo o monopólio nacional do petróleo.

1955 – O governo iraniano, sob o ministério de Mossadegh, procura nacionalizar os empreendimentos britânicos, da British Petroleum, no Irã. Em virtude dessa ação nacionalista o *premier* é assassinado.

1958 – Ano de grande importância nas relações diplomáticas entre Brasil e Bolívia, no governo JK. Trata-se da escrita dos Acordos de Roboré, notas reversais para dar vida ao Tratado de 1938, para que o Brasil importasse petróleo da Bolívia. Os Acordos de Roboré, assim como o próprio Tratado de Natal, sofreu forte malogro em virtude de setores nacionalistas dos dois países.

1960 – Eleição do presidente Jânio da Silva Quadros. Embora Jânio Quadros fosse sensível a ponto de ter aceitado a Política Externa Independente, seu governo não foi longe no que fosse relativo aos acordos de intercambio energético entre o Brasil e a Bolívia. Nesse ano também se deu a criação da ALALC para a promoção do livre comércio na América Latina.

1961 – O sucessor de Quadros, presidente João Goulart, também não se mostrou mais dinâmico do que o primeiro a respeito do petróleo boliviano. Em seu governo decretou-se o fim do plano brasileiro de obter petróleo da Bolívia, já que não havia mais ânimo para o assunto.

1964 – O movimento político-militar de 1964, com Castelo Branco na Presidência da República do Brasil, não vê com muito apreço a aproximação política, de forma intensa com La Paz, mesmo se tratando de petróleo. O governo Castelo Branco prefere certa prudência em relação aos países latino-americanos com fortes movimentos sociais de características socialista e populares, a exemplo da Bolívia altamente fermentada pelo importante COB.

1969 – Começam os embates entre as diplomacias argentina, brasileira e Paraguai em virtude do aproveitamento energético do rio Paraná, pela construção da Usina Binacional de Itaipu. Naquele momento o Itamaraty reforça a concepção sobre a qual a projeção brasileira na América do Sul deveria ser, antes de tudo, pelos instrumentos do poder nacional. Nesse mesmo a Bolivia esfria relações com a ALALC para promover o Pacto Andino.

1974 – Por causa da crise energética provocada pelo boicote da OPEP, um ano antes, o governo brasileiro de Ernesto Geisel passa a reforçar os temas ligados à energia. A partir desse ponto o Brasil aumento seu interesse na energia nuclear, com os projetos de Angra II, e no gás natural da Bolívia a partir de entendimentos políticos com o governo de Hugo Banzer.

1979 – A diplomacia brasileira contribui para a confecção do Tratado Amazônico em que o País teria maior aproximação política e econômica com Estados limítrofes da região Norte, do Pacto Andino. Em 1979 deu se também um pouco de esfriamento no conflito entre Argentina e Brasil em razão da Usina de Itaipu, pelo Tratado Tripartite para o Paraná-Prata.

1982 – Crise da dívida externa dos países latino-americanos que forçou alguns deles, como o Brasil, a rever seus planos de desenvolvimento por meio do planejamento governamental. Em abril daquele ano a Argentina entra em guerra com o Reino Unido pelas ilhas Malvinas.

1985/88 – Nesses dois anos de redemocratização regional Argentina e Brasil passam a procurar o entendimento e cooperação por meio da Ata de Iguaçu. Em 1988 os dois países intensificam o entendimento com a assinatura de plano de cooperação econômica. A Bolívia aceita sugestão dos organismos financeiros internacionais para debelar sua inflação e crise econômica. O mentor para tal operação fora o economista norte-americano Jeffrey Sachs, professor de Harvard, trabalho sobre a qual Delfim Netto tece considerações no subcapítulo 4.2.

1991 – Pelo Tratado de Assunção Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai firmam o MERCOSUL tendo, logo depois, na Bolívia e no Chile seus membros observadores, não permanentes.

1993 – Sob o governo brasileiro de Itamar Franco e o boliviano de Paz Zamora os dois países iniciam entendimentos sobre o aproveitamento do gás natural, mas não ganha os trabalhos necessários.

1996 – Após década de esforços o governo brasileiro, de Fernando Henrique Cardoso e o boliviano, de Sanchez de Lozada assinam o Tratado de La Paz para a construção do GASBOL. O gasoduto passa a funcionar em 1999.

1997 – Sob o governo de Sanchez de Lozada a Bolívia se torna membro associado do MERCOSUL. O Chile segue na mesma admissão, mas com prudência para não perturbar seu estilo econômico.

2000 – Com o intuito de buscar imagem favorável à liderança regional brasileira, o governo Cardoso promove a Comunidade de Brasília, encontro feito para estudar a possível união de MERCOSUL e CAN.

2001 – Em quase todo aquele ano o Brasil passou por profunda crise de energia elétrica, apelidada *Apagão*, o que forçou o País a rever metas de crescimento econômico para aquele período.

2003 – Pelo fato de o governo de La Paz aceitar acordos de exportação de gás natural via Chile, para os Estados Unidos, provocou forte manifestação popular contra o governo Lozada. O saldo daquelas ações foi a morte de setenta pessoas e a renúncia do presidente da República.

2004 – Em todo o ano a situação política na Bolívia foi dramática, pois o sucessor de Losada, presidente Mesa, também não demonstrou condições de debelar a crise no curto prazo. Em 2005 o presidente tem de renunciar também pelo fato de não admitir, de pronto, Lei de Hidrocarbonetos sugerida pela oposição: o aumento de 50% na tributação sobre os hidrocarbonetos exportados.

2004 – No mês de dezembro, os presidentes Hugo Chavez, da Venezuela, e Fidel Castro, de Cuba fundam novo plano de integração, a ALBA, projeto visto por oposto à ALCA.

2005 – No mês de dezembro aconteceu a eleição para presidente da Bolívia com a vitória do candidato do MAS, Evo Morales, cuja plataforma eleitoral contava com a nacionalização dos hidrocarbonetos.

2006 – Mês de maio, o presidente Morales cumpre a promessa de campanha ao nacionalizar os hidrocarbonetos dando prazo de até 28 de outubro para que a petroleira brasileira tomasse posição. O futuro da PETROBRAS faz parte de intenso debate que os governos da Bolívia e do Brasil. O governo Lula recebe forte crítica pelo fato de dar a impressão de não ter um saída honrosa para a crise que ganha ares por causa de assessores e políticos que adentram ao assunto.

2006 – Mês de julho. Sob a Presidência de Hugo Chavez, a Venezuela se declara membro permanente do MERCOSUL. Por esse meio a diplomacia brasileira enxerga saída positiva na reativação do bloco sulista já que, politicamente, Caracas engrandece o dique contra a elevação da ALCA.

2006 – 28 de outubro. Nesse dia ocorre a reeleição do presidente Lula à Presidência da República do Brasil. No mesmo dia expira o prazo que a PETROBRAS, e o governo brasileiro, tem para tomar uma posição perante o Decreto Supremo impetrado pelo governo Morales. A estatal brasileira prefere continuar suas operações de exploração de gás natural, porem seu **status** se modifica grandemente. A PETROBRAS passa a sofrer aumento na taxação, de 18 para 50% em seus rendimentos, passa a ter de atribuir parceria, em metade das operações, para a YPFB e passa a se concentrar mais nos serviços encarados por menos importância, por exemplo, postos de gasolina. O governos brasileiro argumenta que as negociações foram razoáveis.

Relações Bibliográficas

ABDENUR. Roberto **et** SARDENBERG. Ronaldo. "Notas Sobre as Relações Norte-Sul e o Relatório Brandt". **In** JAGUARIBE. Helio (org). *Leituras de Política Internacional.* Brasília. Universidade de Brasília. 1982.

ALVAREZ. Manuel Gonzalo C. *Política Externa e Gás Natural nas Relações entre Bolívia e Brasil 1974 – 1988.* Dissertação de mestrado no Depto. de Ciências Jurídicas. Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica. 1989.

AMORIM. Celso. *Exigências da Bolívia têm de ser Razoáveis.* **In** *O Estado de S. Paulo.* São Paulo. OESP. 29.04.2006.

ANUÁRIO EXAME 2004-2005 – Infra-Estrutura. São Paulo. Abril. novembro de 2004.

_____: 2005-2006. novembro de 2005.

ARON. Raymond. *Estudos Políticos.* Coleção Pensamento Político 18. Brasília. Universidade de Brasília. 1980.

_____: *Paz e Guerra Entre as Nações.* Coleção Pensamento Político 7. 2ª edição. Brasília. Universidade de Brasília. 1986.

_____: *Os Últimos Anos do Século.* Rio de Janeiro. Guanabara. 1997.

AYOOB. Mohamed. "Inequality and Theorizing in International Relations: The Case for Subaltern Realism. **In** *International Studies Review.* Vol. 04. issue 3. Oxford. 2002.

AZAMBUJA. Marcos. "Brasil não Pode se Identificar com Excessos Populistas". **In** *O Estado de S. Paulo.* São Paulo. OESP. 30.04.2006.

BALBONTÍN. Patricio Rozas. *La Crisis Eléctrica en Chile:* Antecedentes para una Evaluación de la Institucionalidad regulatoria. Serie Recursos Naturales e infra-estrutura. Santiago. CEPAL. 1999.

BANCO MUNDIAL – The World Bank. *Role in the Electric Power Sector.* Washington. 1993.

BARBOSA. Rubens. "O Brasil e a Integração Regional: A ALALC e a ALADI (1960 - 1990). **In** ALBUQUERQUE. José Augusto (org). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira: 1930 - 1990* Vol. 2. Diplomacia para o Desenvolvimento. São Paulo. NUPRI. Universidade de São Paulo. 1996.

_____ ; "Bolívia. Terra em Transe". **In** *O Estado de S. Paulo.* São Paulo. OESP. 14.06.2005.

BATISTA JUNIOR. Paulo Nogueira. *Os Mitos da Globalização.* São Paulo. Instituto de Estudos Avançados – Universidade de São Paulo. 1997.

BEAUFRE. André. *Introdução à Estratégia.* Clássico do pensamento Estratégico. Lisboa. Edições Silabo. 2004.

BENAVIDES. Jimena Costa. "Os Partidos Neopopulistas na Bolívia (1989 a 2004)". **In** *Neopopulismo na América Latina.* Cadernos Adenauer. ano V. nº 2. Rio de Janeiro. Fundação Konrad Adenauer. 2004.

BERMANN. Célio. *Os Limites dos Aproveitamentos Energéticos para Fins Elétricos:* Uma Análise Política da Questão Energética e de suas Repercussões Sócio-Ambientais no Brasil. Tese de Doutorado. Faculdade de Engenharia Mecânica. Universidade de Campinas. 1991.

BIEBER. Leon. "A Guerra do Chaco e as Relações Brasileiro-Bolivianas no Período 1930-1945: Um Caso de Reorientação da Política Exterior do Brasil". **In** ALBUQUERQUE. José Augusto (org). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira 1930-1990.* Vol. 3. São Paulo. NUPRI. Universidade de São Paulo. 2000.

BLIX. Hans. "ONU Está Sendo Atacada pelos EUA". **In** *O Estado de S. Paulo.* OESP. 16.06.2005.

BOBBIO. Norberto. *Estado Governo e Sociedade:* Para uma Teoria Geral da Política. 3ª edição. São Paulo. Paz e Terra. 1990.

BONANATE. Luigi. "Estratégia e Política dos Armamentos". **In** BOBBIO. Norberto **et alli** (org). *Dicionário de Política.* 10ª edição. vol. nº 1. Brasília. Universidade de Brasília. 1997.

BÓRON. Atílio. "Las Transformaciones del Sistema internacional Y las Alternativas de la Política Exterior Argentina". **In** RUSSEL. Roberto (org). *La Política Exterior Argentina em la Nueva Ordem Mundial.* Buenos Aires. FLACSO. Grupo Editor Latinoamericano. 1992.

BRIGAGÃO. Clóvis **et** PROENÇA JR. Domicio. *Concertação Múltipla:* Inserção Internacional de Segurança do Brasil. Rio de Janeiro. Francisco Alves. 2002.

BRISTOTI. Arnildo. "Energia. Economia e Ecologia Influencia da Integração do Cone Sul". **In** SEITENFUS. Vera **et** DE BONI. Luís (coord). *Temas de Integração Latino-Americana.* Petrópolis. Porto Alegre; Vozes. da Universidade. 1990.

BULL. Hedley. *A Sociedade Anárquica:* Um Estudo da Ordem na Política Mundial. São Paulo. Brasília: Imprensa Oficial do Estado. Universidade de Brasília. 2002.

CAMPOS. Roberto. *A Lanterna na Popa.* Memórias. Rio de Janeiro, Topbooks. 1994.

CANDOTTI. Ennio. ROSA. Luiz P. **et alii**. "Uma Contribuição Para Elaboração da Matriz Energética". **In** *Folha de S. Paulo.* São Paulo, 06.11.1990.

CARR. Edward. *Vinte Anos de Crise: 1919 – 1939.* Brasília. Universidade de Brasília. 1981.

CARVALHO. Joaquim Francisco de. "Construção e Desconstrução do Sistema Elétrico Brasileiro". **In** BRANCO. Adriano Murgel (org). *Política Energética e Crise de Desenvolvimento:* A Antevisão de Catullo Branco. São Paulo. Paz e Terra. 2002.

CAUBET. Christian Guy. *As Grandes Manobras de Itaipu:* Energia. Diplomacia e Direito na Bacia do Prata. São Paulo. Acadêmica. 1991.

CERVO. Amado Luiz. "Relações Internacionais do Brasil: Um Balanço da Era Cardoso". **In** *Revista Brasileira de Política Internacional.* Nº 45. Brasília. Universidade de Brasília. 2002.

CHOQUEHUANCA. David. "Defendemos a Nacionalização". **In** *O Estado de S. Paulo.* São Paulo. OESP. 27.01.2006

CLAUSEWITZ. Carl Von. *Da Guerra.* Prefácio de Anatole Rapoport. São Paulo. Martins Fontes. 1979.

COMISSÃO ECONÔMICA para AMERICA LATINA e CARIBE. *La Inversión Extranjera en América Latina y Caribe.* Encontrado www.cepal.org/publicaciones/DesarrolloProdutivo/9/LGC2269PE/IED2004.v.word.pdf.Sitio analisado a 06.09.2005.

CONANT Melvin A. **et** GOLD. Fern Racine. *A Geopolítica Energética.* (Com apêndice de Aureliano Chaves). Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora. 1981.

COSTA. Darc. *Estratégia Nacional:* A Cooperação Sul-Americana como Caminho para a Inserção Internacional do Brasil. Porto Alegre. L&PM. 2003.

COSTA. Rubens Vaz da. "A Transição Energética: Tempo. Capital e Tecnologia". **In** JAGUARIBE. Hélio (org). *Leituras de Política Internacional.* Cadernos UnB. Brasília. Universidade de Brasilia. 1982.

DEUTSCH. Karl. *Análise das Relações Internacionais.* Col. Pensamento Político 1. Brasília. Universidade de Brasília. 1978.

DRUCKER. Peter. "As Mudanças na Economia Mundial". **In** *Política Externa.* Vol. 01. nº 3. São Paulo. Paz e Terra. 1992/1993.

FERRAZ, Octavio Marcondes. "Paulo Afonso Evitou uma Explosão Social no Nordeste". **In** MOTTA, Lourenço Dantas (coord). *A História Vivida.* Vol. 3. São Paulo, O Estado de São Paulo, 1982.

FERREIRA, Oliveiros S. *Forças Armadas Para Quê?* São Paulo, GRD, 1988.

_____: "Um Mergulho no Passado". **In** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, OESP, 08.08.1996.

_____: "MERCOSUL e ALCA". **In** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, OESP, 10.11.1997.

_____: *Vida e Morte do Partido Fardado.* Série Livre Pensar nº 3. São Paulo, Senac, 2000.

_____: "*A Crise da Política Externa:* Autonomia ou Subordinação?". Rio de Janeiro, Revan, 2001.

FERRER, Aldo. "As Relações Brasil-Argentina no Contexto do Mercosul". **In** *Política Externa.* Vol. 9, no. 2. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

FIORI, José Luís. "2001: O Brasil no Espaço". **In** NOVAES, Adauto (org). *A Crise do Estado-Nação.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FLORES, Mário César. *Reflexões Estratégicas:* Repensando a defesa Nacional. São Paulo, Realizações, 2002.

FREUND, Julien. *L'Essence du Politique.* 3e edition. Paris, Dalloz, 2004.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *Afonso Arinos na UnB.* Col. Itinerários. Brasília, Universidade de Brasília, 1981.

GALBRAITH, John Kenneth. *A Economia das Fraudes Inocentes:* Verdades para o nosso Tempo. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

GAMARRA, Carlos. "Ninguém tem o Controle das Massas Bolivianas". **In** *O Estado de S. Paulo.* São Paulo, OESP, 12.06.2005.

GARCIA, Carlos Moreira. América Del Sur: "Un nuevo Concepto Político?" **In** *Política Externa.* Nº 78. Madrid, Estudios de Política Externa S.A, 2000.

GOLDEMBERG, José. "Energia e Desenvolvimento". **In** *Estudos Avançados.* 12 (33). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.

_____:"O Problema do Gás no Brasil". **In** *O Estado de S. Paulo.* São Paulo, 23.03.1999.

_____: **et** PRADO. Luiz Tadeu. "Reforma e Crise do Setor Elétrico no Período FHC". **In** *Tempo Social.* Revista de Sociologia da USP. Vol . 15. no 2. São Paulo. Universidade de São Paulo. 2003.

GOWAN. Peter. *A Roleta Global:* Uma Aposta Faustiniana de Washington para a Dominação do Mundo. Rio de Janeiro. Record. 2003.

GRAMSCI. Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura.* São Paulo. Circulo do Livro. 1982.

GRAY. John. *Falso Amanhecer:* Os Equívocos do Capitalismo Global. Rio de Janeiro. Record. 1999.

GUILERME. Olympio. *Roboré:* A Luta pelo Petróleo Boliviano. São Paulo. Freitas Bastos. 1959.

HAAG. Carlos. "Gás Encanado". **In** *Pesquisa FAPESP.* No 124. São Paulo. Fundação de Amparo à Pesquisa. junho. 2006.

HAGE. José Alexandre A. "Direito do Meio Ambiente e Política Internacional". **In** *Política Externa.* Vol. 11. nº 1. São Paulo. Paz e Terra. 2002.

_____: *As Relações Diplomáticas entre Argentina e Brasil no Mercosul*: Princípios de Hegemonia. Dependência e Interesse Nacional no Tratado de Assunção. Curitiba. Juruá. 2004.

HARVEY. David. *O Novo Imperialismo.* São Paulo. Loyola. 2004.

HAYEK. Friedrich. *Os Caminhos da Servidão.* São Paulo. Instituto Liberal. 1984.

HOBSBAWN. Eric. *Era dos Extremos:* O Breve Século XX 1914-1991. 2ª edição. São Paulo. Companhia das Letras. 1994.

HOLANDA. Francisco Mauro Brasil de. *O Gás no Mercosul: Uma Perspectiva Brasileira.* Col. Curso de Altos Estudos. Brasília. Instituto Rio Branco: Fundação Alexandre de Gusmão. 2001.

HURREL. Andrew. "O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial". **In** *Contexto Internacional.* Vol. 17. n. 1. Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica. 1995.

HUSAR. Jörg **et** MAIHOLD. Günther. "Gás Natural: Matéria Contenciosa na América do Sul" **In** *Energia: da Crise aos Conflitos?* Cadernos Adenauer. Ano VI. no 4. Rio de Janeiro. Fundação Konrad Adenauer. 2005.

INSTITUTO NACIONAL de ESTATISTICA. **In** *Republica de Bolívia.* Encontrado em www.bolivia.gov.bo. Sitio analisado a 01.09.2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Encontrado em www.ibge.gov.br. Sitio analisado a 01.09.2005.

KEOHANE. Robert. "Soberania Estatal e Instituições Multilaterais: Resposta à interdependência Assimétrica". **In** MOISES. José Álvaro (org). *O Futuro do Brasil:* A América Latina e o fim da Guerra Fria. São Paulo. Paz e Terra. Universidade de São Paulo. 1992.

KISSINGER. Henry. *Diplomacia.* Rio de Janeiro. Francisco Alves. 2001.

JAGUARIBE. Helio. "Argentina e Brasil diante de suas Alternativas Históricas". **In** *Política Externa.* Vol. 9. no 3. São Paulo. Paz e Terra. Universidade de São Paulo. 2000.

LACOSTE. Yves. *A Geografia – Isso Serve. em Primeiro Lugar. Para Fazer a Guerra.* Campinas. Papirus. 1989.

LEITE. Rogério Cerqueira. "A Nova Matriz Energética Nacional". **In** *Folha de S. Paulo.* São Paulo. 23.08.1992.

_____: *Energia para o Brasil:* Um Modelo de Sobrevivência. Colaboração de Cylon Gonçalves da Silva. Rio de Janeiro. Expressão e Cultura. 2002.

_____: "*Gás* da Bolívia e Escassez de Neurônios". **In** *Folha de S. Paulo.* São Paulo. 20.03.1993.

_____: "A Morte Anunciada do Petróleo". **In** *Folha de S. Paulo.* São Paulo. 02.05.2004.

LESSA. Carlos: "Do Medo do Apagão: Reconstruir a Nação. **In** LESSA. Carlos (org).*O Brasil à Luz do Apagão.* Rio de Janeiro. Palavra & Imagem. 2001.

LINERA. Álvaro Garcia. "Os Movimentos Indígenas na Bolívia". **In** *Diplomacia. Estratégia e Política.* No 3. Brasília. Ministério das Relações Exteriores. 2005.

LUTZ. Wolfgang. *Reformas del Sector Energético. Desafios Regulatorios y Desarrollo Sustentable en Europa y América Latina.* Série Recursos Naturales y Infraestrutura. Santiago. CEPAL 2001.

MACKSOUD. Henry. *Hayek na UnB.* Brasília. Universidade de Brasília. 1981.

MANUAL PRÁCTIVO *MERCOSUL-BOLIVIA:* Acuerdo de Complementación e Integración Econômica y Física. Serie Empresarial. Vol. II. Laz Paz. Tempos Modernos. 1997.

MARCOVITCH, Jacques. *Integração Energética na América Latina*. Col. Documentos, n. 12. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados - Universidade de São Paulo, 2001.

MARX, Karl **et** ENGELS, Frederich. "A Ideologia Alemã" (capítulo primeiro). **In** *Obras Escolhidas*. Tomo I. Lisboa, Avante, 1982.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Modernidade:* Geopolitica Brasileira. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2002.

MELLO, Leonel Itaussu. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1987.

_____:*Argentina e Brasil:* A Balança do Poder no Cone Sul. São Paulo, Annablume, 1996.

_____: *Quem Tem Medo da Geopolítica?*São Paulo, Hucitec, Universidade de São Paulo, 1999.

MIYAMOTO, Shiguenoli **et** GONÇALVES, Williams. "Militares, Diplomatas e Política Externa no Brasil pós-64". **In** ALBUQUERQUE, José Augusto (org). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira:* 1930 – 1990. Vol. 4. São Paulo, NUPRI, Universidade de São Paulo, 2000.

MIYAMOTO, Shiguenoli. "A Inserção do Brasil no Sistema Internacional". **In** *Primeira Versão*, n. 45. Campinas, IFCH – Universidade Estadual de Campinas, 1992.

_____: "A Política de Defesa Brasileira e a Segurança Regional". **In** *Contexto Internacional*. Vol. 22, nº 2. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, 2000.

_____: "Geopolítica do Brasil: Algumas Considerações". **In** *Primeira Versão*, 102. Campinas, IFCH – Universidade de Campinas, 2002.

MOISES, José Álvaro. "Democracia e Crise Econômica: O Paradoxo da América Latina". **In** MOISES, José Álvaro (org). *O Futuro do Brasil:* A América Latina e o Fim da Guerra Fria. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

MORALES, Evo. "Bolívia, Fator de Integração". **In** *Diplomacia, Estratégia e Política*, No 4. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 2006.

MORGENTHAU, Hans. *Politics among Nations:* The Struggle for Power and Peace. 6th edition. Nova Iorque, McGraw Hill, 1985.

NETTO, Antonio Delfim. "Lula Pode Salvar o Brasil e se Consagrar". **In** *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, OESP, 05.11.2006.

O ESTADO de S. PAULO: *O Gasoduto Brasil Bolívia, um Marco.* São Paulo, OESP, 26.07.1997.

_____: *FHC Defende Integração Latino-Americana.* São Paulo, OESP, 14.08.2001.

_____: *O Risco de 'Naufrágio Total'.* São Paulo, OESP, 20.10.2003.

_____: *Mesmo Desgastada, OPEP ainda tem muita força.* São Paulo, OESP, 10.10.2004.

_____: *Nova Legislação na Bolívia Preocupa Petrobrás.* São Paulo, OESP, 02.11.2004.

_____: *União Sul-Americana se Inspira na EU.* São Paulo, OESP, 06.12.2004.

_____: *Confronto Ameaça projetos da Petrobrás.* São Paulo, OESP, 08.03.2005.

_____: *A Crise Boliviana.* São Paulo, OESP, 09.03.2005.

_____: *China é a Grande Culpada do Petróleo Caro.* São Paulo, OESP, 03.04.2005.

_____: *Nacionalização Mantém Bolívia Tensa.* São Paulo, OESP, 12.06.2005.

_____: *A Lei do Gás.* OESP, 26.07.2005.

_____: *Santa Cruz quer mais Dinheiro e mais Autonomia.* São Paulo, OESP, 11.12.2005.

_____: *Ataque da Bolívia ao País Causa Apreensão.* São Paulo, OESP, 25.03.2006.

_____: *Líderes Insistem em Supergasoduto.* São Paulo, OESP, 27.04.2006.

_____: *Região tem 20 Projetos no BNDES.* São Paulo, OESP, 28.04.2006.

_____: *Morales volta a Agredir.* São Paulo, OESP, 16.09.2006.

OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Adilson. "Segurança Energética no Cone Sul". **In** *Energia: da Crise aos Conflitos?* Cadernos Adenauer, Ano VI, no 4. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2005.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. *O Gás Natural: Uma Energia Civilizante?* Col. Relações Internacionais. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1988.

OLIVEIRA, Jorge Amâncio **et** ONUKI, Janina. Brasil. "MERCOSUL e a Segurança Regional". **In** *Revista Brasileira de Política Internacional.* Nº 2. Brasília. Universidade de Brasília. 2000.

PINHEIRO, Letícia. "Traídos pelo Desejo: Um Ensaio Sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea". **In** *Contexto Internacional.* Vol. 22 nº 2. Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2000.

PONTARA, Giuliano. "Ghandhismo". **In** BOBBIO **et alii** (orgs). *Dicionário de Política.* 10º ed. Vol. 1. Brasília. Universidade de Brasília. 1997.

PROENÇA JUNIOR, Domício **et** DINIZ, Eugênio. "Segurança e Estudos Estratégicos". **In** BRIGAGÃO, Clovis (org). *Estratégias de negociação de Relações Internacionais:* Uma Visão Brasileira. Rio de Janeiro. Aeroplano. 2001.

PROGRAMA das NAÇÕES UNIDAS para o DESENVOLVIMENTO. Encontrado em www.pnud.org.br. Sitio analisado a 01.09.2005.

QUIROGA, Antonio Aranibar. "A Agenda Internacional da Bolívia no Início do Século XXI". **In** PARADISO, José **et alii.** *Política Externa na América do Sul.* Cadernos Adenauer. nº 7. Rio de Janeiro. Fundação Konrad Adenauer. 2000.

RAMONET, Ignácio. *Guerras do Século XXI:* Novos Temores e Novas Ameaças. Petrópolis. Vozes. 2003.

RAMOS, Plínio de Abreu **et** FLAKMAN, Dora. "Acordos de Roboré. **In** BELOCH, Israel **et** ABREU, Alzira de (coords). *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro:* 1930-1983. Vol. 4. Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Cultura: Fundação Getulio Vargas. 1984.

RATZEL, Friedrich. *Ratzel.* **In** MORAES, Antonio Carlos Robert. (org). Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo. Ática. 1990.

RICUPERO, Rubens. *O Brasil e o Dilema da Globalização.* São Paulo. Senac. 2001.

RIFKIN, Jeremy. *A Economia do Hidrogênio:* A Criação de uma Nova Fonte de Energia e a Redistribuição do Poder na Terra. São Paulo. M.Books. 2003.

ROSA, Luiz Pinguelli. *O Apagão:* Por que Veio? Como Sair Dele?. Rio de Janeiro. Revan. 2001.

_____: "A Crise de Energia Elétrica: Causas e Medidas de Mitigação". **In** BRANCO, Adriano Murgel (org). *Política Energética e Crise de Desenvolvimento.* São Paulo. Paz e Terra. 2002.

SAAVEDRA, Gustavo F. "Bolívia: Hora de Mudar de Direção". **In** *Política Externa.* Vol. 12. nº 4. São Paulo. Paz e Terra. Universidade de São Paulo. 2004.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.* Col. Idéias Sustentáveis. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

SAINT-PIERRE, Hector. *A Política Armada:* Fundamentos da Guerra Revolucionária. São Paulo, UNESP, 2000.

SANTOS, Edmilson Moutinho dos **et alii**. *Gás Natural:* Estratégias para uma Energia Nova no Brasil. São Paulo, Annablume, 2002.

_____: "Petróleo - Quadro Estratégico-Global no Início do Século XXI". **In** *Política Externa.* Vol. 12, nº 1. São Paulo, Paz e terra, Universidade de São Paulo, 2003.

SARDENBERG, Ronaldo M. "As Relações entre a América Latina e a Europa Ocidental no Atual Quadro Internacional". **In** MOISÉS, J. A. (org). *O Futuro do Brasil:* A América Latina e o fim da Guerra Fria. São Paulo, Paz e Terra, Universidade de São Paulo, 1992.

_____: *A Inserção Estratégica do Brasil.* Working Papers. São Paulo, NAIPPE, Universidade de São Paulo, outubro de 1995.

SAUER, Ildo. "Energia Elétrica no Brasil Contemporâneo: A Reestruturação do Setor, Questões e Alternativas". **In** BRANCO, Adriano Murgel (org). *Política Energética e Crise de Desenvolvimento:* A Antevisão de Catullo Branco. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

SCHILLING, Paulo. *O Expansionismo Brasileiro:* A Geopolítica do General Golbery, a ESG e a diplomacia do Itamaraty. São Paulo, Global, 1981.

SCHMITT, Carl. *O Conceito do Político.* Col. Clássicos do Pensamento Político. Petrópolis, Vozes, 1992.

SILVA, Golbery do Couto e. *Planejamento Estratégico.* Cadernos UnB. Brasília, Universidade de Brasília, 1981-A.

_____: *Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil.* 2ª edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981-B.

SMITH, Antony. "Criação do Estado e Construção na Nação". **In** HALL, John. (org). *Os Estados na História.* Rio de Janeiro, Imago, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à Geografia:* Geografia e Ideologia. 7ª edição. Petrópolis, Vozes, 1989.

SOLNIK, Alex. *A Guerra do Apagão:* A Crise de Energia Elétrica no Brasil. Col. Ponto Futuro, nº 7. São Paulo, Senac, 2001.

SOREL, Georges. *Reflexões sobre a Violência.* Col. Clássicos do Pensamento Político. Petrópolis, Vozes, 1993.

STRANGE, Susan. "As Supranacionais e o Estado". **In** HALL, John (org). *Os Estados na História.* Rio de Janeiro, Imago, 1992.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. "O Papel do Petróleo na Geopolítica Americana". **In** FIORI, José Luís (org). *O Poder Americano.* Petrópolis, Vozes, 2004.

VALLE, Juan Ignacio S. del. "A Nova Política externa da Bolívia". **In** *Diplomacia, Estratégia e Política.* Nº 1. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 2004.

VEGA, Fernando Cajías de la. "Educação e Cultura na Bolívia". **In** *Diplomacia, Estratégia e Política.* No 2. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 2005.

VIDAL, José W. **et** VASCONCELLOS, Gilberto F. *Poder dos Trópicos:* Meditação sobre a Alienação na Cultura Energética. São Paulo, Casa Amarela, 1998.

VILLA, Rafael Antonio. *Da Crise do Realismo à Segurança Global Multidimensional.* São Paulo, Annablume, 1999.

VILARINO, Ramon Casas. *Os Acordos de Roboré:* Brasil, Bolívia e as Questões do Petróleo, Desenvolvimento e Dependência dos Anos 50. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 2006.

VILLEGAS, Carlos. "Decreto não Será Flexibilizado". **In** *O Estado de S. Paulo.* OESP, 24.09.2006.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. "As Relações Brasil-Bolívia sob o Signo da Cooperação Energética (1930 – 1990)". **In** ALBUQUERQUE, José Augusto (org). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira: 1930 – 1990* Vol. 3. São Paulo, NUPRI, Universidade de São Paulo, 2000.

VIZENTINI, Paulo. *Relações Internacionais do Brasil:* De Vargas a Lula. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2005.

WALLERTEIN, Immanuel. *Após o Liberalismo:* Em Busca da Reconstrução do Mundo. Petrópolis, Vozes, 2002.

WALTZ, Kenneth. *Teoria das Relações Internacionais.* Col. Trajectos. Lisboa, Gradiva, 2002.

WEBER, Max. "Ciência e Política: Duas Vocações". **In** *Ensaios de Sociologia.* Biblioteca de Ciências Sociais. 3ª edição. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

YERGIN, Daniel. *Petróleo:* Uma História de Ganância, Dinheiro e Poder. 2ª edição. São Paulo, Scritta, 1994.

_____ : "Novas Tecnologias Podem dar Sobrevida à Era do Petróleo". **In** *O Estado de S. Paulo*, OESP, 02.08.2005.